

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ICS) DEPARTAMENTO DE ESTUDOS  
LATINO-AMERICANOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS  
COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS**

**MERCEDES GOLDMANN**

**A INTER-RELAÇÃO DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA NA COOPERAÇÃO TÉCNICA  
SUL-SUL: ANÁLISE DO PROGRAMA BRASIL–SURINAME  
(2015–2019)**

**BRASÍLIA  
2026**

**MERCEDES GOLDMANN**

**A INTER-RELAÇÃO DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA NA COOPERAÇÃO TÉCNICA  
SUL-SUL: ANÁLISE DO PROGRAMA BRASIL–SURINAME  
(2015–2019)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas no Departamento de Estudos Latino-americanos como requisito à obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Etnicidade, raça, classe e gênero nas Américas

Orientadora: Prof.a. Dra. Delia Maria Dutra da Silveira Margalef

**BRASÍLIA  
2026**

**MERCEDES GOLDMANN**

**A INTER-RELAÇÃO DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA NA COOPERAÇÃO TÉCNICA  
SUL-SUL: ANÁLISE DO PROGRAMA BRASIL–SURINAME  
(2015–2019)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas no Departamento de Estudos Latino-americanos como requisito à obtenção do título de Mestra em Ciências Sociais.

**Data de aprovação:** \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

---

Prof.a. Dra. Delia Maria Dutra da Silveira Margalef (Orientadora)  
PPG-ECsA / ELA / ICS Universidade de Brasília – UdelaR, Uruguai

---

Prof. Dr. Emmanuel de Nazareth Brasil  
IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

---

Prof.a. Dra. Susana Martínez Martínez  
PPG-ECsA / ELA / ICS – Universidade de Brasília

---

Prof.a. Dra. Eliane Moreira (Suplente)  
ELA/ PPG-ECsA – Universidade de Brasília

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu companheiro, Eduardo, pelo amor, pela confiança e pelo apoio incansável ao longo de toda essa trajetória. Sua presença constante, sua paciência nos momentos de dúvida e cansaço, e seu incentivo diário foram fundamentais para que eu pudesse seguir adiante, mesmo diante dos desafios, das incertezas e das exigências desse percurso acadêmico. Sua parceria, alegria, carinho, cuidado e compreensão tornaram este caminho mais leve e possível, e foram essenciais para a concretização deste trabalho.

Minha gratidão infinita à minha orientadora, Professora Delia Dutra, que despertou em mim a confiança e a segurança necessárias para percorrer e sustentar este caminho acadêmico. Sou profundamente grata pelo acompanhamento atento e carinhoso, pela generosidade intelectual com que compartilhou saberes e inquietações, pela alegria presente em nossos encontros e pelo maternar com que conduziu todo o processo de orientação. Sua escuta sensível, seu incentivo constante, sua paciência inesgotável, e sua ética acadêmica foram fundamentais não apenas para a construção deste trabalho, mas também para minha formação enquanto pesquisadora e sujeita crítica.

Agradeço igualmente à Professora Elizabeth Ruano, pela empatia de classe, pela confiança depositada em mim e pelo compromisso e acolhimento que tornaram possível o início deste percurso. Seu apoio foi essencial para que eu pudesse acreditar na viabilidade deste projeto e no meu lugar na produção do conhecimento.

Agradeço também às minhas irmãs, Clara, Pilar e Juana, bem como aos meus sogros, Carlos e Gracinha, que, cada um à sua maneira, estiveram presentes com palavras de apoio, orações, afeto e compreensão, fortalecendo-me emocionalmente ao longo de todo esse percurso.

Agradeço aos meus amigos queridos, que sempre me incentivaram, fortaleceram minha confiança e me fizeram acreditar plenamente no meu potencial para conquistar tudo aquilo que eu desejasse.

Agradeço a minha parceira da cooperação e amiga, Gisele Strienstra, pela parceria, pela amizade e pela valiosa colaboração ao longo deste percurso. Sua generosidade e disponibilidade constante foram fundamentais, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos colegas, professores e funcionários do ELA, pelo apoio e pela convivência ao longo dessa trajetória. Em especial, sou grata a Igor, Letícia e Brenda, pela partilha deste percurso, pela coragem de falar alto quando necessário e, ao mesmo tempo, por trazerem mais leveza e alegria à minha caminhada pelo departamento. Agradeço também a Cecília e a Patrícia, sempre solícitas e dispostas a ajudar.

Por fim, agradeço à bolsa de mestrado concedida pela CAPES, cujo apoio é fundamental para a permanência e o desenvolvimento dos estudantes de pós-graduação no Brasil. Trata-se de um suporte essencial para o avanço da ciência no país, cuja manutenção e fortalecimento devem ser constantemente defendidos.

## RESUMO

A Cooperação Sul-Sul (CSS) é frequentemente apresentada como uma alternativa horizontal e solidária às formas tradicionais de cooperação Norte-Sul, ainda assim, suas práticas podem reproduzir hierarquias históricas ligadas à colonialidade do poder. Esta pesquisa procura compreender como a inter-relação entre gênero, classe e raça se vinculam no contexto da Cooperação Técnica Sul-Sul, tomando como estudo de caso o programa de cooperação Brasil-Suriname, no período de 2015 a 2019. A partir de uma abordagem crítica, fundamentada no feminismo decolonial e na perspectiva interseccional, o trabalho problematiza como as desigualdades estruturais são tanto reproduzidas quanto tensionadas nas práticas de cooperação entre os dois países. A pesquisa adota um enfoque qualitativo, interpretativo e situado, baseada em um estudo de caso do Programa de Cooperação entre Brasil e Suriname. Por meio de entrevistas semiestruturadas, analisa a articulação entre gênero, classe e raça, nas práticas institucionais, integrando os níveis macro e micro, a partir de uma perspectiva voltada à visibilização das desigualdades e dos espaços de agência, com atenção especial à participação das mulheres e aos papéis laborais que desempenharam no programa. Considera-se que as experiências das participantes não podem ser analisadas isoladamente, pois são atravessadas por relações complexas de poder, desigualdades de classe e construções sociais de raça e gênero, que influenciam diretamente oportunidades, desafios.

A pesquisa indica que, no Brasil, o poder está concentrado em perfis masculinos, brancos e diplomáticos, enquanto no Suriname, apesar de maior diversidade, ainda persistem desigualdades de gênero e sobrecarga de trabalho. Considera-se que a CSS apresenta um potencial transformador, desde que incorpore práticas mais inclusivas e equitativas, valorize epistemologias do Sul e estimule aprofundamento de estudos sobre contextos específicos e suas dinâmicas interseccionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Classe; Raça; Cooperação Sul-Sul; Brasil; Suriname.

## **ABSTRACT**

South-South Cooperation (SSC) is often presented as a horizontal and solidarity-based alternative to traditional forms of North-South cooperation; nevertheless, its practices can reproduce historical hierarchies linked to the coloniality of power. This research seeks to understand how the interrelationship between gender, class, and race is linked in the context of South-South Technical Cooperation, using the Brazil-Suriname cooperation program from 2015 to 2019 as a case study. From a critical approach grounded in decolonial feminism and an intersectional perspective, this study examines how structural inequalities are both reproduced and challenged in cooperation practices between the two countries. The research adopts a qualitative, interpretive, and situated approach, based on a case study of the Brazil-Suriname Cooperation Program. Through semi-structured interviews, it analyzes the interplay between gender, class, and race in institutional practices, integrating macro and micro levels, from a perspective aimed at highlighting inequalities and spaces of agency, with special attention to women's participation and the roles they played in the program. It is considered that the participants' experiences cannot be analyzed in isolation, as they are intersected by complex power relations, class inequalities, and social constructions of race and gender, which directly influence opportunities and challenges.

The research indicates that, in Brazil, power is concentrated among white, male, and diplomatic figures, while in Suriname, despite greater diversity, gender inequalities and work overload still persist. It is considered that CSS has transformative potential, provided it incorporates more inclusive and equitable practices, values epistemologies from the Global South, and encourages further study of specific contexts and their intersectional dynamics.

**KEYWORDS:** Gender; Class; Race; South-South Cooperation; Brazil; Suriname.

## RESUMEN

La Cooperación Sur-Sur (CSS) se presenta a menudo como una alternativa horizontal y solidaria a las formas tradicionales de cooperación Norte-Sur; sin embargo, sus prácticas pueden reproducir jerarquías históricas vinculadas a la colonialidad del poder. Esta investigación busca comprender cómo se entrelazan las interrelaciones entre género, clase y raza en el contexto de la Cooperación Técnica Sur-Sur, tomando como caso de estudio el programa de cooperación entre Brasil y Surinam, en el período de 2015 a 2019. A partir de un enfoque crítico, fundamentado en el feminismo descolonial y en la perspectiva interseccional, el trabajo problematiza cómo las desigualdades estructurales se reproducen y se tensan en las prácticas de cooperación entre ambos países. La investigación adopta un enfoque cualitativo, interpretativo y situado, basado en un estudio de caso del Programa de Cooperación entre Brasil y Surinam. A través de entrevistas semiestructuradas, analiza la articulación entre género, clase y raza en las prácticas institucionales, integrando los niveles macro y micro, desde una perspectiva orientada a la visibilización de las desigualdades y los espacios de agencia, con especial atención a la participación de las mujeres y a los roles laborales que desempeñaron en el programa. Se considera que las experiencias de las participantes no pueden analizarse de manera aislada, ya que están atravesadas por relaciones complejas de poder, desigualdades de clase y construcciones sociales de raza y género, que influyen directamente en las oportunidades y los desafíos.

La investigación indica que, en Brasil, el poder se concentra en perfiles masculinos, blancos y diplomáticos, mientras que en Surinam, a pesar de una mayor diversidad, aún persisten las desigualdades de género y la sobrecarga de trabajo. Se considera que la CSS presenta un potencial transformador, siempre y cuando incorpore prácticas más inclusivas y equitativas, valore las epistemologías del Sur y estimule la profundización de los estudios sobre contextos específicos y sus dinámicas interseccionales.

**PALABRAS CLAVE:** Género; Clase; Raza; Cooperación Sur-Sur; Brasil; Surinam.

## **SAMENVATTING**

Zuid-Zuid-samenwerking (ZZS) wordt vaak voorgesteld als een horizontaal en solidair alternatief voor de traditionele vormen van Noord-Zuid-samenwerking, maar toch kunnen de praktijken ervan historische hiërarchieën in stand houden die verband houden met de kolonialiteit van de macht. Dit onderzoek tracht te begrijpen hoe de onderlinge relatie tussen gender, klasse en ras samenhangt in de context van de Zuid-Zuid Technische Samenwerking, met als casestudy het samenwerkingsprogramma tussen Brazilië en Suriname in de periode 2015-2019. Vanuit een kritische benadering, gebaseerd op dekoloniaal feminisme en een intersectioneel perspectief, onderzoekt dit werk hoe structurele ongelijkheden zowel worden gereproduceerd als onder druk komen te staan in de samenwerkingspraktijken tussen de twee landen. Het onderzoek hanteert een kwalitatieve, interpretatieve en gesitueerde benadering, gebaseerd op een casestudy van het samenwerkingsprogramma tussen Brazilië en Suriname. Door middel van semi-gestructureerde interviews analyseert het de verwevenheid tussen gender, klasse en ras in institutionele praktijken, waarbij macro- en microniveaus worden geïntegreerd vanuit een perspectief gericht op het zichtbaar maken van ongelijkheden en ruimtes voor agency, met speciale aandacht voor de participatie van vrouwen en de werkrollen die zij in het programma vervulden. Er wordt aangenomen dat de ervaringen van de deelnemers niet afzonderlijk kunnen worden geanalyseerd, aangezien deze doordrongen zijn van complexe machtsverhoudingen, klassenongelijkheden en sociale constructies van ras en gender, die rechtstreeks van invloed zijn op kansen en uitdagingen. Het onderzoek wijst uit dat in Brazilië de macht geconcentreerd is bij mannelijke, blanke en diplomatieke profielen, terwijl in Suriname, ondanks een grotere diversiteit, nog steeds genderongelijkheid en werkdruk bestaan. Er wordt aangenomen dat CSS een transformatief potentieel heeft, mits het meer inclusieve en rechtvaardige praktijken omarmt, epistemologieën uit het Zuiden waardeert en verdieping van studies over specifieke contexten en hun intersectionele dynamieken stimuleert.

**SLEUTELWOORDEN:** Gender; Klasse; Ras; Zuid-Zuid-samenwerking; Brazilië; Suriname.

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABC** – Agência Brasileira de Cooperação

**ACFI** - Cooperação e Facilitação de Investimentos

**BRICS** - Acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

**CARICOM** - Comunidade do Caribe

**CCBS** - Centro Cultural Brasil-Suriname

**CELAC** - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

**CSS** - Cooperação Sul-Sul

**ESG** - Escola Superior de Guerra

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**GT** - Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral

**MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul

**MNA** - Movimento Não Alinhado

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**OTCA** - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

**PABA** - Plano de Ação de Buenos Aires.

**PALOP** - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

**TCA** - Tratado de Cooperação Amazônica

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                                                                                                  |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Princípios da Cooperação Sul-Sul.....                                                                                                                                 | 23  |
| Imagem 1 – A visibilidade do trabalho e a invisibilidade do cuidado .....                                                                                                        | 55  |
| Imagem 2 – Os 14 eixos da interseccionalidade por Patricia Hill Collins .....                                                                                                    | 77  |
| Imagem 3 – Conceitos centrais e categorias analíticas da pesquisa .....                                                                                                          | 156 |
| Gráfico 1 – População surinamesa ativa no setor de Política do Estado e Política Económica e Social da comunidade por sexo .....                                                 | 56  |
| Gráfico 2 – Chefe de postos diplomáticos brasileiros por sexo .....                                                                                                              | 57  |
| Gráfico 3 – População surinamesa, universitária e empregada, por sexo .....                                                                                                      | 63  |
| Gráfico 4 – Média de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado pela população de 16 anos ou mais de idade, por sexo. Brasil, 2001 a 2022 ..... | 64  |
| Quadro 1 – Características das CSS .....                                                                                                                                         | 24  |
| Quadro 2 – Comparação das políticas externas do Brasil e do Suriname .....                                                                                                       | 43  |
| Quadro 3 – Linha do Tempo – Cooperação Técnica Bilateral Brasil–Suriname (2015-2019) .....                                                                                       | 46  |
| Quadro 4 – Estrutura da divisão sexual do trabalho: separação e hierarquização.....                                                                                              | 54  |
| Quadro 5 – Pressupostos da interseccionalidade segundo Ange-Marie Hancock (2007) .....                                                                                           | 69  |
| Quadro 6 – Composição dos(as) entrevistados(as) no Brasil .....                                                                                                                  | 108 |
| Quadro 7 – Composição dos(as) entrevistados(as) no Suriname .....                                                                                                                | 108 |
| Quadro 8 – Eixos analíticos do roteiro de entrevista semiestruturada .....                                                                                                       | 112 |
| Quadro 9 – Tipologia das Instituições Cooperantes .....                                                                                                                          | 129 |
| Quadro 10 – Eixos temáticos das entrevistas .....                                                                                                                                | 152 |
| Quadro 11 – Perfil dos(as) entrevistados(as) no Brasil .....                                                                                                                     | 163 |
| Quadro 12 – Perfil das entrevistadas no Suriname.....                                                                                                                            | 165 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                               |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 – Distribuição da população brasileira segundo .....                                                 | 35  |
| Tabela 2 – Distribuição da população surinamesa segundo .....                                                 | 35  |
| Tabela 3 – Distribuição da população brasileira segundo .....                                                 | 36  |
| Tabela 4 – Distribuição da população surinamesa segundo .....                                                 | 37  |
| Tabela 5 – Proporção de mulheres em cargos de gestão no Brasil e no Suriname .....                            | 58  |
| Tabela 6 – Distribuição de Gênero nos Cargos (Brasil) .....                                                   | 132 |
| Tabela 7 – Distribuição Racial (Brasil) das pessoas que participam dos projetos de CSS<br>.....               | 133 |
| Tabela 8 – Distribuição de Gênero nos Cargos (Suriname) .....                                                 | 137 |
| Tabela 9 – Distribuição Racial (Suriname) das pessoas que participam dos projetos de CSS<br>.....             | 138 |
| Tabela 10 – Distribuição de Gênero e Diversidade Racial nos Projetos de Cooperação Brasil<br>e Suriname ..... | 141 |
| Tabela 11 – Entrevistadas(os) brasileiras(os) .....                                                           | 158 |
| Tabela 12 – Entrevistadas surinamesas .....                                                                   | 158 |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                       |            |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                               | <b>15</b>  |
| <b>2</b> | <b>BRASIL–SURINAME E A COOPERAÇÃO SUL-SUL .....</b>                                                   | <b>19</b>  |
| 2.1      | Cooperação Sul-Sul: História, Performance e Decolonialidade .....                                     | 21         |
| 2.2      | Origens da parceria estratégica entre Brasil e o Suriname .....                                       | 30         |
| 2.3      | A estratégia diplomática da cooperação técnica: Brasil e Suriname (2015- 2019).....                   | 39         |
| 2.4      | Considerações finais do capítulo .....                                                                | 49         |
| <b>3</b> | <b>TRABALHOS E INTERSECCIONALIDADES: GÊNERO, RAÇA E CLASSE EM FOCO .....</b>                          | <b>51</b>  |
| 3.1      | Hierarquias de Gênero nos Trabalhos .....                                                             | 53         |
| 3.1.1    | Levando a discussão à Cooperação Sul-Sul. ....                                                        | 59         |
| 3.2      | Descolonizar o gênero: interseccionalidade, raça e classe na América Latina e Caribe. ....            | 67         |
| 3.3      | Mulheres no plural: interseccionalidade, poder e desigualdades .....                                  | 76         |
| 3.4      | Considerações finais do capítulo .....                                                                | 84         |
| <b>4</b> | <b>ABORDAGEM METODOLÓGICA E ORIENTAÇÕES TEÓRICAS DA INVESTIGAÇÃO.....</b>                             | <b>86</b>  |
| 4.1      | Aspectos fundamentais do processo investigativo .....                                                 | 88         |
| 4.2      | Estudo de caso .....                                                                                  | 97         |
| 4.3      | Entrevistas semiestruturadas .....                                                                    | 105        |
| 4.3.1    | Caracterização dos(as) entrevistados(as).....                                                         | 110        |
| 4.3.2    | Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Suriname .....                                                      | 110        |
| 4.3.3    | Interseccionalidade – Dimensão de classe .....                                                        | 110        |
| 4.3.4    | Interseccionalidade – Dimensão de gênero .....                                                        | 111        |
| 4.3.5    | Interseccionalidade – Dimensão racial .....                                                           | 111        |
| 4.3.6    | Perspectivas e avaliações sobre a Cooperação Sul-Sul.....                                             | 112        |
| 4.4      | Considerações finais do capítulo .....                                                                | 115        |
| <b>5</b> | <b>REFLEXÕES SOBRE A COLONIALIDADE DO SABER E AS INSTITUIÇÕES NA COOPERAÇÃO BRASIL-SURINAME .....</b> | <b>117</b> |
| 5.1      | A colonialidade do saber no contexto da Cooperação Sul-Sul .....                                      | 119        |
| 5.2      | Análise das estruturas das equipes responsáveis.....                                                  | 126        |
| 5.2.1    | A estrutura institucional brasileira: desigualdades e continuidades .....                             | 132        |
| 5.2.2    | A estrutura institucional surinamesa .....                                                            | 137        |

|          |                                                                                                              |            |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.3      | Comparação interseccional Brasil–Suriname.....                                                               | 140        |
| 5.4      | Considerações finais do capítulo .....                                                                       | 147        |
| <b>6</b> | <b>COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL–SURINAME: UMA ANÁLISE<br/>DECOLONIAL E INTERSECCIONAL DAS ENTREVISTAS. ....</b> | <b>149</b> |
| 6.1      | Sobre a construção do universo dos entrevistados: decisões, escolhas e perfis .....                          | 151        |
| 6.1.1    | Dimensões temáticas .....                                                                                    | 154        |
| 6.2      | Reflexões sobre a situação de entrevista .....                                                               | 157        |
| 6.2.1    | Análise dos perfis dos entrevistados .....                                                                   | 161        |
| 6.2.1.1  | Entrevistados brasileiros.....                                                                               | 161        |
| 6.2.1.2  | Entrevistadas surinameses.....                                                                               | 164        |
| 6.2.1.3  | Similitudes e diferenças.....                                                                                | 166        |
| 6.3      | Categorias analíticas.....                                                                                   | 168        |
| 6.3.1    | Desigualdades e hierarquias .....                                                                            | 168        |
| 6.3.2    | Cooperação periférica.....                                                                                   | 169        |
| 6.3.3    | Percepções raciais nos processos de cooperação .....                                                         | 170        |
| 6.3.4    | Barreiras de participação feminina.....                                                                      | 170        |
| 6.3.5    | Limitações estruturais relacionadas à classe .....                                                           | 171        |
| 6.3.6    | Distribuição de tarefas remuneradas e não remuneradas .....                                                  | 172        |
| 6.3.7    | Análise das categorias analíticas .....                                                                      | 174        |
| 6.3.7.1  | Desigualdades e hierarquias .....                                                                            | 174        |
| 6.3.7.2  | Cooperação periférica.....                                                                                   | 175        |
| 6.3.7.3  | Percepções raciais nos processos de cooperação.....                                                          | 176        |
| 6.3.7.4  | Barreiras de participação feminina .....                                                                     | 177        |
| 6.3.7.5  | Limitações estruturais relacionadas à classe .....                                                           | 179        |
| 6.3.7.6  | Distribuição de tarefas remuneradas e não remuneradas.....                                                   | 180        |
| 6.4      | Considerações finais do capítulo .....                                                                       | 183        |
| <b>7</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                             | <b>186</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                     | <b>189</b> |
|          | <b>APÊNDICE A - Fontes primárias das entrevistas.....</b>                                                    | <b>200</b> |
|          | <b>APÊNDICE B - Roteiro de perguntas para entrevista semi-estruturada .....</b>                              | <b>201</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos de gênero tenham ampliado significativamente os horizontes analíticos e metodológicos nas Ciências Sociais e nas Relações Internacionais, especialmente com a incorporação do conceito de interseccionalidade a partir do feminismo negro; ainda assim, as reflexões sobre as múltiplas experiências das mulheres latino-americanas e caribenhas permanecem fragmentadas no interior do próprio pensamento feminista. Como resultado, essas discussões seguem marginalizadas e distantes de uma consolidação efetiva como agenda legitimada e recorrente no debate acadêmico mais amplo (Araújo Matos; Lima; Dutra, 2017).

Nesse contexto, recontar a história das mulheres na Cooperação Sul-Sul (CSS) implica não apenas enfrentar os silêncios historiográficos, teóricos e epistemológicos, mas também questionar as abordagens hegemônicas que moldam a compreensão dos fenômenos internacionais (Lenine, 2021). A recorrente indagação “onde estão as mulheres?” exige uma investigação sistemática das lacunas teóricas, temáticas e metodológicas das disciplinas, especialmente daquelas que desafiam o *mainstream* das Relações Internacionais (Runyan; Peterson, 2014). Tal esforço torna-se ainda mais urgente diante do fracasso histórico da disciplina em teorizar o gênero (Elshtain, 1988; Tickner, 1988), ignorando as estruturas de poder que relegam as mulheres ao espaço doméstico, enquanto os homens, em especial os pertencentes a grupos dominantes, ocupam os espaços públicos de decisão (Windsor, 1988).

Além disso, as Relações Internacionais têm sistematicamente invisibilizado as mulheres na arena internacional (Halliday, 1988), perpetuando a exclusão de quase metade da humanidade como sujeito e objeto legítimo de análise. Para os estudos feministas, essa ausência não é neutra: ela reflete relações estruturais de poder que atravessam gênero, raça, classe e outras hierarquias sociais. Como enfatiza Cynthia Enloe, compreender a política internacional exige perguntar onde estão as mulheres, em que condições participam e como seus papéis e articulações transnacionais são frequentemente desconsiderados pelos debates tradicionais da disciplina (Enloe, 2000; 2007; 2014).

No entanto, apesar de terem provocado impactos significativos nos fundamentos da teoria social hegemônica, as teorias feministas frequentemente acabam sendo reduzidas a debates considerados meramente temáticos ou identitários, o que contribui para a negação do gênero como dimensão estrutural e constitutiva das sociedades modernas (Moreira, 2022). Embora a reflexão sobre gênero tenha sido muitas vezes atribuída às mulheres, ela, na realidade, trata de uma estrutura

de relações que diz respeito a todos. Essa perspectiva nos permite compreender os meandros das estruturas de poder, os enigmas da subordinação voluntária e, ao mesmo tempo, inaugura um discurso capaz de revelar a formação de outros arranjos hierárquicos na sociedade, possibilitando a análise de outras formas de sujeição — sejam elas de natureza étnica, racial, regional ou decorrentes das relações entre impérios e nações periféricas (Segato, 1997).

A igualdade não será um registro gráfico dos papéis desempenhados, nem da distribuição de direitos e deveres que poderá aprovar ou rejeitar o caráter igualitário dos gêneros em uma determinada sociedade. O que pode ser observado é o maior ou menor grau de pressão das mulheres, o maior ou menor grau de autodeterminação, o maior ou menor grau de oportunidades, de liberdade etc., mas não a igualdade, pois é o domínio da estrutura, e a estrutura que organiza os símbolos, conferindo-lhes sentido, não é da ordem do visível. O poder revela-se, às vezes, com infinita sutileza. (Segato, 1997). Segundo Haraway (2009) O feminismo relaciona-se a uma ciência que reconhece sujeitos múltiplos, dotados de perspectivas diversas e, ao menos, de uma visão dupla da realidade. Trata-se de uma abordagem comprometida com uma postura crítica, situada em um espaço social não homogêneo e profundamente marcado pelas relações de gênero (Haraway, 2009).

A presente pesquisa investiga como as dimensões de gênero, classe e raça se inter-relacionam na implementação do Programa de Cooperação Técnica Sul-Sul (CSS) entre o Brasil e o Suriname, no período de 2015 a 2019. Parte-se do entendimento de que a Cooperação Sul-Sul, embora frequentemente apresentada como uma alternativa horizontal, solidária e baseada na troca de experiências entre países em desenvolvimento, não está isenta da reprodução de desigualdades estruturais e de hierarquias historicamente constituídas. Nesse sentido, a CSS deve ser analisada não apenas a partir de seus resultados técnicos ou administrativos, mas também considerando como práticas institucionais, normas organizacionais e relações sociais influenciam a participação, o reconhecimento e a valorização de diferentes sujeitos e saberes.

Tendo em vista os aspectos observados, a consolidação desta pesquisa se fundamenta na necessidade de ampliar a literatura acadêmica sobre Cooperação Sul-Sul, especialmente no contexto da América do Sul. A maior parte dos estudos existentes concentra-se predominantemente no Cone Sul, com atenção limitada aos países andinos e amazônicos, os quais permanecem relativamente pouco explorados na produção acadêmica sobre cooperação internacional. Entre esses casos pouco analisados, destaca-se o Suriname, país cuja participação em programas de Cooperação Sul-Sul e nos processos de integração regional tem sido frequentemente negligenciada

nas pesquisas (Cervo, 2009; Oliveira, 2013; Lima, 2017). Essa lacuna evidencia a relevância do presente estudo, que busca não apenas compreender a dinâmica da Cooperação Técnica Sul-Sul entre Brasil e Suriname, mas também contribuir para a construção de conhecimento mais plural e representativo.

Segundo Urt (2009), o Suriname desperta pouco interesse entre pesquisadores por diversas razões estruturais e históricas. Primeiramente, sua independência relativamente recente contribui para que o país ainda seja pouco incorporado nas análises acadêmicas comparativas da região. Em segundo lugar, suas pequenas dimensões territoriais e populacionais limitam a visibilidade do país em estudos de maior escala. Além disso, o idioma oficial — o neerlandês — cria barreiras adicionais de acesso à documentação e à pesquisa de campo. Outro fator é o tipo específico de colonização que o Suriname sofreu, distinto dos padrões mais comuns na América Latina, o que dificulta comparações diretas com outros países sul-americanos. Por fim, o país não pertence às sub-regiões sul-americanas mais estudadas e tampouco se integra plenamente ao Caribe tradicionalmente abordado na literatura, situando-se em uma posição liminar que reforça sua marginalização nos estudos acadêmicos sobre cooperação regional e desenvolvimento.

O interesse pelo Brasil justifica-se a partir da minha experiência profissional na Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Durante os seis anos em que atuei como analista de projetos na Coordenação-Geral de Cooperação Técnica com a América Latina, Caribe e Europa (CGAE), tive a oportunidade de acompanhar de perto a implementação de diversas iniciativas de Cooperação Sul-Sul (CSS). Nessas experiências, observei, de maneira recorrente, a expressiva presença de mulheres em cargos técnicos, ao mesmo tempo em que a participação feminina em posições de liderança e de tomada de decisão permanecia reduzida. Essa constatação despertou meu interesse em investigar as possíveis causas dessa disparidade, buscando compreender como gênero, raça e outros marcadores sociais se articulam nas estruturas institucionais da cooperação internacional e influenciam a composição e o funcionamento das equipes envolvidas.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender de que forma gênero, raça e classe se articulam na constituição das equipes, especialmente nas mulheres que fazem parte, entre Brasil e Suriname, identificando as dinâmicas de inclusão, exclusão e representatividade social. Dessa forma, a pesquisa busca articular uma análise interseccional e decolonial da CSS, considerando não apenas os conteúdos técnicos e administrativos, mas também a organização institucional, a distribuição de poder, os perfis sociais dos atores envolvidos. Ao mapear essas dimensões,

pretende-se contribuir para a compreensão crítica da Cooperação Sul-Sul como espaço social e político, capaz de reproduzir ou tensionar hierarquias históricas, e para a formulação de políticas mais inclusivas e representativas no campo da cooperação internacional.

A pesquisa está organizada em cinco capítulos. O Capítulo 1 – Brasil, Suriname e a Cooperação Sul-Sul contextualiza historicamente a cooperação entre os dois países, abordando seu marco institucional, político e diplomático. O Capítulo 2 – Trabalho e interseccionalidade: gênero, raça e classe em foco apresenta os fundamentos teóricos que orientam a análise, discutindo como desigualdades estruturais se manifestam no campo do trabalho e nas relações institucionais. No Capítulo 3 – Composição e dinâmicas institucionais das equipes de CSS, são examinadas a organização das equipes, os papéis desempenhados por diferentes atores e os projetos que compõem a pauta bilateral, destacando a forma como práticas e normas institucionais influenciam a participação e a autoridade de cada indivíduo. O Capítulo 4 – Colonialidade do saber e instituições na Cooperação Brasil–Suriname problematiza as hierarquias de poder e conhecimento no interior das instituições envolvidas, evidenciando a reprodução de padrões de exclusão e as possibilidades de resistência e transformação. Por fim, o Capítulo 5 – Análise das entrevistas apresenta e interpreta os dados qualitativos coletados junto às equipes, permitindo identificar padrões de inclusão, marginalização e representatividade social na prática da cooperação.

Dessa forma, esta pesquisa busca aprofundar a compreensão das relações de poder, gênero, raça e classe que atravessam a implementação desses programas. Pretende-se compreender como a CSS, embora orientada por princípios de horizontalidade e solidariedade, está longe de ser um espaço neutro, revelando simultaneamente potencialidades transformadoras e limites estruturais impostos por hierarquias históricas. Espera-se, assim, contribuir para a reflexão crítica sobre políticas de cooperação internacional mais inclusivas e representativas, capazes de valorizar a diversidade social e epistemológica, ao mesmo tempo em que questionam as formas tradicionais de reprodução da autoridade e do saber nas relações internacionais

## 2 BRASIL–SURINAME E A COOPERAÇÃO SUL-SUL

Este capítulo tem como objetivo analisar a Cooperação Sul-Sul (CSS) a partir de uma abordagem teórica e empírica que articula os debates sobre autonomia, hierarquia internacional e estratégias diplomáticas dos países do Sul Global, analisando a relação bilateral entre Brasil e Suriname. Parte-se do pressuposto de que a CSS não se limita a um instrumento técnico voltado à promoção do desenvolvimento ou à transferência de capacidades institucionais, mas se configura como uma estratégia política e diplomática por meio da qual Estados do Sul Global atuam na busca para ampliar suas margens de autonomia, projetar interesses e redefinir posições relativas em um sistema internacional estruturalmente desigual e hierarquizado (Rinaldi e Trevisan, 2022)

A escolha da relação bilateral entre Brasil e Suriname como objeto empírico justifica-se tanto por sua relevância estratégica quanto por sua singularidade no contexto sul-americano. Trata-se de uma parceria que envolve países com posições distintas no sistema internacional — um Estado semiperiférico de maior projeção regional e um pequeno Estado periférico —, permitindo analisar como a Cooperação Sul-Sul se materializa em contextos marcados por assimetrias internas, negociações diplomáticas diferenciadas e interesses convergentes e divergentes.

Este capítulo tem como objetivo analisar a Cooperação Sul-Sul (CSS) a partir de uma perspectiva teórica e empírica que articula debates sobre autonomia, hierarquia internacional e estratégias diplomáticas dos países do Sul Global, tendo como foco a relação bilateral entre Brasil e Suriname. Parte-se do pressuposto de que a CSS constitui não apenas um instrumento técnico de promoção do desenvolvimento, mas também uma estratégia política e diplomática por meio da qual Estados periféricos e semiperiféricos buscam ampliar suas margens de autonomia em um sistema internacional marcado por profundas assimetrias estruturais.

Na primeira seção, discute-se a gênese da Cooperação Sul-Sul e suas principais abordagens analíticas, situando-a historicamente no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, da descolonização e da emergência de demandas por uma ordem internacional mais equitativa. A CSS é examinada tanto em sua dimensão normativa e discursiva — frequentemente associada à solidariedade, à horizontalidade e ao benefício mútuo — quanto em sua dimensão prática, marcada por interesses estratégicos, seletividade e pragmatismo, especialmente à luz das contribuições do realismo periférico e de leituras críticas e decoloniais.

A segunda seção aborda as origens da parceria estratégica entre Brasil e Suriname, contextualizando-a a partir das transformações geopolíticas da década de 1970, da independência

surinamesa e da crescente importância da região amazônica na política externa brasileira. Analisa-se como fatores históricos, geográficos e institucionais moldaram uma relação bilateral pautada pela cooperação técnica, pelo diálogo político e pela busca de estabilidade regional, mesmo em períodos de instabilidade interna no Suriname.

Na terceira seção, o capítulo concentra-se na análise da cooperação técnica bilateral entre Brasil e Suriname no período de 2015 a 2019, compreendendo-a como uma estratégia diplomática específica. Examina-se a arquitetura institucional da cooperação, os principais projetos negociados e as áreas temáticas priorizadas, destacando como essa experiência empírica se aproxima do conceito de cooperação periférica, caracterizada por resultados incrementais, baixo custo político e fortalecimento de capacidades estatais.

Por fim, as considerações finais do capítulo retomam os principais argumentos desenvolvidos, articulando o debate teórico sobre a Cooperação Sul-Sul às evidências empíricas do caso Brasil–Suriname.

## 2.1 Cooperação Sul-Sul: História, Performance e Decolonialidade

A Conferência de Bandung, realizada em 1955, é considerada o primeiro marco institucional da Cooperação Sul-Sul (CSS), reunindo 29 países africanos e asiáticos que, até então, tinham participação limitada no sistema internacional. Esse encontro introduziu o conceito de “Terceiro Mundo”<sup>1</sup> (Pereira; Medeiros, 2015) e formalizou um movimento político solidarista significativo entre povos culturalmente diversos, mas unidos pela luta contra o colonialismo e o imperialismo (Weber; Winnti, 2016). Em outras palavras, a experiência comum do pós-colonialismo desempenhou papel decisivo na aproximação dos países presentes em Bandung. Esses Estados compartilhavam prioridades e desafios, como a recente conquista da independência e a busca por desenvolvimento, o que gerou forte sentimento de solidariedade — elemento central para a formação da CSS. A Conferência de Bandung consolidou a ideia de que o desenvolvimento poderia ser alcançado por meio do esforço conjunto dessas nações (Almino; Moreira, 2017).

Nesse contexto, a CSS se estrutura como uma estratégia voltada a promover mudanças na configuração das relações internacionais e a gerar resultados concretos de desenvolvimento compartilhado entre países emergentes. Essa cooperação responde a desafios comuns, apoia-se no reconhecimento das capacidades e oportunidades do Sul Global<sup>2</sup> e atende à crescente demanda por colaboração entre essas nações (Ayllón Pino, 2012).

A Declaração do Kuwait sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento,<sup>3</sup> adotada em 5 de junho de 1977, foi um marco importante na consolidação da CSS. A declaração reafirmou a importância da solidariedade entre as nações do Sul Global e destacou a necessidade de ampliar o intercâmbio de conhecimentos, tecnologia e capacitação técnica de forma autônoma, reduzindo a dependência em relação aos países desenvolvidos. Defendeu princípios como autossuficiência coletiva, igualdade e respeito à soberania, além da cooperação voluntária e não

---

<sup>1</sup> Conceito desenvolvido por pelo economista francês Alfred Sauvy em 1952 e se referia aos países não alinhados com os blocos capitalista (Primeiro Mundo) e socialista (Segundo Mundo) durante a Guerra Fria. Atualmente substituído pelo conceito de países em desenvolvimento.

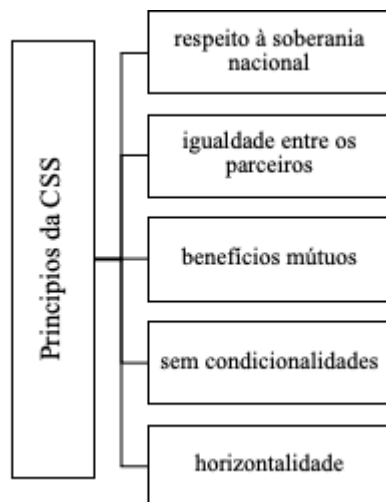
<sup>2</sup> Categoria criada por Carl Oglesby, em 1969, para se referir a países, sobretudo da África, América Latina e Ásia, que enfrentam desafios como desigualdades socioeconômicas e a herança do colonialismo.

<sup>3</sup> A Declaração do Kuwait foi reconhecida na resolução CM/Res.560 (XXIX), adotada pelo Conselho de Ministros da Organização da Unidade Africana em sua vigésima nona sessão ordinária, realizada em Libreville, de 23 de junho a 5 de julho de 1977. Foi posteriormente aprovada pela Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana na sua trigésima primeira sessão ordinária, realizada em Cartum, de 7 a 18 de julho de 1978.

condicionada. A Conferência do Kuwait ocorreu em um contexto de afirmação política dos países em desenvolvimento, marcado pela busca de autonomia frente à Guerra Fria, pela necessidade de respostas conjuntas às crises econômicas da década de 1970 e pelo desejo de construir uma ordem internacional mais equilibrada. O documento também serviu de base política para o avanço da cooperação técnica entre países em desenvolvimento, influenciando diretamente a elaboração do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA). Em 1978, a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento resultou no PABA, o qual estabelece um quadro conceitual e operacional abrangente para a promoção da CSS. Este Plano de Ação representou a institucionalização e sistematização dessa modalidade de cooperação, tornando-se um elemento central da política externa dos países do Sul Global.

Quarenta anos após a adoção do PABA em 1978, a Conferência PABA+40, realizada em Buenos Aires, em março de 2019, representou um marco significativo na atualização dos princípios, desafios e perspectivas da CSS. O encontro reafirmou o compromisso dos países em desenvolvimento com os fundamentos estabelecidos em 1978, especialmente reforçando os princípios que orientam a cooperação entre países do Sul Global com base no respeito à soberania nacional, garantindo que nenhum país interfira nos assuntos internos de outro, e na igualdade entre os parceiros, rejeitando hierarquias e promovendo a horizontalidade nas relações. Além disso, a CSS deve: gerar benefícios mútuos, evitando a reprodução de dependências estruturais típicas das relações Norte-Sul; ocorrer sem condicionalidades políticas, econômicas ou ideológicas; pautar-se pela solidariedade e complementaridade de capacidades, fortalecendo a autossuficiência coletiva dos países em desenvolvimento; e assegurar a apropriação nacional (*ownership*), permitindo que cada país mantenha controle pleno sobre seus projetos e prioridades de desenvolvimento. Igualmente, o PABA estabelece que a cooperação não deve ser utilizada como instrumento de influência política ou econômica, devendo priorizar o fortalecimento de capacidades, o intercâmbio de conhecimento e a formação de recursos humanos e processos participativos que consolidem relações horizontais e igualitárias entre os países parceiros (ONU, 1978). Assim como em Bandung e no Kuwait, esses princípios moldaram o arcabouço contemporâneo da CSS (Almino; Moreira Lima, 2017).

Figura 1 – Princípios da Cooperação Sul-Sul



Fonte: elaborada pela autora a partir da Declaração de Buenos Aires (1978).

Conforme Alden, Morphet e Vieira (2010), a CSS pode ser caracterizada por seis variáveis que definem a identidade do Sul. A primeira variável refere-se à dimensão relacional: para que o Sul exista, é necessário o Norte e, nessa relação, o Sul ocupa uma posição de dependência. O termo “Sul” adquire importância justamente por representar uma fonte de identidade tanto nacional quanto transnacional para os atores estatais e não estatais no sistema internacional (Alden; Morphet; Vieira, 2010).

A segunda variável envolve a identidade do Sul, que é reforçada por encontros regulares e pela criação de coalizões e grupos políticos entre os países do Sul. Essa identidade é consolidada pela formação contínua da política externa dentro desses grupos, como o Movimento Não Alinhado (MNA), os BRICS (Acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), entre alguns exemplos, cujas fundações se baseiam na experiência de lidar com questões do Sul (Alden; Morphet; Vieira, 2010).

A terceira variável refere-se à identidade do Sul construída a partir das experiências compartilhadas sob as condições de imperialismo e colonialismo, processos que começaram no século XIX e se encerraram com o colapso do império soviético (Alden; Morphet; Vieira, 2010).

A quarta variável aponta que a identidade do Sul envolve dilemas relativos à soberania. Ela encapsula e compartilha os desafios de soberania enfrentados pelos Estados recém-independentes, lidando com questões de construção da nação em territórios frequentemente divididos pela história,

pela etnia e/ou pelo credo, o que continua a ser uma fonte de conflito tanto dentro dos Estados quanto entre eles (Alden; Morphet; Vieira, 2010).

A quinta variável refere-se às dificuldades econômicas enfrentadas pelos países do Sul. Ela abrange dilemas compartilhados por economias em desenvolvimento, que tentam superar a herança de pobreza rural e urbana. As economias baseadas em *commodities*, sujeitas às flutuações dos mercados internacionais, dominados em grande parte pelo Norte, permanecem como o principal desafio econômico para o Sul (Alden; Morphet; Vieira, 2010).

Por fim, a sexta variável sugere que a conexão entre os países do Sul serve como uma tática de associação fundamentada na crítica ao sistema internacional contemporâneo. O Sul adota uma estratégia de mobilização alicerçada em uma crítica profunda à ordem global, enfrentando desigualdades persistentes, sustentadas por assimetrias na riqueza e no poder. A noção do Sul se torna, assim, uma forma de resistência e um ponto de convergência para a solidariedade e o ativismo (Alden; Morphet; Vieira, 2010). Podemos sintetizar as variáveis de Alden, Morphet e Vieira (2010) na tabela a seguir:

Quadro 1 – Características das CSS

|                    |                                                                                                                                |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1ª Variável</b> | Pressupõe-se que para a existência o Sul deve existir o Norte, e, nessa relação, o Sul encontra-se numa posição de dependência |
| <b>2ª Variável</b> | Reiteradamente validada por meio de encontros regulares ou da criação de coalizões e grupos políticos entre os países do Sul   |
| <b>3ª Variável</b> | Tem como base a vivência compartilhada do imperialismo e do colonialismo.                                                      |
| <b>4ª Variável</b> | Envolve dilema em torno da questão da soberania                                                                                |
| <b>5ª Variável</b> | Dificuldades para atingir o desenvolvimento econômico                                                                          |
| <b>6ª Variável</b> | Conexão do Sul serve de tática de associação fundamentada na crítica ao sistema internacional contemporâneo                    |

Fonte: elaborada pela autora a partir de Alden, Morphet e Vieira (2010).

Dessa forma, a CSS surge de trajetórias compartilhadas pelas nações em desenvolvimento e é impulsionada pela convicção de que o progresso é acessível a todos. Ela busca reduzir a pobreza, melhorar as condições de vida das populações vulneráveis e criar um ambiente favorável à formulação de soluções concebidas no Sul para atender às necessidades do próprio Sul (Almino; Moreira Lima, 2017). Por meio da CSS, inicialmente se poderia introduzir a criação de narrativas

que desafiam os discursos tradicionais de poder, oferecendo respostas mais adequadas às questões urgentes no cenário internacional (Chowdhry; Nair, 2002). A CSS também implica uma crítica ao passado, analisando como ele foi construído, ao mesmo tempo em que busca identificar uma realidade atual ainda marcada por uma série de discursos, práticas, representações e relações políticas que contribuem para a continuidade da distribuição desigual de poder e de riqueza no âmbito global (Elíbio; Almeida, 2013). Busca, com isso, estabelecer uma ordem mundial que reflita as diferenças, para o que seria preciso formular narrativas antissistemas: Ao pensar o Sul como uma posição política associada ao surgimento de conhecimentos e discursos próprios, estamos pensando em modelos de ordem mundial alternativos ao realmente existente (Surasky, 2016, p. 67).

A CSS consolidou-se, ao longo das últimas décadas, como uma alternativa às formas tradicionais de cooperação internacional estruturadas historicamente sob a predominância do Norte Global. Para compreender a atuação dos Estados nesse modelo, a teoria dramática de Erving Goffman constitui uma ferramenta analítica pertinente. Em sua obra clássica *A representação do eu na vida cotidiana*, Goffman (2024) propõe que as interações sociais funcionam como apresentações teatrais, nas quais atores buscam administrar impressões diante de um público. Essa perspectiva, originalmente aplicada a interações face a face, pode ser ampliada para a esfera internacional, na qual Estados, como atores coletivos, também produzem performances políticas para construir determinadas identidades (Goffman, 2009).

Sob essa lente, a CSS funciona como um palco no qual os Estados do Sul Global constroem e performam identidades baseadas em autonomia, solidariedade e resistência às hierarquias globais. Em conferências multilaterais, discursos diplomáticos e documentos oficiais, os países projetam uma imagem de parceria horizontal e de compromisso com o desenvolvimento mútuo (Ayllón Pino, 2012). Esses momentos constituem o *frontstage* descrito por Goffman, um espaço de apresentação pública cuidadosamente organizada para produzir impressões específicas (Goffman, 2009). No entanto, como ocorre em qualquer performance dramática, existe um espaço de bastidores (*backstage*) que não é visível ao público (Goffman, 2009). Nos bastidores da CSS, estão negociações discretas, disputas por liderança regional, assimetrias de poder e interesses estratégicos que nem sempre coincidem com o discurso de igualdade e de solidariedade exibido publicamente (Saraiva, 2020). Assim, mesmo que a narrativa oficial enfatize horizontalidade, a prática pode envolver tensões e hierarquias entre Estados do Sul Global (Ayllón Pino, 2012).

Essa dinâmica dual revela que a CSS é simultaneamente um processo político e simbólico. Os Estados não apenas trocam conhecimentos técnicos ou implementam projetos de cooperação, mas também constroem narrativas sobre si, moldam identidades e administram percepções perante outros países e perante suas próprias sociedades (Almino; Moreira Lima, 2017). Como destaca Goffman (2009), a administração de impressões é fundamental para a eficácia de qualquer performance social e isso se aplica de maneira evidente às práticas diplomáticas. Nesse sentido, a CSS configura-se como um espaço privilegiado para que os Estados afirmem um projeto político alternativo ao modelo Norte-Sul, fundamentado na autossuficiência coletiva e no desenvolvimento compartilhado (Pereira; Medeiros, 2015). Ao mesmo tempo, esse palco também permite observar como os próprios Estados reproduzem o modelo Norte-Sul, especialmente quando se consideram as práticas hegemônicas que países do Sul exercem nas relações entre si (Espinoza, 2019). Contudo, os bastidores revelam que a cooperação é permeada por contradições, disputas e interesses não expostos publicamente, elementos inerentes ao comportamento estratégico dos Estados (Ayllón Pino, 2012). O Estado, portanto, atua simultaneamente como agente material e ator simbólico, cuja performance diplomática molda significados e legitima posições no sistema internacional (Goffman, 2009).

Assim, a articulação entre a teoria dramaturgica de Goffman e a CSS evidencia que a representação e a administração de impressões desempenham papel central nas práticas de cooperação internacional. A CSS configura-se não apenas como um mecanismo técnico de desenvolvimento, mas como um espaço simbólico no qual identidades políticas são continuamente construídas, negociadas e projetadas (Saraiva, 2020). Essa perspectiva amplia a compreensão das dinâmicas internacionais ao revelar que o sucesso da cooperação depende tanto de resultados concretos quanto da capacidade dos Estados de performar e sustentar narrativas que legitimem a sua atuação no Sul Global (Almino; Moreira Lima, 2017).

Nesse contexto, a CSS emerge como um instrumento fundamental para a construção de um paradigma alternativo ao modelo hegemônico de desenvolvimento produzido pela modernidade/colonialidade. Alinhada à noção de colonialidade do poder formulada por Aníbal Quijano (2000), a CSS busca enfrentar as hierarquias históricas, raciais, econômicas e epistêmicas que estruturam o sistema internacional desde o colonialismo europeu. Para Leite (2011), a CSS constitui uma forma de colaboração baseada em experiências compartilhadas entre países do Sul Global, marcadas por trajetórias comuns de dependência e desigualdade estrutural. Nesse sentido,

a cooperação não se limita ao intercâmbio técnico, mas se torna um mecanismo de recuperação de saberes e práticas silenciadas pela modernidade eurocêntrica. A CSS, portanto, é um instrumento de desenvolvimento conjunto entre os países do Hemisfério Sul em face de seus desafios comuns (Leite, 2011) que possibilita a formulação de narrativas contrárias aos discursos tradicionais de poder e a apresentação de melhores respostas às questões presentes no cenário internacional (Chowdhry; Nair, 2002).

Esse Sul Global engloba, simultaneamente, realidades sociais profundamente desiguais e plurais, caracterizadas por heterogeneidades internas de classe, raça, gênero e etnia, e uma dimensão político-simbólica forjada a partir da experiência histórica comum da dominação colonial. Nesse plano, o chamado “espírito de Bandung” não se restringe a um episódio diplomático específico, mas representa a consolidação de uma consciência política coletiva que reivindica autonomia, autodeterminação e contestação das hierarquias impostas pelo sistema internacional. Essa consciência constitui um dos fundamentos normativos e identitários da Cooperação Sul-Sul, ao articular demandas por reconhecimento, soberania e desenvolvimento em termos próprios (Lechini, 2009; Caixeta, 2015).

Por essa razão, torna-se impossível compreender a CSS de forma aprofundada sem incorporar o debate sobre as Epistemologias do Sul. Essas epistemologias emergem das lutas históricas por emancipação política, econômica e cognitiva, questionando a pretensa universalidade dos saberes produzidos a partir do Norte Global e reivindicando a legitimidade de conhecimentos situados, enraizados em experiências históricas específicas. No âmbito da cooperação internacional, essa perspectiva permite problematizar não apenas o conteúdo dos projetos implementados, mas também os critérios de validação do conhecimento, os modelos de desenvolvimento adotados e as formas de produção e circulação dos saberes técnicos e políticos (Lechini, 2009; Caixeta, 2015).

Para Yuderkys Espinosa Miñoso (2014), uma análise feminista decolonial da CSS exige ampliar o foco além das relações interestatais, incorporando críticas às hierarquias de gênero, raça e sexualidade que atravessam os projetos de desenvolvimento. A autora argumenta que a descolonização deve envolver não apenas mudanças institucionais, mas também uma transformação profunda das epistemologias e das subjetividades que orientam a ação política internacional. Guiada por princípios como solidariedade, respeito à soberania, ausência de condicionalidades e horizontalidade, a CSS se diferencia da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento ao promover relações entre iguais (ONU, 2009). Contudo, como assinala Ramón Grosfoguel (2008),

a colonialidade persiste mesmo após o fim formal do colonialismo, reconfigurando-se em novas formas de hierarquização. Assim, mesmo dentro do Sul Global, tensões e desigualdades podem ser reproduzidas, exigindo uma leitura crítica da CSS que reconheça suas contradições e limites.

A ideia de que a CSS possui um potencial decolonial reside justamente na possibilidade de produzir modelos alternativos de cooperação e de desenvolvimento. Para Martin (2019), o potencial decolonial da Cooperação Sul-Sul reside na possibilidade de construir formas alternativas de cooperação internacional que transcendam os modelos tradicionais e as concepções hegemônicas de desenvolvimento. Isso implica ampliar os atores envolvidos e transformar as práticas cooperativas, de modo a questionar as hierarquias históricas que estruturam a ordem internacional. Ao promover relações pautadas na solidariedade, no reconhecimento das especificidades locais e na redução das assimetrias entre o Norte e o Sul Global, a CSS abre espaço para interpretações histórico-críticas capazes de evidenciar tanto seus limites quanto suas possibilidades de transformação. Esse movimento está alinhado ao pensamento de Rita Segato (2016), que defende a recuperação de formas comunitárias e territoriais de organização social como estratégia para enfrentar a violência estrutural produzida pela modernidade capitalista. Desse modo, a CSS pode ser entendida como parte de um contramovimento que busca reestruturar a ordem mundial desde as margens, apoiando-se em histórias e epistemologias negadas pela colonialidade.

Assim, uma leitura decolonial da CSS revela tanto seu potencial transformador quanto seus desafios. A CSS pode fortalecer epistemologias do Sul, promover relações internacionais mais horizontais e contribuir para a reestruturação das hierarquias globais. No entanto, para que cumpra esse papel, é fundamental descolonizar suas práticas, enfrentar desigualdades internas entre países do Sul e ampliar a participação de movimentos sociais, povos indígenas, coletivos afrodescendentes, organizações feministas e outras vozes historicamente marginalizadas. Apenas dessa forma a CSS poderá consolidar-se como um projeto verdadeiramente decolonial e orientado à construção de um mundo mais justo, plural e solidário.

Essa dimensão simbólica contribui para compreender a CSS como um processo simultaneamente político e cultural, no qual a gestão de impressões, a construção de legitimidade internacional e a afirmação de posicionamentos estratégicos assumem importância equivalente aos resultados materiais da cooperação. A partir dessa leitura, com perspectiva decolonial, a CSS tem potencial transformador, ao possibilitar a valorização de saberes subalternizados, a formulação de

modelos alternativos de desenvolvimento e a criação de espaços de resistência às hierarquias globais e históricas que estruturam o sistema internacional.

No entanto, essa análise também evidencia limites e contradições: desigualdades internas entre países do Sul, persistência da colonialidade das relações de poder e exclusão de vozes historicamente marginalizadas podem comprometer a efetividade de uma cooperação verdadeiramente igualitária e decolonial. Portanto, a CSS deve ser entendida como um processo em constante negociação, que combina objetivos técnicos de desenvolvimento com a construção de uma política internacional simbólica e identitária. Para que atinja plenamente seu potencial decolonial, é necessário promover a participação de múltiplos atores sociais — incluindo movimentos sociais, povos indígenas, coletivos afrodescendentes e organizações feministas — fortalecendo práticas inclusivas, horizontais e solidárias. Somente assim a CSS poderá consolidar-se como instrumento de transformação global, contribuindo para uma ordem internacional mais justa, plural e equitativa, capaz de enfrentar desigualdades históricas e estruturar relações de poder baseadas na autonomia e na solidariedade entre os países do Sul Global.

## 2.2 Origens da parceria estratégica entre Brasil e o Suriname

Na década de 1970, a região das Guianas passou a atrair maior atenção do governo brasileiro, influenciado pelas doutrinas geopolíticas formuladas na Escola Superior de Guerra (ESG). Essas doutrinas enfatizavam a necessidade de proteger as fronteiras, controlar áreas sensíveis e promover a ocupação e a integração da Amazônia ao restante do território nacional (Kelly, 1984, p. 459). A importância da região intensificou-se especialmente após a independência do Suriname, em 1975, quando o país deixou de ser colônia dos Países Baixos e passou a atuar como Estado soberano nas dinâmicas sul-americanas e caribenhas. A nova condição do Suriname elevou seu peso estratégico para o Brasil, que buscava compreender o papel do recém-independente vizinho no equilíbrio regional e na segurança amazônica.

Brasil e Suriname compartilham fronteira<sup>4</sup> de 597 km, dos quais 360 km são formados pelo rio Oiapoque (Ferreira; Tostes, 2020). Embora localizado na América do Sul, o Suriname manteve, desde a independência, vínculos políticos e institucionais mais estreitos com o Caribe do que com seus vizinhos continentais, o que levou estudiosos a caracterizarem o país como parte da chamada “Amazônia Caribenha”<sup>5</sup> (Costa e Silva, 2019). Além disso, sua infraestrutura limitada — sem rodovias que conectam diretamente o território ao Brasil e com poucos voos ligando os dois países — contribuiu para a manutenção de uma débil articulação regional amazônica.

O cenário internacional do final da década de 1970 influenciou fortemente a postura brasileira de aproximação ao Suriname. A crise do petróleo de 1973, que impôs pressões econômicas globais, levou o Brasil a reorientar sua política externa. A partir de 1974, o governo adotou duas diretrizes centrais: garantir o abastecimento de petróleo e ampliar mercados de exportação para produtos industriais brasileiros (URT, 2010). Nesse contexto, os países amazônicos — incluindo o recém-independente Suriname — passaram a ocupar posição estratégica, seja por possuírem reservas petrolíferas, seja por representarem potenciais mercados consumidores.

---

<sup>4</sup> A fronteira entre a então colônia holandesa e o já independente Brasil (estados do Amapá e Pará) foi estabelecida de maneira pacífica quando o Barão do Rio Branco e o Ministro neerlandês Frederic Palm assinaram o Tratado do Rio de Janeiro, em 1906 (Lins, 1996).

<sup>5</sup> O conceito de Amazônia Caribenha, é uma região da América do Sul que abrange territórios no Brasil, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, surgiu de debates acadêmicos iniciados no fim dos anos 1990 e ganhou destaque a partir de 2006 com estudos do Nupepa/UFRR. Com base em abordagens pós-coloniais e decoloniais, esses pesquisadores reinterpretaram relatos de viajantes europeus dos séculos XV ao XIX, evidenciando as trocas culturais, econômicas e os encontros entre europeus e povos indígenas Karíb e Arawak na região da Guiana (Oliveira, 2020).

O Suriname ganhou ainda maior relevância na política externa do governo brasileiro com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), em 1978, firmado entre Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname. Para o Brasil, estreitar laços com os países amazônicos significava reforçar sua presença regional, ampliar oportunidades econômicas e consolidar uma visão de desenvolvimento integrado da Amazônia (URT, 2010). Além disso, fortalecer laços com a região norte da América do Sul era fundamental para evitar que interesses extrarregionais intensificassem disputas político-ideológicas no entorno estratégico brasileiro.

Ao adotar uma perspectiva de segurança para interpretar as relações internacionais, a diplomacia brasileira de fins dos anos 1970 enfrentava o desafio de compatibilizar tal abordagem com uma agenda de desenvolvimento que ganhara força no governo brasileiro (URT, 2010). Embora persistisse a percepção de ameaça representada pelo chamado “desafio cubano”, o governo brasileiro considerava necessária a vigilância sobre potenciais riscos de subversão interna no Suriname, de exportação de movimentos revolucionários ou de eclosão de conflitos que pudessem inserir a lógica bipolar da Guerra Fria na região amazônica (URT, 2010). A principal inovação do governo do Brasil consistiu em enfrentar esses riscos sem retornar a uma postura estritamente ideologizada, reafirmando a opção brasileira por uma política externa orientada para a cooperação para o desenvolvimento como instrumento de estabilidade regional (URT, 2010). Nesse contexto, o Suriname — recém-independente, politicamente instável e inserido em área geoestratégica — tornou-se simultaneamente objeto de atenção geopolítica e parceiro potencial em iniciativas de integração e cooperação amazônica.

Vale destacar que o primeiro contato oficial entre Brasil e Suriname ocorreu em 1976, durante a visita do primeiro-ministro Henck Alfonsus Eugene Arron, sendo o Brasil o primeiro país a receber uma visita oficial de um chefe de governo surinamês (Lima, 2017). Esse gesto diplomático revela o interesse de ambas as nações em estreitar seus laços bilaterais, o que se concretizou, em termos de cooperação, com a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica<sup>6</sup>, em 23 de novembro de 1976, quase um ano após a independência do

---

<sup>6</sup> O Acordo Básico de Cooperação Técnica (às vezes denominado “Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento”, ou Acordo-Quadro), é um ato internacional, ratificado pelo Congresso Nacional do Brasil, que tem por objetivo formalizar as relações de cooperação técnica entre o Governo brasileiro e o Governo parceiro. É com base no Acordo Básico que os Governos cooperantes definem, de forma conjunta, o marco geral da cooperação: os programas e projetos que desejam implementar e o arcabouço institucional que orientará a implantação da cooperação (Brasil, 2013).

Suriname. Esse acordo reflete a prioridade que o governo brasileiro atribuiu às relações bilaterais com o Suriname.

É nesse ponto de inflexão que se inserem as relações bilaterais entre Brasil e Suriname no período. A ruptura da ordem política no Suriname — iniciada com a Rebelião dos Sargentos<sup>7</sup>, no Suriname em 1980, e consolidada com o massacre de dezembro<sup>8</sup>, de 1982, — criou condições para uma possível radicalização à esquerda. Além disso, a reação da comunidade internacional aos acontecimentos de 1982, marcada pela suspensão da ajuda financeira por parte dos Países Baixos e dos Estados Unidos, levou a liderança surinamesa a buscar novas fontes de recursos, mesmo que isso implicasse aproximar-se de países alinhados ao bloco comunista (URT, 2010). No início de 1982, o chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro promoveu uma visita oficial ao Suriname e, em seu discurso, afirmou:

Estamos permanentemente dispostos a renovar nossos esforços em favor do estabelecimento de uma ordem internacional caracterizada pelas relações de cooperação, e não de poder, pela igualdade, e não pela hegemonia [...] (RPEB, 1982, p. 62).

Assim, uma das inovações da política externa brasileira durante o governo de Figueiredo — não apenas em relação ao Suriname, mas a toda a América Latina — foi o uso da ideia de cooperação como instrumento para substituir a imagem de país imperialista, subimperialista ou hegemônica, atribuída ao Brasil, por uma identidade pautada na confiança, na igualdade e na parceria com os demais países da região (URT, 2010). O caso da atuação brasileira no Suriname evidencia a articulação entre ações e discursos na política externa. Embora o discurso diplomático brasileiro não expressasse explicitamente, suas ações indicavam a defesa da cooperação como instrumento para conter a subversão comunista. Aos países mais ricos, o Brasil afirmava necessitar de maior cooperação para o desenvolvimento; à América do Sul, transmitia que sua conduta seria orientada pela cooperação e pelo respeito absoluto à soberania dos países vizinhos.

---

<sup>7</sup> A chamada Rebelião dos sargentos no Suriname constituiu um golpe militar atípico. Não possuía caráter revolucionário nem reacionário, tampouco estava relacionado a dinâmicas da Guerra Fria. Não se alinhava às doutrinas de segurança de inspiração norte-americana nem àquelas vinculadas à União Soviética. Tratou-se, antes, de um levante motivado por questões estritamente internas, centradas sobretudo nas tensões entre a corporação militar e o governo (URT, 2010).

<sup>8</sup> O massacre de dezembro foi um conjunto de assassinatos, realizados em dezembro de 1982, pelo coronel Desi Bouters, que executou inicialmente 15 importantes opositores, incluindo jornalistas, advogados, militares e sindicalistas, e nos dias seguintes, outros 36 opositores foram mortos sob a justificativa de que tentavam fugir da prisão (URT, 2010).

Entre os dias 15 e 17 de abril de 1983, foi realizada uma missão diplomática no Suriname que tinha por objetivo oferecer programas de assistência civil e militar, incluindo cooperação técnica agroindustrial, estudos para a construção de usinas hidrelétricas e ampliação dos transportes aéreo e marítimo entre os países (Conde, 1983). Também foram disponibilizados programas de treinamento militar, bolsas de estudo em universidades da Amazônia, incremento do comércio bilateral e até a transmissão via satélite de jogos de futebol brasileiros (Jornal do Brasil, 1983).

As relações entre Brasil e Suriname tiveram avanços significativos a partir da década de 1980, especialmente no contexto da redemocratização de ambos os países. Em março de 1989, o presidente brasileiro José Sarney visitou Paramaribo, seguido pelo primeiro-ministro surinamês Ramsewak Shankar, que visitou Brasília. A visita de Sarney tinha caráter político e simbólico, voltado à normalização institucional do Suriname e à retomada da ajuda financeira dos Países Baixos, além de reforçar o compromisso do Brasil com o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e estabelecer mecanismos de consultas sobre narcotráfico e cooperação técnica (Silva, 2014). Contudo, a guerra civil interna no Suriname, iniciada em 1986, limitou o aprofundamento imediato das relações bilaterais (Silva, 2014).

A estabilização política começou em 1991, quando, após eleições supervisionadas pela OEA, Rinaldo Ronald Venetiaan foi eleito presidente. O Brasil atuou ativamente no processo de pacificação e na mediação entre governo e rebeldes (Silva, 2014). No mesmo período, foi criado o Grupo de Amigos do Suriname, composto por Brasil, Estados Unidos, Países Baixos e Venezuela, com o objetivo de debater a instabilidade política e econômica do país (Silva, 2014). Apesar disso, a década de 1990 foi marcada pela estagnação nas relações bilaterais, devido à instabilidade interna e às dificuldades econômicas do Suriname (Silva, 2014).

A partir dos anos 2000, com relativa estabilidade política no Suriname, as relações com o Brasil se intensificaram. Houve aumento das visitas bilaterais, encontros em fóruns multilaterais e assinatura de diversos acordos estratégicos, como o Acordo de Regularização Migratória e o Tratado de Extradição, em 2004, o Acordo Marco de Associação do Suriname como Estado Associado ao Mercosul, em 2013, o Memorando de Entendimento para a realização dos Grupos de Trabalho de Cooperação Técnica, em 2015, e o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), em 2018, voltado à promoção de investimentos recíprocos (Itamaraty, 2025). A cooperação bilateral passou a abranger áreas como agricultura, comércio, transporte, meio

ambiente, saúde, questões indígenas e combate a atividades ilegais na região amazônica (Itamaraty, 2025).

No âmbito multilateral, Brasil e Suriname compartilham assento no Fundo Monetário Internacional (FMI) e têm cooperado na negociação de dívidas do Suriname, bem como no apoio mútuo a candidaturas em organismos internacionais, incluindo a Organização das Nações Unidas (ONU), a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Tribunal Internacional do Direito do Mar (Silva, 2014; Itamaraty, 2025). O apoio surinamês às candidaturas brasileiras tem-se mantido constante, independentemente de mudanças de governo, demonstrando a solidez do relacionamento bilateral (Itamaraty, 2025).

Em termos de representações diplomáticas, o Brasil mantém, em Paramaribo, uma Embaixada (Itamaraty, 2025a); também há, na capital surinamesa, um Centro Cultural Brasil-Suriname (CCBS), enquanto o Suriname possui, em Brasília, a sua Embaixada (Itamaraty, 2025b), em Belém, um Vice-consulado e, em São Paulo e no Rio de Janeiro, um Cônsul-Honorário, respectivamente, garantindo canais permanentes de diálogo político, econômico e cultural, além de facilitar a cooperação bilateral em diversas áreas (Lima, 2017). Dessa forma, as relações Brasil-Suriname evoluíram de contatos simbólicos e políticos durante períodos de instabilidade para uma parceria ampla e estratégica, consolidada a partir dos anos 2000, envolvendo cooperação técnica, comércio, investimentos, representações diplomáticas e coordenação em fóruns multilaterais (Silva, 2014; Itamaraty, 2025).

A análise das origens e da evolução da parceria entre Brasil e Suriname evidencia que o relacionamento bilateral foi moldado por condicionantes geopolíticos, históricos e estruturais que transcendem a mera proximidade geográfica. Desde a década de 1970, a região das Guianas passou a ocupar lugar estratégico na agenda brasileira, em especial no contexto da segurança amazônica, da integração territorial e da projeção regional do país. A independência do Suriname, em 1975, constituiu um marco fundamental ao transformar um antigo território colonial em um novo ator soberano, cuja estabilidade política e orientação internacional passaram a ser percebidas pelo Brasil como elementos relevantes para o equilíbrio regional.

Em termos de configuração populacional, o Brasil, conforme os dados do Censo de 2022, apresenta uma clara predominância feminina. As mulheres somam 104,5 milhões de pessoas, correspondendo a 51,5% da população total, enquanto os homens totalizam 98,5 milhões, o que equivale a 48,5%. No Suriname, de acordo com o Censo de 2012, a distribuição populacional por

gênero mostra-se mais equilibrada, embora também apresente leve predominância feminina. As mulheres representam 50% da população, com um total de 270.629 pessoas, enquanto os homens correspondem a 50%, somando 271.009 indivíduos. A diferença entre os gêneros é bem pequena, evidenciando uma quase paridade populacional, característica comum em países com menor contingente populacional e dinâmicas demográficas mais estáveis.

Ao comparar os dois países, observa-se que ambos apresentam maior proporção de mulheres em relação aos homens. Entretanto, essa diferença é significativamente mais acentuada no Brasil, ao passo que, no Suriname, os percentuais são muito próximos, indicando um equilíbrio demográfico mais uniforme entre os gêneros. É importante ressaltar que essa comparação deve ser analisada com cautela, uma vez que os dados se referem a censos realizados em anos distintos — 2022 no Brasil e 2012 no Suriname —, o que pode refletir contextos demográficos, sociais e econômicos diferentes, além de possíveis mudanças ocorridas ao longo do tempo no perfil populacional surinamês.

Tabela 1 – Distribuição da população brasileira segundo gênero (Censo 2022)

| Gênero   | Porcentual            |
|----------|-----------------------|
| Mulheres | 104,5 milhões (51,5%) |
| Homens   | 98,5 milhões (48,5%)  |

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2022. Elaboração própria (2026).

Tabela 2 – Distribuição da população surinamesa segundo gênero (Censo 2012)

| Gênero   | Porcentual    |
|----------|---------------|
| Mulheres | 270.629 (50%) |
| Homens   | 271.009 (50%) |

Fonte: Gabinete Geral de estatística. Censo Demográfico 2012.  
Elaboração própria (2026).

Já sobre a distribuição racial, a da população brasileira segundo cor ou raça, conforme o Censo de 2022, evidencia a diversidade étnico-racial do país. O maior contingente populacional é formado por pessoas que se autodeclaram pardas (45,3%), seguido pelos brancos (43,5%). A

população preta corresponde a 10,2%, enquanto indígenas (0,8%) e amarelos (0,4%) representam parcelas menores. Essa classificação, baseada na autodeclaração, reflete a história de miscigenação resultante do encontro entre populações indígenas, africanas e europeias. No Suriname, de acordo com o Censo de 2012, a população é classificada segundo grupos étnicos, sendo os hindustanos (27,4%) o maior grupo populacional do país. Em seguida aparecem os *maroons* (21,7%), os crioulos (15,7%), os javaneses (13,7%) e a população de origem mista (13,4%), além de outros grupos menores<sup>9</sup>. Essa estrutura reflete os processos históricos de colonização neerlandesa e a imigração de trabalhadores asiáticos, especialmente indianos, após a abolição da escravidão.

Comparativamente, observa-se que o Brasil adota uma classificação racial ampla, centrada na autodeclaração de cor, enquanto o Suriname utiliza uma categorização étnica mais específica<sup>10</sup>. Observa-se que, no censo, a categoria censitária de branco não faz parte das etnias que compõem o país. Essas diferenças revelam trajetórias coloniais distintas e formas diversas de construção das identidades étnico-raciais, marcadas, no caso brasileiro, pela miscigenação, e, no caso surinamês, pelo reconhecimento de grupos étnicos historicamente definidos.

Tabela 3 – Distribuição da população brasileira segundo cor ou raça (Censo 2022)

| Cor ou raça (autodeclaração) | Porcentual |
|------------------------------|------------|
| Parda                        | 45,3%      |
| Branca                       | 43,5%      |
| Preta                        | 10,2%      |
| Indígena                     | 0,8%       |
| Amarela                      | 0,4%       |

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2022. Elaboração própria (2026).

<sup>9</sup> As classificações foram traduzidas ao português e adotadas exatamente conforme apresentadas no documento censo.

<sup>10</sup> Embora os conceitos de raça e etnia sejam frequentemente utilizados de forma associada, eles não são equivalentes. A categoria raça refere-se principalmente a características fenotípicas, como a cor da pele, enquanto a etnia engloba dimensões culturais, incluindo nacionalidade, pertencimento tribal, religião, língua e tradições compartilhadas por determinados grupos sociais (Santos, 2010). Esta pesquisa centra-se no conceito de raça, compreendendo-o como o eixo fundacional das opressões sociais, conforme proposto por Quijano (2005), a partir do qual se estruturam e se articulam outras formas de dominação.

Tabela 4 – Distribuição da população surinamesa segundo cor ou raça (Censo 2012)

| Cor ou raça (autodeclaração) | Porcentual |
|------------------------------|------------|
| Hindustanos                  | 27,4%      |
| Hindu                        | 27,4 %     |
| Maroons                      | 21,7%      |
| Crioulos                     | 15,7%      |
| Javaneses                    | 13,7%      |
| Misto                        | 13,4 %     |
| Outros                       | 7,6 %      |
| Desconhecido                 | 0,6 %      |

Fonte: Gabinete Geral de estatística. Censo Demográfico 2012.  
Elaboração própria (2026).

Ao longo desse processo, a diplomacia brasileira procurou combinar preocupações de segurança com uma agenda de desenvolvimento e cooperação, evitando abordagens abertamente ideologizadas. A assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, em 1976, simboliza essa inflexão e estabelece as bases institucionais de uma relação pautada pelo diálogo, pela cooperação técnica e pelo respeito à soberania. Mesmo em momentos de instabilidade política interna no Suriname, sobretudo nos anos 1980, o Brasil optou por manter canais de comunicação e por utilizar a cooperação como instrumento de aproximação, buscando contribuir para a estabilidade regional sem recorrer a práticas coercitivas.

A evolução posterior das relações bilaterais demonstra um processo gradual de amadurecimento. Após um período de retração nos anos 1990, marcado pela guerra civil surinamesa e por dificuldades econômicas, a retomada do diálogo a partir dos anos 2000 ampliou o escopo da cooperação para áreas como agricultura, saúde, meio ambiente, mobilidade humana e investimentos. Paralelamente, a intensificação da articulação em fóruns multilaterais e o fortalecimento das representações diplomáticas consolidaram mecanismos permanentes de interação política e institucional.

Nesse sentido, a parceria Brasil–Suriname pode ser compreendida como resultado de uma estratégia de longo prazo, orientada pela combinação entre pragmatismo diplomático, cooperação para o desenvolvimento e sensibilidade às especificidades históricas e estruturais do país vizinho. Ao longo de mais de quatro décadas, as relações bilaterais evoluíram de contatos iniciais e

cautelosos para uma parceria estratégica abrangente, sustentada por instrumentos jurídicos, iniciativas de cooperação técnica e convergências em espaços regionais e multilaterais. Essa trajetória revela não apenas a importância do Suriname para a política externa brasileira no entorno amazônico, mas também o papel da cooperação como eixo estruturante da estabilidade, da confiança mútua e da integração regional.

### **2.3 A estratégia diplomática da cooperação técnica: Brasil e Suriname (2015- 2019)**

A política externa dos países do Sul Global tem sido historicamente condicionada por estruturas internacionais hierárquicas que limitam sua autonomia e suas possibilidades de ação, uma premissa central do realismo periférico (Puig, 1980; Jaguaribe, 1979; Escudé, 1992). Segundo Puig (1980), Estados periféricos operam em um ambiente internacional marcado por assimetrias estruturais profundas, que restringem sua capacidade de ação autônoma. Jaguaribe (1979) complementa ao afirmar que a autonomia possível aos países periféricos depende de uma combinação entre acomodação à ordem internacional e investimento interno em capacidades estatais, processo que denomina autonomia pela participação Escudé (1992), por sua vez, demonstra empiricamente que Estados periféricos que adotam políticas externas confrontacionais tendem a sofrer custos econômicos e diplomáticos desproporcionais, reforçando a necessidade de estratégias externas prudentes. Esse marco teórico ajuda a explicar por que práticas de cooperação técnica internacional têm assumido crescente centralidade na periferia. A cooperação técnica, ao focar em desenvolvimento institucional, fortalecimento de capacidades administrativas e transferência de conhecimento aplicável, permite que países periféricos avancem em suas agendas domésticas sem provocar tensões com potências hegemônicas, como apontam Abdenur e Fonseca (2013) em sua análise sobre a pragmatização da CSS. Estudos de Milani (2012) e Inoue e Vaz (2012) mostram que, embora frequentemente acompanhada por discursos de solidariedade, a CSS é caracterizada por motivações eminentemente estratégicas, como redução de vulnerabilidades, busca de autonomia relativa e diversificação de parcerias — elementos que dialogam diretamente com a lógica do realismo periférico.

Nesse contexto, propõe-se a categoria de cooperação periférica, caracterizado como uma modalidade de cooperação técnica entre países periféricos ou semiperiféricos que segue a racionalidade recomendada pelo realismo periférico (Puig, 1980; Escudé, 1992). Na cooperação periférica, os Estados buscam resultados técnicos, incrementais e de baixo custo político, evitando engajamentos diplomáticos que possam ser interpretados como contestação da ordem internacional (Jaguaribe, 1979). Essa prática se diferencia da retórica solidarista tradicional da CSS (Milani, 2012), ao enfatizar pragmatismo, seletividade e vantagens instrumentais (Abdenur; Fonseca, 2013). A periferia, além disso, é heterogênea, como demonstram análises sistêmicas de Wallerstein (1979) e estudos sobre vulnerabilidades dos pequenos Estados (Keohane, 1969). A cooperação periférica reconhece essa heterogeneidade e busca manejar assimetrias de forma negociada,

evitando a reprodução de dependências verticais (Fontoura; Guimarães, 2018; Medeiros *et al.*, 2014).

Um elemento adicional que fortalece o arcabouço teórico da cooperação periférica é a incorporação do conceito de *soft power*, formulado por Joseph Nye (2004). Nye define *soft power* como a capacidade de atrair e persuadir por meio de valores, cultura, políticas ou expertise institucional reconhecida. Pesquisas recentes sobre países do Sul Global mostram que, mesmo sem grande projeção cultural ou institucional, Estados periféricos constroem *soft power* por meio de políticas públicas eficazes, programas sociais replicáveis e soluções técnicas de baixo custo e alta adaptabilidade (Burgess, 2008, 2017; Leite, 2011;). Esse tipo de *soft power* é distinto daquele exercido por grandes potências: trata-se de um *soft power* periférico, baseado em competências técnicas, na legitimidade de soluções locais e na adaptação a contextos socioeconômicos semelhantes (Fontoura; Guimarães, 2018; Medeiros *et al.*, 2014).

Na cooperação periférica, o *soft power* opera como instrumento de reputação e influência modesta, porém estratégica. O compartilhamento de boas práticas em políticas públicas, frequentemente impulsionado por comunidades epistêmicas (Haas, 1992), reforça a credibilidade dos países participantes e amplia sua autonomia reputacional, sem gerar antagonismos com potências centrais — algo coerente com o realismo periférico (Escudé, 1992). Assim, o *soft power* periférico é essencialmente pragmático, funcional e incremental, combinando expertise local, legitimidade técnica e redes de cooperação horizontal (Burgess, 2017; Leite, 2011).

Dessa forma, a cooperação periférica combina três dimensões centrais: autonomia técnica, resultante da ampliação de capacidades estatais (Puig, 1980; Jaguaribe, 1979); autonomia relacional, derivada da construção de redes horizontais de cooperação que reduzem dependências verticais (Inoue; Vaz, 2012; Milani, 2012); e autonomia reputacional, possibilitada pela projeção de *soft power* técnico e pela participação em redes internacionais de especialistas (Haas, 1992; Burgess, 2017). Essa combinação evidencia que a cooperação periférica não é apenas um mecanismo de gestão técnica, mas uma verdadeira estratégia diplomática coerente com os limites estruturais da periferia (Escudé, 1992). Nesse quadro conceitual, é possível analisar o papel específico de Brasil e Suriname na dinâmica da cooperação periférica contemporânea. O Brasil, frequentemente classificado como potência regional ou país semiperiférico (Burgess, 2008; Hirst, 2015), atua conforme essa lógica ao priorizar a exportação de políticas públicas reconhecidas internacionalmente em áreas como agricultura familiar, saúde pública, proteção social e combate à

fome. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) consolidou-se como importante instrumento de projeção de *soft power* técnico, caracterizado por baixos custos externos e alta legitimidade internacional (Leite, 2011; Inoue; Vaz, 2012). Esse padrão reforça a noção de hegemonia consensual brasileira no Sul Global, baseada mais na atração e na credibilidade do que na coerção (Burgess, 2008). O Suriname, por sua vez, ilustra o caso de um pequeno Estado periférico que busca ampliar capacidades internas por meio de cooperação técnica seletiva com países vizinhos e organizações regionais (Keohane, 1969; Milner, 1997). Sua cooperação com o Brasil em temas como saúde, gestão amazônica, formação administrativa e segurança pública segue precisamente a lógica da cooperação periférica: ganhos concretos, baixo custo econômico e político e fortalecimento incremental de capacidades nacionais (Abdenur; Fonseca, 2013). Ao inserir-se em redes regionais, o Suriname reforça sua autonomia relacional e reputacional, reduz sua vulnerabilidade estrutural e diversifica parceiros, aproximando-se da estratégia recomendada pelo realismo periférico (Escudé, 1992; Puig, 1980).

Assim, Brasil e Suriname representam exemplos complementares da cooperação periférica: o primeiro demonstra como países semiperiféricos podem projetar *soft power* técnico, enquanto o segundo mostra como Estados periféricos de pequeno porte podem utilizar essa rede para ampliar autonomia e reduzir vulnerabilidades. Ambos evidenciam como a cooperação periférica funciona como estratégia racional, incremental e compatível com as restrições estruturais da hierarquia global (Jaguaribe, 1979).

Nesse sentido, a política externa brasileira é guiada por princípios que já fazem parte de sua tradição diplomática, frequentemente identificada como pragmatismo responsável, universalismo ou diplomacia de autonomia (Cervo; Bueno, 2011). Tais princípios incluem pacifismo, igualdade entre as nações, autodeterminação, não intervenção, solução pacífica de controvérsias, desenvolvimento, cooperação e solidariedade coletiva (Brito, 1984; Cervo; Bueno, 2011). A diplomacia brasileira, construída historicamente sob a lógica do universalismo moderado, busca manter relações amplas e diversificadas com diferentes regiões do mundo, evitando alinhamentos automáticos e preservando margens de autonomia — um traço que dialoga diretamente com as formulações latino-americanas sobre autonomia, especialmente de Jaguaribe (1979).

Dentro desse contexto, a CSS, para o Brasil, pode ser entendida em duas vertentes principais: (i) o fortalecimento de sua capacidade de negociação e projeção no cenário internacional; e (ii) a reafirmação de sua identidade e da identidade coletiva do Sul Global, conforme argumentam

Ramanzini Junior e Ayerbe (2015). A trajetória da cooperação técnica brasileira, institucionalizada principalmente a partir dos anos 1980 e reformulada nos anos 2000, revela um padrão coerente com a lógica da cooperação periférica: foco em políticas públicas bem-sucedidas, como agricultura familiar, saúde, segurança alimentar, combate ao HIV/aids e proteção social, baixo custo diplomático e elevado grau de aceitação internacional (Leite, 2011; Inoue; Vaz, 2012).

Geograficamente, a cooperação técnica brasileira prioriza três dimensões: a fronteiriça, com atenção a temas como saúde, vigilância epidemiológica, segurança e desenvolvimento local; a regional, com destaque para América do Sul e Caribe, sobretudo no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e de iniciativas sul-americanas; e a extrarregional, com ênfase nos países africanos de língua portuguesa e em países em desenvolvimento da Ásia (ABC, 2016). Em todas essas frentes, o Brasil articula interesses estratégicos como fortalecimento de capacidades internas, construção de redes de parceiros e projeção de *soft power* técnico, coerentes com um estilo diplomático que opera por atração e legitimidade, e não por imposição (Burgess, 2008, 2017).

Por sua vez, o Suriname constrói sua política externa com base em princípios semelhantes aos do Brasil, como o direito à autodeterminação, a independência nacional e a igualdade jurídica entre os Estados. Esses princípios estão expressos na Constituição de 1987, que fundamenta a política externa surinamesa na soberania, no benefício mútuo, na solidariedade internacional, na paz, no progresso social e no desenvolvimento sustentável (Suriname, 1987). O país também se compromete com a luta contra o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo e o genocídio, dada sua experiência histórica como colônia europeia e seu processo de afirmação como Estado soberano (Payne, 2008). A política externa surinamesa é marcada por três orientações: (i) regionalismo múltiplo, com participação simultânea em instituições caribenhas e sul-americanas, como a Comunidade do Caribe (Caricom), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a OTCA (Byron; Gómez, 2016); (ii) diversificação de parceiros externos, evitando dependência excessiva e ampliando oportunidades de inserção internacional, padrão comum a pequenos Estados periféricos (Keohane, 1969; Milner, 1997); e (iii) prioridade a temas transfronteiriços e de desenvolvimento, como segurança, saúde pública, manejo de recursos naturais e infraestrutura, determinados tanto pela geografia amazônica quanto por necessidades domésticas.

Quadro 2 – Comparação das políticas externas do Brasil e do Suriname

| <b>Dimensão de análise</b> | <b>Brasil</b>                                                                                                                               | <b>Suriname</b>                                                                                                                                    |
|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Base normativa             | Constituição (1988): defesa da paz, autodeterminação, não intervenção, igualdade entre Estados, cooperação e desenvolvimento                | Constituição (1987): soberania, autodeterminação, benefício mútuo, solidariedade, paz, luta contra colonialismo, racismo e genocídio               |
| Identidade diplomática     | Pragmatismo responsável, universalismo, busca de autonomia e projeção internacional                                                         | Identidade pós-colonial, orientação para autodeterminação e afirmação soberana, com ênfase em justiça histórica                                    |
| Objetivos estratégicos     | Autonomia, diversificação de parcerias, projeção como potência regional, fortalecimento institucional e desenvolvimento                     | Segurança, desenvolvimento, afirmação pós-colonial, redução de vulnerabilidades como pequeno Estado e diversificação diplomática                   |
| Prioridades geográficas    | América do Sul, Caribe, África (especialmente Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP), e países asiáticos em desenvolvimento | Caricom (Caribe), América do Sul (Brasil, Guiana, OTCA), Europa (Holanda), China e Índia                                                           |
| Cooperação Internacional   | Forte tradição de Cooperação Sul–Sul; exportação de políticas públicas; atuação técnica da ABC                                              | Cooperação limitada, mas crescente; prioriza saúde, defesa, agricultura e gestão ambiental; forte dependência de parcerias regionais e bilaterais. |
| Desafios centrais          | Manter autonomia em contexto global competitivo; instabilidade política doméstica; restrições orçamentárias para CSS.                       | Pequena escala econômica; vulnerabilidade ambiental e climática; dependência externa; capacidade institucional limitada                            |

Fonte: Elaboração própria para essa pesquisa (2026).

A cooperação técnica brasileira oferece ao Suriname oportunidades de fortalecimento institucional em áreas de interesse imediato, como agricultura, saúde transfronteiriça, vigilância ambiental, capacitação de servidores e políticas sociais. Tais iniciativas seguem a lógica da cooperação periférica, marcada pelo pragmatismo, por resultados concretos e pela baixa sensibilidade política (Abdenur; Fonseca, 2013; Leite, 2011). Ao participar dessas redes, o

Suriname amplia sua autonomia relacional, reduz vulnerabilidades estruturais e melhora sua capacidade de articulação internacional, alinhando-se a estratégias de autonomia moderada típicas do realismo periférico (Escudé, 1992; Puig, 1980). Desse modo, Brasil e Suriname ilustram como países periféricos ou semiperiféricos utilizam a cooperação técnica como instrumento estratégico de política externa.

No âmbito da cooperação, para que o Brasil possa realizar essas ações, deve ter assinado, anteriormente, Acordo Básico de Cooperação Técnica — também denominado Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento ou Acordo-Quadro — que constitui o instrumento jurídico central que orienta a cooperação técnica entre o Brasil e outros países em desenvolvimento. Trata-se de um ato internacional que deve ser ratificado pelo Congresso Nacional brasileiro, conferindo-lhe estabilidade normativa e institucional. O Acordo Básico estabelece o marco geral da cooperação, definindo princípios, responsabilidades e áreas prioritárias, servindo como base para a formulação de programas e projetos conjuntos (ABC, 2016; Leite, 2011). No caso das relações entre Brasil e Suriname, o Acordo Básico foi assinado em 1976, durante a visita ao Brasil do Primer Ministro surinamês.

A formalização da cooperação bilateral através do Acordo Básico e, posteriormente, de seus Ajustes Complementares, permitiu estruturar iniciativas voltadas ao fortalecimento institucional, ao desenvolvimento socioeconômico e à integração amazônica (Ferreira; Tostes, 2020). Os Ajustes Complementares constituem instrumentos específicos vinculados ao Acordo Básico, detalhando objetivos, atividades, obrigações, prazos, orçamento e instituições executoras de cada projeto. Enquanto o Acordo Básico define o marco jurídico e político, os Ajustes Complementares operacionalizam a cooperação, traduzindo diretrizes gerais em ações concretas. Essa estrutura é particularmente adequada ao padrão brasileiro de cooperação técnica, baseado no compartilhamento de conhecimentos, políticas públicas e capacitação institucional, e não em fluxos financeiros (Inoue; Vaz, 2012).

Na relação Brasil–Suriname, os Ajustes Complementares abarcam temas estratégicos como: saúde transfronteiriça, vigilância epidemiológica, agricultura familiar, formação de servidores públicos, gestão ambiental, biodiversidade e defesa civil. Esses projetos desempenham função diplomática ao garantir segurança jurídica, clareza de responsabilidades e mecanismos de monitoramento que asseguram a continuidade dos projetos — aspecto essencial em uma relação bilateral marcada por desafios logísticos, limitações institucionais e baixa conectividade física entre

os países (Ferreira; Tostes, 2020). Assim, o Acordo Básico e seus Ajustes Complementares constituem pilares da governança da cooperação técnica Brasil–Suriname, oferecendo previsibilidade e flexibilidade operacional, permitindo respostas adaptadas às mudanças políticas internas e às necessidades da região amazônica. Essa arquitetura institucional reforça a cooperação técnica como instrumento de desenvolvimento e de política externa, ao mesmo tempo em que fortalece a capacidade estatal do Suriname e amplia a presença estratégica do Brasil no entorno continental.

Além disso, com o intuito de fortalecer ainda mais os laços entre os dois países e estabelecer uma base institucional para a negociação de programas de cooperação técnica, foi assinado, em 10 de julho de 2015, o Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Suriname, instrumento que criou o Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral (GT). O GT passou a funcionar como mecanismo permanente de diálogo, planejamento e coordenação, permitindo identificar áreas prioritárias, avaliar demandas específicas do Suriname e estruturar novos Ajustes Complementares vinculados ao Acordo Básico de Cooperação Técnica. Esse mecanismo reforçou a governança da cooperação bilateral ao criar uma instância de acompanhamento regular e ao garantir maior previsibilidade aos projetos, contribuindo para a continuidade das iniciativas mesmo diante de instabilidades políticas internas nos dois países (ABC, 2016).

Esta pesquisa abrange o período de 2015 a 2019, desde a criação do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral (GT) até a realização da I Reunião de Monitoramento e Avaliação do Programa de Cooperação Técnica Bilateral Brasil–Suriname. A formação do GT ocorreu como desdobramento da Cúpula Brasil-Caricom, realizada em abril de 2010, com o objetivo de fortalecer a integração regional e estreitar os laços entre o Brasil e os países caribenhos. Entre 2015 e 2019, foram negociadas, com o Suriname, 16 iniciativas de cooperação técnica bilateral nas áreas temáticas de agricultura (6), saúde (4), meio ambiente (3), administração pública (2) e educação (1).

Em julho de 2015, Brasil e Suriname firmaram um Memorando de Entendimento para a criação do GT, responsável por coordenar, negociar, monitorar e avaliar projetos de cooperação técnica. Durante a I Reunião do GT, sete novos projetos foram negociados nas áreas de agricultura, meio ambiente e saúde. Na agricultura, o foco foi o desenvolvimento da cultura do cacau, visando fortalecer economias locais e promover práticas sustentáveis. No meio ambiente, as ações priorizaram a governança dos recursos hídricos e o mapeamento geológico. Na saúde, os projetos

ênfatazaram a cooperação transfronteiriça para o combate a doenças negligenciadas em regiões fronteiriças.

A II Reunião do GT, realizada em abril de 2018, resultou na negociação de quatro projetos, sendo três na agricultura e um na educação. As iniciativas agrícolas reforçaram a segurança alimentar, a agricultura sustentável e a geração de renda, com transferência de expertise brasileira em sistemas agroflorestais e produção tropical. O projeto educacional focou na alimentação escolar, visando melhorar a nutrição infantil, conscientizar famílias sobre hábitos saudáveis e fortalecer políticas públicas de segurança alimentar. Essa iniciativa contou com apoio da Primeira-Dama do Suriname e reforçou o potencial da cooperação para inspirar políticas nacionais.

Durante esta missão complementar, realizada em novembro de 2018, três novos projetos foram negociados, dois na agricultura e um na administração pública. O projeto em administração pública envolveu a cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Instituto Diplomático do Suriname, visando à criação de uma academia diplomática e ao fortalecimento das capacidades institucionais do país. Os projetos agrícolas reforçaram práticas produtivas sustentáveis, com ênfase na agricultura familiar, valorização de produtos florestais não madeireiros, segurança alimentar e redução da pobreza rural.

Por fim, em outubro de 2019, realizou-se a I Reunião de Monitoramento e Avaliação, cujo objetivo principal foi avaliar os resultados dos projetos na área de saúde e monitorar as iniciativas que apresentaram desafios ou mudaram a perspectiva em agricultura, educação e meio ambiente.

Quadro 3 – Linha do Tempo – Cooperação Técnica Bilateral Brasil–Suriname (2015-2019)

| Ano/Mês  | Evento           | Projetos                                                                                                                                              | Área temática principal           |
|----------|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| Jul/2015 | I Reunião do GT  | 7 projetos negociados: agricultura (cacau), meio ambiente (recursos hídricos e mapeamento geológico), saúde (malária, leishmaniose, Chagas, HIV/AIDS) | Agricultura, Meio Ambiente, Saúde |
| Abr/2018 | II Reunião do GT | 4 projetos negociados: agricultura (açaí e sistemas agroflorestais), educação (alimentação escolar)                                                   | Agricultura, Educação             |

|          |                                        |                                                                                                                                            |                                              |
|----------|----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Nov/2018 | Missão Complementar ao II GT           | 3 projetos negociados: agricultura (produção familiar e produtos florestais não madeireiros), administração pública (academia diplomática) | Agricultura, Administração Pública           |
| Out/2019 | I Reunião de Monitoramento e Avaliação | 3 projetos avaliados e 3 projetos monitorados                                                                                              | Saúde, Agricultura, Educação e Meio Ambiente |

Fonte: Elaboração própria para essa pesquisa (2026).

A cooperação técnica entre Brasil e Suriname evidencia como países periféricos e semi-periféricos aplicam estratégias coerentes com o realismo periférico. Em contextos de assimetrias internacionais, Estados com recursos limitados podem ampliar sua autonomia técnica, relacional e reputacional por meio de iniciativas pragmáticas, de baixo custo político e resultados concretos (Puig, 1980; Jaguaribe, 1979; Escudé, 1992). A formalização da cooperação via Acordo Básico, Ajustes Complementares e o Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral assegura governança, continuidade e eficácia dos projetos.

Entre 2015 e 2019, a implementação de iniciativas em agricultura, saúde, meio ambiente, educação e administração pública demonstrou que a cooperação periférica gera ganhos concretos e replicáveis, atendendo às necessidades domésticas e regionais de forma estratégica. Assim, a experiência Brasil–Suriname confirma que a cooperação técnica não é apenas um instrumento de desenvolvimento, mas uma estratégia diplomática capaz de fortalecer autonomia, ampliar influência e consolidar relações de confiança na periferia do sistema internacional.

A cooperação técnica bilateral entre Brasil e Suriname, no período de 2015 a 2019, constitui um exemplo empírico consistente do que se propôs conceituar como cooperação periférica. Inseridos em uma estrutura internacional hierárquica e marcada por assimetrias, ambos os países mobilizam a cooperação técnica como instrumento estratégico de política externa, orientado por pragmatismo, seletividade e baixos custos políticos, em consonância com os pressupostos do realismo periférico (Puig, 1980; Jaguaribe, 1979; Escudé, 1992). Essa atuação reforça sua autonomia relacional e reputacional, ao mesmo tempo em que preserva margens de manobra diplomática, evitando confrontações diretas com potências centrais.

O Suriname, por sua vez, ilustra a lógica de atuação de um pequeno Estado periférico que busca mitigar vulnerabilidades estruturais por meio da cooperação técnica seletiva. Ao engajar-se

em projetos nas áreas de agricultura, saúde, meio ambiente, educação e administração pública, o país fortalece capacidades estatais, amplia sua autonomia técnica e diversifica parcerias externas, sem comprometer sua soberania ou provocar tensões políticas. A participação em redes regionais e bilaterais, especialmente com o Brasil, contribui para o aumento de sua autonomia relacional e reputacional, em consonância com estratégias típicas de pequenos Estados periféricos.

A arquitetura institucional da cooperação — estruturada a partir do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de seus Ajustes Complementares e do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral — revelou-se fundamental para garantir previsibilidade, governança e continuidade às iniciativas, mesmo em contextos de instabilidade política e limitações logísticas. O GT, em especial, funcionou como mecanismo eficaz de coordenação, planejamento e avaliação, permitindo alinhar demandas surinamesas às capacidades técnicas brasileiras e traduzir diretrizes gerais em projetos concretos.

Os resultados do período analisado indicam que a cooperação técnica Brasil–Suriname produziu ganhos concretos, reforçando a noção de que a cooperação periférica não se limita a uma prática instrumental de desenvolvimento, mas constitui uma estratégia diplomática adaptada às restrições estruturais da periferia do sistema internacional. Ao combinar autonomia técnica, relacional e reputacional, essa modalidade de cooperação permite que países periféricos e semiperiféricos ampliem sua capacidade de ação externa de forma pragmática e sustentável.

## 2.4 Considerações finais do capítulo

Este capítulo analisou a Cooperação Sul-Sul (CSS) a partir de uma perspectiva crítica e integrada, articulando contribuições do realismo periférico e do pensamento decolonial para compreender tanto seus potenciais quanto seus limites. Partiu-se do pressuposto de que a CSS não se restringe a um mecanismo técnico de apoio ao desenvolvimento, mas constitui um espaço político, simbólico e estratégico no qual Estados do Sul Global negociam identidades, projetam interesses e buscam ampliar margens de autonomia em um sistema internacional estruturalmente hierarquizado.

A incorporação da lente decolonial permitiu evidenciar que a CSS carrega um potencial transformador ao possibilitar a valorização de epistemologias do Sul, a circulação de saberes situados e a formulação de modelos alternativos de cooperação e desenvolvimento. Contudo, o capítulo também demonstrou que esse potencial não é automático nem isento de contradições. Persistem assimetrias internas entre países do Sul, práticas tecnocráticas pouco participativas e reproduções sutis da colonialidade do poder, que podem esvaziar o caráter emancipatório da cooperação. Desse modo, a CSS deve ser compreendida como um campo em disputa, no qual convivem narrativas de solidariedade, interesses estratégicos e hierarquias latentes.

A análise histórica da relação bilateral entre Brasil e Suriname reforçou essa leitura ao mostrar como a cooperação foi utilizada, ao longo do tempo, como instrumento de aproximação política, estabilidade regional e gestão de vulnerabilidades. Desde a independência do Suriname, o Brasil buscou articular preocupações de segurança amazônica com uma agenda de desenvolvimento e cooperação, privilegiando o diálogo, o respeito à soberania e a construção gradual de confiança. A consolidação institucional da parceria, por meio de acordos, mecanismos bilaterais e articulação multilateral, revela a centralidade da cooperação como eixo estruturante da relação.

No recorte empírico analisado, referente ao período de 2015 a 2019, o capítulo demonstrou que a cooperação técnica Brasil–Suriname se aproxima do que foi conceituado como cooperação periférica: uma prática pragmática, seletiva e de baixo custo político, orientada à ampliação de capacidades estatais e à redução de vulnerabilidades. O Brasil atuou como provedor de *soft power* técnico, projetando políticas públicas e expertise institucional, enquanto o Suriname utilizou a cooperação como estratégia para fortalecer sua autonomia técnica, relacional e reputacional, típica de pequenos Estados periféricos.

Por fim, o capítulo sustenta que a cooperação periférica, embora não rompa com as estruturas hierárquicas do sistema internacional, oferece caminhos realistas e incrementais para a ampliação da autonomia dos países do Sul Global. Ao mesmo tempo, aponta que a incorporação efetiva de uma agenda decolonial exige o aprofundamento de práticas mais inclusivas, participativas e sensíveis às desigualdades internas, ampliando o protagonismo de atores sociais historicamente marginalizados. Assim, este capítulo estabelece as bases analíticas para compreender a cooperação técnica não apenas como instrumento de política externa, mas como prática situada entre pragmatismo diplomático e potencial transformador, cujos alcances e limites dependem das escolhas políticas e institucionais dos atores envolvidos.

### **3 TRABALHOS E INTERSECCIONALIDADES: GÊNERO, RAÇA E CLASSE EM FOCO**

O gênero deve ser entendido como uma relação estrutural de poder, indissociável de outros sistemas de dominação, como o colonialismo, a escravidão, a raça e a classe (Cohn, 2013). Esses sistemas operam por meio de distinções hierárquicas que valorizam determinados grupos em detrimento de outros, organizando o acesso a recursos, direitos, autoridade e possibilidades de vida. Assim, uma análise interseccional, entendida como a imbricação de opressões que se afetam mutuamente (Viveros 2023), permite evidenciar como diferentes eixos de opressão se articulam e produzem experiências diversas entre as mulheres, especialmente no contexto do Sul Global. Por sua vez, Angie Marie Hancock (2016) propõe a compreensão da interseccionalidade como um paradigma geral de investigação, capaz de orientar análises que considerem simultaneamente múltiplos eixos de diferenciação social e suas interações dinâmicas. Nesse sentido, Nira Yuval-Davis (2011) amplia ainda mais o escopo da interseccionalidade ao defender sua aplicação à análise de todas as posições sociais, incluindo aquelas associadas ao privilégio. Assim, a interseccionalidade não se limita a dar visibilidade aos sujeitos historicamente marginalizados, mas permite também problematizar os lugares de poder e os mecanismos que naturalizam hierarquias sociais, tornando-se uma ferramenta fundamental para análises críticas nas Ciências Sociais.

No caso das mulheres que fazem parte da CSS, é possível observar, por um lado, que existe um privilégio de classe, principalmente, que viabiliza o acesso e a permanência em determinados espaços institucionais ou profissionais. Esse privilégio se expressa no capital econômico, cultural e social acumulado, que favorece a circulação em ambientes historicamente restritos para outras mulheres, bem como o domínio de códigos, linguagens e redes de poder que facilitam o reconhecimento e a legitimação de suas trajetórias.

Por outro lado, esse mesmo acesso não elimina — e muitas vezes oculta — formas específicas de opressão, especialmente relacionadas à invisibilização de seus cargos e funções. Ainda que ocupem posições formais de autoridade, essas mulheres frequentemente têm seu trabalho desvalorizado, naturalizado ou atribuído a instâncias masculinas, reproduzindo a lógica de gênero que associa liderança, racionalidade e poder aos homens. A presença masculina, mesmo quando minoritária, tende a ser mais visível e simbolicamente reconhecida, reforçando hierarquias de gênero que operam de maneira sutil, porém persistente.

Diante disso, este capítulo está dividido em quatro seções. A primeira seção analisa o trabalho como eixo estruturante das desigualdades de gênero, raça e classe, com foco nas hierarquias de gênero. A segunda seção aborda a descolonização do gênero a partir da perspectiva interseccional na América Latina e no Caribe. A terceira seção problematiza a categoria “mulher”, enfatizando a pluralidade das experiências femininas e as desigualdades interseccionais. Por fim, a quarta seção apresenta as considerações finais do capítulo.

### 3.1 Hierarquias de Gênero nos Trabalhos

As pesquisas sobre gênero e trabalho compartilham a compreensão de que a divisão sexual do trabalho atravessa as relações sociais e desempenha papel central em sua organização. Ao problematizá-la, torna-se possível questionar “categorias e métodos que aprendemos a considerar neutros”, como já apontava Elizabeth Souza-Lobo nos anos 1980 (1991, p. 149). Contudo, isso não significa que a problemática da neutralidade tenha sido plenamente incorporada às pesquisas. Nos estudos sobre trabalho, persistem categorias sexualmente cegas, enquanto, nos estudos de gênero, a articulação com a divisão sexual do trabalho frequentemente não ultrapassa sua menção como um enquadramento teórico inicial (Birolli, 2016).

Embora a industrialização tenha deslocado parte da produção do espaço doméstico para as fábricas, o lar não se restringiu a um espaço exclusivamente reprodutivo. A responsabilização desigual de mulheres e homens<sup>11</sup> por um trabalho definido como produtivo e não remunerado constitui a base do sistema patriarcal no capitalismo. Nessa perspectiva, o patriarcado, entendido como um sistema político, configura-se como uma estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens. No centro dessa análise está a divisão sexual do trabalho e seus impactos profundamente desiguais sobre os dois grupos — ou classes — que ela produz: as mulheres, cuja força de trabalho é apropriada, e os homens, que se beneficiam coletivamente desse sistema (Delphy; Leonard, 2004; Birolli, 2016).

A divisão sexual do trabalho caracteriza-se pela atribuição prioritária das mulheres à esfera reprodutiva, enquanto os homens são direcionados à esfera produtiva. Paralelamente, os homens concentram as funções dotadas de maior valor social agregado, como as atividades políticas, religiosas e militares. Estruturalmente, essa divisão baseia-se, em primeiro lugar, na separação entre “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, presente em todas as sociedades conhecidas. No entanto, essa separação é indissociável da hierarquização: o trabalho masculino é social e economicamente mais valorizado do que o trabalho feminino (Kergoat, 2000).

---

<sup>11</sup> Embora este trabalho adote as categorias “mulheres” e “homens” para dialogar com a produção teórica sobre a divisão sexual do trabalho, parte-se de uma perspectiva crítica que as compreende como construções sociais não homogêneas. A pesquisa avança ao incorporar uma abordagem interseccional, questionando de quais mulheres se trata e em que condições essas experiências se constituem.

Quadro 4 – Estrutura da divisão sexual do trabalho: separação e hierarquização

| <b>Dimensão da divisão sexual do trabalho</b> | <b>Características principais</b>                                                                       | <b>Consequências sociais</b>                                                                                  |
|-----------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Separação                                     | Distinção entre “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, presente em todas as sociedades conhecidas. | Naturalização de papéis de gênero; associação das mulheres à esfera reprodutiva e dos homens à produtiva.     |
| Hierarquização                                | O trabalho masculino é social e economicamente mais valorizado do que o trabalho feminino.              | Desigualdade de rendimentos, prestígio e poder; desvalorização simbólica e material do trabalho das mulheres. |

Fonte: Elaboração própria (2026), com base em Kergoat (2000).

As configurações assumidas pela divisão sexual do trabalho moldam as formas do trabalho e do emprego, e, reciprocamente, processos como a flexibilização do trabalho podem reforçar as expressões mais estereotipadas das relações sociais de sexo (Hirata; Kergoat, 2007). Observa-se, por um lado, o aumento dos capitais econômico, cultural e social de uma parcela significativa de mulheres ativas. Por outro, emerge, na história do capitalismo, uma camada de mulheres cujos interesses se opõem frontalmente aos daquelas afetadas pela generalização do trabalho em tempo parcial, pelos empregos precários, no setor de serviços, mal remunerados e socialmente desvalorizados, e pela intensificação da instabilidade laboral. Para exercer seu trabalho profissional, essas mulheres precisam externalizar o chamado trabalho doméstico, recorrendo, para isso, a uma vasta reserva de mulheres em situação de precariedade, sejam elas brasileiras, surinamesas ou imigrantes (Hirata; Kergoat, 2007).

O fato de o trabalho das mulheres ser socialmente menos valorizado não implica que ele seja menos importante. Ao contrário: quando a sustentabilidade da vida é colocada no centro da análise, torna-se evidente que esse trabalho é fundamental para a reprodução cotidiana da vida e da própria sociedade. A divisão sexual do trabalho, como uma forma específica da divisão social do trabalho, estrutura-se de maneira imbricada com as relações sociais de classe e raça, com a separação entre trabalho intelectual e manual, e com a invisibilização e desvalorização tanto dos trabalhos quanto dos sujeitos que os realizam (SOF, 2025).

Imagem 1 – A visibilidade do trabalho e a invisibilidade do cuidado



Fonte: Economia Feminista 2025.  
Sempreviva Organização Feminista (SOF).

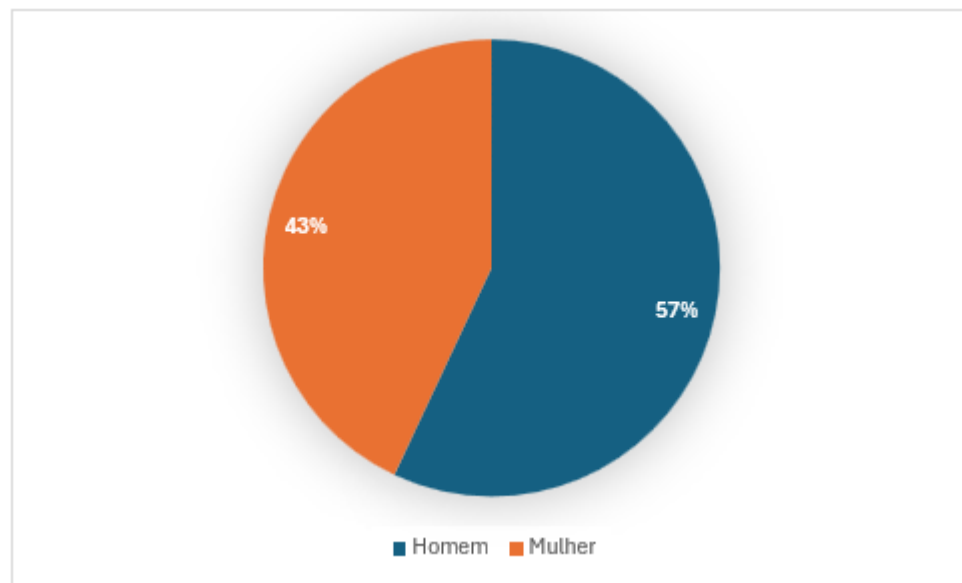
Ao longo da história, as mulheres foram sistematicamente subjugadas nos âmbitos político, econômico e social, condição sustentada por papéis de gênero definidos de forma patriarcal e ainda vigentes na contemporaneidade (Gianini, 2019). A compreensão dos diferentes tipos de trabalho é fundamental para analisar as relações sociais dominantes, incluindo aquelas estruturadas pelo gênero. Ao examinar o papel do trabalho na sociedade capitalista, torna-se impossível dissociá-lo do modo de produção e das relações sociais que dele decorrem, bem como de seus impactos nas dinâmicas de gênero (Rocha, 2020).

A divisão sexual do trabalho organiza as esferas produtiva e reprodutiva, ambas centrais para a constituição do ser social, estruturando-se de modo a produzir e reproduzir desigualdades. Ao longo da história, essa divisão subalternizou as mulheres enquanto grupo social, mantendo efeitos persistentes até os dias atuais (Nogueira; Passos, 2020). Nesse sentido, a luta por uma divisão sexual do trabalho mais justa está intrinsecamente vinculada ao enfrentamento das bases estruturais do capitalismo.

Nesse contexto, o patriarcado, a família e o casamento estão diretamente associados à esfera da reprodução e devem ser compreendidos como construções sociais, culturais e históricas que moldaram a divisão sexual do trabalho. Para Hirata e Kergoat (2007), essa divisão constitui um elemento central na perpetuação das desigualdades de gênero. Historicamente modulada, ela se caracteriza pela atribuição prioritária das funções produtivas aos homens e das funções reprodutivas às mulheres, ao mesmo tempo em que os homens se apropriam das atividades dotadas de maior valor social agregado, como as políticas, religiosas e militares.

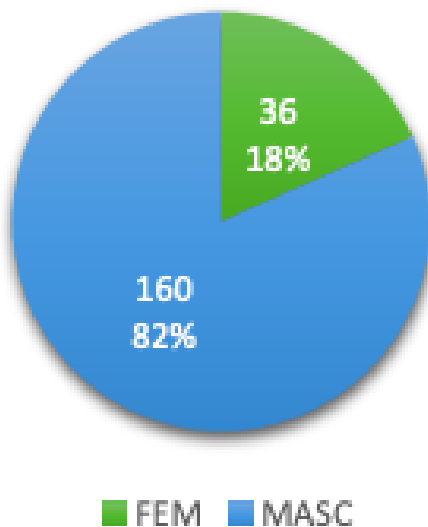
No caso do Suriname, os dados do censo realizado em 2012 revelam uma predominância masculina na ocupação de cargos ligados à política de Estado e à política econômica. De acordo com o levantamento, 57% desses cargos são ocupados por homens, enquanto 43% são exercidos por mulheres, o que demonstra uma participação feminina ainda minoritária, embora relativamente significativa, nos espaços de poder e tomada de decisão do país (Censo, 2012).

Gráfico 1 – População surinamesa ativa no setor de Política do Estado e Política Econômica e Social da comunidade por sexo



Fonte: Censo Surinames 2012- Gráfico de elaboração própria (2026).

Por sua vez, no caso brasileiro, observa-se uma expressiva desigualdade de gênero na composição da chefia de postos no exterior. Os dados evidenciam que 82% desses cargos são ocupados por homens, enquanto apenas 18% são exercidos por mulheres, o que revela a persistência de assimetrias de gênero nos espaços de liderança e representação diplomática internacional (Brasil, 2025).

Gráfico 2 – Chefe de postos diplomáticos brasileiros por sexo<sup>12</sup>

Fonte: Boletim Estatístico - Participação de Mulheres no Serviço Exterior Brasileiro (2025).

Segundo dados do *Women Count* (2026), o Suriname possui uma proporção mais elevada de mulheres em cargos de gestão quando comparado ao Brasil, tanto no total de posições gerenciais quanto nos cargos de gestão sênior e intermediários. Enquanto no Brasil as mulheres representam 39,3% dos cargos de gestão, no Suriname esse percentual alcança 43,3%. Tendência semelhante é observada nos níveis sênior e intermediário, nos quais a participação feminina corresponde a 38,3% no Brasil e a 42,2% no Suriname. Apesar dessa diferença favorável ao Suriname, os números evidenciam que, em ambos os países, as mulheres ainda não alcançaram a paridade de gênero nos espaços de liderança. Esses resultados sugerem a persistência de barreiras estruturais à ascensão feminina, como o teto de vidro, a divisão sexual do trabalho e a distribuição desigual das responsabilidades de cuidado, que limitam o acesso das mulheres aos cargos de maior poder decisório. Assim, os dados reforçam a necessidade de análises qualitativas e interseccionais que permitam compreender como gênero, classe e outros marcadores sociais moldam as trajetórias de liderança nos diferentes contextos nacionais.

<sup>12</sup> Utilizam-se dados distintos em função da disponibilidade e das especificidades de cada contexto, o que permite uma análise possível das realidades estudadas. A intenção é evidenciar as disparidades em ambos os países, evitando estabelecer uma comparação imprecisa.

Tabela 5 – Proporção de mulheres em cargos de gestão no Brasil e no Suriname

| Indicador                                                     | Brasil | Suriname |
|---------------------------------------------------------------|--------|----------|
| Proporção de mulheres em cargos de gestão                     | 39,3 % | 43,3 %   |
| Proporção de mulheres em cargos de gestão sénior e intermédia | 38,3 % | 42,2 %   |

Fonte: *Women Count* (2026). Quadro de elaboração própria (2026).

Evidencia-se que a divisão sexual do trabalho permanece como um eixo estruturante das desigualdades de gênero, reproduzindo hierarquias históricas tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva. Os dados do Suriname e do Brasil demonstram como essa lógica se materializa de forma concreta nos espaços de poder político e institucional, ainda marcados pela predominância masculina. Ao articular dimensões econômicas, sociais e simbólicas, essa divisão revela a interdependência entre as opressões de gênero, raça e classe, especialmente no que diz respeito à valorização diferenciada do trabalho produtivo e reprodutivo. Nesse sentido, a análise do trabalho remunerado das mulheres e do trabalho doméstico, bem como de seus impactos sobre a participação feminina em espaços institucionais e políticos, contribui para compreender os limites e os desafios colocados à construção de relações sociais mais igualitárias.

### 3.1.1 Levando a discussão à Cooperação Sul-Sul.

O trabalho remunerado ocupa posição central na compreensão dos sistemas de dominação, pois está no núcleo das opressões de raça, gênero e classe. Simultaneamente, constitui um espaço de resistência, luta, solidariedade, cooperação e socialização, configurando-se como um potencial fonte de emancipação individual e coletiva (Kergoat, 2019). Em contrapartida, o trabalho doméstico expressa a relegação histórica e ideológica do trabalho das mulheres à esfera privada, uma vez que as economias capitalistas não reconhecem o trabalho de cuidado que sustenta a realização do trabalho produtivo (Rocha, 2020).

Discursos que associam a vocação feminina a um destino natural, baseado no sexo biológico, contribuem para reforçar a separação entre as esferas pública e privada, bem como entre o masculino e o feminino. Esses discursos ocultam os mecanismos pelos quais a divisão sexual do trabalho afasta as mulheres das atividades socialmente mais valorizadas.

No campo da Cooperação Sul-Sul (CSS), os requisitos para ocupar determinados cargos exigem tempo e recursos aos quais as mulheres têm acesso limitado, em razão da sobrecarga de responsabilidades relacionadas ao cuidado e ao trabalho doméstico (Biroli, 2016). Assim, o princípio da separação manifesta-se também nesse espaço, no qual persistem atividades consideradas femininas e masculinas, sendo estas últimas hierarquicamente mais valorizadas (Biroli; Quintela, 2020). Ademais, o valor econômico e social do cuidado permanece amplamente desconsiderado. As famílias constituem as principais instituições responsáveis pelo cuidado, e as mulheres são aquelas que mais se dedicam a essas atividades (Razavi, 2007). Como resultado do patriarcado, das desigualdades estruturais de gênero e da divisão sexual do trabalho, as responsabilidades de cuidado recaem predominantemente sobre as mulheres, que dedicam a maior parte de seu tempo a atividades voltadas ao bem-estar no âmbito doméstico (Cepal, 2017) ou, quando possível, recorrem à contratação de outras mulheres para realizá-las.

Pensar o trabalho remunerado sem considerar o trabalho de cuidado significa desconsiderar uma dimensão essencial da atividade humana que, embora socialmente desvalorizada, é vital para a sustentabilidade da vida. Essa abordagem evidencia, ainda, a distribuição desigual de poder e recursos entre homens e mulheres (*El trabajo más allá del salario*, 2025). Torna-se, portanto, necessário reconhecer os diferentes tipos de trabalho — visíveis e invisibilizados — como igualmente importantes e dignos de valorização, considerando os fatores culturais, sociais e as

discriminações que influenciam diretamente o acesso ao emprego (El trabajo más allá del salario, 2025).

A teoria da segmentação do mercado de trabalho (Doeringer, Piore, 1971) contribui para essa análise ao demonstrar que o mercado não só não pode ser abordado como algo dado, constante, como também não é universal. Isto é, é dinâmico e vai se ajustando conforme o tempo, o espaço e as características locais na sua articulação com forças internacionais. Em oposição à teoria econômica tradicional, que pressupõe igualdade de condições na competição, essa abordagem sustenta que o mercado é dividido em segmentos distintos. O setor primário oferece empregos mais estáveis, melhor remunerados e com possibilidades de progressão, subdividindo-se entre um segmento superior, composto por cargos profissionais e de direção, e um segmento inferior, com funções administrativas e operacionais. Já o setor secundário concentra empregos marcados por baixos salários, instabilidade e piores condições de trabalho (El Trabajo, 2025).

Essa segmentação relaciona-se diretamente às diferenças sociais e culturais associadas à classe, raça e gênero. Segundo a teoria da segmentação, tais desigualdades decorrem de fatores estruturais e institucionais, enquanto abordagens críticas enfatizam que elas se mantêm por meio de disputas políticas e econômicas profundamente conectadas à desigualdade social (El Trabajo, 2025). Para avançar na análise da divisão sexual do trabalho, é indispensável incluir o trabalho doméstico e de reprodução social. A vida laboral e a vida doméstica são indissociáveis, sendo necessário compreender as experiências e dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho. Conforme argumenta Susan Ferguson (2019), o trabalho reprodutivo, historicamente invisibilizado e desvalorizado, é fundamental para a sustentação do sistema capitalista, uma vez que reproduz tanto a vida quanto a força de trabalho necessária ao capital, devendo ser entendido como parte integrante das relações sociais de produção (El trabajo más allá del salario, 2025).

Nessa perspectiva, Lourdes Benería (1999, 2014) e Cristina García Sáenz (2003) propõem a reconceitualização do trabalho a partir da noção de carga global de trabalho, entendida como a soma do trabalho remunerado e não remunerado realizado por uma pessoa. Essa abordagem questiona dicotomias tradicionais — atividade/inatividade, mercado/não mercado, masculino/feminino — e evidencia a interdependência entre esses domínios. Não é possível compreender o funcionamento do mercado sem considerar o trabalho não remunerado que o sustenta, como o cuidado, a reprodução social, a gestão doméstica e o trabalho voluntário e

comunitário. No Brasil e no Suriname, essas atividades são majoritariamente realizadas por mulheres, como será analisado no capítulo 4.

A divisão sexual do trabalho molda tanto as formas de trabalho quanto as formas de emprego, ao atribuir atividades e posições distintas a mulheres e homens com base em construções sociais de gênero (Kergoat, 2009). Nesse contexto, a flexibilização do trabalho redefine as formas de inserção no mercado laboral, influenciando contratos, jornadas e condições de trabalho. Embora frequentemente apresentada como estratégia de adaptação produtiva, a flexibilização tende a aprofundar desigualdades preexistentes, concentrando as mulheres em empregos mais precários, informais ou com menor proteção social, enquanto os homens permanecem majoritariamente nos vínculos mais estáveis e valorizados (Hirata, 2014; Antunes, 2018).

A posição das mulheres no espaço público e produtivo não pode ser compreendida sem sua articulação com o espaço privado, incluindo a família, a dupla jornada e as responsabilidades de cuidado. Assim, entender a divisão sexual do trabalho é essencial para analisar os processos de emancipação feminina, as desigualdades no trabalho e o acesso aos espaços de poder (Rocha, 2020). A teoria da complementaridade entre os sexos, proposta por Hirata e Kergoat (2007), contribui para essa compreensão ao demonstrar como os papéis masculinos e femininos são concebidos como complementares e rigidamente delimitados, estruturando a divisão do trabalho tanto no âmbito profissional quanto no doméstico.

Essa lógica também sustenta a segregação ocupacional por gênero, que ocorre quando há uma concentração excessiva de mulheres em determinadas ocupações, refletindo os papéis sociais atribuídos aos gêneros (Monteiro Costa *et al.*, 2022). Mesmo fora do ambiente doméstico, o trabalho permanece sujeito a hierarquizações baseadas em critérios culturais e sociais que distribuem e valorizam de forma desigual as ocupações femininas e masculinas (Oliveira *et al.*, apud Leone; Baltar, 2008).

A diplomacia exemplifica a persistência da segregação ocupacional de gênero. No plano vertical, observa-se a limitação do acesso das mulheres aos cargos mais elevados da hierarquia, como chefias de missão e posições estratégicas, majoritariamente ocupadas por homens (Runyan; Peterson, 2014; Tickner, 2001). No plano horizontal, mulheres diplomatas tendem a ser alocadas em áreas associadas às chamadas *soft politics*, como direitos humanos, cultura e cooperação internacional, enquanto os homens predominam em áreas de maior prestígio institucional, como segurança, defesa e negociações econômicas (Enloe, 2000; Windsor, 1988).

As exigências de mobilidade internacional da carreira diplomática afetam de maneira desigual mulheres e homens, em razão da divisão sexual do trabalho e da responsabilização feminina pelo cuidado, resultando em trajetórias profissionais mais fragmentadas e progressões mais lentas para elas (Yuval-Davis, 2011). Mesmo quando ocupam cargos formais de liderança, mulheres diplomatas frequentemente enfrentam processos de invisibilização simbólica, com sua autoridade questionada ou naturalizada, reforçando hierarquias de gênero persistentes (Enloe, 2014).

Apesar das transformações ocorridas nas últimas décadas, as mulheres continuam a dedicar mais tempo às tarefas domésticas e a apresentar rendimentos médios inferiores aos dos homens no trabalho realizado fora do lar. Isso ocorre mesmo em contextos nos quais as mulheres possuem maior escolaridade e representam a maioria entre os concluintes do ensino superior, como no Brasil (Araújo; Lombardi, 2013; Bruschini, 2006; Bruschini; Lombardi, 2001; 2002). A ampliação do acesso à educação e as mudanças no padrão ocupacional não foram suficientes para superar as desigualdades de renda e a maior precariedade feminina nas relações de trabalho.

As relações de trabalho também revelam hierarquias internas entre as próprias mulheres, organizadas por variáveis como classe e raça. Conforme observa Heleieth Saffioti (2013, p. 133), embora as mulheres das classes dominantes não tenham dominado os homens de sua classe, puderam dispor livremente da força de trabalho de mulheres e homens das classes dominadas, o que se expressa no recurso ao trabalho doméstico mal remunerado e precarizado. Nesse cenário, gênero, raça e classe operam de forma interdependente, não sendo possível compreender as desigualdades de gênero de maneira isolada (Biroli, 2016).

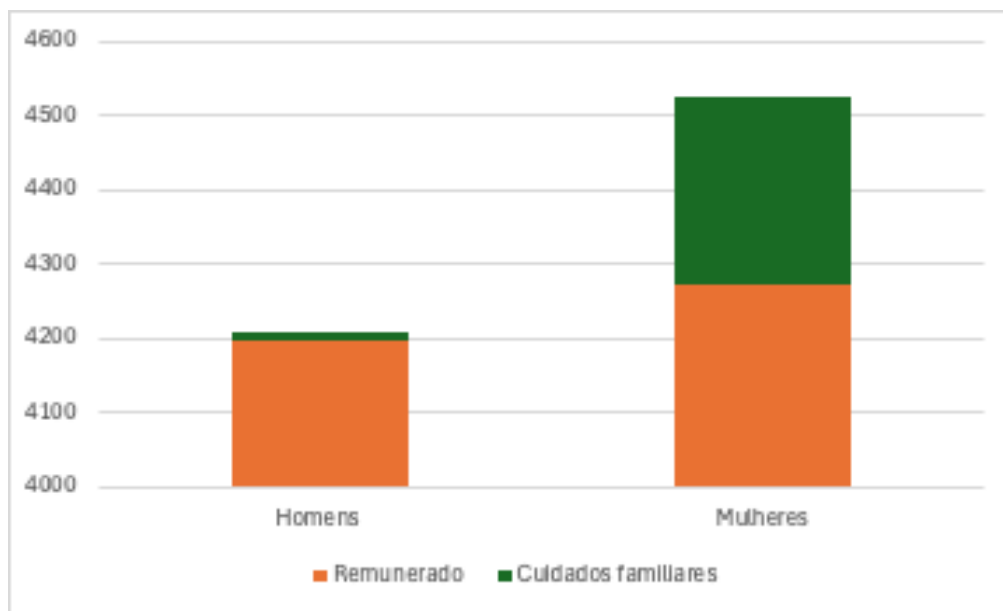
Por fim, Ávila e Ferreira (2017) destacam que os impactos da globalização neoliberal sobre as mulheres manifestam-se sobretudo na precarização do trabalho feminino e na intensificação da sobrecarga com o trabalho reprodutivo. Essas desigualdades concretas decorrem da interseção das relações sociais no contexto da reorganização global do capitalismo. A interseccionalidade, portanto, constitui uma lente analítica fundamental para compreender identidades sociais complexas e para identificar estratégias mais eficazes de enfrentamento das injustiças, opressões e desigualdades (Guimarães-Silva; Olívia, 2020).

Ao se analisar a divisão sexual do trabalho, evidencia-se como essa categoria se constitui um eixo estruturante das relações sociais, atravessando de forma profunda os modos de organização do trabalho, do emprego e da reprodução social. Longe de se tratar de um arranjo natural ou

funcional, essa divisão é histórica, socialmente construída e sustentada por relações de poder que articulam gênero, classe e raça, produzindo hierarquias persistentes e desigualdades estruturais no capitalismo contemporâneo.

No Suriname, considerando-se o nível educacional universitário, os dados revelam diferenças significativas na distribuição de trabalho entre homens e mulheres. No trabalho remunerado, a participação é relativamente equilibrada, com 4.198 homens e 4.275 mulheres ocupando essas funções. Isso indica que, nesse tipo de atividade, a presença feminina é equivalente à masculina, evidenciando avanços na inserção das mulheres no mercado de trabalho qualificado (Censo, 2012). Por outro lado, o trabalho relacionado aos cuidados familiares apresenta uma desigualdade marcante. Enquanto apenas 10 homens desempenham essas funções, 252 mulheres estão dedicadas a esse tipo de trabalho (Censo, 2012). Essa discrepância mostra que, mesmo entre pessoas com nível universitário, as responsabilidades de cuidado continuam sendo majoritariamente atribuídas às mulheres. Assim, mesmo quando há igualdade de escolaridade e participação no trabalho remunerado, a divisão sexual do trabalho se mantém, reforçando a persistência das desigualdades de gênero na esfera privada e doméstica.

Gráfico 3 – População surinamesa, universitária e empregada, por sexo

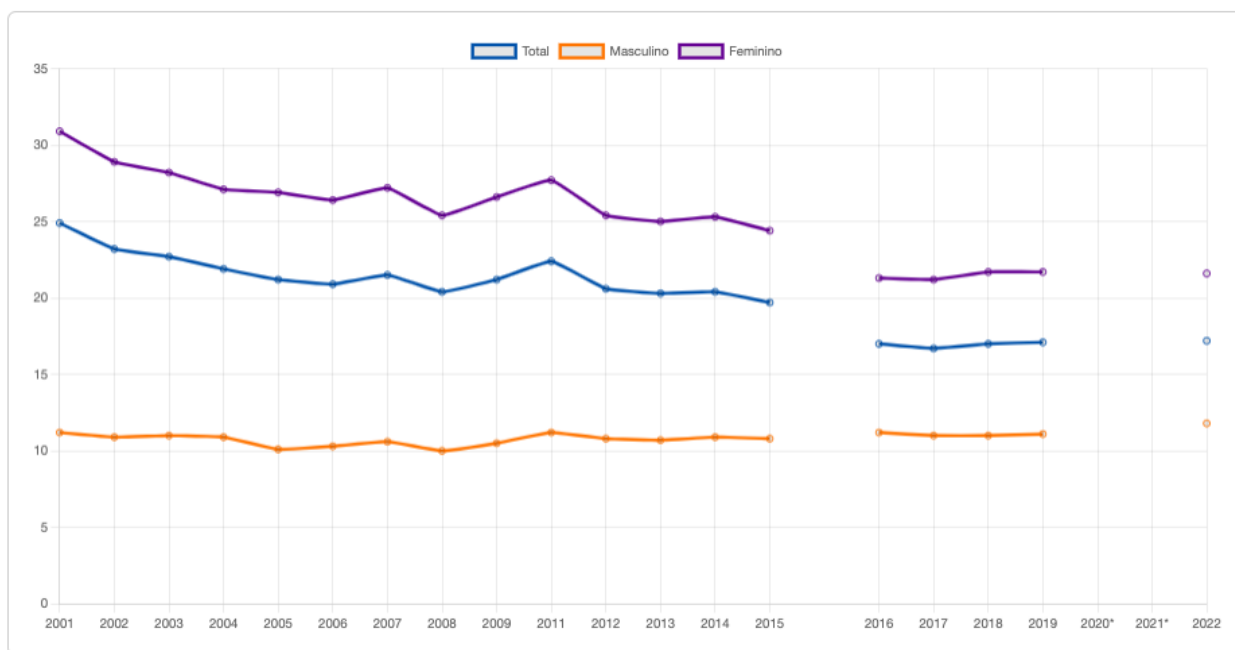


Fonte: Censo Surinames 2012- Gráfico de elaboração própria (2026).

Em 2022, no Brasil, os dados sobre a distribuição do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados revelam uma desigualdade significativa entre homens e mulheres. As mulheres

dedicaram, em média, 21,6 horas semanais a essas atividades, quase o dobro do tempo registrado entre os homens, que foi de 11,8 horas por semana (Brasil, 2025). . Esse cenário evidencia que, mesmo em contextos nos quais a participação feminina no mercado de trabalho remunerado tem aumentado, as responsabilidades relacionadas ao cuidado e à manutenção do lar continuam recaindo predominantemente sobre elas. Essa sobrecarga de trabalho não remunerado não apenas limita o tempo disponível das mulheres para atividades de lazer, estudo ou desenvolvimento profissional, mas também reforça as desigualdades estruturais de gênero, perpetuando a divisão sexual do trabalho entre as esferas pública e privada (Brasil, 2025).

Gráfico 4 – Média de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado pela população de 16 anos ou mais de idade, por sexo. Brasil, 2001 a 2022



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).

Nota: Nos anos de 2020 e 2021, o módulo “Outras Formas de Trabalho” da PNAD Contínua, no qual constam as informações sobre jornadas em trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, não foi aplicado.

Vale destacar que nem o Brasil e nem o Suriname dispõem de pesquisas de uso do tempo que possibilitem uma coleta sistemática das informações sobre trabalho remunerado e trabalho de cuidados, sendo assim possível que a desigualdade na distribuição do trabalho doméstico e de cuidados seja ainda maior do que os dados apresentados acima.

Ao revisitar contribuições clássicas e contemporâneas do feminismo materialista, da economia feminista e dos estudos de gênero e trabalho, foi possível demonstrar que a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, bem como a hierarquização que atribui maior valor social e econômico ao trabalho masculino, permanece central para a compreensão das desigualdades vivenciadas pelas mulheres. No campo da Cooperação Sul-Sul, essas dinâmicas assumem contornos específicos. Embora esse espaço seja frequentemente apresentado como alternativo às lógicas hierárquicas tradicionais da cooperação internacional, observa-se a reprodução de assimetrias de gênero na ocupação de cargos, na valorização das funções exercidas e no acesso aos recursos simbólicos e materiais necessários para a progressão profissional. As exigências de tempo, mobilidade e disponibilidade plena, combinadas à persistente responsabilização feminina pelo cuidado, limitam a participação das mulheres em posições de maior prestígio e poder, reforçando padrões já consolidados em outros campos do trabalho qualificado, como a diplomacia.

A partir dessa discussão, torna-se evidente que pensar o trabalho exclusivamente a partir da esfera produtiva significa invisibilizar uma dimensão essencial da vida social: o trabalho reprodutivo e de cuidado, sem o qual a própria dinâmica capitalista não se sustenta. Reconhecer a centralidade desse trabalho implica questionar as bases econômicas, políticas e simbólicas que o desvalorizam, bem como propor novas formas de organização social que redistribuam responsabilidades, tempo e recursos de maneira mais equitativa. A incorporação da perspectiva interseccional revelou-se fundamental para aprofundar essa análise, ao evidenciar que as experiências das mulheres no mundo do trabalho não são homogêneas. As desigualdades de gênero se expressam de forma diferenciada conforme marcadores de classe, raça, nacionalidade e posição no sistema internacional, produzindo hierarquias internas entre as próprias mulheres. Nesse sentido, o recurso ao trabalho doméstico e de cuidado mal remunerado evidencia como a divisão sexual do trabalho se articula à divisão internacional e racial do trabalho, reproduzindo desigualdades históricas em novos contextos.

A divisão sexual do trabalho continua sendo um eixo estruturante das desigualdades de gênero, atravessando tanto a esfera produtiva quanto a reprodutiva. Mesmo em contextos de maior escolaridade e inserção feminina no mercado de trabalho remunerado, como observado no Suriname e no Brasil, as mulheres permanecem sobrecarregadas com o trabalho doméstico e de cuidados, demonstrando que a presença em espaços públicos e profissionais não elimina a subordinação histórica construída social e culturalmente. A análise evidencia que a hierarquização

e a segmentação do trabalho não são neutras: o trabalho masculino é social e economicamente mais valorizado, enquanto o trabalho das mulheres, especialmente o reprodutivo e de cuidado, permanece desvalorizado, invisibilizado e essencial para a sustentação do capitalismo. No campo da Cooperação Sul-Sul e da diplomacia, essas desigualdades se expressam na limitação do acesso das mulheres a cargos de maior prestígio, mobilidade e poder, reforçando padrões historicamente consolidados. Além disso, a perspectiva interseccional permite compreender que as desigualdades de gênero não são homogêneas, mas se articulam com classe, raça e gênero, criando hierarquias internas entre mulheres e evidenciando a complexidade das opressões no trabalho.

### 3.2 Descolonizar o gênero: interseccionalidade, raça e classe na América Latina e Caribe

As relações sociais que se configuraram na formação das Américas e no Caribe foram, em essência, relações de dominação. Identidades sociais foram associadas a hierarquias, lugares e papéis específicos, tornando-se constitutivas dessas relações e consolidando padrões duradouros de subordinação (Quijano, 2015). A raça foi, assim, estabelecida como instrumento central de classificação social da população, legitimando privilégios de determinados grupos e naturalizando a exclusão de outros. Estendendo essa proposição, entende-se gênero como a distribuição desigual de posições dentro da ordem patriarcal, articulada ao espaço público dominado por atores masculinos, no qual a diferença sexual se torna uma categoria estruturante da divisão do trabalho, percebida como universal e neutra, mas historicamente construída em benefício de homens brancos (Segato, 2013; Lugones, 2008).

O conceito de interseccionalidade foi cunhado em 1989 pela jurista afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw no contexto da análise de um caso jurídico específico, com o objetivo de evidenciar a invisibilidade legal das múltiplas dimensões de opressão vivenciadas por trabalhadoras negras da empresa norte-americana General Motors. Ao demonstrar como o sistema jurídico era incapaz de reconhecer a discriminação simultânea de raça e gênero, Crenshaw inaugurou um marco analítico fundamental para a compreensão das desigualdades complexas que atravessam determinados grupos sociais (Guimarães-Silva; Olivia, 2020).

Há, contudo, críticas consistentes a essa narrativa histórica que localiza a origem da interseccionalidade exclusivamente no âmbito acadêmico, desconsiderando saberes produzidos a partir de vivências concretas e experiências políticas anteriores à sua sistematização conceitual. No contexto brasileiro, por exemplo, ainda em 1984 — portanto, anos antes da formulação de Kimberlé Crenshaw — Lélia Gonzalez já evidenciava, em seu artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, fruto de sua atuação intelectual e militante, a articulação indissociável entre racismo e sexismo (Guimarães-Silva; Olivia, 2020).

Segundo Mara Viveros Vigoya (2023), no contexto latino-americano pós-colonial, escritoras e artistas identificaram precocemente a articulação entre diferentes formas de dominação, antecipando debates posteriormente sistematizados pela teoria da interseccionalidade. Na literatura peruana, *Aves sin nido* (1899), de Clorinda Matto de Turner, destacou-se ao denunciar os abusos de poder praticados por autoridades civis e religiosas, evidenciando a vulnerabilidade das populações indígenas, especialmente das mulheres, a partir da intersecção entre classe, gênero e

raça. A obra também abordou a família como espaço central na reprodução das relações inter-raciais e de gênero, vinculando essas dinâmicas ao processo de formação da nacionalidade. No Brasil, a produção artística de Tarsila do Amaral contribuiu para a reflexão sobre identidade nacional em um país pós-colonial. Sua obra *A negra* (1923) tornou-se emblemática ao representar, de forma simbólica e crítica, o lugar social das mulheres negras, especialmente das amas de leite, explicitando visualmente as intersecções entre raça, gênero e classe na sociedade brasileira (Viveros, 2023).

Por sua vez, Patricia Hill Collins (2000) foi pioneira ao formular a interseccionalidade como um paradigma analítico. A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária- entre outras- são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2021, p. 16).

Posteriormente, Ange-Marie Hancock (2007) contribuiu para sua sistematização teórico-metodológica, definindo-a como um conjunto integrado de teoria normativa e investigação empírica. Com esse objetivo, Hancock identificou seis pressupostos fundamentais para a análise de problemáticas relacionadas à justiça distributiva, às relações de poder e aos processos de governança: (1) todos os fenômenos políticos complexos envolvem mais de uma categoria de diferenciação; (2) é necessário considerar todas as categorias relevantes, reconhecendo que as relações entre elas são variáveis e constituem uma questão empírica aberta; (3) cada categoria apresenta heterogeneidade interna; (4) as categorias de diferença são construções dinâmicas, produzidas por fatores individuais e institucionais, que operam e são contestados em ambos os níveis; (5) a pesquisa interseccional deve operar em múltiplos níveis de análise, interrogando as interações entre eles; e (6) a interseccionalidade, enquanto paradigma, exige avanços tanto teóricos quanto empíricos (Viveros, 2016).

Quadro 5 – Pressupostos da interseccionalidade segundo Ange-Marie Hancock (2007)

| Nº | Pressuposto                         | Descrição                                                                                                                                                         |
|----|-------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1  | Multiplicidade de categorias        | Todo fenômeno político ou social complexo envolve simultaneamente mais de uma categoria de diferenciação (como gênero, raça, classe, sexualidade, nacionalidade). |
| 2  | Relações variáveis entre categorias | Todas as categorias relevantes devem ser consideradas, reconhecendo que as relações entre elas não são fixas, mas variáveis e empiricamente observáveis.          |
| 3  | Heterogeneidade interna             | Cada categoria de diferenciação é internamente diversa, não podendo ser tratada como homogênea ou uniforme.                                                       |
| 4  | Dinamicidade das categorias         | As categorias de diferença são construções dinâmicas, produzidas por fatores individuais e institucionais, que operam e são contestados em ambos os níveis.       |
| 5  | Múltiplos níveis de análise         | A pesquisa interseccional deve atuar em diferentes níveis de análise (individual, institucional, estrutural), examinando as interações entre eles.                |
| 6  | Articulação entre teoria e empiria  | A interseccionalidade, enquanto paradigma, requer desenvolvimento contínuo tanto no plano teórico quanto no empírico.                                             |

Fonte: Elaboração própria (2026), com base em Hancock (2007).

Para autoras como Kathy Davis (2008), a interseccionalidade insere-se no projeto pós-moderno de compreensão das identidades como múltiplas, instáveis e processuais, dialogando com a perspectiva foucaultiana de poder ao enfatizar os processos dinâmicos de normalização e a desconstrução de categorias homogêneas e universalizantes. Para além dessas filiações teóricas, a ampla difusão do enfoque interseccional também se explica pelas críticas pós-positivistas ao positivismo, que reivindicam interpretações mais complexas e situadas das desigualdades sociais (Viveros, 2016). Os estudos interseccionais evidenciam, fundamentalmente, dois aspectos centrais. Em primeiro lugar, revelam a multiplicidade de experiências de sexismo vividas por diferentes

mulheres, desafiando concepções homogêneas da opressão de gênero. Em segundo lugar, tornam visíveis as posições sociais que não experimentam marginalização ou discriminação, por estarem alinhadas às normas dominantes, como a masculinidade, a heteronormatividade e a branquitude. Ao explicitar essas dinâmicas, tais análises ampliam as possibilidades interpretativas, superando abordagens jurídicas formalistas que reduzem a interseccionalidade a um mero cruzamento de categorias ou a setores isolados de intervenção social (Viveros, 2016).

Entretanto, o conceito também tem sido alvo de críticas no interior do próprio campo feminista. Danièle Kergoat (2009) argumenta que a noção de interseção pode pressupor a existência de grupos localizados em pontos fixos de cruzamento entre sexismo, racismo e classismo, dificultando a compreensão histórica e dinâmica das relações de dominação. Segundo a autora, essa abordagem pode cristalizar posições sociais e fragmentar as lutas políticas, reproduzindo, paradoxalmente, o mesmo movimento de naturalização identitária presente nos discursos hegemônicos. Como alternativa, Kergoat propõe, a partir do feminismo materialista, os conceitos de consubstancialidade e coextensividade das relações sociais. As relações de classe, gênero e raça seriam consubstanciais, na medida em que produzem experiências indissociáveis, que só podem ser separadas analiticamente, e coextensivas porque se coproduzem mutuamente (Viveros, 2016). Em determinados contextos, o gênero pode produzir a classe, como ocorre quando as diferenças de gênero estruturam hierarquias no mercado de trabalho; em outros, as relações de gênero são mobilizadas para reforçar hierarquias raciais. Nesse sentido, cada relação social deixa sua marca sobre as demais, constituindo-se de forma recíproca (Dorlin, 2009).

No contexto latino-americano, as críticas internas ao feminismo tornaram-se particularmente visíveis a partir da denúncia da colonialidade discursiva, presente em abordagens hegemônicas que universalizam experiências específicas e invisibilizam a diversidade histórica e material das mulheres da região (Mohanty, 1991, Viveros, 2016). Autoras como Ochy Curiel (2013), Yuderkys Espinosa (2007) e Breny Mendoza (2010) deslocaram o debate ao colocar, no centro, a crítica à heterossexualidade obrigatória, evidenciando seus efeitos na dependência das mulheres enquanto classe social, na construção da cidadania nacional e na consolidação do mito da mestiçagem como narrativa fundadora dos Estados latino-americanos (Viveros, 2016).

Nessa mesma linha, María Lugones (2005) propõe a lógica da fusão como uma estratégia vivida de resistência às múltiplas opressões, baseada na criação de círculos de resistência e de identidades de coalizão. Essa proposta enfatiza diálogos complexos fundados na interdependência

entre diferenças não dominantes, como forma de enfrentamento ao poder em seus diversos níveis. A articulação entre classe, gênero e raça, portanto, deve ser compreendida como concreta, histórica e situada, reconhecendo que as lógicas sociais não coincidem necessariamente com as lógicas políticas. A análise de configurações sociais específicas permite relativizar explicações de senso comum sobre a dominação, ao demonstrar que raça, classe e gênero são empiricamente inseparáveis e se imbricam na produção dos sujeitos sociais (Bereni *et al.*, 2008).

O principal aporte dessas abordagens consiste em evidenciar que a dominação é uma formação histórica e que as relações sociais se materializam de maneiras diversas nas experiências vividas. Por essa razão, parâmetros feministas universalizantes mostram-se insuficientes para explicar formas específicas de opressão, nas quais as relações de poder se entrelaçam de modo complexo. A interseccionalidade, assim, aposta na compreensão das relações sociais como construções simultâneas de classe, gênero e raça, em diferentes configurações históricas, o que Candace West e Sarah Fenstermaker denominam realizações situadas: contextos nos quais as interações entre essas categorias atualizam seus significados e delimitam as possibilidades de ação dos sujeitos.

Por fim, os estudos interseccionais promovem uma reflexão permanente sobre a tendência de discursos emancipatórios a se tornarem hegemônicos, produzindo novos regimes de saber-poder que geram exclusões e silenciamentos. O desafio central, como destacam Purtschert e Meyer (2009), consiste em preservar o princípio de abertura às diferenças não como um limite, mas como uma condição constitutiva da própria interseccionalidade. Essa separação entre o público e o privado, entre homens e mulheres, não é apenas um problema de cegueira epistemológica. Ela evidencia a violência e a opressão sofridas por mulheres racializadas e periféricas, cujas experiências permanecem invisibilizadas quando gênero e raça são tratados como categorias isoladas (Hill Collins, 2020; Viveros, 2016). A abordagem interseccional propõe compreender essas categorias como interdependentes, analisando como gênero, raça, classe, sexualidade, nacionalidade e idade se articulam para estruturar relações de poder e desigualdade. Descolonizar o gênero, nesse sentido, exige uma práxis crítica que transforme a opressão racializada, colonial e heterossexualizada, promovendo mudanças concretas nas experiências vivenciais das mulheres (Lugones, 2008; Anzaldúa, 1987).

O conceito de interseccionalidade se configura, portanto, não apenas como um instrumento teórico para compreender as múltiplas opressões que incidem de forma simultânea sobre

determinados sujeitos, mas também como uma lente analítica que possibilita uma compreensão mais detalhada das experiências de grupos marginalizados. Esse enfoque, por sua vez, abre caminho para a formulação de respostas e soluções mais eficazes frente às problemáticas que esses grupos enfrentam (Guimarães-Silva, 2020).

O feminismo latino-americano e decolonial também promove uma reivindicação epistêmica, questionando não apenas as práticas discriminatórias, mas as próprias categorias de análise produzidas a partir de perspectivas eurocêntricas e burguesas. Essa crítica epistemológica evidencia que todo conhecimento científico produz efeitos sociais e políticos, tornando o pesquisador corresponsável pelas consequências de suas práticas (Nunes, 2009; Mouffe, 2005). A abordagem feminista interseccional e latino-americana propõe novas categorias interpretativas para compreender as múltiplas faces dos sujeitos sociais e das culturas diversas, incorporando a complexidade das relações de poder, opressão e resistência (Monte, 2013; Lugones, 2008).

Além disso, é fundamental reconhecer que gênero, raça e classe operam de maneira articulada. Dessa forma, a crítica feminista interseccional e decolonial busca não apenas contestar estruturas existentes, mas também propor alternativas interpretativas e práticas que promovam justiça social, equidade de gênero, valorização do trabalho reprodutivo e reconhecimento da diversidade cultural e social. Trata-se de uma abordagem que integra análise histórica, epistemológica e sociopolítica, visando compreender e transformar a realidade das mulheres em suas múltiplas dimensões, conectando teoria, prática e emancipação social (Benería, 2014; Hill Collins, 2020; Lugones, 2008).

Segundo Nilma Lino Gomes (2012) a noção de raça constitui uma construção social passível de ressignificação, profundamente entrelaçada às dinâmicas de produção e reprodução das desigualdades sociais. Nesse contexto, observa-se a persistência de um sistema patriarcal que, no âmbito interno das instituições e da vida social, atribui às mulheres papéis socialmente naturalizados como esposas e mães. Tal estrutura normativa historicamente limitou sua participação em espaços de poder, restringindo, por exemplo, o acesso a cargos de liderança nas organizações (Domingues, 2009).

A potência do corpo coletivo das mulheres latino-americanas e caribenhas manifesta-se no reconhecimento político das diferenças e na recusa das categorias universalizantes que historicamente tomaram o homem branco como medida do humano (Guimarães-Silva; Olivia, 2020). Essa potência não se limita à afirmação identitária, mas se expressa na valorização da

multiplicidade de formas de vida, de saberes e de experiências situadas, forjadas em contextos marcados pela colonialidade, pelo racismo, pelo patriarcado e pela exploração capitalista. Ao reconhecer essas diferenças — em relação às normas masculinas, brancas, heteronormativas e eurocêtricas —, as mulheres da região constroem um projeto político de autodefinição e autovalorização que desafia as hierarquias sociais e epistêmicas herdadas da modernidade no período colonial.

Nesse sentido, a interseccionalidade emerge não apenas como um conceito analítico, mas como uma prática política e epistemológica. A (auto)valorização das diferenças e a ação coletiva orientada por essa consciência constituem o núcleo do pensamento interseccional, ao permitir compreender como gênero, raça, classe, sexualidade e território operam de forma indissociável na produção das desigualdades (Guimarães-Silva; Olivia, 2020). Tal perspectiva possibilita tornar visíveis experiências historicamente silenciadas, sobretudo as das mulheres negras, indígenas, pobres e periféricas, cujas condições de vida não podem ser explicadas por uma única categoria de opressão.

Ao mesmo tempo, essa abordagem desloca o foco da análise das opressões individuais para as estruturas sociais e históricas que sustentam a desigualdade, enfatizando a agência política dos sujeitos subalternizados. Assim, a interseccionalidade, ancorada nas experiências das mulheres latino-americanas e caribenhas, contribui para a construção de epistemologias críticas que não apenas interpretam o mundo social, mas também buscam transformá-lo, articulando resistência, produção de conhecimento e ação política emancipatória.

As abordagens feministas contemporâneas compartilham uma dimensão política em seu projeto científico, que vai além da superação da opressão feminina, visando à construção de uma ordem social mais justa e equitativa. Isso inclui a crítica às hierarquias de gênero, classe e raça, assim como à exploração capitalista, que estruturalmente se beneficia da divisão sexual do trabalho (Saffioti, 2000; Benería, 1999, 2014). A luta por uma divisão sexual do trabalho mais justa envolve, portanto, não apenas o combate à opressão masculina, mas também o enfrentamento do racismo e das desigualdades socioeconômicas.

Susan Moller Okin (2008) argumenta que os domínios da vida doméstica e da vida pública não podem ser interpretados isoladamente, pois tal separação contribui para a perpetuação da vulnerabilidade de mulheres e crianças, tanto na América Latina quanto em outras regiões do mundo. Essa visão amplia a compreensão da opressão de gênero, ao conectar a vida cotidiana das

mulheres às estruturas macroeconômicas, políticas e culturais, revelando como o trabalho de cuidado e a reprodução social são invisibilizados pelo sistema capitalista (Hirata, 2014; Rocha, 2020).

As relações sociais constituídas na formação histórica das Américas e do Caribe foram marcadas, desde sua origem, por estruturas de dominação que articularam raça, gênero e classe como princípios centrais de organização social. A colonialidade do poder instituiu hierarquias duradouras, nas quais identidades sociais foram associadas a lugares específicos na divisão do trabalho, na produção do conhecimento e no acesso aos direitos, naturalizando desigualdades que permanecem operantes na contemporaneidade.

A interseccionalidade mostrou-se uma ferramenta analítica fundamental para compreender essas dinâmicas, ao permitir apreender a complexidade das opressões que incidem simultaneamente sobre determinados sujeitos sociais. A interseccionalidade não constitui um modelo fixo ou uma simples soma de categorias, mas um paradigma crítico em permanente construção. A noção de consubstancialidade das relações sociais mostrou-se particularmente fecunda para compreender como classe, raça e gênero se coproduzem de maneira histórica, dinâmica e situada.

No contexto latino-americano, a crítica decolonial acrescenta uma dimensão indispensável a esse debate, ao questionar os limites das categorias analíticas eurocêtricas e das narrativas feministas universalizantes. Descolonizar o gênero, nesse sentido, implica não apenas revisar categorias teóricas, mas transformar práticas políticas, epistemológicas e institucionais que sustentam a desigualdade. A crítica feminista interseccional e decolonial propõe, também, a construção de alternativas analíticas e políticas orientadas à justiça social, à equidade de gênero, ao reconhecimento do trabalho reprodutivo e à valorização da diversidade histórica e cultural. Ao integrar teoria e prática, essa abordagem contribui para compreender a complexidade das relações sociais e para formular estratégias capazes de enfrentar, de forma situada e plural, as múltiplas formas de opressão que estruturam a realidade das mulheres nas Américas e no Caribe.

Nesse cenário, a potência política das mulheres latino-americanas e caribenhas reside justamente na recusa das categorias homogêneas e na afirmação da diferença como princípio de ação coletiva. A interseccionalidade, entendida como prática política e epistemológica, permite tornar visíveis experiências historicamente silenciadas, deslocar o foco da análise das opressões

individuais para as estruturas sociais e reconhecer a agência dos sujeitos subalternizados. Trata-se de uma perspectiva que articula resistência, produção de conhecimento e transformação social.

### **3.3 Mulheres no plural: interseccionalidade, poder e desigualdades**

A mulher, tomada como uma categoria única, universal e homogênea, não existe. As experiências femininas são múltiplas e historicamente situadas, constituídas a partir de relações sociais complexas e desiguais. As mulheres são formadas em contextos específicos, atravessados por noções de tempo e espaço social, por arranjos culturais, históricos, políticos e religiosos distintos, bem como por marcadores estruturantes como classe social, raça e gênero (Benavides, 2023). A construção social do feminino, portanto, não pode ser compreendida de forma abstrata e desvinculada das condições materiais e simbólicas que moldam a vida das mulheres. Cada trajetória feminina é produzida no entrelaçamento dessas múltiplas dimensões, que operam simultaneamente, configurando diferentes possibilidades de existência, de acesso a direitos, de reconhecimento social e de exercício da cidadania. Segundo Donna Haraway (2009) os movimentos feministas demonstram interesse em um projeto de ciência sucessora que produza explicações mais adequadas, abrangentes e qualificadas sobre o mundo, possibilitando uma melhor forma de viver nele. Esse projeto implica também uma postura crítica e reflexiva em relação às próprias práticas, bem como às práticas de dominação alheias, reconhecendo que todas as posições sociais são atravessadas por relações desiguais de privilégio e opressão.

Nesse sentido, a crítica às concepções universalizantes de mulher revela não apenas a diversidade das experiências femininas, mas também as hierarquias que as atravessam. Mulheres brancas, negras, hindustanas, pobres, migrantes ou pertencentes a diferentes grupos religiosos e culturais vivenciam de maneiras profundamente distintas as relações de poder, a divisão sexual do trabalho, a violência e a exclusão social. Assim, compreender as mulheres como um grupo plural implica reconhecer que gênero nunca atua isoladamente, mas se articula de forma indissociável com outros eixos de desigualdade ou privilégio, produzindo experiências diferenciadas e, muitas vezes, assimétricas.

Imagem 2 – Os 14 eixos da interseccionalidade por Patricia Hill Collins



Fonte: Figura elaborada por Juan José Pérez Vázquez (2023)  
com base em Patricia Hill Collins (2000).

A dominação não se exerce pela simples soma de determinadas condições sociais, mas por meio de formas específicas de habitar o gênero, a classe, a raça, a idade, a nacionalidade, entre outras dimensões, compreendidas como relações sociais que se co-produzem (Viveros, 2018). Neste trabalho, proponho uma análise interseccional que não se limita aos grupos socialmente marginalizados — aos quais essa abordagem esteve historicamente vinculada —, mas que também inclui sujeitos situados em posições dominantes em diferentes ordens sociais, como as mulheres que atuam na Cooperação Sul-Sul no Brasil e no Suriname.

Assinalar que um dos objetivos da epistemologia feminista é que esta contribua para mudanças significativas na vida das mulheres (Cardoso, 2012). E para isso, é fundamental entender que não existe uma mulher universal e nem um modelo cultural e social definido (Araújo Matos; Lima; Dutra, 2017). Ao nos referirmos às mulheres em sua multiplicidade, estamos reconhecendo a diversidade de experiências constituídas por diferentes marcadores sociais — como raça, classe, sexualidade, gênero, território, entre outros —, bem como a necessidade de respeitar e preservar as vivências singulares de cada mulher e dos grupos sociais aos quais elas pertencem. Tal compreensão parte do reconhecimento de que não há uma experiência feminina única, mas

múltiplas formas de ser mulher, historicamente situadas e atravessadas por relações de poder desiguais.

Para que essa abordagem seja possível, torna-se imprescindível uma teoria feminista crítica capaz de problematizar as afirmações totalizantes de uma economia profundamente marcada por pressupostos masculinistas, sem, contudo, reproduzir gestos igualmente totalizantes no interior do próprio feminismo. Trata-se, portanto, de um exercício teórico e político que exige permanente autocrítica, atento às exclusões e silenciamentos produzidos por categorias universalizantes (Domingues, 2023).

Nesse sentido, Judith Butler (2022) destaca que a insistência na categoria “mulher” como uma unidade universal, supostamente representativa de todas, acabou por rejeitar e invisibilizar a multiplicidade de interseções culturais, sociais e políticas que constituem o espectro concreto das experiências das mulheres. Ao desestabilizar essa noção homogênea, Butler contribui para a compreensão do gênero como uma construção relacional e contingente, abrindo espaço para análises que reconhecem a pluralidade e a complexidade das trajetórias femininas.

Compreender como se originou o fenômeno social da subordinação das mulheres em diferentes culturas e contextos históricos tem sido uma questão central nas diversas correntes teóricas do feminismo (Piscitelli, 2001). Nesse sentido, o feminismo decolonial oferece uma contribuição fundamental ao problematizar as desigualdades entre homens e mulheres nos países latino-americanos e caribenhos como produções da modernidade colonial, tal como essas desigualdades são hoje conhecidas. Em diálogo com essa perspectiva, Cardoso afirma que a colonialidade diz respeito às situações coloniais contemporâneas e que, juntamente com a modernidade, constitui um dos dois eixos centrais em torno dos quais se organiza o poder capitalista, eurocêntrico e global (Cardoso, 2012, p. 92). De modo complementar, Quijano (2000; 2014) descreve o padrão atual de poder como o único verdadeiramente global da história conhecida. Para sustentar essa afirmação, o autor destaca que se trata do primeiro sistema no qual todas as esferas da vida social articulam, de forma integrada, múltiplas modalidades de dominação, conformando em cada domínio uma estrutura única, interligada sistematicamente tanto em seus componentes internos quanto em relação ao conjunto social mais amplo.

No controle do trabalho, de seus recursos e produtos, predomina a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e da reprodução social, impõe-se a família burguesa; no controle da autoridade, afirma-se o Estado-nação; e, no controle da intersubjetividade, prevalece o

eurocentrismo. (Mendoza, 2014) Essas instituições coexistem de maneira interdependente, reforçando-se mutuamente na reprodução das relações de poder. Apesar da relevância de sua formulação, a abordagem de Quijano sobre gênero tem sido alvo de críticas. Ao definir as relações de gênero primordialmente como relações sexuais de dominação, sua análise tende a ocultar a complexidade de um sistema de poder mais amplo, reconfigurado a partir da lógica colonial, ao mesmo tempo em que reproduz pressupostos estruturantes do patriarcado. Além disso, sua concepção de raça assume um caráter totalizante, o que acaba por invisibilizar o gênero como uma categoria histórica específica (Mendoza, 2014).

Para María Lugones (2008), por sua vez, a noção de gênero não apenas foi constituída pela colonialidade do poder, como também atuou ativamente em sua constituição. A autora argumenta que o sistema moderno/colonial de gênero produziu hierarquias específicas que articulam raça, sexo e sexualidade, aprofundando desigualdades e violências que persistem até os dias atuais. Em diálogo com contribuições da autora Oyèrónkẹ Oyěwùmí (1997), Lugones (2008) afirma que é preciso ter muito cuidado ao usar os termos “mulher” e “homem”. Em alguns casos, é necessário colocá-los entre colchetes para evitar que essas categorias sejam tratadas como fixas, universais ou naturais. Esse cuidado é fundamental para compreender a lógica do chamado *lócus fraturado* sem apagar as formas de resistência que surgem das experiências sociais concretas. Quando utilizamos “mulher” e “homem” de maneira rígida e sem questionamento, acabamos reforçando a própria estrutura de dominação que produz essas categorias, o que pode invisibilizar as respostas de resistência. Ao colocá-las entre colchetes, abrimos espaço para perceber outras lógicas sociais, construídas a partir da vivência e da ação dos sujeitos que resistem (Lugones, 2008).

O *lócus fraturado* refere-se a essa condição de viver entre diferentes mundos, marcada por percepções múltiplas e por uma consciência dupla ou plural. Ele inclui a hierarquia imposta pela colonialidade, que produz a subordinação dos sujeitos colonizados, mas é também atravessado pela resistência ativa desses sujeitos, que constroem formas próprias de existir, compreender e habitar a si mesmos e suas comunidades (Lugones, 2008). Essa ideia ajuda a entender a multiplicidade presente nos feminismos de mulheres, nos quais não existe uma única experiência de “mulher” (Lugones, 2008). Ao contrário, trata-se de identidades formadas pela combinação de opressões e resistências, mostrando que a fratura não é apenas resultado da dominação, mas também um espaço de criação política, subjetiva e coletiva.

Segundo Yuderkys Espinosa (2020), a teoria do ponto de vista feminista, apesar de suas contribuições críticas, não foi capaz, por si só, de romper com os limites do essencialismo universalizante da categoria “mulher”, nem de superar as marcas do racismo, do eurocentrismo e da colonialidade presentes em grande parte da teoria feminista hegemônica. Ao tomar a experiência das mulheres como um ponto de partida privilegiado para a produção do conhecimento, essa abordagem acabou, em muitos casos, por pressupor uma experiência feminina relativamente homogênea, obscurecendo as desigualdades internas produzidas pela articulação entre raça, classe, sexualidade e contexto histórico.

Dorothy Smith (1974) fundamenta, na teoria do ponto de vista feminista, que a posição social das mulheres possibilita uma compreensão mais abrangente da vida social. Isso se deve ao fato de que, em razão da divisão sexual do trabalho, as mulheres são majoritariamente responsáveis por atividades relacionadas à reprodução da vida e ao cuidado — tarefas socialmente naturalizadas e desvalorizadas, muitas vezes invisíveis ao olhar masculino. Enquanto os homens, situados nas esferas consideradas abstratas e dotadas de maior valor social, tendem a não perceber essas atividades, as mulheres, ao realizá-las, conseguem apreender tanto esse conjunto de práticas quanto aquelas desempenhadas pelos homens, adquirindo, assim, um campo de visão social mais amplo (Espinosa, 2020). Nesse sentido, a teoria do ponto de vista propõe que a investigação social, quando orientada pela experiência daqueles situados nas posições menos privilegiadas, tem o potencial de revelar de forma mais nítida o funcionamento das estruturas de poder. Se a ordem social pode ser compreendida como uma matriz na qual raça, classe e gênero se sobrepõem e se codeterminam, a perspectiva do ponto de vista feminista oferece instrumentos importantes para tornar visíveis os mecanismos dessa matriz, ao questionar os pressupostos epistemológicos dominantes a partir das experiências de quem ocupa as posições mais baixas na hierarquia social (Espinosa, 2020).

Contudo, sem uma incorporação explícita da crítica interseccional e decolonial, essa perspectiva corre o risco de reproduzir silenciamentos e exclusões, ao tomar como referência implícita experiências femininas racializadas como brancas, ocidentais e de classe média. Assim, embora a teoria do ponto de vista represente um avanço relevante na crítica à neutralidade do conhecimento, seus limites evidenciam a necessidade de abordagens que reconheçam a heterogeneidade das experiências femininas e a complexidade histórica das relações de poder que as atravessam.

Lélia Gonzalez (1988), precursora do feminismo interseccional no Brasil, reconhece como inegável que o feminismo, enquanto teoria e prática, desempenhou papel fundamental nas lutas e conquistas das mulheres. À medida que a autora passou a formular novas questões, contribuiu para o surgimento de grupos e redes, além de impulsionar a busca por novas formas de ser mulher (Araújo Matos; Lima; Dutra, 2017). No entanto, apesar dessas contribuições centrais para o debate sobre as discriminações de gênero e orientação sexual, o mesmo não pode ser afirmado em relação à dimensão racial. Segundo Gonzalez, essa limitação decorre de uma “visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade” (1988, p. 14). Para a autora, o feminismo latino-americano perde grande parte de sua potência ao desconsiderar um dado essencial da realidade: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região. A análise da divisão sexual do trabalho, quando não articulada à divisão racial, acaba reproduzindo um racionalismo abstrato típico de um discurso masculinizado e branco (Araújo Matos; Lima; Dutra, 2017).

Vale apontar a incapacidade do movimento feminista de abarcar as questões que produzem desigualdades reais de oportunidades entre mulheres brancas e negras nos diversos âmbitos da vida social (Carneiro, 2003). Para Sueli Carneiro (2003), existem diferenças sociais e culturais que moldam distintas realidades e produzem olhares e estratégias específicas de luta, conforme o lugar ocupado por cada grupo. Assim, mulheres negras, indígenas, entre outras, apresentam demandas próprias que não podem ser compreendidas apenas pela categoria de gênero, sem considerar as especificidades que definem suas experiências.

Nesse sentido, Luíza Bairos (2014) critica a generalização das experiências femininas a partir de categorias analíticas universais. Segundo a autora, o conceito de “mulher” utilizado pelo feminismo incorpora tanto o sexo biológico quanto a construção social do gênero, mas frequentemente reproduz estereótipos patriarcais e trata a opressão sexista como um fenômeno universal, desconsiderando seus condicionantes históricos e culturais (Araújo Matos; Lima; Dutra, 2017). Além disso, essa abordagem tende a objetificar a mulher, compreendendo-a como vítima de um poder concebido como essencialmente masculino.

Conforme destaca Canavae (2009), uma das características mais marcantes dos grupos organizados de mulheres na América Latina, sejam eles feministas ou não, é a sua heterogeneidade desde a origem. Essa diversidade manifesta-se em sua composição socioeconômica, ideológica, cultural, racial, étnica e política e, ao longo do tempo, tem se aprofundado em constante interação com os contextos nacionais e internacionais. Em razão dessa complexidade, torna-se pouco

plausível elaborar uma descrição universal do movimento de mulheres, uma vez que, apesar das diversas tentativas de defini-lo, sempre há dimensões que escapam a qualquer formulação totalizante.

A categoria “mulher”, quando tratada de forma universal, homogênea e abstrata, é insuficiente para dar conta da complexidade das experiências femininas concretas. As contribuições do feminismo interseccional, decolonial e do ponto de vista feminista evidenciam que gênero não opera isoladamente, mas em articulação indissociável com outros marcadores estruturantes — como raça, classe, sexualidade, nacionalidade, território e religião — que produzem posições sociais diferenciadas, atravessadas por relações assimétricas de poder, privilégio e opressão.

A crítica às concepções universalizantes de “mulher” revelou-se fundamental não apenas para visibilizar a pluralidade das trajetórias femininas, mas também para problematizar as hierarquias internas ao próprio campo feminista. Autoras como Butler, Haraway, Collins, Lugones, Gonzalez, Carneiro e Bairos demonstram que a insistência em categorias totalizantes tende a reproduzir silenciamentos, especialmente quando toma como referência implícita experiências brancas, ocidentais e de classe média. Nesse sentido, a epistemologia feminista, para cumprir seu objetivo político e ético de contribuir para transformações concretas na vida das mulheres, precisa ser permanentemente autocrítica e atenta às exclusões que produz.

A perspectiva decolonial aprofundou essa crítica ao situar a subordinação das mulheres no interior do sistema moderno/colonial de poder, evidenciando como raça, gênero e sexualidade foram historicamente constituídos como dispositivos centrais de dominação. A noção de lócus fraturado, proposta por Lugones, permitiu compreender que as experiências das mulheres colonizadas não se reduzem à opressão, mas são também atravessadas por práticas de resistência, criação e reinvenção de formas de existir. Assim, a fratura não é apenas um efeito da colonialidade, mas um espaço político e epistemológico fértil para a produção de saberes situados.

Além disso, ao retomar os limites da teoria do ponto de vista feminista, especialmente no que diz respeito à tendência ao essencialismo e à homogeneização da experiência feminina, o trabalho reforça a importância de uma abordagem explicitamente interseccional e decolonial. Somente a partir desse deslocamento é possível evitar a reprodução de hierarquias internas ao feminismo e reconhecer a heterogeneidade das experiências das mulheres em contextos históricos e sociais distintos.

Por fim, ao propor uma análise interseccional que não se restringe aos grupos socialmente marginalizados, mas que também considera sujeitos posicionados em lugares relativos de poder — como mulheres que atuam em espaços institucionais e transnacionais —, este estudo busca contribuir para o alargamento do campo analítico do feminismo. Tal movimento permite compreender a dominação não como uma soma de opressões isoladas, mas como um processo relacional, dinâmico e coproduzido, que atravessa todos os sujeitos de maneira desigual. Desse modo, reafirma-se a necessidade de um feminismo plural, situado e politicamente comprometido com a transformação das estruturas que sustentam as desigualdades, sem perder de vista a complexidade das experiências femininas e a diversidade dos contextos nos quais elas se produzem.

### 3.4 Considerações finais do capítulo

Este capítulo evidenciou como a divisão sexual do trabalho permanece como um dos principais eixos estruturantes das desigualdades de gênero, operando de forma articulada nas esferas produtiva e reprodutiva e reproduzindo hierarquias históricas profundamente enraizadas. A análise dos contextos do Brasil e do Suriname demonstrou que, mesmo diante do aumento da escolaridade feminina e da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado, a responsabilização desproporcional pelo trabalho doméstico e de cuidado persiste, limitando o acesso das mulheres a espaços institucionais, políticos e de poder.

Os dados analisados indicam que essa dinâmica se manifesta, de maneira particularmente expressiva, no campo das Relações Internacionais, frequentemente apresentado como um espaço alternativo e contra-hegemônico no sistema internacional. Ainda assim, observa-se a reprodução de assimetrias de gênero na ocupação de cargos, na valorização das funções exercidas e no acesso aos recursos simbólicos e materiais necessários à progressão profissional. As exigências de disponibilidade plena, mobilidade e longas jornadas, combinadas à persistente divisão sexual do cuidado, configuram barreiras estruturais à participação das mulheres em posições de maior prestígio e poder decisório.

Em diálogo com o feminismo materialista, a economia feminista e os estudos de gênero e trabalho, o capítulo reafirma que a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo — bem como a hierarquização que atribui maior valor social e econômico ao trabalho masculino — permanece central para a compreensão das desigualdades de gênero. Pensar o trabalho exclusivamente a partir da esfera produtiva implica invisibilizar uma dimensão fundamental da vida social: o trabalho reprodutivo e de cuidado, sem o qual a própria dinâmica capitalista não se sustenta. Reconhecer sua centralidade exige questionar as bases econômicas, políticas e simbólicas que o desvalorizam, assim como propor formas mais equitativas de redistribuição do tempo, das responsabilidades e dos recursos.

A incorporação da perspectiva interseccional mostrou-se indispensável para aprofundar essa análise, ao evidenciar que as experiências das mulheres no mundo do trabalho não são homogêneas. As desigualdades de gênero se expressam de maneira diferenciada conforme classe, raça, nacionalidade e posição no sistema internacional, produzindo hierarquias internas entre as próprias mulheres. Nesse sentido, o recurso ao trabalho doméstico e de cuidado mal remunerado evidencia

a articulação entre divisão sexual, racial e internacional do trabalho, revelando a persistência de desigualdades históricas em contextos contemporâneos e transnacionais.

As relações sociais nas Américas e no Caribe, marcadas, desde sua formação, pela colonialidade do poder, estruturaram hierarquias duradouras que articulam raça, gênero e classe como princípios organizadores da vida social. A crítica feminista decolonial contribui de forma decisiva ao demonstrar que tais hierarquias não constituem resquícios do passado, mas elementos constitutivos do capitalista contemporâneo. Descolonizar o gênero, portanto, implica não apenas revisar categorias analíticas eurocêntricas, mas também transformar práticas institucionais, políticas e epistemológicas que sustentam a desigualdade.

Nesse contexto, a interseccionalidade afirma-se não como um modelo fixo ou uma simples soma de categorias, mas como um paradigma crítico em permanente construção, capaz de apreender a coprodução histórica e situada das relações de classe, raça e gênero. A noção de consubstancialidade das relações sociais revelou-se particularmente fecunda para compreender como essas dimensões operam de forma simultânea e dinâmica, estruturando posições sociais desiguais.

Por fim, a categoria “mulher”, quando tratada de forma universal, homogênea e abstrata, mostrou-se insuficiente para dar conta da complexidade das experiências femininas concretas. As contribuições do feminismo interseccional, decolonial e do ponto de vista feminista evidenciam que o gênero nunca atua isoladamente, mas em articulação com outros marcadores estruturantes, produzindo experiências diferenciadas de opressão, privilégio e resistência. Ao propor uma análise interseccional que não se restringe aos grupos historicamente marginalizados, mas que também considera mulheres situadas em posições relativas de poder — como aquelas que atuam em espaços institucionais e transnacionais —, este trabalho contribui para o alargamento do campo analítico do feminismo. Reafirma-se, assim, a necessidade de um feminismo plural, situado e politicamente comprometido com a transformação das estruturas que sustentam as desigualdades, reconhecendo simultaneamente a diversidade das experiências femininas e a potência política que emerge da diferença.

#### **4 ABORDAGEM METODOLÓGICA E ORIENTAÇÕES TEÓRICAS DA INVESTIGAÇÃO**

O interesse por esta pesquisa surgiu a partir da minha vivência profissional na Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Durante os seis anos em que atuei como analista de projetos, observei de forma recorrente a significativa presença de mulheres em cargos técnicos, mas uma participação limitada delas em posições de liderança e de tomada de decisão nas ações de Cooperação Sul-Sul (CSS) na América Latina e no Caribe. Esse contraste gerou em mim a necessidade de investigar as possíveis causas dessa disparidade, levando-me a explorar as dimensões estruturais e institucionais que permeiam a presença e o papel das mulheres dentro dos processos de cooperação internacional, especialmente considerando as relações de gênero, poder e acesso a recursos dentro dessas estruturas. Segundo Bacon (1973), a racionalidade científica não se revela por meio do estudo da ciência como um fenômeno isolado ou de forma puramente teórica, mas sim através da experiência direta com casos que evidenciam suas interações em ação, dentro do processo histórico e intrínseco à natureza do objeto estudado.

Para investigar as práticas desenvolvidas no âmbito do Programa de Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e o Suriname, no período de 2015 a 2019, com ênfase na participação das mulheres e em seus papéis laborais, adotou-se a metodologia qualitativa, com o objetivo de compreender, por meio desta abordagem, a lógica dos processos e das estruturas sociais por meio de análises aprofundadas de um (ou de poucos) casos específicos (Alonso, 2016). Parte-se do pressuposto de que a realidade social é mais complexa e rica do que qualquer teoria que busque explicá-la, podendo ser apreendida apenas por aproximações sucessivas. Composta por múltiplas camadas, essa realidade exige de quem pesquisa do pesquisador um olhar que vá além do visível e do mensurável, de modo a captar sua complexidade (Miyano, 2004). Assim, toda pesquisa social deve considerar a dimensão qualitativa de seu objeto, reconhecendo que lida com sujeitos inseridos em contextos sociais específicos e com uma realidade contraditória, inacabada e em permanente transformação (Miyano, 2004).

Nesse sentido, esta pesquisa orienta-se pelo compromisso com o projeto emancipatório do feminismo, priorizando a produção de conhecimento ancorado na realidade dos sujeitos inseridos em relações sociais de classe, raça e sexo (Ávila; Ferreira, 2017). Busca contribuir para uma análise crítica das formas de apropriação, dominação e exploração que estruturam essas relações, assim

como das resistências e dos antagonismos que configuram as tensões presentes no campo social (Kergoat, 2009).

A produção do conhecimento feminista constitui-se, assim, como uma prática coletiva de resistência e subversão, inerente à própria formação do feminismo enquanto movimento de autoemancipação das mulheres e à sua construção histórica (Ávila, Ferreira, 2017). Trata-se de um processo no qual, conforme destaca Delphy (2004), as oprimidas não apenas lutam por sua libertação, mas também a definem.

Nessa direção, como argumenta Lugones (2008), descolonizar o gênero implica adotar uma práxis crítica voltada à transformação das opressões de gênero racializadas, coloniais e heterossexualizadas, promovendo mudanças substantivas nas relações sociais e nos modos de vivenciar essas experiências. Tal perspectiva torna indispensável reconhecer a diversidade das experiências de sexismo enfrentadas por diferentes mulheres, bem como as posições sociais privilegiadas — associadas às normas de masculinidade, heteronormatividade e branquitude — que não experimentam as mesmas formas de marginalização (Viveros, 2016).

Para tanto, este capítulo foi estruturado em quatro seções, que apresentam e discutem os principais elementos metodológicos da pesquisa. Na seção 3.1, são abordados os aspectos fundamentais do processo investigativo, explicitando as escolhas teóricas e metodológicas que orientam o estudo. A seção 3.2 dedica-se à apresentação do estudo de caso, detalhando seu contexto, critérios de seleção e relevância para a investigação. Em seguida, a seção 3.3 trata das entrevistas semiestruturadas, descrevendo os procedimentos de coleta de dados e a justificativa para a adoção desse instrumento. Por fim, a seção 3.4 reúne as considerações finais do capítulo, sintetizando os principais pontos discutidos e articulando-os aos objetivos da pesquisa.

#### **4.1 Aspectos fundamentais do processo investigativo**

A pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que a realidade social é construída a partir das experiências, interpretações e práticas dos sujeitos que a vivenciam. Diferentemente de abordagens que privilegiam explicações generalizantes ou causalidades lineares, esse tipo de investigação busca compreender os sentidos atribuídos pelos atores sociais às suas ações e aos contextos nos quais estão inseridos, reconhecendo o caráter relacional, histórico e situado do conhecimento produzido. Nesse marco, a pessoa pesquisadora não se coloca como um observadora externo e neutro, mas como parte integrante do processo interpretativo, estabelecendo um diálogo constante com os sujeitos e com os significados por eles produzidos (Miyano, 2012). Ao compreender a ação social como reflexiva, percebe-se que cada ator é também um teórico de sua própria prática, interpretando continuamente suas decisões e ajustando comportamentos com base em sentidos atribuídos ao mundo social.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa valoriza a subjetividade não como um dado isolado, mas como uma janela para compreender estruturas, relações de poder e padrões institucionais que orientam a vida social. A coleta de narrativas, relatos e experiências individuais permite revelar contradições, tensões e múltiplas perspectivas sobre os fenômenos estudados, destacando dimensões que escapam a métodos puramente quantitativos ou documentais. A abordagem interpretativa busca articular o micro e o macro, o particular e o coletivo, de modo a situar as experiências singulares dentro de contextos históricos, culturais e políticos mais amplos, reconhecendo que a ação social é sempre mediada por normas, expectativas e relações institucionais (Miyano, 2012).

Além disso, a pesquisa qualitativa assume um caráter reflexivo e autoinfluyente: o próprio ato de investigar e de dialogar com os sujeitos transforma, ainda que de maneira sutil, o contexto social estudado. Ao registrar, analisar e discutir interpretações, o pesquisador participa de um processo que pode ressignificar práticas, discursos e relações de poder, mostrando que o conhecimento social é simultaneamente produto e agente de transformação. A intersubjetividade, nesse processo, torna-se central, pois o significado social não é algo fixo, mas emergente das interações entre indivíduos, grupos e pesquisadores, reforçando a ideia de que compreender o social exige atenção às múltiplas vozes, sentidos e perspectivas presentes na realidade estudada. (Alonso, 2016)

Por fim, a valorização da experiência individual e das narrativas permite captar dimensões subjetivas, afetivas e simbólicas que estruturam a vida social, fornecendo insumos para análises críticas e contextualizadas. Ao integrar relatos de experiências pessoais, trajetórias profissionais e interpretações sobre contextos institucionais e políticos, a pesquisa qualitativa oferece uma compreensão profunda das dinâmicas sociais, permitindo identificar tanto as desigualdades e barreiras quanto os espaços de agência, resistência e inovação. Dessa maneira, essa abordagem não apenas descreve o social, mas também contribui para a reflexão sobre as relações de poder, os processos de mediação cultural e os caminhos possíveis para transformação social, consolidando seu caráter interpretativo, crítico e situado (Miyano, 2012).

Nesse sentido, conforme argumenta Maria Cecília de Souza Miyano (2012), a pesquisa qualitativa exige o reconhecimento da singularidade dos indivíduos, uma vez que a subjetividade expressa a totalidade de suas experiências de vida, incluindo trajetórias pessoais, afetivas, profissionais e institucionais. Contudo, essa singularidade não deve ser compreendida de forma isolada ou individualizante, pois as experiências dos sujeitos são produzidas no interior de uma história coletiva, sendo atravessadas por processos sociais, culturais, econômicos e políticos que configuram o contexto em que vivem e atuam. Cada relato, cada narrativa e cada interpretação individual constitui, portanto, uma janela para compreender padrões mais amplos de organização social, relações de poder, normas institucionais e estruturas simbólicas que orientam e limitam as ações dos atores.

Dessa forma, toda compreensão é necessariamente parcial, situada e inacabada — tanto a dos sujeitos entrevistados, que elaboram interpretações contingentes e provisórias sobre suas próprias vidas e práticas, quanto a dos pesquisadores, cujas leituras também são atravessadas por limites epistemológicos, posicionamentos teóricos e experiências sociais específicas. O reconhecimento dessa limitação epistemológica é central para a pesquisa qualitativa, pois impede a pretensão de produzir explicações totalizantes ou universais e reforça a necessidade de um olhar crítico, reflexivo e atento às múltiplas camadas de significado presentes na vida social (Miyano, 2012).

Além disso, a análise qualitativa deve considerar que a construção de sentido é intersubjetiva e relacional. As experiências individuais são constantemente moldadas e negociadas em interações sociais, atravessadas por normas, expectativas, valores culturais e relações de poder. Assim, ao interpretar essas experiências, o pesquisador participa de um processo de co-construção de conhecimento, no qual os significados não estão fixos, mas emergem da interação entre os atores

sociais, suas narrativas e a própria sensibilidade teórica e prática do pesquisador. Esse caráter situacional do conhecimento reforça a necessidade de atenção ao contexto histórico, político e cultural, bem como à posição do pesquisador em relação ao objeto estudado.

Em suma, a pesquisa qualitativa, ao reconhecer a singularidade e a reflexividade dos sujeitos, adota uma postura interpretativa e crítica, que busca compreender a complexidade das relações sociais sem reduzi-las a fórmulas rígidas ou determinismos lineares. Essa abordagem valoriza as narrativas e experiências individuais como instrumentos analíticos capazes de revelar tanto os limites quanto os espaços de agência, resistência e transformação presentes na vida social. Ao integrar interpretações situadas, reflexivas e contextualizadas, a investigação qualitativa produz conhecimento que é simultaneamente descritivo, explicativo e crítico, contribuindo para a compreensão das dinâmicas sociais em toda a sua complexidade e diversidade.

Como destaca Miyano (2012), o sujeito compreende o mundo por meio da ação e da linguagem, ambas profundamente atravessadas por conflitos e disputas produzidos pelas relações de poder, pelas formas de organização social, pelas desigualdades estruturais e pelos interesses em jogo. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa assume um caráter interpretativo e crítico, comprometido com a análise das condições sociais que moldam as narrativas, os silêncios e as contradições presentes nos discursos dos sujeitos, contribuindo para uma compreensão mais complexa, reflexiva e politicamente situada da realidade social investigada.

O principal objetivo desta pesquisa é compreender como as dimensões de gênero, classe e raça se inter-relacionam na implementação do Programa de Cooperação Técnica Sul-Sul (CSS) entre o Brasil e o Suriname, no período de 2015 a 2019. Parte-se do entendimento de que a Cooperação Sul-Sul, embora frequentemente apresentada como uma alternativa horizontal, solidária e baseada na troca de experiências entre países em desenvolvimento, não está isenta da reprodução de desigualdades estruturais e de hierarquias historicamente constituídas. Tais assimetrias encontram-se profundamente enraizadas na colonialidade do poder, conceito desenvolvido por Quijano (2005), que evidencia a persistência de padrões de dominação racial, econômica e epistemológica mesmo após os processos formais de descolonização.

Nesse sentido, a pesquisa dialoga também com as contribuições de Santos (2010), ao considerar que as práticas de cooperação internacional podem reforçar lógicas eurocêntricas e relações de poder assimétricas, ainda que se apresentem sob o discurso da solidariedade e da parceria entre iguais. Assim, ao analisar o caso específico da cooperação entre Brasil e Suriname,

este estudo busca identificar de que maneira essas dinâmicas se manifestam concretamente na formulação, execução e nos resultados do programa, observando como marcadores sociais da diferença — especialmente gênero, classe e raça — influenciam o acesso, a participação e os benefícios gerados pelas iniciativas de cooperação.

Dessa forma, a pesquisa pretende contribuir para uma compreensão crítica da Cooperação Sul-Sul, evidenciando seus limites e contradições, bem como suas potencialidades enquanto instrumento de transformação social, a partir de uma abordagem interseccional que reconhece a complexidade das relações de poder envolvidas nos processos de desenvolvimento e cooperação internacional. A partir da questão central, formulam-se perguntas secundárias que orientam o desenvolvimento da pesquisa e auxiliam na construção da análise empírica. O estudo busca, assim, identificar as principais características da Cooperação Sul-Sul implementada entre o Brasil e o Suriname, atentando para seus marcos institucionais, modalidades de atuação, áreas prioritárias e instrumentos de execução. Busca-se também compreender a configuração das equipes responsáveis pela implementação da CSS em ambos os países, analisando sua composição a partir de uma perspectiva interseccional que considere gênero, classe e raça como categorias analíticas indissociáveis.

Além disso, investiga-se o lugar ocupado pelas mulheres no contexto dessa cooperação, considerando seus perfis sociodemográficos, as funções desempenhadas, os níveis hierárquicos ocupados e suas trajetórias institucionais no âmbito da cooperação internacional. Ao privilegiar essa análise, a pesquisa procura evidenciar as desigualdades, assimetrias e possíveis mecanismos de exclusão ou invisibilização que atravessam o campo da cooperação técnica, frequentemente marcado por relações de poder naturalizadas e pela reprodução de padrões organizacionais herdados de estruturas coloniais e patriarcais.

Essas questões se estruturam na análise do estudo de caso e possibilitam uma leitura crítica, decolonial e interseccional das relações de poder, saber e representação que permeiam a cooperação técnica bilateral entre Brasil e Suriname. Nessa perspectiva, a pesquisa se ancora nos aportes de Walsh (2009), que enfatiza a importância de uma epistemologia decolonial situada, capaz de reconhecer e valorizar os saberes, experiências e práticas dos sujeitos historicamente subalternizados. Tal abordagem propõe a produção de conhecimento a partir do Sul Global, rompendo com a centralidade de epistemologias hegemônicas e eurocentradas. Essa reflexão dialoga diretamente com a perspectiva feminista crítica, que questiona a suposta neutralidade do

conhecimento científico e evidencia seu caráter situado, parcial e relacional (Harding, 1986; Haraway, 1995). Ao articular feminismo crítico e decolonialidade, o estudo busca não apenas analisar a Cooperação Sul-Sul enquanto objeto empírico, mas também problematizar os próprios modos de produção do conhecimento sobre a cooperação internacional, reconhecendo as implicações éticas, políticas e epistemológicas envolvidas nesse processo.

Ao articular essas contribuições com a teoria da divisão sexual do trabalho, a pesquisa busca compreender de que maneira as desigualdades de gênero se materializam nas práticas, estruturas institucionais e dinâmicas cotidianas da Cooperação Sul-Sul. Conforme argumenta Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho organiza-se a partir de dois princípios fundamentais: o da separação — segundo o qual homens e mulheres são socialmente direcionados para a realização de trabalhos distintos — e o da hierarquização, que atribui maior valor social, simbólico e econômico ao trabalho associado ao masculino. Esses princípios não apenas regulam o acesso a determinadas funções, mas também estruturam expectativas, reconhecimentos e possibilidades de ascensão profissional. No campo da cooperação internacional, essa lógica manifesta-se tanto na distribuição desigual de cargos, funções e responsabilidades quanto nas representações simbólicas associadas à competência técnica, à autoridade institucional e à legitimidade para ocupar posições de liderança.

Como será analisado nos Capítulos 4 e 5, no caso brasileiro, observa-se que as atividades relacionadas à gestão estratégica, à tomada de decisão e à representação institucional permanecem majoritariamente sob responsabilidade de homens, revelando a persistência de padrões organizacionais marcados por hierarquias de gênero. Em contraste, o contexto surinamês apresenta uma presença significativa de mulheres em cargos hierarquicamente elevados no âmbito da Cooperação Sul-Sul, o que, à primeira vista, pode sugerir uma configuração mais equitativa das relações de gênero. No entanto, essa ocupação de posições formais de poder não elimina as assimetrias estruturais que atravessam o campo da cooperação internacional. Com efeito, em ambos os países, as mulheres continuam sendo social e institucionalmente responsabilizadas pelas tarefas de cuidado no âmbito doméstico. Essa sobrecarga contribui para a desvalorização simbólica e material do trabalho feminino limitando as possibilidades de reconhecimento, ascensão e autonomia das mulheres, mesmo quando estas ocupam cargos de destaque formal.

A partir de uma leitura decolonial e interseccional, a pesquisa reconhece que essa divisão não se restringe à dimensão de gênero, mas se entrelaça de forma indissociável às dimensões de classe e raça, configurando o que pode ser compreendido como uma colonialidade do trabalho (Lugones,

2008; Vergès, 2020). Essa perspectiva analítica permite evidenciar como o legado colonial segue estruturando hierarquias laborais, institucionais e epistemológicas, definindo não apenas quem ocupa posições de prestígio e poder, mas também quem detém autoridade técnica, quais saberes são legitimados e quais experiências são sistematicamente marginalizadas no âmbito da cooperação internacional. Nesse sentido, as posições ocupadas por mulheres nas equipes de cooperação revelam não apenas desigualdades de gênero, mas também a persistência de hierarquias raciais e de classe que organizam o campo da Cooperação Sul-Sul, inclusive nas relações estabelecidas entre países do Sul Global. A análise dessas posições evidencia como determinados perfis — frequentemente associados à branquitude, a trajetórias institucionais específicas e a capitais educacionais e simbólicos valorizados — tendem a concentrar maior reconhecimento e poder decisório.

Ao analisar essas dinâmicas, a pesquisa busca compreender como a Cooperação Sul-Sul, apesar de seu discurso contra-hegemônico e de sua proposta de horizontalidade, não está imune à reprodução de lógicas excludentes e assimétricas herdadas da colonialidade. Contudo, o estudo também reconhece que esse campo constitui um espaço de disputas e tensões, no qual emergem possibilidades de contestação, ressignificação e reconfiguração das relações de poder.

Com base nesses referenciais teóricos, a pesquisa adota, no âmbito do estudo de caso, a análise dos perfis pontos focais dos projetos de cooperação técnica bilateral desenvolvidos entre os anos de 2015 e 2019, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas com atores e atrizes diretamente envolvidos(as) na concepção, gestão e implementação das iniciativas de Cooperação Sul-Sul (CSS) entre o Brasil e o Suriname. A escolha pelos pontos focais justifica-se por seu papel estratégico na mediação entre instituições nacionais, organismos envolvidos e equipes técnicas, configurando-se como posições privilegiadas para a observação das dinâmicas decisórias, dos fluxos de poder e dos processos de negociação que estruturam a cooperação bilateral. Por sua vez, a realização de entrevistas semiestruturadas permite captar, de maneira aprofundada, as percepções, experiências e trajetórias dos sujeitos envolvidos, bem como as interpretações que estes constroem sobre seu próprio papel no interior da cooperação. Esse instrumento metodológico possibilita ainda a identificação de tensões, assimetrias e práticas naturalizadas que nem sempre são visíveis nos documentos oficiais, contribuindo para uma compreensão mais densa das práticas cotidianas da cooperação internacional.

Essa combinação metodológica possibilita aprofundar a análise das dinâmicas institucionais e das relações de poder que atravessam o processo de implementação da CSS, permitindo identificar os papéis desempenhados pelos diferentes sujeitos e as formas pelas quais gênero, classe e raça operam na organização do trabalho, na distribuição de responsabilidades e no acesso a espaços de decisão. Ao articular análise documental e entrevistas, a pesquisa busca produzir uma leitura crítica e situada do estudo de caso, em consonância com abordagens qualitativas que valorizam a complexidade dos processos sociais e institucionais (Alonso, 2016; Miyano, 2004).

A identificação detalhada dos pontos focais responsáveis pela implementação dos projetos, articulada à realização das entrevistas, possibilita mapear os perfis das equipes envolvidas e as funções por elas exercidas, bem como captar as percepções, experiências e trajetórias institucionais e profissionais dos sujeitos que atuam no âmbito da cooperação. Esse mapeamento permite compreender como se organizam as relações de trabalho, os processos decisórios e as dinâmicas hierárquicas no interior dos projetos de Cooperação Sul-Sul, evidenciando padrões de distribuição de responsabilidades e de reconhecimento. Dessa forma, tornam-se visíveis as vozes que compõem os espaços de formulação e execução da Cooperação Sul-Sul, frequentemente silenciadas ou marginalizadas nos documentos oficiais, relatórios técnicos e discursos institucionais que tendem a privilegiar narrativas homogêneas e despersonalizadas. Ao incorporar essas vozes, a pesquisa contribui para uma leitura crítica e plural da cooperação internacional, capaz de captar contradições, tensões e disputas que atravessam sua prática cotidiana.

Essa estratégia metodológica favorece o diálogo entre o nível macro das estruturas institucionais, normas e políticas que orientam a cooperação, e o nível micro das vivências, experiências e práticas cotidianas dos sujeitos envolvidos. Tal articulação amplia a compreensão de como gênero, classe e raça — mediadas pela divisão sexual do trabalho e pela perspectiva da interseccionalidade — se articulam de maneira concreta na prática da cooperação internacional, influenciando tanto as oportunidades de participação quanto os limites impostos aos diferentes atores e atrizes. Assim, o estudo busca evidenciar como essas dimensões estruturais se materializam no cotidiano da Cooperação Sul-Sul, contribuindo para a reprodução ou para a contestação das desigualdades que marcam esse campo.

Ao articular o estudo de caso, a Cooperação Sul-Sul (CSS), a teoria da divisão sexual do trabalho, a interseccionalidade e a perspectiva decolonial, esta pesquisa propõe uma abordagem metodológica integrada que busca não apenas analisar empiricamente o objeto investigado, mas

também descolonizar os modos de produção do conhecimento sobre a cooperação internacional. Tal abordagem parte do reconhecimento de que os processos de pesquisa são atravessados por relações de poder e por hierarquias epistemológicas que historicamente privilegiam determinados sujeitos, saberes e narrativas em detrimento de outros. Trata-se, portanto, de um esforço analítico voltado à compreensão das múltiplas camadas que compõem o fenômeno investigado — desde os marcos normativos, institucionais e os discursos oficiais que orientam a Cooperação Sul-Sul, até as práticas cotidianas, as relações interpessoais e as dimensões subjetivas vivenciadas pelos atores e atrizes envolvidos(as). Essa perspectiva permite revelar tanto os mecanismos de exclusão, silenciamento e desigualdade que estruturam o campo da cooperação quanto as formas de resistência, negociação e agência mobilizadas pelos sujeitos, especialmente por aqueles historicamente subalternizados.

Nesse sentido, o processo investigativo é compreendido como uma prática política e ética, comprometida com a produção de um conhecimento situado, reflexivo e socialmente implicado, em consonância com as contribuições de Kergoat (2009) e Delphy (2004), que enfatizam o caráter relacional e histórico das desigualdades sociais. Ao assumir essa postura, a pesquisa busca tensionar as fronteiras entre teoria e prática, reconhecendo-as como dimensões inseparáveis de um mesmo processo de produção de conhecimento. Com a humilde esperança que este estudo contribua para o fortalecimento de uma leitura decolonial, interseccional e feminista da Cooperação Sul-Sul, oferecendo subsídios analíticos para a problematização de suas práticas e para a formulação de iniciativas mais equitativas e inclusivas. Ao articular teoria, método e prática, a pesquisa pretende não apenas interpretar a realidade da cooperação técnica bilateral, mas também colaborar para sua transformação, reafirmando o potencial crítico e emancipatório da produção acadêmica comprometida com a justiça social.

Como mencionado no início da seção, esta pesquisa teve como objetivo compreender de que maneira as dimensões de gênero, classe e raça se articulam na implementação da Cooperação Técnica Sul-Sul (CSS) entre o Brasil e o Suriname, no período de 2015 a 2019. Ao adotar uma abordagem interseccional e decolonial, o estudo buscou problematizar o caráter frequentemente idealizado da Cooperação Sul-Sul, evidenciando que, apesar de seu discurso de horizontalidade, solidariedade e parceria entre iguais, esse campo não está isento da reprodução de desigualdades estruturais herdadas da colonialidade do poder. A análise do estudo de caso permitiu demonstrar

que as práticas da CSS são atravessadas por hierarquias de gênero, raça e classe que se expressam tanto na organização institucional quanto nas dinâmicas cotidianas da cooperação.

Do ponto de vista metodológico, a combinação entre a análise dos pontos focais dos projetos e a realização de entrevistas semiestruturadas mostrou-se fundamental para acessar dimensões da cooperação que escapam aos documentos oficiais e aos discursos institucionais. Essa estratégia possibilitou dar visibilidade às experiências, percepções e trajetórias dos sujeitos envolvidos, promovendo o diálogo entre o nível macro das estruturas institucionais e o nível micro das vivências cotidianas. Ao articular teoria, método e prática, esta pesquisa compreende o processo investigativo como uma prática política e ética, comprometida com a produção de um conhecimento situado, crítico e socialmente implicado. Espera-se que os resultados aqui apresentados contribuam para o fortalecimento de uma leitura decolonial, interseccional e feminista da Cooperação Sul-Sul, oferecendo subsídios para a problematização de suas práticas e para a construção de iniciativas mais equitativas, inclusivas e sensíveis às desigualdades estruturais. Mais do que encerrar o debate, este estudo pretende abrir caminhos para novas reflexões e investigações que aprofundem a compreensão das relações de poder que atravessam a cooperação internacional no Sul Global.

## 4.2 Estudo de caso

A presente pesquisa adota o estudo de caso como metodologia principal de investigação, por possibilitar uma análise aprofundada, contextual e crítica das práticas, estruturas institucionais e relações interpessoais que conformam o Programa de Cooperação Técnica Sul-Sul (CSS) entre o Brasil e o Suriname, no período compreendido entre 2015 e 2019. O estudo de caso, conforme Yin (2015), constitui uma estratégia metodológica adequada para compreender fenômenos sociais complexos em sua inserção nos contextos reais, permitindo examinar não apenas os eventos e processos observáveis, mas também os significados, interpretações e práticas dos sujeitos envolvidos.

Essa abordagem metodológica é particularmente apropriada para investigar a Cooperação Sul-Sul, uma vez que os programas de CSS envolvem múltiplos atores institucionais, dinâmicas políticas transnacionais, fluxos de conhecimento técnico e relações sociais marcadas por hierarquias de gênero, classe e raça. Ao adotar o estudo de caso, é possível articular a análise de diferentes níveis de realidade — do macro, representado por políticas públicas, normativas e marcos institucionais, ao micro, expresso nas experiências cotidianas, negociações e estratégias de atuação dos pontos focais e demais participantes da cooperação.

No contexto desta pesquisa, o estudo de caso permite desvendar as especificidades históricas, políticas e sociais que caracterizam a parceria entre Brasil e Suriname, iluminando como práticas de cooperação, ainda que orientadas pelo discurso de horizontalidade e solidariedade, reproduzem ou desafiam desigualdades estruturais. Além disso, essa abordagem possibilita uma leitura decolonial da Cooperação Sul-Sul, na medida em que valoriza as vozes, experiências e saberes dos sujeitos historicamente subalternizados, questionando epistemologias hegemônicas e contribuindo para a construção de um conhecimento situado, crítico e socialmente engajado.

Ao integrar análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação das práticas institucionais, o estudo de caso oferece uma lente privilegiada para compreender como gênero, classe e raça se entrelaçam nas práticas e estruturas da CSS, permitindo identificar tanto os mecanismos de exclusão quanto as estratégias de agência e resistência desenvolvidas pelas pessoas participantes. Desse modo, a metodologia escolhida não apenas fornece ferramentas analíticas robustas para o exame das dinâmicas da cooperação internacional, mas também se alinha aos princípios de uma investigação comprometida com a justiça social, a interseccionalidade e a decolonialidade do conhecimento.

O estudo de caso permite a geração teórica na medida em que estimula o surgimento de novas interpretações, conceitos e hipóteses, além de possibilitar a releitura de perspectivas previamente consolidadas sob lentes analíticas inovadoras. Segundo Peña (2009), essa metodologia integra teoria e prática científica, constituindo-se em um instrumento capaz de aprofundar a compreensão dos fenômenos sociais de forma contextualizada, crítica e reflexiva. Ao analisar o Programa de Cooperação Técnica Sul-Sul (CSS) entre o Brasil e o Suriname, o estudo de caso possibilita não apenas a descrição dos processos institucionais e administrativos, mas também a interpretação das dinâmicas de poder, das relações sociais e das práticas cotidianas que atravessam a cooperação bilateral.

No âmbito desta pesquisa, a estrutura analítica é definida a partir do reconhecimento de que a implementação da CSS reproduz, ainda que de maneira complexa e contraditória, assimetrias estruturais de gênero, classe e raça. Essas desigualdades se manifestam na composição das equipes técnicas, na distribuição de cargos e funções, no acesso a espaços de decisão e na valorização simbólica e material do trabalho realizado. Ao identificar essas hierarquias, a pesquisa busca compreender como marcadores sociais da diferença influenciam as trajetórias institucionais e profissionais dos sujeitos envolvidos, revelando tanto limitações quanto possibilidades de atuação transformadora dentro do programa de cooperação.

Além disso, o estudo de caso permite captar a inter-relação entre diferentes níveis de análise: o macro, relacionado às normas, políticas e estratégias institucionais que orientam a CSS, e o micro, vinculado às experiências, percepções e práticas cotidianas dos atores e atrizes envolvidos(as). Essa abordagem possibilita a construção de um conhecimento situado, capaz de evidenciar tanto os mecanismos de exclusão quanto as estratégias de agência, resistência e negociação que emergem das práticas institucionais e individuais.

Dessa forma, o estudo de caso não se limita a uma análise descritiva do Programa de Cooperação Técnica Sul-Sul, mas constitui um instrumento epistemológico e metodológico para problematizar as relações de poder e a colonialidade presentes na cooperação internacional. A perspectiva decolonial oferece instrumentos analíticos fundamentais para questionar as hierarquias de poder, saber e ser herdadas da colonialidade (Quijano, 2000), que continuam a moldar as relações internacionais, mesmo em contextos que se pretendem horizontais, solidários e de parceria entre países do Sul Global. Ao incorporar essa perspectiva, o estudo de caso transcende o caráter meramente descritivo, assumindo um compromisso crítico e transformador, capaz de evidenciar

não apenas as desigualdades estruturais presentes nos processos de cooperação internacional, mas também as estratégias de resistência, agência e negociação adotadas pelos sujeitos historicamente subalternizados.

Essas lógicas de poder e dominação podem se manifestar de forma sutil, mas persistente, no cotidiano das instituições de cooperação. Entre elas, destacam-se as relações institucionais desiguais, a distribuição assimétrica de papéis de gênero e a divisão sexual do trabalho, que organiza hierarquicamente funções e responsabilidades dentro das organizações e projetos de CSS. Conforme argumentam Kergoat (2003) e Hirata (2010), a divisão sexual do trabalho não se limita à simples separação de atividades masculinas e femininas; ela envolve, sobretudo, a valoração desigual dessas atividades, na qual o trabalho feminino tende a ser associado a tarefas de cuidado, apoio administrativo ou reprodução social, enquanto o trabalho masculino é frequentemente vinculado a funções técnicas, de autoridade, gestão estratégica e produção de conhecimento reconhecido institucionalmente.

No contexto da Cooperação Sul-Sul, essas dinâmicas se refletem na composição das equipes e na distribuição de responsabilidades, influenciando quem ocupa posições de decisão, quem detém autoridade técnica e quais saberes são legitimados ou marginalizados. Dessa forma, a perspectiva decolonial não apenas ilumina os mecanismos sutis e estruturais de desigualdade que atravessam o campo da cooperação internacional, mas também fornece um referencial analítico capaz de orientar a construção de práticas mais equitativas e inclusivas. Ao combinar essa abordagem com a análise da divisão sexual do trabalho, a pesquisa possibilita compreender como gênero, classe e raça se articulam de maneira concreta nas práticas e estruturas da CSS, contribuindo para uma leitura crítica, situada e transformadora das relações de poder no âmbito da cooperação técnica entre Brasil e Suriname.

A análise das estruturas institucionais, envolvendo tanto as instituições coordenadoras quanto aquelas responsáveis pela implementação da Cooperação Sul-Sul, revela a complexidade dos arranjos organizacionais e evidencia a necessidade de compreender os atores que participam dos processos e contribuem para os resultados do Programa de Cooperação Técnica Bilateral. Essa perspectiva permite ir além de uma visão simplificada da cooperação como um processo meramente intergovernamental, destacando que as iniciativas de CSS são moldadas por uma rede articulada de agentes individuais e coletivos, cada um com diferentes graus de poder, influência e legitimidade, que conferem forma, sentido e direção às práticas cooperativas.

Reconhecer essa multiplicidade de atores implica considerar não apenas os representantes oficiais e formalmente visíveis, mas também aqueles que operam nos bastidores das instituições, desempenhando funções essenciais para o funcionamento do programa, mas frequentemente invisibilizados nos relatórios, documentos e discursos institucionais. Nesse contexto, a atuação das mulheres emerge como particularmente significativa, dado que, historicamente, elas têm sido alocadas em posições de apoio, coordenação administrativa ou tarefas relacionadas ao cuidado e à reprodução social, embora sua participação seja determinante para a continuidade e eficácia das iniciativas de cooperação. Analisar suas trajetórias profissionais, experiências cotidianas e formas de agência permite revelar não apenas as desigualdades de gênero, mas também a interseção dessas desigualdades com marcadores de classe e raça, evidenciando a complexidade das hierarquias presentes no campo da cooperação internacional.

Ademais, compreender os atores como sujeitos situados, com saberes, práticas e estratégias próprias, possibilita uma leitura mais crítica e plural das dinâmicas de poder que atravessam a CSS, alinhando-se à perspectiva decolonial que busca problematizar as formas de dominação herdadas da colonialidade. Ao destacar tanto os mecanismos de exclusão quanto as práticas de resistência e negociação desses sujeitos, especialmente das mulheres, a análise contribui para uma compreensão mais ampla das tensões e potencialidades do programa, evidenciando que a cooperação internacional é um espaço de disputas simbólicas, políticas e institucionais.

Dessa maneira, identificar e analisar os atores envolvidos, suas experiências e trajetórias não apenas amplia a compreensão sobre a implementação da Cooperação Sul-Sul, mas também fortalece a produção de um conhecimento situado, crítico e transformador, capaz de iluminar caminhos para práticas mais equitativas e inclusivas no âmbito da cooperação bilateral entre Brasil e Suriname.

A escolha do Brasil e do Suriname como foco desta análise fundamenta-se em múltiplos aspectos que tornam essa parceria bilateral particularmente relevante para o estudo das dinâmicas de Cooperação Sul-Sul. Por um lado, destaca-se a presença de assimetrias estruturais significativas entre os dois países, que se manifestam em diferenças de capacidades institucionais, peso político, recursos econômicos e níveis de inserção regional. Durante o período analisado (2015–2019), Brasil e Suriname constituíram a maior parceria bilateral em cooperação técnica na América Latina e Caribe, o que evidencia a centralidade dessa relação na implementação da CSS e reforça a

necessidade de compreender como relações de interdependência e assimetria influenciam o desenho, a execução e os resultados das iniciativas cooperativas.

Por outro lado, ambos os países compartilham semelhanças marcantes no que se refere às profundas desigualdades sociais, ao legado histórico de colonização e aos processos de racialização da população. No Brasil, as estruturas sociais e institucionais herdadas da colonização portuguesa consolidaram padrões persistentes de exclusão racial e desigualdade socioeconômica, enquanto, no Suriname, a história colonial holandesa, marcada por regimes de escravidão e trabalho forçado, também produziu hierarquias raciais, étnicas e de classe que permanecem estruturantes até hoje. Além disso, em ambos os contextos, as desigualdades de gênero se entrelaçam a essas dimensões, influenciando a divisão do trabalho, o acesso a posições de poder e a visibilidade social e institucional de mulheres e grupos historicamente marginalizados.

Essa convergência de assimetrias e semelhanças torna a análise da relação bilateral entre Brasil e Suriname particularmente fértil para investigar como heranças coloniais, desigualdades estruturais e hierarquias sociais se reproduzem ou se tensionam no âmbito da Cooperação Técnica Sul-Sul. Ao examinar essa parceria, é possível identificar não apenas os desequilíbrios institucionais e políticos que moldam a cooperação, mas também os processos de negociação, resistência e agência que os sujeitos envolvidos mobilizam para contestar ou contornar tais desigualdades.

Dessa forma, o estudo oferece uma oportunidade para compreender de maneira crítica como a Cooperação Sul-Sul, mesmo sendo concebida sob o discurso da horizontalidade e da solidariedade entre países do Sul Global, opera em contextos marcados por relações históricas de poder, colonialidade e exclusão social. A relação Brasil–Suriname funciona, assim, como um espaço privilegiado para analisar a interseção entre gênero, classe e raça, a colonialidade do poder e do trabalho, e as tensões que atravessam a implementação de políticas de cooperação internacional, permitindo contribuir para a construção de conhecimento situado, decolonial e transformador no campo da cooperação técnica bilateral.

O Brasil ocupa uma posição de liderança regional, tanto em termos econômicos quanto institucionais, apresentando um aparato relativamente consolidado para a formulação e implementação de políticas externas, além de experiência acumulada em iniciativas de cooperação internacional. Essa posição confere ao país maior capacidade de influenciar agendas, definir prioridades e estruturar programas de cooperação, permitindo-lhe exercer um papel central na

mediação, execução e avaliação das iniciativas de Cooperação Sul-Sul. O aparato brasileiro inclui órgãos especializados, equipes técnicas qualificadas e mecanismos institucionais capazes de articular projetos complexos, tanto em nível bilateral quanto regional.

Em contraste, é preciso salientar que o Suriname se configura como um país de economia significativamente menor, com instituições mais frágeis, recursos limitados e capacidade técnica restrita para a concepção e implementação de políticas de cooperação. Essa diferença estrutural entre os dois países evidencia a presença de assimetrias concretas dentro da lógica da Cooperação Sul-Sul, desafiando o princípio de horizontalidade que fundamenta esse modelo de parceria. Embora a CSS se proponha a estabelecer relações de troca solidária entre países do Sul Global, a realidade mostra que desigualdades econômicas, políticas e técnicas podem produzir hierarquias tácitas, influenciando a distribuição de responsabilidades, a alocação de recursos e a tomada de decisões em projetos bilaterais.

Por sua vez, essa assimetria estrutural não se limita à esfera econômica ou institucional, mas repercute também nas dinâmicas sociais e organizacionais do programa. O Brasil, em virtude de seu peso e experiência, tende a ocupar funções estratégicas, definir metodologias e estabelecer padrões de monitoramento, enquanto o Suriname frequentemente desempenha papéis mais operacionais, concentrando-se na execução de atividades específicas e na adaptação das diretrizes recebidas. Contudo, essa relação não é unilateral; o Suriname contribui com saberes locais, conhecimentos contextuais e experiências socioculturais que são essenciais para a efetividade das iniciativas de cooperação.

Ao analisar essas dinâmicas, a pesquisa evidencia que a Cooperação Sul-Sul, mesmo quando articulada sob o discurso de igualdade, horizontalidade e solidariedade entre países do Sul Global, não se encontra imune à reprodução de tensões estruturais e assimetrias históricas. Essas desigualdades se manifestam de maneira complexa e multifacetada, envolvendo não apenas fatores econômicos e institucionais, como o tamanho das economias, a capacidade técnica e o peso político dos países parceiros, mas também dimensões sociais e simbólicas, como hierarquias de gênero, raça e classe que atravessam as equipes e organizações envolvidas.

A compreensão dessas relações é, portanto, central para avaliar como o poder se distribui no âmbito da cooperação bilateral, quais atores possuem autoridade técnica ou institucional, quem tem acesso aos processos decisórios e de negociação, e quais saberes e experiências são reconhecidos como legítimos ou marginalizados. Ao revelar essas tensões, a pesquisa permite identificar não

apenas os mecanismos que reforçam desigualdades estruturais, mas também os espaços de agência, resistência e inovação que emergem no cotidiano da cooperação. Além disso, essa análise possibilita examinar as condições em que práticas de reconfiguração mais equitativas podem ser implementadas, seja por meio da valorização de conhecimentos locais, da promoção de uma participação mais inclusiva de mulheres e grupos historicamente subalternizados, ou do fortalecimento da capacidade institucional dos parceiros menos favorecidos. Reconhecer essas possibilidades de transformação é fundamental para deslocar a cooperação de uma lógica meramente técnica ou instrumental para uma abordagem que considere também os aspectos políticos, sociais e epistemológicos da relação entre países do Sul Global.

Dessa forma, a pesquisa contribui para uma leitura crítica da Cooperação Sul-Sul, evidenciando que, embora o discurso oficial enfatize horizontalidade e solidariedade, na prática existem desafios significativos para a realização desses princípios. Ao mesmo tempo, oferece subsídios analíticos para a formulação de estratégias mais inclusivas e equitativas, capazes de tensionar e transformar as hierarquias herdadas da colonialidade, reforçando o potencial emancipatório da cooperação internacional.

Durante o período de 2015 a 2019, foram identificadas 14 iniciativas de cooperação técnica bilateral entre o Brasil e o Suriname, que compuseram o programa de cooperação entre os dois países, tornando-se o maior programa de Cooperação Sul-Sul (CSS) da América Latina (BRASIL, 2021). Esse volume de projetos evidencia a importância estratégica da parceria bilateral, destacando o Suriname como o país da região que apresentou o maior número de projetos executados, o mais amplo espectro temático e a maior continuidade nas ações conjuntas durante o período analisado.

O programa de cooperação entre Brasil e Suriname destacou-se pelo caráter diversificado e multidimensional das iniciativas, abrangendo áreas como agricultura, saúde, meio ambiente, educação, administração pública e governança. Essa amplitude reflete não apenas os interesses compartilhados entre os dois países, mas também a complexidade do processo de cooperação, que envolve múltiplos níveis de decisão, coordenação e implementação. Além disso, a parceria entre Brasil e Suriname apresenta características típicas da Cooperação Sul-Sul, como a valorização de trocas técnicas e experiências locais, mas também evidencia a persistência de assimetrias estruturais, especialmente no que diz respeito à capacidade institucional, ao peso político e à experiência técnica de cada país.

Segundo Peña (2009), a adoção do estudo de caso como estratégia metodológica representa uma contribuição significativa para a produção científica, na medida em que possibilita a geração de novos conceitos, interpretações e insights teóricos, além de permitir a releitura crítica de perspectivas existentes sob novos enfoques analíticos. Aplicada às ciências sociais, essa abordagem permite ir além da descrição superficial de políticas e projetos, possibilitando identificar práticas de gestão, analisar estruturas organizacionais, compreender dinâmicas de interação e examinar as relações entre instituições e contextos históricos, políticos e sociais. No caso da Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Suriname, o estudo de caso permite não apenas mapear as iniciativas e atores envolvidos, mas também compreender como fatores como gênero, classe e raça se articulam nas práticas institucionais, na distribuição de funções e na tomada de decisão, oferecendo uma análise crítica, situada e interseccional do programa.

Dessa forma, o estudo de caso não se limita à coleta de dados empíricos, mas constitui uma ferramenta analítica para revelar as complexidades e contradições da Cooperação Sul-Sul, permitindo captar simultaneamente mecanismos de exclusão e oportunidades de transformação, contribuindo para uma compreensão mais profunda, plural e crítica das relações bilaterais entre países do Sul Global.

A análise do Programa de Cooperação Técnica Sul-Sul (CSS) entre Brasil e Suriname, no período de 2015 a 2019, evidencia que, apesar do discurso de horizontalidade e solidariedade, a cooperação bilateral reproduz assimetrias estruturais, refletidas em diferenças econômicas, institucionais e técnicas, bem como em desigualdades sociais de gênero, raça e classe. O Brasil, com maior capacidade institucional e experiência em políticas de cooperação internacional, exerce funções estratégicas, enquanto o Suriname contribui com saberes locais e experiências contextuais, ilustrando uma relação de complementaridade marcada por hierarquias tácitas. A pesquisa enfatiza seu olhar no papel das mulheres historicamente invisibilizadas, cujas contribuições são fundamentais para a implementação e continuidade das iniciativas. Ao articular a análise de gênero, raça e classe, foi possível analisar como práticas institucionais e dinâmicas de poder influenciam o acesso a espaços decisórios, a valorização do trabalho e a legitimação dos saberes mobilizados.

### 4.3 Entrevistas semiestruturadas

A pesquisa em ciências sociais parte do entendimento de que a realidade social é construída a partir das interpretações e práticas dos sujeitos que a vivenciam. Diferentemente de objetos naturais, os fenômenos sociais são marcados pela reflexividade, uma vez que os indivíduos produzem sentidos sobre suas ações e sobre o contexto em que estão inseridos. Nesse cenário, o pesquisador não se posiciona de forma externa ao objeto de estudo, mas participa de um processo interpretativo que envolve a mediação entre diferentes níveis de compreensão da realidade social. Essa característica reflexiva da vida social impõe aos cientistas sociais o desafio analítico do que Anthony Giddens (1978) denominou de dupla hermenêutica: enquanto os sujeitos interpretam o mundo social para agir nele, o pesquisador, por sua vez, interpreta essas interpretações, estabelecendo um movimento contínuo entre o saber leigo e o saber científico.

Cada ator social é também um teórico social, na medida em que interpreta continuamente sua própria conduta e a realidade social na qual está inserido, produzindo sentidos que orientam suas ações. É nesse contexto que se insere a noção de dupla hermenêutica, fundamental para compreender a relação entre ação social e produção do conhecimento nas ciências sociais (Alonso, 2016). Desse modo, a produção do conhecimento nas ciências sociais não se dá de forma neutra ou externa ao objeto, mas envolve um processo relacional no qual as interpretações dos pesquisadores dialogam, tensionam e ressignificam as interpretações produzidas pelos próprios sujeitos da pesquisa. Além disso, as ciências sociais são caracterizadas por seu caráter autoinfluyente, uma vez que o ato de investigar, nomear e analisar determinados fenômenos interfere nos próprios contextos e práticas que se propõe a estudar. Ao serem incorporados ao debate público, às políticas institucionais ou às narrativas sociais, os resultados da pesquisa podem transformar percepções, discursos e formas de ação, reforçando o caráter reflexivo e político da produção de conhecimento (Alonso, 2016).

Optou-se pela entrevista semiestruturada com o objetivo de compreender as percepções, experiências e interpretações dos(as) sujeitos envolvidos no processo de cooperação, permitindo a exploração de aspectos institucionais, políticos e sociais que atravessam a implementação da Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e o Suriname. Esse tipo de entrevista possibilita conciliar a existência de um roteiro orientador, alinhado aos objetivos da pesquisa, com a flexibilidade necessária para que os(as) entrevistados(as) expressem livremente suas narrativas, experiências e reflexões, favorecendo a emergência de temas, sentidos e contradições não previstos inicialmente.

Segundo Triviños (1987), a entrevista semiestruturada caracteriza-se pela formulação de questionamentos básicos fundamentados em teorias e hipóteses relacionadas ao tema da pesquisa. Esses questionamentos funcionam como eixos orientadores da entrevista e, ao mesmo tempo, possibilitam o surgimento de novas hipóteses a partir das respostas e narrativas dos(as) informantes. Nesse processo, o foco principal da entrevista é definido e conduzido pelo(a) pesquisador(a)-entrevistador(a), que orienta o diálogo de acordo com os objetivos investigativos. O autor destaca ainda que a entrevista semiestruturada “favorece não apenas a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (Triviños, 1987, p. 152). Além disso, esse tipo de entrevista preserva a presença consciente, reflexiva e atuante do(a) pesquisador(a) ao longo do processo de produção das informações, reconhecendo o caráter interativo e interpretativo da pesquisa qualitativa.

A entrevista constitui uma técnica de pesquisa qualitativa que consiste na produção e condução de conversações sistemáticas com pessoas consideradas centrais para o processo de investigação, em razão de suas experiências, trajetórias e posições no contexto estudado (Lima, 2008). Trata-se de um recurso amplamente utilizado nas ciências sociais, especialmente quando o objetivo é compreender percepções, significados, práticas e dinâmicas sociais que não podem ser plenamente captadas por meio de técnicas exclusivamente quantitativas ou documentais. Importa destacar que a entrevista, em geral, não é empregada de forma isolada, mas articulada a outras técnicas de pesquisa, como a análise documental, a observação e o uso de questionários, compondo um desenho metodológico integrado. Essa articulação contribui para a triangulação dos dados e para o aprofundamento analítico do fenômeno investigado (Lima, 2008).

Para a realização desta pesquisa, foram entrevistadas nove pessoas, com o objetivo de representar diferentes níveis de responsabilidade, funções institucionais e graus de envolvimento na execução da Cooperação Técnica Sul-Sul (CSS) entre Brasil e Suriname, no período de 2015 a 2019. A seleção dos(as) participantes foi orientada por critérios do lugar estratégico que ocupam nas instituições que atuam, experiência direta com as iniciativas de cooperação bilateral e participação efetiva nos processos de negociação, implementação, acompanhamento e monitoramento dos projetos analisados. Buscou-se, dessa forma, contemplar uma diversidade de perfis institucionais e profissionais, incluindo diplomatas, analistas e assistentes de projetos, bem como representantes das instituições técnicas responsáveis pela implementação das ações de CSS em ambos os países. Essa diversidade permitiu captar diferentes perspectivas sobre o

funcionamento do programa, as dinâmicas decisórias e as relações de poder que atravessam a cooperação bilateral, considerando tanto o nível estratégico quanto o operacional da execução dos projetos.

Todas as entrevistas foram realizadas mediante consentimento livre e esclarecido, em conformidade com os princípios éticos que orientam a pesquisa em ciências sociais, assegurando aos(as) participantes o direito à confidencialidade, ao anonimato — quando solicitado — e à livre manifestação de suas percepções e experiências. Esse cuidado ético foi fundamental para a criação de um ambiente de confiança, condição necessária para que os(as) entrevistados(as) pudessem relatar de forma aberta suas trajetórias, práticas institucionais e interpretações acerca da Cooperação Sul-Sul.

O material empírico produzido a partir das entrevistas foi integralmente gravado, transcrito e sistematizado, sendo posteriormente submetido à análise de conteúdo, conforme a metodologia proposta por Bardin (2011). Essa técnica permitiu elaborar categorias analíticas, recorrências discursivas, silêncios e contradições presentes nos relatos, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das formas de atuação dos sujeitos e das percepções sobre as relações de poder que atravessam a Cooperação Sul-Sul.

Dessa maneira, as entrevistas contribuíram para revelar não apenas as estruturas institucionais, normativas e discursivas que reproduzem desigualdades de gênero, raça e classe no âmbito da cooperação internacional, mas também os espaços de negociação, resistência e agência construídos por mulheres e outros sujeitos historicamente subalternizados. Ao articular essas narrativas com a análise documental e os referenciais teóricos adotados, a pesquisa amplia a compreensão das dinâmicas cotidianas da cooperação, evidenciando suas contradições, limites e possibilidades de transformação.

Além disso, a composição do grupo de entrevistados(as) levou em conta a necessidade de assegurar uma análise interseccional, atentando para marcadores de gênero, raça e posição hierárquica, de modo a evidenciar possíveis assimetrias na distribuição de responsabilidades, no acesso a espaços de decisão e no reconhecimento institucional. A caracterização detalhada dos(as) entrevistados(as), bem como suas respectivas funções e vínculos institucionais, encontra-se apresentada no Quadro 3.1, que sistematiza as informações relevantes para a compreensão do universo empírico da pesquisa.

Quadro 6 – Composição dos(as) entrevistados(as) no Brasil

| <b>BRASIL</b>                                                                       |
|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Diplomata com atuação na América do Sul                                             |
| Diplomata com atuação na América do Sul                                             |
| Analista de projeto                                                                 |
| Analista de projeto                                                                 |
| Assistente técnico na Embaixada do Brasil em Suriname                               |
| Representante de instituição brasileira implementadora de ações de CSS com Suriname |

Fonte: Elaboração própria (2026).

Quadro 7 – Composição dos(as) entrevistados(as) no Suriname

| <b>SURINAME</b>                                                                   |
|-----------------------------------------------------------------------------------|
| Diplomata com atuação na América do Sul                                           |
| Diplomata com atuação na América do Sul                                           |
| Representante de instituição surinamesa implementadora de ações de CSS com Brasil |

Fonte: Elaboração própria (2026).

Segundo Marcia Lima (2008) para a realização das entrevistas, segue-se um conjunto previamente definido de tópicos, temas orientadores e eixos interpretativos, elaborados a partir dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico adotado. Esses elementos orientam a condução da conversa e a produção dos dados empíricos, sem eliminar o caráter dialógico e interativo da entrevista. Nesse processo, os dados da investigação não são simplesmente “coletados”, mas construídos a partir da interação entre pesquisador(a) e entrevistado(a), evidenciando o caráter relacional, interpretativo e situado da pesquisa qualitativa.

A entrevista semiestruturada caracteriza-se pela elaboração prévia de um roteiro, o qual constitui um elemento fundamental para a organização e condução da pesquisa. Esse roteiro é construído a partir dos objetivos do estudo e dos referenciais teóricos adotados, orientando o(a) entrevistador(a) quanto aos temas centrais a serem abordados, sem impor uma sequência rígida ou fechada de perguntas. Dessa forma, o roteiro assegura a coerência metodológica da investigação,

ao mesmo tempo em que preserva a flexibilidade necessária para explorar aspectos emergentes ao longo do diálogo (Galtung, 1965). Nesse tipo de entrevista, a manifestação do(a) respondente ocorre de maneira livre e espontânea, permitindo que o sujeito elabore narrativas, expresse percepções, experiências e interpretações próprias sobre os temas propostos. Embora o(a) entrevistador(a) conduza a entrevista com base no roteiro, a dinâmica do diálogo possibilita que as pessoas entrevistadas amplie, aprofunde ou reorganize suas respostas, contribuindo para a produção de dados qualitativos mais ricos e contextualizados (Galtung, 1965).

No que se refere à liberdade do(a) pesquisador(a), o roteiro atua como um guia orientador e não como um instrumento limitador. O(a) entrevistador(a) deve assegurar que todas as questões previstas sejam abordadas, mas pode adaptar a ordem das perguntas, reformular enunciados ou explorar temas não previstos inicialmente, desde que pertinentes aos objetivos da pesquisa. Essa capacidade de adaptação permite acompanhar o fluxo da conversa, respeitar o ritmo do(a) entrevistado(a) e aprofundar dimensões relevantes que emergem durante a interação (Galtung, 1965). Assim, a entrevista semiestruturada configura-se como um instrumento metodológico especialmente adequado para pesquisas qualitativas, pois equilibra sistematicidade e flexibilidade, favorecendo a construção de um espaço dialógico no qual pesquisador(a) e participante produzem conjuntamente sentidos sobre a realidade investigada. Essa abordagem possibilita captar não apenas informações factuais, mas também significados, contradições e tensões presentes nas experiências e práticas sociais dos sujeitos.

O roteiro da entrevista é redigido antes e abrange a lista de temas ou dos aspectos do tema que deverão ser abordados antes do fim da entrevista. Como todo roteiro, deve ser de consulta fácil e rápida: detalhado, preciso, mas com notações breves e claras (palavras-chave, frases nominais etc.). A ordem dos temas da lista é construída para prefigurar um desenvolvimento possível da entrevista, uma lógica provável de encadeamentos (Combessie, 2004). Os roteiros de entrevistas devem ser organizados de modo a apresentar uma sequência lógica e flexível, que permita ao(a) entrevistador(a) conduzir o diálogo preservando o caráter de uma conversa natural, favorecendo a espontaneidade das respostas e a profundidade das informações obtidas (Lima, 2008).

As entrevistas realizadas seguiram o formato semiestruturado, baseado em um roteiro de perguntas (ver APÊNDICE B) elaborado de acordo com os objetivos e questões centrais da pesquisa. O instrumento foi concebido para garantir flexibilidade nas respostas, valorizando as experiências e percepções individuais dos(as) participantes, em especial no que se refere às relações

de poder, às práticas institucionais e à presença das dimensões de gênero, classe e raça na cooperação. O roteiro de entrevista semiestruturada foi organizado a partir de eixos temáticos articulados aos objetivos da pesquisa e aos referenciais teóricos adotados, permitindo a condução de entrevistas flexíveis, porém orientadas, capazes de captar tanto informações factuais quanto percepções, experiências e interpretações dos(as) participantes. A seguir, descrevem-se os eixos e os principais pontos abordados em cada um deles.

#### 4.3.1 Caracterização dos(as) entrevistados(as)

O primeiro eixo temático é voltado à coleta de dados gerais sobre os(as) participantes, com o objetivo de contextualizar suas trajetórias pessoais, profissionais e institucionais. Nesse eixo, são abordadas informações como idade, formação acadêmica, função exercida, tempo de atuação na instituição e condições familiares, incluindo a existência de filhos e de apoio doméstico para a realização das tarefas cotidianas. Esses dados permitem compreender o perfil social dos(as) entrevistados(as) e estabelecer conexões entre suas trajetórias individuais e as posições ocupadas no âmbito da Cooperação Sul-Sul.

#### 4.3.2 Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Suriname

O segundo eixo concentra-se na compreensão da Cooperação Técnica Sul-Sul (CSS) entre Brasil e Suriname no período de 2015 a 2019. As questões buscam explorar a relevância da cooperação técnica para a relação bilateral, a estruturação institucional do programa, seus principais objetivos, áreas temáticas priorizadas e os fatores que explicam a dimensão e a continuidade do programa, considerado o maior da região no período analisado. Também são investigados os processos de escolha das áreas de cooperação, os desafios linguísticos e culturais envolvidos na transferência de conhecimentos e os critérios de designação dos pontos focais responsáveis pela negociação, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos.

#### 4.3.3 Interseccionalidade – Dimensão de classe

O terceiro eixo analisa a dimensão de classe no âmbito da cooperação bilateral, buscando identificar assimetrias relacionadas à formação educacional, às trajetórias profissionais e à posição ocupada pelos diferentes atores envolvidos. As perguntas abordam o nível educacional dos pontos focais e dos beneficiários dos projetos, a existência ou não de rotatividade nas equipes e os possíveis fatores que explicam esse fenômeno. Também se investiga se diferenças de escolaridade, entre as equipes do Brasil e do Suriname interferem na execução dos projetos ou no intercâmbio efetivo de conhecimentos.

Nessa pesquisa quando referimos ao conceito de classe social, estamos fazendo-o desde uma perspectiva weberiana que acrescenta aos critérios econômicos, a dimensão daquilo que Max Weber denomina de status social. Dutra (2017) se apoiando conceitualmente em Hartley e Hartley (1966), explora essa dimensão do status proposto por Weber e expressa que “no âmbito de qualquer grupo social, pode ser identificada uma hierarquia de posições de seus participantes que não é fixa, mas dinâmica, e está demarcada pelas lógicas de interação próprias das normas e dos valores culturais em que o grupo se insere num determinado momento histórico” (Dutra, 2017, p.662).

#### 4.3.4 Interseccionalidade – Dimensão de gênero

O eixo dedicado à dimensão de gênero busca compreender o papel e a relevância da presença feminina na Cooperação Sul-Sul. As questões exploram a participação das mulheres brasileiras e surinamesas na implementação do programa, os espaços ocupados por elas nas equipes e nos processos decisórios, bem como a percepção dos(as) entrevistados(as) sobre a importância da diversidade de gênero nas equipes de trabalho. Além disso, investiga-se a elevada presença de mulheres em cargos hierárquicos no Suriname, buscando compreender as razões históricas, sociais e institucionais que explicam as diferenças de representatividade feminina entre Brasil e Suriname.

#### 4.3.5 Interseccionalidade – Dimensão racial

O eixo racial visa analisar como as diferentes configurações étnico-raciais de Brasil e Suriname influenciam a implementação da Cooperação Sul-Sul. As perguntas abordam semelhanças e diferenças nas construções sociais da raça nos dois países, a possível concentração de benefícios do programa em determinados grupos raciais e a existência de desafios relacionados

à diversidade racial durante a execução das atividades. Também se investiga de que maneira essas questões foram enfrentadas ou geridas pelas autoridades e equipes responsáveis.

#### 4.3.6 Perspectivas e avaliações sobre a Cooperação Sul-Sul

O último eixo temático é voltado à avaliação geral do programa e às perspectivas dos(as) entrevistados(as) sobre a Cooperação Sul-Sul. As questões buscam identificar exemplos concretos de impactos positivos das ações de cooperação nas comunidades, bem como os principais desafios e oportunidades enfrentados pelo programa bilateral. Por fim, inclui-se uma questão aberta sobre as aspirações pessoais e profissionais dos(as) entrevistados(as), permitindo captar dimensões subjetivas, expectativas e sentidos atribuídos ao trabalho no campo da cooperação internacional.

Quadro 8 – Eixos analíticos do roteiro de entrevista semiestruturada

| <b>Eixo analítico</b>            | <b>Objetivo</b>                                                         | <b>Dimensões centrais investigadas</b>                                                                                           |
|----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Perfil dos(as) entrevistados(as) | Situar social e institucionalmente os sujeitos da pesquisa              | Trajetória profissional; formação acadêmica; função institucional; tempo de atuação; condições de reprodução social              |
| Estrutura da Cooperação Sul-Sul  | Compreender a organização e o funcionamento do programa Brasil–Suriname | Desenho institucional; definição de áreas temáticas; papel dos pontos focais; processos de negociação, implementação e avaliação |
| Classe                           | Analisar desigualdades socioinstitucionais na cooperação                | Escolaridade; hierarquias técnicas; rotatividade das equipes; assimetrias de qualificação                                        |
| Gênero                           | Examinar a divisão sexual do trabalho na CSS                            | Participação das mulheres; distribuição de funções; acesso a cargos decisórios; diferenças entre Brasil e Suriname               |

|                          |                                                         |                                                                                               |
|--------------------------|---------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| Raça                     | Investigar a dimensão racial das práticas de cooperação | Configurações étnico-raciais; grupos beneficiados; desafios relacionados à diversidade racial |
| Avaliação e perspectivas | Identificar impactos, desafios e possibilidades da CSS  | Resultados concretos; oportunidades futuras; expectativas dos sujeitos                        |

Fonte: Elaboração própria (2026).

Dessa forma, a adoção da entrevista semiestruturada mostrou-se particularmente adequada para os objetivos desta pesquisa, ao permitir conciliar a sistematização necessária para orientar a coleta de dados com a flexibilidade que favorece a emergência de narrativas, interpretações e percepções não previstas inicialmente. A interação estabelecida entre pesquisador(a) e entrevistado(a) possibilitou compreender não apenas as estruturas formais, os procedimentos institucionais e os fluxos decisórios da Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Suriname, mas também as dinâmicas subjetivas e interpessoais que atravessam esses processos. Esse caráter dialógico da coleta reforça a ideia de que cada ator social é também um teórico de suas próprias práticas, contribuindo para a produção de sentidos que orientam ações e decisões, conforme enfatiza a noção de dupla hermenêutica de Giddens (1978).

A articulação dos eixos temáticos — envolvendo dimensões de gênero, raça e classe, bem como aspectos institucionais, políticos e estratégicos da cooperação — possibilitou a apreensão de múltiplas camadas de significados presentes nas experiências dos(as) participantes. Ao identificar tanto desigualdades e assimetrias quanto espaços de agência, resistência e negociação, a análise evidencia que os processos de cooperação são simultaneamente reprodutores de hierarquias e arenas de transformação social. Além disso, ao considerar trajetórias individuais, relações de poder e marcadores sociais interseccionais, a pesquisa reafirma a importância de abordagens que ultrapassem a simples descrição de fenômenos, permitindo a compreensão das contradições, tensões e possibilidades de mudança presentes na prática da cooperação internacional.

O caráter reflexivo e autoinfluyente da pesquisa em ciências sociais se evidencia ao longo de todo o processo, desde a seleção dos(as) participantes até a análise das entrevistas. Ao produzir conhecimento sobre a Cooperação Sul-Sul, o(a) pesquisador(a) não apenas interpreta as percepções dos(as) sujeitos, mas também contribui para a ressignificação dessas práticas no próprio contexto investigado, reforçando a dimensão política e transformadora do saber social. Nesse sentido, os

dados coletados estabelecem uma base empírica sólida para as análises subsequentes, permitindo relacionar experiências, narrativas e interpretações às categorias analíticas e aos referenciais teóricos adotados, e, assim, avançar na compreensão das dinâmicas institucionais, sociais e intersubjetivas que atravessam a cooperação bilateral entre Brasil e Suriname.

Por fim, a metodologia adotada evidencia que o conhecimento social não é neutro nem externalizado ao objeto de estudo, mas emergente de um processo interativo, situacional e interpretativo. As entrevistas semiestruturadas possibilitaram captar informações factuais, experiências vividas, sentidos atribuídos pelos sujeitos e contradições que permeiam a execução da Cooperação Sul-Sul. Essa abordagem metodológica fortalece a produção de análises críticas e contextualizadas, permitindo não apenas compreender o funcionamento do programa, mas também refletir sobre suas limitações, desafios e potencialidades de transformação, contribuindo para debates mais amplos sobre cooperação internacional, relações de poder e justiça social.

#### 4.4 Considerações finais do capítulo

A análise do Programa de Cooperação Técnica Sul-Sul (CSS) entre Brasil e Suriname, no período de 2015 a 2019, evidencia que, embora o discurso institucional do programa privilegie princípios de horizontalidade, solidariedade e parceria entre iguais, a prática da cooperação bilateral permanece atravessada por desigualdades estruturais que se articulam nas dimensões de gênero, raça e classe. Esses padrões hierárquicos, historicamente sedimentados, refletem a persistência da colonialidade do poder e do trabalho, demonstrando que mesmo iniciativas de cooperação internacional voltadas para o Sul Global não estão isentas das tensões e assimetrias herdadas do passado colonial. Ao adotar uma abordagem interseccional e decolonial, esta pesquisa permitiu compreender que tais hierarquias não se manifestam de forma isolada, mas operam de maneira interconectada, moldando o acesso a espaços de decisão, a valorização de experiências e saberes, bem como a legitimação das trajetórias profissionais dos sujeitos envolvidos (Crenshaw, 1989; Quijano, 2000; Lugones, 2010).

A pesquisa evidencia, ainda, que a CSS constitui simultaneamente um espaço de reprodução de hierarquias e de potencial transformação social. Ao integrar perspectivas decoloniais e feministas, foi possível identificar o papel central de mulheres, atores racializados e profissionais em posições tradicionalmente marginalizadas, cujas contribuições são fundamentais para a implementação e continuidade dos projetos, mas frequentemente invisibilizadas nas estruturas institucionais formais. Essa constatação reforça a necessidade de políticas e práticas de cooperação que promovam inclusão, diversidade e sensibilidade às desigualdades históricas e contextuais presentes nos países do Sul Global, desafiando narrativas idealizadas de horizontalidade e parceria entre iguais.

Do ponto de vista metodológico, a adoção da entrevista semiestruturada mostrou-se particularmente adequada para a investigação das múltiplas camadas de significados produzidas no âmbito da cooperação. A interação dialógica entre pesquisador(a) e entrevistado(a) possibilitou que emergissem narrativas, interpretações e experiências não previstas inicialmente, aprofundando a compreensão das dinâmicas subjetivas, interpessoais e institucionais que atravessam a CSS. Ao articular análise interseccional com o exame de estruturas institucionais, fluxos decisórios e experiências cotidianas, a pesquisa revelou que a CSS não se limita à implementação de projetos técnicos, mas constitui um espaço de negociação de sentidos, de exercício de agência e de produção de poder simbólico. As trajetórias individuais e coletivas dos sujeitos entrevistados evidenciam que

o conhecimento produzido na cooperação é simultaneamente reprodutor de hierarquias e veículo de transformação, destacando a complexidade das relações bilaterais no Sul Global. Nesse sentido, a pesquisa reafirma que o conhecimento social não é neutro nem exterior ao objeto de estudo; ao contrário, emerge de um processo situacional, interativo e interpretativo, implicando o(a) pesquisador(a) na construção, interpretação e ressignificação das práticas investigadas (Miyano, 2012; Lima, 2008).

Além disso, a análise evidencia que a Cooperação Sul-Sul, embora marcada por assimetrias, oferece oportunidades para inovação institucional e para práticas mais inclusivas, ao reconhecer e valorizar saberes locais e experiências contextuais. A articulação entre dimensões de gênero, raça e classe permite compreender não apenas os mecanismos de exclusão e marginalização, mas também os espaços de resistência e de agência que emergem na implementação cotidiana da CSS. Ao capturar essas múltiplas camadas de significados, o estudo contribui para a produção de um conhecimento crítico, situado e socialmente engajado, capaz de informar debates sobre cooperação internacional, justiça social e equidade global.

Por fim, esta pesquisa não se limita à observação da dimensão empírica, mas propõe um exercício epistemológico e político, ao evidenciar como práticas de cooperação internacional se reproduzem e, ao mesmo tempo, podem questionar desigualdades estruturais. Ao oferecer uma leitura interseccional, decolonial e feminista da Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Suriname, o estudo fornece subsídios para a formulação de políticas e iniciativas mais equitativas, inclusivas e reflexivas, sensíveis às complexidades e contradições que atravessam as relações bilaterais no Sul Global. Nesse sentido, mais do que encerrar o debate, as conclusões aqui apresentadas buscam abrir caminhos para novas investigações e reflexões que aprofundem a compreensão das relações de poder, das desigualdades e das potencialidades de transformação no campo da cooperação internacional.

## **5 REFLEXÕES SOBRE A COLONIALIDADE DO SABER E AS INSTITUIÇÕES NA COOPERAÇÃO BRASIL-SURINAME**

A Cooperação Sul-Sul (CSS) tem sido historicamente apresentada como uma alternativa às assimetrias estruturais que marcaram o sistema internacional de cooperação, sobretudo no âmbito das relações Norte-Sul (Brasil, 2017). Fundamentada em princípios como horizontalidade, solidariedade, respeito à soberania nacional e benefícios mútuos — consagrados no Plano de Ação de Buenos Aires (1978) —, a CSS se propõe a promover relações mais equitativas entre países do Sul Global, valorizando o intercâmbio de experiências, saberes e capacidades técnicas entre contextos considerados semelhantes em termos históricos e estruturais (Suraksy, 2013b). No entanto, a materialização desses princípios depende de como a cooperação é institucionalmente organizada e de quem são os sujeitos legitimados a concebê-la, implementá-la e representá-la.

Nesse sentido, a análise das estruturas institucionais da Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Suriname oferece um campo privilegiado para compreender como hierarquias sociais, políticas e epistêmicas atravessam as práticas concretas da cooperação internacional. Longe de se organizarem exclusivamente a partir de critérios técnicos ou administrativos, os projetos de cooperação são moldados por arranjos burocráticos, culturas institucionais e legados históricos que estruturam o funcionamento do Estado e a distribuição do poder em cada país. As instituições envolvidas na CSS não apenas executam políticas públicas, mas também atuam como espaços centrais de produção, validação e legitimação de saberes, definindo quais conhecimentos são considerados válidos e quais sujeitos são autorizados a representá-los no cenário internacional.

A partir dessa perspectiva, este capítulo adota uma abordagem interseccional e decolonial para analisar a composição das equipes, a distribuição dos cargos e os padrões de autoridade nos projetos de Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Suriname. Ao articular gênero, raça e classe como dimensões indissociáveis da análise institucional, busca-se evidenciar como desigualdades históricas se reproduzem — ou, em certos contextos, são parcialmente tensionadas — no interior das práticas de cooperação. Tal abordagem permite compreender a CSS não apenas como um instrumento técnico de transferência de conhecimento, mas como um campo social no qual se entrelaçam poder político, autoridade técnica e capital simbólico.

Ao comparar os arranjos institucionais brasileiros e surinameses, o capítulo problematiza os limites e as potencialidades da Cooperação Sul-Sul enquanto projeto político e epistemológico. Assim, o exame das estruturas institucionais e da composição das equipes torna-se fundamental

para avaliar em que medida a cooperação entre países do Sul Global contribui para a democratização das relações internacionais ou, ao contrário, para a reprodução da colonialidade do saber, do poder e do ser sob novas roupagens institucionais.

O capítulo inicia com a análise da colonialidade do saber na Cooperação Sul-Sul, apresentando de forma sintética o conceito e sua relevância para compreender como o conhecimento é produzido, validado e circula entre Estados em desenvolvimento, mesmo em iniciativas que se apresentam como horizontais.

A segunda seção do capítulo, examina-se a estrutura institucional das equipes responsáveis pela cooperação, destacando a organização dos grupos técnicos e administrativos, a distribuição de funções e o papel de cada ator na implementação dos projetos. São então identificadas as instituições brasileiras envolvidas, com descrição de suas atribuições, capacidade técnica e funções nos arranjos institucionais, evidenciando o protagonismo do Brasil na coordenação e sistematização das ações de Cooperação Sul-Sul. Da mesma forma, são apresentadas as instituições surinamesas, com destaque para suas funções, limitações institucionais e participação nos projetos, evidenciando um papel predominantemente ligado à execução e adaptação das ações propostas.

Na seção três, realiza-se uma análise comparativa entre as instituições brasileiras e surinamesas, apontando diferenças e assimetrias estruturais e epistemológicas que influenciam a dinâmica da cooperação e a circulação do conhecimento entre os países.

Ao final do capítulo, serão apresentadas as considerações finais, reunindo as principais conclusões e reflexões sobre as práticas de Cooperação Sul-Sul analisadas.

### **5.1 A colonialidade do saber no contexto da Cooperação Sul-Sul**

Nos primeiros anos do século XXI, profundas transformações na geopolítica e na geoeconomia globais resultaram na redefinição das dinâmicas de cooperação internacional para o desenvolvimento. A ascensão de novos polos de poder, a relativa crise da hegemonia das potências centrais e o fortalecimento das economias emergentes, especialmente no Sul Global, abriram espaço para que diversos países dessa região passassem a ocupar uma posição mais ativa, não apenas como receptores, mas também como provedores de cooperação internacional. Nesse contexto, o Brasil consolidou-se como um dos principais atores da cooperação internacional entre países em desenvolvimento, ampliando significativamente o número de projetos, setores e parceiros envolvidos (Pereira; Gomes, 2015).

Esse período de transformações se caracteriza pela tentativa de reconfiguração das relações internacionais, especialmente nas chamadas parcerias Sul-Sul. Tais parcerias desafiaram o tradicional modelo de cooperação Norte-Sul, historicamente marcado pela dependência, subordinação e assimetrias entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento (Munck, 2011). Essa dinâmica busca, ainda que parcialmente, superar as assimetrias históricas e estruturais presentes nas relações internacionais. Segundo Santos (2019), enquanto as políticas tradicionais de desenvolvimento foram caracterizadas por um modelo de cooperação vertical, baseado na transferência de recursos e tecnologias, a nova configuração aposta na coprodução de saberes entre os países em desenvolvimento, promovendo uma relação mais equitativa e colaborativa. No entanto, como observam diferentes autores, o processo de cooperação entre países do Sul Global também é marcado por tensões e desafios, dado que os países em desenvolvimento ainda convivem com disparidades significativas em termos de poder econômico e político (Frey, 2016).

Todavia, apesar do discurso de horizontalidade, solidariedade e parceria entre iguais que orienta a Cooperação Sul-Sul, essas práticas não se desenvolvem em um campo neutro. Elas permanecem atravessadas pela colonialidade do poder (Quijano, 2005) e pela colonialidade do saber (Santos, 2019; Escobar, 1995), que condicionam as formas de produção, circulação e legitimação do conhecimento. A colonialidade do saber, conforme formulada por autores como Santos (2019) e Escobar (1995), refere-se à imposição do eurocentrismo como matriz dominante da racionalidade moderna. Essa lógica estabelece quais conhecimentos são considerados válidos, científicos e universais, ao mesmo tempo em que desqualifica outras racionalidades epistêmicas, saberes locais e formas de conhecimento produzidas fora dos marcos europeus ou europeizados.

Santos (2019) explica que a colonialidade do saber está intimamente ligada ao processo de subordinação epistêmica das comunidades e países não ocidentais, uma vez que o saber moderno (ocidental) é imposto como universal, enquanto outros modos de conhecimento são marginalizados ou silenciados. Esse processo resulta na hierarquização de sistemas epistemológicos, organizando os saberes em escalas de valor e criando exclusões simbólicas e materiais. O fenômeno do epistemicídio, como afirma Santos, envolve o apagamento de saberes não ocidentais, o que torna difícil o reconhecimento de formas de conhecimento que não se alinham com a lógica eurocêntrica.

No contexto da Cooperação Sul-Sul, mesmo em práticas concebidas como alternativas ao modelo tradicional Norte-Sul, a colonialidade do saber persiste de forma velada. Embora essas iniciativas busquem promover parcerias e colaborações horizontais, elas podem, de maneira implícita, reproduzir as hierarquias epistêmicas e pedagógicas herdadas do colonialismo. A transferência de conhecimentos técnicos, a formação de capacidades e o fortalecimento institucional são frequentemente apresentados como processos colaborativos, mas, na prática, muitas vezes operam sob lógicas unidirecionais. Nesses processos, determinados saberes, frequentemente os ocidentais, são legitimados como superiores, enquanto outros, associados a formas de conhecimento locais, informais ou tradicionais, são relegados a uma condição secundária ou subalterna (Escobar, 1995; Walsh, 2009).

Essa dinâmica revela uma tensão central nas práticas de Cooperação Sul-Sul, que, por um lado, reivindicam a construção de uma nova ordem internacional mais equitativa e livre das marcas do colonialismo; por outro, permanecem inseridas em estruturas epistêmicas e relações de poder que reproduzem assimetrias históricas (Escobar, 1995; Santos, 2019). O processo de cooperação, concebido para promover a coprodução de saberes e a troca de experiências entre países do Sul Global, enfrenta desafios concretos ao tentar romper com a centralidade do saber moderno, tecnocientífico e eurocêntrico, sendo necessário reconhecer e legitimar outras formas de epistemologia que não se submetem aos paradigmas do desenvolvimento ocidental (Walsh, 2009).

Nesse contexto, a análise da Cooperação Sul-Sul — e, especificamente, da atuação brasileira<sup>13</sup> — exige uma abordagem crítica que ultrapasse a dimensão meramente técnica ou institucional. A cooperação internacional deve ser compreendida como um espaço social

---

<sup>13</sup> O foco da análise recai sobre as práticas brasileiras, devido ao seu papel como “doador” na Cooperação Sul-Sul, enquanto a análise das práticas surinamesas permanece limitada, uma vez que não existem documentos oficiais produzidos pelo Suriname disponíveis para consulta.

atravessado por disputas simbólicas e por hierarquias históricas e estruturais, nas quais gênero, raça, classe e colonialidade se articulam, moldando práticas, discursos, decisões e resultados (Ponniah, 2014; Santos, 2019). Tais articulações demonstram que, mesmo em projetos pautados pelo princípio da horizontalidade, persistem relações de poder que determinam quais saberes são valorizados, quais experiências são reconhecidas como boas práticas e quais grupos permanecem marginalizados.

A Cooperação Técnica Sul -Sul Brasileira se apresenta como

“[...] intercâmbio horizontal de conhecimentos e experiências originados nos países em desenvolvimento cooperantes. A ideia é compartilhar lições aprendidas e práticas exitosas disponíveis no Brasil, geradas e testadas para o enfrentamento de desafios similares ao desenvolvimento socioeconômico (...) Por meio desse trabalho conjunto, busca-se identificar e sistematizar o conhecimento e as competências dos beneficiários da cooperação nos países que fazem parceria com o Governo brasileiro para que, em seguida, tais capacidades sejam aplicadas na geração de soluções locais inovadoras” (Brasil, 2013, p. 14).

No entanto, essa horizontalidade monta-se tencionada por hierarquias epistêmicas implícitas, conferindo maior legitimidade e capacidade às práticas desenvolvidas no Brasil. Tal assimetria reproduz a lógica descrita por Quijano (2005), segundo a qual a produção do conhecimento moderno estabelece classificações hierárquicas que naturalizam a superioridade de determinados saberes em detrimento de outros.

A proposta de compartilhamento de lições aprendidas e práticas exitosas pressupõe a transferibilidade de experiências historicamente situadas, o que tende a desconsiderar a diversidade de contextos socioculturais, políticos e epistemológicos dos países envolvidos. Sob a ótica da colonialidade do saber, essa universalização reforça a racionalidade moderna do desenvolvimento, baseada na ideia de que o conhecimento válido é aquele passível de generalização e replicação (Escobar, 1995). Dessa forma, as especificidades locais são frequentemente tratadas como obstáculos técnicos a serem superados, e não como fundamentos legítimos de outras racionalidades de conhecimento.

A colonialidade do saber nas relações de cooperação entre Estados manifesta-se por meio da hegemonia de modelos cognitivos associados ao desenvolvimento moderno e à racionalidade técnico-instrumental. Ainda que a cooperação internacional seja frequentemente apresentada como horizontal e solidária, seus marcos conceituais e operacionais tendem a privilegiar formas de conhecimento institucionalizadas, padronizadas e orientadas por critérios de eficiência e mensurabilidade. Nesse contexto, o saber técnico-científico assume o estatuto de universal,

enquanto outros modos de conhecer são marginalizados ou reconhecidos apenas de forma instrumental (Escobar, 1995). Nas políticas de cooperação, observa-se a recorrente naturalização de instrumentos como indicadores, planos estratégicos e metodologias de gestão, os quais operam como dispositivos de padronização epistemológica. Tais instrumentos não apenas orientam a ação estatal, mas também delimitam o que pode ser reconhecido como problema legítimo e solução adequada. Conforme argumenta Ferguson (1994), essas práticas contribuem para a despolitização das relações sociais, ao transformar questões históricas e estruturais em problemas técnicos passíveis de intervenção administrativa.

No caso da Cooperação Sul-Sul brasileira, observa-se que o protagonismo do Brasil como país provedor implica que suas instituições — como ministérios e universidades — concentram o controle sobre os fluxos de conhecimento, metodologias de implementação e critérios de criação e implementação de projetos. Essa centralidade confere às instituições brasileiras maior capacidade de definir padrões epistemológicos e técnicos, reproduzindo, ainda que de forma sutil, hierarquias de saber em relação aos países parceiros (Santos, 2019). Essa dinâmica evidencia que, mesmo em projetos concebidos sob os princípios da CSS, a cooperação técnica continua atravessada por relações de poder que estruturam quais conhecimentos são valorizados, quais experiências podem ser replicadas e quais atores permanecem em posições periféricas. As instituições que se autodenominam como as detentoras do saber, portanto, não apenas produzem e transferem conhecimento técnico, mas também exercem influência simbólica sobre a legitimidade de saberes locais e tradicionais, reforçando a necessidade de uma perspectiva crítica e decolonial na análise da Cooperação Sul-Sul. Nesse sentido, é essencial considerar como capacidades institucionais, práticas de validação do conhecimento e recursos disponíveis contribuem para a manutenção ou mitigação das assimetrias epistemológicas entre países parceiros (Latour, 2005; Walsh, 2009)

Mesmo no âmbito da cooperação Sul-Sul, as relações entre Estados podem reproduzir assimetrias epistemológicas, especialmente quando determinados países assumem a posição de referência técnica ou normativa. Santos (2019) observa que esse fenômeno está associado à persistência de uma monocultura do saber científico, na qual a diversidade epistemológica é subsumida a modelos dominantes de racionalidade. Assim, a cooperação tende a reforçar hierarquias não apenas materiais, mas também cognitivas, limitando a emergência de alternativas epistemológicas.

A colonialidade do saber entre Estados também se expressa na forma como o conhecimento local é incorporado aos projetos de cooperação. Frequentemente, esse conhecimento é valorizado apenas quando traduzido em categorias técnicas compatíveis com os marcos institucionais vigentes, o que implica processos de seleção, adaptação e silenciamento. Como destaca Walsh (2009), essa dinâmica impede o reconhecimento pleno de epistemologias outras, reduzindo-as a elementos auxiliares de um processo de desenvolvimento que já foi previamente estruturado. O conhecimento local, quando não se ajusta aos critérios técnicos da cooperação, tende a ser marginalizado ou desvalorizado. Isso reflete um processo de dominação cognitiva que mantém as hierarquias epistêmicas, em que as formas de saber locais e tradicionais são subordinadas aos modelos científicos e técnicos do Norte Global. Essa abordagem, portanto, limita o verdadeiro potencial de transformação da cooperação internacional e perpetua a colonialidade do saber.

Portanto, apenas a partir de uma perspectiva crítica e interseccional é possível compreender os limites e as potencialidades da Cooperação Sul-Sul como projeto político. Essa abordagem permite identificar como as iniciativas de cooperação podem, simultaneamente, promover o desenvolvimento, afirmar a autonomia dos países parceiros e enfrentar, ainda que de maneira parcial ou contraditória, as heranças do colonialismo que permanecem inscritas nos sistemas de conhecimento e nas práticas institucionais (Escobar, 1995; Latour, 2005; Walsh, 2009). A busca por alternativas à configuração profundamente excludente e desigual do mundo moderno demanda um esforço contínuo de desconstrução do caráter universal e naturalizado da sociedade capitalista-liberal. Tal esforço implica questionar as pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos que legitimam e naturalizam essa ordem social, especialmente o conjunto de saberes reconhecidos globalmente como ciências sociais.

Nesse sentido, a reflexão crítica sobre a colonialidade do saber e sobre as relações de poder que atravessam a cooperação internacional é essencial para a construção de parcerias verdadeiramente horizontais e inclusivas.

No entanto, como aponta Ponniah (2014), as transformações na geopolítica global não eliminam as desigualdades estruturais entre os países em desenvolvimento. Embora haja reconfigurações no cenário global, essas assimetrias, especialmente entre os países do Sul Global, persistem em vários aspectos, seja em termos de capacidade institucional, seja pela influência das grandes potências econômicas sobre as decisões internacionais. Em outras palavras, a ascensão de novas economias emergentes e o fortalecimento de blocos regionais não são suficientes para

extinguir as diferenças históricas e estruturais que marcam as relações entre os países do Sul e do Norte. As assimetrias não são eliminadas de forma simples, e sua superação exige um esforço contínuo de reconhecimento e ação política que garanta que a cooperação internacional não seja usada apenas como uma forma de perpetuar novas formas de dominação ou subordinação dos países em desenvolvimento (Ponniah, 2014).

O processo de universalização de uma matriz particular de conhecimento como única válida e verdadeira confere valor a determinados acervos, currículos e repertórios ensinados nas instituições, enquanto invisibiliza e desvaloriza outros saberes. Essa lógica atravessa estruturalmente a cooperação técnica e os itinerários formativos que elas propõem (Rei, 2022). Ao analisarmos quais conhecimentos a universidade, os ministérios e as outras instituições brasileiras envolvidas na cooperação, assume como responsabilidade transmitir, organizar e distribuir, e quais são silenciados, invisibilizados ou rebaixados (Gomes, 2017).

Contestar a universidade universal instituída em moldes eurocêntricos, patriarcais e coloniais — erigida a partir de padrões de humanidade que privilegiam a supremacia branca e masculina — demanda, primeiramente, reconhecer esses espaços de produção e reprodução do conhecimento como historicamente localizados e, portanto, não neutros, imparciais ou objetivos. Em segundo lugar, exige questionar a economia de privilégios que assegura a valorização simbólica e material da cultura ocidental, redimensionando as consequências das desigualdades epistêmicas resultantes da desqualificação de outras matrizes de conhecimento e dos sujeitos que as produzem — particularmente negros e negras, mulheres, indígenas, povos diaspóricos e latino-americanos — lançados em uma condição de indigência epistêmico-ontológica.

Essa dinâmica de reconfiguração das relações de poder na cooperação internacional exige uma reflexão crítica sobre os próprios fundamentos epistemológicos que orientam as práticas de cooperação. Como enfatizam diversos estudiosos da área, é necessário superar as lógicas coloniais que ainda impregnam as políticas internacionais, em especial as abordagens dominantes do desenvolvimento, que frequentemente desconsideram as diversidades epistêmicas e culturais dos países do Sul Global. Em vez de simplesmente promover a circulação de experiências ou a transferência de boas práticas, torna-se crucial reconhecer a pluralidade de racionalidades políticas e cognitivas. A cooperação internacional, nesse sentido, deve ser pensada em termos de coprodução do conhecimento, em que as soluções locais, adaptadas às realidades de cada contexto, sejam

reconhecidas como válidas e autônomas, não subordinadas exclusivamente ao paradigma do desenvolvimento moderno (Latour, 2005).

Segundo Bruno Latour (2005), em sua análise das ciências e do desenvolvimento, sugere que os conhecimentos gerados a partir de diferentes contextos sociais, culturais e históricos não devem ser hierarquizados em relação aos conhecimentos ocidentais. Latour propõe a ideia de uma "ecologia de saberes", onde a pluralidade de epistemologias pode ser valorizada sem que uma seja imposta sobre a outra. Essa perspectiva de coprodução de saberes, em que as comunidades locais desempenham um papel ativo e central no processo de construção do conhecimento, é essencial para superar a colonialidade do saber e promover uma verdadeira cooperação horizontal, que respeite as diversidades culturais e epistemológicas dos países envolvidos.

Dessa forma, a superação da colonialidade do saber na cooperação internacional não se dá apenas pela inclusão de novas vozes ou pela disseminação de experiências bem-sucedidas, mas pela desconstrução dos modelos epistêmicos hegemônicos e pela promoção de um diálogo de saberes que busque soluções inovadoras e sustentáveis, respeitando as especificidades locais e garantindo que a cooperação não se traduza em novas formas de dominação. O desafio é, portanto, repensar os paradigmas que ainda orientam as práticas de cooperação internacional e buscar alternativas que permitam um desenvolvimento mais justo, autônomo e democratizante, com base em epistemologias plurais e interculturais.

## 5.2 Análise das estruturas das equipes responsáveis

A identificação e a análise das instituições envolvidas nos projetos de cooperação técnica entre Brasil e Suriname constituem um eixo analítico central para compreender como se estruturam as relações de poder, os padrões de representação social e os mecanismos de tomada de decisão no interior da arquitetura institucional da Cooperação Sul-Sul (CSS). Longe de operarem como instâncias neutras ou meramente técnicas, essas instituições materializam projetos políticos, visões de mundo e hierarquias históricas que moldam tanto a formulação quanto a implementação das ações de cooperação. Como destacam Milani (2017) e Lechini (2009), os arranjos institucionais da cooperação internacional devem ser compreendidos como expressões de processos geopolíticos mais amplos, atravessados por disputas simbólicas, assimetrias de poder e diferentes concepções de desenvolvimento.

Nesse sentido, a análise institucional permite evidenciar que a CSS, embora discursivamente orientada por princípios de horizontalidade, solidariedade e parceria entre países do Sul Global, não está dissociada das estruturas de poder herdadas do colonialismo e da modernidade ocidental. Ao contrário, tais estruturas tendem a se reatualizar por meio de práticas administrativas, critérios técnicos, linguagens burocráticas e formas específicas de legitimação do conhecimento. É nesse ponto que a noção de colonialidade do saber se torna particularmente relevante, ao revelar como o eurocentrismo se estabelece como ordem exclusiva da razão, do pensamento e da produção de conhecimento, desqualificando outras racionalidades epistêmicas e experiências históricas que não se enquadram nos parâmetros do saber moderno ocidental.

Conforme argumenta Millán (2014), as práticas e discursos institucionais contribuem para a consolidação de mundos estabelecidos, rígidos e homogêneos, nos quais a diversidade, a multitemporalidade e a pluriversidade são sistematicamente negadas. No campo da cooperação internacional, isso se traduz na valorização de determinados saberes técnicos, acadêmicos e científicos — frequentemente associados a trajetórias institucionais específicas, formações universitárias formais e capitais simbólicos reconhecidos — em detrimento de conhecimentos locais, experiências situadas e saberes produzidos a partir de posições historicamente subalternizadas. Dessa forma, a colonialidade do saber opera como um dispositivo silencioso de poder, organizando não apenas o que é considerado conhecimento legítimo, mas também quem pode produzi-lo, transmiti-lo e representá-lo.

A proposta de descolonização dos saberes, nesse contexto, deve ser compreendida como um processo complexo, relacional e necessariamente inacabado, que se inicia com o questionamento crítico dos fundamentos do conhecimento moderno-ocidental-hegemônico. Tal perspectiva parte do reconhecimento de que a dimensão epistemológica foi central para a construção histórica dos sistemas de dominação, funcionando como um dos principais mecanismos de naturalização das desigualdades de raça, gênero e classe. Assim, descolonizar o saber implica deslocar o olhar para além das epistemologias consagradas, abrindo espaço para a construção de uma nova episteme fundada em outras subjetividades, coletividades e formas de produzir sentido, conhecimento e política (Millán, 2014).

No âmbito da Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Suriname, essa abordagem permite problematizar como as instituições envolvidas — ministérios, agências de cooperação, órgãos técnicos e entidades executoras — operam simultaneamente como mediadoras da cooperação e como instâncias de reprodução de hierarquias epistêmicas e institucionais. Ainda que a cooperação seja apresentada como um processo de troca e aprendizado mútuo, observa-se que determinados modelos de gestão pública, racionalidades técnicas e formas de expertise tendem a ser priorizados, reforçando assimetrias entre países e entre os próprios sujeitos que implementam os projetos.

Além disso, uma leitura decolonial e interseccional evidencia que essas hierarquias institucionais não se distribuem de maneira uniforme, mas se articulam com marcadores de gênero, raça e classe. Mulheres, pessoas racializadas e profissionais oriundos de trajetórias menos valorizadas institucionalmente tendem a ocupar posições periféricas na estrutura da cooperação, sendo frequentemente associadas a funções operacionais, de mediação ou de cuidado, enquanto o poder decisório e a autoridade técnica permanecem concentrados em perfis específicos. Dessa forma, a colonialidade do saber não atua isoladamente, mas se entrelaça à colonialidade do poder e do ser, produzindo desigualdades múltiplas e sobrepostas no interior da CSS.

Assim, a análise institucional proposta neste estudo não se limita à descrição formal das entidades envolvidas na cooperação, mas busca compreender como essas instituições participam da produção, legitimação e contestação de saberes, práticas e hierarquias. Ao fazê-lo, torna-se possível revelar os limites da Cooperação Sul-Sul enquanto projeto emancipatório e, simultaneamente, identificar brechas, tensões e possibilidades de transformação. A incorporação de perspectivas decoloniais e interseccionais aponta para a necessidade de repensar a cooperação internacional para além da lógica técnico-instrumental, reconhecendo a pluriversidade de saberes

e experiências que atravessam o Sul Global e abrindo caminho para práticas mais reflexivas, inclusivas e politicamente comprometidas com a justiça social.

A composição das equipes técnicas, a distribuição de cargos e os perfis dos atores envolvidos nos projetos de Cooperação Sul-Sul não podem ser compreendidos de forma isolada, pois estão profundamente imbricados nas estruturas sociais, políticas e históricas que moldam as burocracias nacionais. Essas burocracias não apenas organizam procedimentos administrativos, mas também refletem e reproduzem hierarquias de classe, gênero, raça e capital institucional, influenciando diretamente quem ocupa posições de decisão, quem executa as atividades e quais saberes são reconhecidos como legítimos no interior dos projetos de cooperação.

No caso dos projetos analisados, as instituições coordenadoras — a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Ministério das Relações Exteriores, Negócios Internacionais e Cooperação Internacional do Suriname (BIBIS) — ocupam posições centrais na arquitetura institucional da cooperação bilateral, atuando como vértices de autoridade política, técnica e simbólica. Essas instituições concentram a capacidade de formular diretrizes, definir prioridades temáticas, selecionar parceiros institucionais e estabelecer os parâmetros operacionais dos projetos, exercendo, assim, influência decisiva sobre os fluxos de recursos, de conhecimento e de poder no âmbito da CSS.

Conforme argumenta Bierschenk (2014), instituições coordenadoras funcionam como verdadeiros “nós burocráticos”, isto é, pontos de condensação de capital estatal, expertise técnica e legitimidade política. A partir desses nós, são estruturadas as normas formais e informais que regulam as interações entre os diferentes atores envolvidos — diplomatas, técnicos, instituições executoras e beneficiários locais —, bem como os critérios de participação, reconhecimento e autoridade. Nesse sentido, a centralidade da ABC e do BIBIS não se limita à coordenação administrativa, mas se estende à produção de hierarquias institucionais que moldam as dinâmicas de cooperação e condicionam as margens de autonomia dos demais atores.

Além disso, a forma como essas instituições se organizam internamente — incluindo seus padrões de recrutamento, trajetórias profissionais valorizadas e culturas institucionais — influencia diretamente a composição das equipes e a distribuição de funções nos projetos. Assim, a análise da configuração institucional permite compreender como desigualdades estruturais se traduzem em arranjos organizacionais específicos, reforçando ou tensionando o discurso de horizontalidade que caracteriza a Cooperação Sul-Sul. O quadro a seguir apresenta, de maneira sistematizada, a

configuração institucional identificada no âmbito dos projetos de cooperação técnica entre Brasil e Suriname.

Quadro 9 – Tipologia das Instituições na Cooperação Brasil-Suriname

| Tipo de Instituição                   | Descrição                                                                                                                                                 |
|---------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Instituições implementadoras técnicas | Organizações responsáveis pela execução técnico-setorial; no Brasil, aportam especialistas; no Suriname, recebem capacitação ou participam de intercâmbio |
| Instituições executoras               | Entidades responsáveis pela execução administrativo-financeira: organização de missões, compra de passagens, licitações, equipamentos                     |
| Instituições coordenadoras            | Organismos governamentais que asseguram a legitimidade e conformidade política do projeto: ABC (Brasil) e BIBIS (Suriname).                               |

Fonte: Elaboração própria (2026).

Para a realização da análise das estruturas institucionais, foram examinadas as informações de contato disponibilizadas nos documentos oficiais dos projetos de cooperação, as quais incluem endereço institucional, número de telefone e correio eletrônico. Esses registros permitem identificar não apenas a localização e os canais formais de comunicação das instituições envolvidas, mas também a configuração organizacional dos projetos. Além disso, os documentos apresentam a identificação nominal das lideranças institucionais, possibilitando a análise da distribuição de cargos e responsabilidades no interior das equipes.

Nos documentos analisados, as lideranças são classificadas, no caso das instituições coordenadoras, nos cargos de Diretor e Coordenador, enquanto, nas instituições implementadoras, aparecem as funções de Diretor e Analista. Essa distinção possibilita compreender as hierarquias institucionais estabelecidas nos projetos, bem como os diferentes níveis de autoridade, tomada de decisão e execução das atividades. A partir dessas informações, foi possível mapear a composição das equipes, identificar padrões de organização institucional e analisar a distribuição de funções estratégicas e operacionais, fornecendo subsídios para a comparação entre as estruturas institucionais brasileiras e surinamesas no âmbito da Cooperação Sul-Sul.

Dessa forma, a análise das estruturas institucionais da Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Suriname evidencia que os projetos de cooperação não se organizam apenas a partir de critérios técnicos ou administrativos, mas são profundamente condicionados por arranjos burocráticos, culturas institucionais e hierarquias históricas que atravessam o Estado e suas práticas. As instituições envolvidas operam como espaços privilegiados de produção e legitimação de saberes, definindo não apenas o que é considerado conhecimento válido, mas também quem pode produzi-lo, representá-lo e transformá-lo em ação pública. Nesse sentido, a cooperação internacional emerge como um campo social no qual se articulam poder político, autoridade técnica e capital simbólico.

A centralidade das instituições coordenadoras, como a ABC e o BIBIS, revela o papel estratégico desses organismos na conformação da arquitetura da cooperação, atuando como mediadores entre agendas nacionais, demandas locais e discursos globais sobre desenvolvimento. Ao concentrar funções de planejamento, validação e representação institucional, essas entidades estruturam as relações entre os diferentes atores envolvidos e condicionam as possibilidades de participação, autonomia e reconhecimento das instituições implementadoras e dos sujeitos que integram as equipes técnicas. Tal configuração reforça a necessidade de compreender a CSS como um espaço atravessado por assimetrias internas, mesmo quando orientado por princípios normativos de horizontalidade.

Além disso, a leitura decolonial e interseccional adotada ao longo deste capítulo permite evidenciar que as hierarquias institucionais não são neutras, mas se articulam a marcadores sociais como gênero, raça e classe. A distribuição diferenciada de cargos, responsabilidades e autoridade revela padrões persistentes de exclusão e inclusão subordinada, que tensionam os pressupostos emancipatórios da Cooperação Sul-Sul. Assim, a colonialidade do saber se manifesta não apenas nos conteúdos técnicos transferidos ou nas metodologias adotadas, mas também na própria organização institucional da cooperação e na seleção dos perfis considerados legítimos para ocupar posições de liderança.

Por fim, ao mapear as instituições envolvidas, suas funções e suas formas de organização, este capítulo contribui para uma compreensão mais crítica da Cooperação Sul-Sul enquanto prática política e epistemológica. Longe de negar seus avanços e potencialidades, a análise aponta para a necessidade de problematizar seus limites estruturais e de ampliar o debate sobre a democratização do poder, do conhecimento e da representação no interior da cooperação internacional. Esses

elementos constituem a base analítica a partir da qual será possível analisar, nas subseções seguintes, a discussão sobre como se constituem os atores por trás da CSS no contexto da cooperação técnica bilateral entre Brasil e Suriname.

### 5.2.1 A estrutura institucional brasileira: desigualdades e continuidades

A análise da composição brasileira evidencia dimensões estruturais da administração pública nacional que se reproduzem nos projetos de cooperação. Participam 64 profissionais brasileiros: 36 homens e 28 mulheres. Embora as mulheres ocupem todos os cargos de coordenação — indicando sua forte presença na gestão operacional — os cargos de direção continuam ocupados majoritariamente por homens, revelando assimetrias de gênero que dialogam com padrões já identificados na literatura feminista e interseccional (Biroli, 2018; Crenshaw, 1989; Collins, 2000).

Tabela 6 – Distribuição de Gênero nos Cargos (Brasil)

| Cargo       | Homens | Mulheres |
|-------------|--------|----------|
| Diretor     | 17     | 7        |
| Coordenador | 0      | 16       |
| Analista    | 10     | 5        |

Fonte: Elaboração própria (2026).

A concentração das mulheres em cargos de coordenação e análise — funções centrais para a execução cotidiana dos projetos — indica um padrão clássico de feminização do trabalho organizacional e gerencial, associado à ideia de cuidado, mediação, continuidade e suporte institucional. Esses cargos, embora estratégicos para o funcionamento da cooperação, tendem a ser menos valorizados simbolicamente e oferecem menor acesso a processos decisórios de alto nível. A ocupação majoritária dos cargos de direção por homens reforça a dissociação entre responsabilidade operacional e poder político-institucional, reproduzindo a lógica da divisão sexual do trabalho descrita por Hirata (2006) e Kergoat (2008). Assim, mesmo quando as mulheres são maioria ou exercem papéis centrais, sua autoridade permanece limitada, configurando uma inclusão subordinada.

No que se refere ao gênero, o Censo de 2022, conforme mencionado no capítulo 1, seção 1.2 Origens da parceria estratégica entre o Brasil e o Suriname, indica que as mulheres constituem a maioria da população brasileira (51,5%), enquanto os homens representam 48,5%. No entanto, essa maioria numérica não se traduz em acesso proporcional aos cargos de maior poder na cooperação. Embora as mulheres estejam fortemente presentes na CSS e ocupem integralmente os cargos de coordenação, os postos de direção — aqueles associados à formulação estratégica, à representação institucional e à tomada de decisões de alto nível — permanecem concentrados majoritariamente

nas mãos de homens. Esse descompasso evidencia que a desigualdade de gênero não se expressa apenas em termos de presença ou ausência, mas sobretudo na distribuição hierárquica do poder, reforçando a lógica da divisão sexual do trabalho.

A dimensão racial, no Brasil, aprofunda ainda mais essas assimetrias. A presença de pessoas brancas (84%) revela uma elite burocrática homogênea, distante da diversidade nacional. Pessoas pardas aparecem em apenas 16% dos pontos focais dos projetos e restritas principalmente à Universidade Federal de Viçosa. Não há registro de pessoas negras, indígenas ou de outros grupos raciais.

Tabela 7 – Distribuição Racial (Brasil) das pessoas que participam dos projetos de CSS

| Raça/Cor                         | Número de Pessoas |
|----------------------------------|-------------------|
| Branco                           | 54                |
| Pardo                            | 10                |
| Negro, indígena ou outros grupos | 0                 |

Fonte: Elaboração própria (2026).

A sobrerrepresentação de pessoas brancas nos cargos da cooperação revela a existência de um filtro racial estruturante, que antecede a própria seleção para os projetos. A quase ausência de pessoas pardas e a inexistência de pessoas negras, indígenas ou de outros grupos racializados demonstram que a cooperação técnica internacional é um espaço profundamente racializado, no qual a branquitude opera como capital simbólico silencioso, associado à competência técnica, à legitimidade institucional e à capacidade de representação internacional. Esse padrão dialoga diretamente com as análises de Carneiro (2005) e Gonzalez (2020), que apontam o Estado brasileiro como produtor e reproduzidor de desigualdades raciais, especialmente nos espaços de prestígio e poder. Essa estrutura racista e generificada se conecta ao que autores como Carneiro (2005), Ribeiro (2019) e Gonzalez (2020) identificam como mecanismos históricos de exclusão racial e concentração de poder em grupos brancos e masculinos. A exigência de formação superior e domínio de idiomas estrangeiros reforça barreiras de classe já amplamente documentadas (Nogueira & Catani, 2015; Souza, 2018).

Segundo o Censo 2022, a população brasileira é majoritariamente composta por pessoas pardas (45,3%) e pretas (10,2%), enquanto as pessoas brancas representam 43,5% do total. Em contraste, na composição das equipes brasileiras da cooperação técnica analisadas, 84% dos

profissionais são brancos e apenas 16% são pardos, não havendo qualquer registro de pessoas negras, indígenas ou de outros grupos raciais. Essa discrepância revela uma sobrerrepresentação extrema da população branca na CSS e uma exclusão sistemática de grupos racializados, especialmente negros e indígenas, que juntos correspondem a mais da metade da população nacional. Essa comparação explicita que a cooperação internacional brasileira opera como um espaço racialmente filtrado, no qual a branquitude funciona como um marcador silencioso de pertencimento, competência e legitimidade institucional. Tal padrão confirma as análises de autores como Carneiro (2005), Ribeiro (2019) e Gonzalez (2020), segundo as quais o Estado brasileiro reproduz o racismo estrutural ao concentrar oportunidades, prestígio e poder em grupos brancos, sobretudo nos setores associados à representação internacional, à produção de conhecimento e à diplomacia.

A articulação interseccional dessas dimensões revela que não se trata apenas de desigualdades paralelas, mas de um sistema integrado de hierarquias. Mulheres negras, por exemplo, encontram-se completamente ausentes desse espaço, o que evidencia uma exclusão interseccional extrema, na qual gênero e raça se combinam para bloquear o acesso à cooperação técnica internacional. Mesmo entre as mulheres presentes, aquelas que ocupam cargos técnicos ou de coordenação enfrentam limites claros de ascensão e reconhecimento, especialmente quando comparadas aos homens em posições diretivas.

A incorporação dos dados do Censo Demográfico de 2022 permite dimensionar de forma ainda mais precisa o caráter estrutural das desigualdades observadas na Cooperação Técnica Sul-Sul e evidenciar o descompasso entre a composição da sociedade brasileira e os perfis que efetivamente acessam os espaços da cooperação internacional. A comparação entre os dados nacionais e a composição das equipes da CSS revela que a cooperação não reflete a diversidade social do país, mas opera como um espaço altamente seletivo e elitizado. A comparação com os dados censitários evidencia, portanto, que a CSS brasileira não apenas espelha, mas intensifica desigualdades estruturais de gênero, raça e classe. Ao projetar internacionalmente uma burocracia majoritariamente masculina, branca e altamente escolarizada, o Estado brasileiro constrói uma imagem externa que silencia a diversidade social interna e invisibiliza os grupos historicamente subalternizados. Nesse sentido, a CSS se configura menos como um espaço de democratização das relações internacionais e mais como um campo de reprodução seletiva de elites estatais, reforçando

a necessidade de políticas institucionais que enfrentem explicitamente essas assimetrias e aproximem a cooperação da realidade social que afirma representar.

A ampliação da análise evidencia que a Cooperação Técnica Sul-Sul, longe de operar como um espaço excepcional ou dissociado das estruturas nacionais, funciona como um prolongamento das hierarquias históricas que organizam o Estado brasileiro e suas burocracias. A composição das equipes revela que a cooperação internacional não apenas reflete desigualdades pré-existentes, mas também contribui para sua legitimação simbólica, ao projetar para o exterior uma imagem institucional construída a partir de perfis sociais específicos, majoritariamente masculinos, brancos e detentores de elevado capital educacional e cultural.

Nesse sentido, a Cooperação Sul-Sul, embora discursivamente apresentada como alternativa às relações assimétricas Norte-Sul, reproduz internamente uma lógica de poder alinhada à colonialidade do saber e do ser. O conhecimento legitimado é aquele produzido por sujeitos situados em posições sociais privilegiadas, enquanto outras experiências, trajetórias e saberes permanecem invisibilizados. A cooperação, portanto, não apenas transfere conhecimentos técnicos, mas também reafirma quem é autorizado a produzir, representar e difundir esses conhecimentos no cenário internacional.

A análise da composição das equipes brasileiras nos projetos de Cooperação Técnica Sul-Sul evidencia que esse campo não constitui um espaço neutro ou contra-hegemônico em relação às estruturas sociais nacionais, mas antes um prolongamento seletivo das hierarquias que organizam a administração pública brasileira. As desigualdades de gênero, raça e classe observadas não são residuais nem circunstanciais, mas estruturais, manifestando-se de forma sistemática na distribuição dos cargos, no acesso aos postos de maior poder decisório e na definição de quais perfis são legitimados como representantes do Estado brasileiro no cenário internacional.

A articulação interseccional dessas desigualdades revela que a exclusão opera de maneira cumulativa. A ausência total de pessoas negras e indígenas, combinada à sub-representação feminina nos cargos de direção, demonstra que a Cooperação Sul-Sul brasileira se estrutura a partir de filtros sociais que privilegiam a branquitude, a masculinidade e o elevado capital educacional como critérios implícitos de pertencimento e autoridade. Nesse sentido, a cooperação internacional não apenas reflete as assimetrias internas do Estado, mas também contribui para sua reprodução simbólica, ao projetar internacionalmente uma imagem homogênea e elitizada da burocracia nacional.

Esses achados tensionam o discurso normativo da CSS como espaço de horizontalidade, solidariedade e benefícios mútuos. Embora se proponha como alternativa às hierarquias do sistema internacional tradicional, da cooperação Norte-Sul, a prática da cooperação brasileira evidencia limites importantes, ao manter padrões de exclusão que contradizem seus próprios princípios fundantes. A CSS, assim, revela-se simultaneamente como campo de potencial transformação e como arena de reprodução da colonialidade do saber, do poder e do ser.

Dessa forma, os dados analisados reforçam a necessidade de uma revisão crítica das políticas institucionais que orientam a seleção, a formação e a composição das equipes de cooperação. Enfrentar as desigualdades de gênero, raça e classe não deve ser compreendido como um aspecto periférico, mas como condição central para que a Cooperação Sul-Sul possa efetivamente cumprir sua promessa de construir relações internacionais mais democráticas, plurais e representativas das sociedades que afirma servir.

### 5.2.2 A estrutura institucional surinamesa

A participação surinamesa nos projetos de Cooperação Sul-Sul analisados é composta por 64 pessoas, distribuídas em quatro funções por projeto nos 16 projetos avaliados. Observa-se uma expressiva presença feminina: 44 mulheres (69%) e 22 homens (31%). Essa configuração evidencia não apenas a predominância das mulheres nas equipes, mas também sua inclusão em cargos de coordenação e direção, indicando uma participação ativa em funções estratégicas e decisórias dentro dos projetos.

Tabela 8 – Distribuição de Gênero nos Cargos (Suriname)

| Cargo       | Homens | Mulheres |
|-------------|--------|----------|
| Diretor     | 16     | 16       |
| Coordenador | 3      | 13       |
| Analista    | 13     | 13       |

Fonte: Elaboração própria (2026).

A comparação com os dados do Censo Surinamês de 2012 evidencia que a população do país é praticamente equilibrada em termos de gênero, com 49,7% de mulheres e 49,1% de homens. A participação feminina nas equipes de CSS supera essa proporção, demonstrando que, nos projetos de cooperação, as mulheres ocupam funções estratégicas com autonomia e visibilidade<sup>14</sup>. No entanto, os dados censitários mostram que, no contexto mais amplo do Suriname, a participação feminina em cargos de poder e decisão ainda é minoritária. De acordo com o Censo de 2012, 57% dos cargos ligados à política de Estado e à política econômica são ocupados por homens, enquanto apenas 43% são exercidos por mulheres. Embora essa participação feminina seja relativamente significativa, ela ainda indica desigualdade nos espaços de decisão formal, refletindo barreiras estruturais históricas que limitam a ascensão de mulheres em posições de liderança.

A presença feminina majoritária nas equipes técnicas e estratégicas não apenas fortalece a gestão dos projetos, mas também contribui para a construção de práticas mais horizontais, inclusivas e representativas, desafiando padrões tradicionais de distribuição de poder no país.

<sup>14</sup> A limitação e a fragmentação das informações disponíveis sobre o contexto institucional e social do Suriname impõem restrições ao aprofundamento dessa análise no escopo deste mestrado. O exame mais detalhado das dinâmicas de gênero, raça e poder no interior das instituições surinamesas demandaria a ampliação do corpus empírico e o acesso a fontes primárias adicionais, o que aponta para um campo promissor de investigação a ser desenvolvido em estudos futuros, particularmente em nível de doutorado.

A diversidade racial também se destaca: pessoas pretas representam 80% do total, pardas 12%, enquanto pessoas brancas constituem apenas 8%, restritas a funções técnicas específicas de menor visibilidade institucional. Além do gênero, a composição étnica das equipes surinamesas é relevante para compreender a dinâmica de participação e representação na Cooperação Sul-Sul. O Suriname apresenta grande diversidade étnica, com populações majoritariamente de descendência africana (afro-surinameses), indígena, indo-surinamesa (descendentes de trabalhadores contratados da Índia), javanesa e mestiça. Embora os dados detalhados por projeto não tenham sido sistematicamente coletados, observou-se que as equipes refletem, em parte, essa diversidade, especialmente nas funções operacionais e técnicas.

Tabela 9 – Distribuição Racial (Suriname) das pessoas que participam dos projetos de CSS

| Raça/Cor                  | Número de Pessoas |
|---------------------------|-------------------|
| Branco                    | 5                 |
| Hindustanos               | 17                |
| Negros                    | 49                |
| Indígenas ou outro grupos | 0                 |

Fonte: Elaboração própria (2026).

A diversidade étnica/racial tem implicações diretas para a cooperação. A participação de diferentes grupos assegura que conhecimentos locais e práticas tradicionais sejam incorporados aos projetos, fortalecendo soluções adaptadas às realidades específicas das comunidades. Em contrapartida, a persistência de desigualdades históricas — ligadas a status social, acesso à educação formal e redes de influência política — pode condicionar a participação plena de determinados grupos, reproduzindo hierarquias sutis mesmo em um contexto institucional relativamente equitativo.

Essa configuração mostra que, no Suriname, a CSS não apenas reforça a inclusão de gênero, mas também se beneficia da pluralidade étnica para enriquecer os processos de aprendizagem e transferência de conhecimento. A visibilidade de mulheres e a presença de diferentes grupos étnicos nas equipes de coordenação e implementação contribuem para uma cooperação mais horizontal e representativa, promovendo legitimidade e efetividade institucional.

No entanto, é importante ressaltar que a equidade formal não garante automaticamente a equidade prática. Barreiras estruturais, como acesso desigual a recursos, capacitação técnica, participação

em redes de decisão e sobrecarga de trabalho doméstico, podem afetar especialmente mulheres de grupos historicamente marginalizados. Assim, a análise da composição surinamesa evidencia que a Cooperação Sul-Sul pode ser um espaço transformador quando estratégias institucionais reconhecem e valorizam a diversidade social, étnica e de gênero, traduzindo o ideal de horizontalidade em oportunidades efetivas para todos os atores.

A composição das equipes surinamesas nos projetos de Cooperação Sul-Sul revela um arranjo institucional significativamente mais diverso em termos de gênero e raça quando comparado a outros contextos analisados. A expressiva presença feminina, inclusive em cargos de direção e coordenação, assim como a ampla participação de pessoas negras e hindustani, indica que esses grupos ocupam, no caso do Suriname, posições de privilégio e ao mesmo tempo conforma um espaço relativamente mais aberto à incorporação de sujeitos historicamente marginalizados, desde a perspectiva brasileira, nos processos decisórios e de implementação das políticas de desenvolvimento.

Entretanto, essa configuração não deve ser interpretada de forma idealizada. A presença quantitativa e a visibilidade institucional não eliminam, por si sós, as assimetrias estruturais que atravessam o Estado e a sociedade surinamesa. Como sugerem os dados censitários, as desigualdades de gênero persistem nos espaços formais de poder político e econômico, o que indica que a cooperação internacional pode operar como um campo parcialmente dissociado — ou tensionador — dessas hierarquias, sem necessariamente superá-las de maneira estrutural.

Nesse sentido, a experiência surinamesa evidencia tanto o potencial quanto os limites da Cooperação Sul-Sul como instrumento de transformação social. Ao incorporar maior diversidade de gênero e raça. A análise da composição surinamesa reforça a compreensão da Cooperação Sul-Sul como um campo de disputas e possibilidades, no qual a horizontalidade não é um dado, mas um processo em construção. O reconhecimento e a valorização da diversidade social, racial e de gênero mostram-se elementos centrais para que a cooperação avance de uma inclusão formal para uma efetiva justiça epistêmica e política, capaz de tensionar — ainda que de modo parcial e contraditório — as heranças coloniais que estruturam as relações internacionais.

### 5.3 Comparação interseccional Brasil–Suriname

Os projetos coordenados por instituições do Suriname apresentam maior diversidade étnico-racial e uma presença mais expressiva de mulheres em cargos de liderança, indicando arranjos institucionais relativamente mais abertos à pluralidade social. Essa configuração sugere que, no contexto surinamês, as dinâmicas organizacionais dos projetos tendem a incorporar, ainda que de forma desigual, diferentes pertencimentos sociais na ocupação de posições estratégicas. Em contraste, os projetos sob coordenação de instituições brasileiras revelam uma estrutura decisória mais centralizada e homogênea, marcada pelo predomínio de homens brancos nos postos de maior poder institucional. Tal configuração não reflete a diversidade étnico-racial e de gênero da população brasileira e evidencia a persistência de padrões históricos de exclusão no acesso aos espaços de decisão.

Os dados analisados também evidenciam diferenças significativas na composição das equipes técnicas e administrativas, bem como na forma como os projetos são concebidos e implementados nos dois países. Enquanto, no caso surinamês, observa-se maior dispersão de responsabilidades e maior diversidade nos perfis dos atores envolvidos, no contexto brasileiro os processos decisórios tendem a concentrar-se em núcleos restritos, reforçando hierarquias institucionais e simbólicas. Essas distinções não apenas impactam a dinâmica interna dos projetos, mas também influenciam os modos de produção, circulação e legitimação do conhecimento, revelando como desigualdades de gênero e raça se articulam às estruturas institucionais da Cooperação Sul-Sul.

Por sua vez, a equidade de gênero e raça é mais presente nas instituições surinamesas, com maior participação de pessoas negras e mulheres em cargos estratégicos. Os projetos brasileiros demonstram assimetrias marcantes de poder, gênero e raça, com baixa diversidade nos níveis decisórios, indicando a reprodução de estruturas excludentes e pouco representativas. A liderança institucional no Suriname mostra-se mais conectada à composição social do país, enquanto no Brasil, a presença de uma maioria branca e masculina nas funções de comando revela uma distância entre o perfil das equipes e a realidade demográfica nacional. Em contraste com os padrões historicamente observados em projetos de cooperação internacional — nos quais os homens tendem a ocupar predominantemente os cargos de liderança — os dados sugerem, que pela do Suriname, há uma quebra parcial desse paradigma nos projetos analisados, ao menos em termos de participação numérica feminina.

Tabela 10 – Distribuição de Gênero e Diversidade Racial nos Projetos de Cooperação Brasil e Suriname

| Indicador                      | Projetos Brasil  | Projetos Suriname |
|--------------------------------|------------------|-------------------|
| Predominância de gênero        | Masculina (56 %) | Feminina (69%)    |
| Predominância racial           | Branca (84%)     | Negra (75 %)      |
| Mulheres na direção            | Baixa            | Alta              |
| Pessoas negras em cargos-chave | Quase nula       | Muito alta        |
| Diversidade racial total       | Baixa            | Alta              |

Fonte: Elaboração própria (2026).

A composição das equipes coordenadoras e implementadoras dos projetos revela desigualdades estruturais atravessadas por marcadores sociais como gênero, raça e classe. Embora o documento do projeto não explicita esses marcadores, foi possível inferi-los a partir da identificação nominal e visual dos(as) representantes institucionais, permitindo uma leitura crítica da distribuição de poder entre os sujeitos envolvidos.

A comparação entre a composição de gênero das equipes brasileiras e surinamesas nos projetos de Cooperação Sul-Sul evidencia diferenças estruturais relevantes na forma como o poder é distribuído e exercido no interior das iniciativas de cooperação. Embora ambos os contextos apresentem participação feminina expressiva, os arranjos institucionais revelam padrões distintos de hierarquização. No caso brasileiro, a presença significativa de mulheres nos cargos de coordenação e análise contrasta com sua sub-representação nos postos de direção, indicando que a ampliação da participação feminina não se traduz automaticamente em acesso proporcional aos espaços de maior poder político-institucional. Essa configuração reforça a separação entre funções operacionais e decisórias, reproduzindo hierarquias de gênero consolidadas na administração pública nacional.

Tal padrão dialoga diretamente com a literatura feminista e interseccional, que aponta como as organizações tendem a absorver mulheres em posições associadas à gestão cotidiana, à mediação e à continuidade institucional, enquanto mantêm os homens nos espaços de formulação estratégica e autoridade simbólica (Hirata, 2006; Kergoat, 2008; Biroli, 2018). No contexto da cooperação internacional, essa lógica se manifesta de forma particularmente sensível, uma vez que os cargos de direção concentram o controle sobre recursos, agendas e representações externas. Assim, mesmo quando as mulheres desempenham papel central na execução dos projetos, sua capacidade de

influenciar decisões estruturais permanece limitada, configurando um padrão de inclusão subordinada.

Em contraste, os projetos de Cooperação Sul-Sul coordenados no Suriname apresentam uma distribuição mais equilibrada entre homens e mulheres nos cargos de direção, bem como uma presença feminina expressiva nos postos de coordenação. Essa configuração sugere que, ao menos no âmbito específico dos projetos analisados, as estruturas institucionais surinamesas demonstram maior abertura à ocupação de posições estratégicas por mulheres. Ainda que os dados censitários indiquem a persistência de desigualdades de gênero nos espaços formais de poder do Estado surinamês, a cooperação internacional parece operar como um campo relativamente mais permeável à redistribuição de posições de liderança.

Essa diferença entre os dois países indica que a Cooperação Sul-Sul não apenas reflete desigualdades preexistentes, mas também pode reconfigurá-las de maneiras distintas, a depender dos contextos institucionais e políticos nacionais. No caso brasileiro, os projetos tendem a reproduzir padrões consolidados da burocracia estatal, marcados pela centralização masculina do poder decisório. Já no Suriname, observa-se uma maior correspondência entre presença feminina e exercício efetivo de autoridade, o que pode contribuir para práticas mais horizontais e representativas no interior das iniciativas de cooperação.

Por fim, a análise comparativa demonstra que as desigualdades de gênero na Cooperação Sul-Sul não podem ser compreendidas apenas a partir de indicadores quantitativos de participação. É fundamental considerar a distribuição hierárquica dos cargos e o acesso diferencial aos espaços de decisão. Nesse sentido, a incorporação de uma perspectiva interseccional permite evidenciar como gênero se articula a outras dimensões estruturais de poder — como raça, classe e colonialidade — moldando os arranjos institucionais da cooperação. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para avaliar em que medida a Cooperação Sul-Sul contribui para a transformação das relações de poder ou, ao contrário, para a sua reprodução sob novas formas institucionais.

A dimensão racial aprofunda de forma decisiva as assimetrias observadas entre Brasil e Suriname no âmbito da Cooperação Sul-Sul. No caso brasileiro, a composição racial das equipes evidencia a conformação de uma elite burocrática profundamente homogênea, marcada pela sobrerrepresentação de pessoas brancas e pela exclusão quase absoluta de grupos racializados. A predominância de pessoas brancas (84%), associada à presença residual de pessoas pardas (16%)

e à inexistência de pessoas negras, indígenas ou de outros grupos raciais, revela a atuação de um filtro racial estruturante que antecede a própria seleção para os projetos. Trata-se de um padrão que distancia a cooperação internacional da diversidade racial da sociedade brasileira e a aproxima dos espaços historicamente reservados ao exercício do poder estatal e da representação internacional. Essa configuração confirma que a cooperação técnica internacional brasileira opera como um espaço racializado, no qual a branquitude funciona como capital simbólico silencioso, associado à competência técnica, à credibilidade institucional e à capacidade de interlocução internacional. Como indicam Carneiro (2005), Gonzalez (2020) e Ribeiro (2019), o Estado brasileiro reproduz o racismo estrutural ao concentrar prestígio, oportunidades e autoridade em sujeitos brancos, sobretudo nos campos ligados à produção de conhecimento, à burocracia qualificada e à política externa. A exigência de formação universitária e domínio de idiomas estrangeiros reforça esse padrão, ao articular raça e classe como critérios implícitos de exclusão, limitando o acesso de populações historicamente marginalizadas aos espaços da cooperação (Nogueira; Catani, 2015; Souza, 2018).

A comparação com os dados do Censo de 2022 torna essa assimetria ainda mais evidente. Enquanto pessoas pardas e pretas constituem mais da metade da população brasileira, sua presença nas equipes da Cooperação Sul-Sul é mínima ou inexistente. Essa discrepância revela que a cooperação internacional bilateral Brasil - Suriname não apenas reflete, mas intensifica os mecanismos de exclusão racial, operando como um campo seletivo no qual a universalidade proclamada do saber técnico encobre práticas concretas de hierarquização racial.

Em contraste, a composição racial das equipes surinamesas apresenta um padrão significativamente distinto. A predominância de pessoas negras (80%), acompanhada da presença de pessoas pardas e de uma participação residual de pessoas brancas, indica uma maior correspondência entre a diversidade étnico-racial da sociedade e a ocupação dos espaços institucionais da cooperação. Ainda que os dados não tenham sido sistematizados de forma exaustiva por projeto, observa-se que as equipes refletem, em parte, a pluralidade étnica do país, marcada pela presença afro-surinamesa, indo-surinamesa, javanesa, indígena e mestiça.

Essa diversidade tem implicações diretas para as práticas de cooperação. A presença de diferentes grupos raciais e étnicos favorece a incorporação de saberes locais, experiências históricas e práticas sociais diversas, ampliando as possibilidades de adaptação dos projetos às realidades específicas das comunidades envolvidas. No entanto, a maior diversidade racial não

elimina, por si só, as desigualdades estruturais. Barreiras relacionadas ao acesso à educação formal, à capacitação técnica, às redes de influência política e à distribuição desigual de recursos podem continuar afetando de forma diferenciada determinados grupos, especialmente mulheres negras e sujeitos historicamente marginalizados. Assim, a equidade observada na composição das equipes não deve ser interpretada como ausência de assimetrias, mas como um campo de disputa no qual a Cooperação Sul-Sul pode tanto reproduzir quanto tensionar hierarquias sociais preexistentes.

A análise comparativa evidencia, portanto, que raça constitui uma dimensão central para compreender os limites e as potencialidades da Cooperação Sul-Sul. Enquanto, no Brasil, a cooperação tende a reproduzir padrões de exclusão racial próprios da burocracia estatal e da colonialidade do saber, no Suriname ela se beneficia de maior diversidade étnico-racial, criando condições mais favoráveis à coprodução de conhecimentos e à construção de práticas institucionais mais representativas. Esses contrastes reforçam a necessidade de uma abordagem interseccional que considere raça, gênero, classe e colonialidade como elementos indissociáveis na análise das relações de poder que estruturam a cooperação internacional entre países do Sul Global.

Além disso, os requisitos mínimos estabelecidos para a ocupação dos cargos nos projetos de Cooperação Sul-Sul — tais como a exigência de formação universitária e o domínio de idiomas estrangeiros — evidenciam que o processo de seleção profissional está fortemente condicionado por critérios de classe. O acesso ao ensino superior e às competências linguísticas demandadas por esse tipo de atuação institucional não se distribui de forma equitativa, mas está profundamente associado à disponibilidade de recursos econômicos, ao capital cultural acumulado e às trajetórias educacionais diferenciadas. Em contextos marcados por desigualdades estruturais, como os de Brasil e Suriname, essas exigências funcionam como mecanismos seletivos que favorecem grupos socialmente privilegiados e limitam o ingresso de sujeitos historicamente subalternizados.

Desse modo, ainda que os projetos de cooperação se apresentem como espaços de intercâmbio técnico e aprendizado mútuo, os critérios formais de qualificação contribuem para a reprodução de hierarquias sociais preexistentes. A centralidade conferida à diplomas acadêmicos e ao domínio de línguas internacionais — frequentemente associadas a circuitos educacionais elitizados — reforça a exclusão de classes populares, cujas oportunidades de acesso a esses recursos são estruturalmente restritas. Assim, a seleção de quadros técnicos e institucionais opera não apenas como um filtro profissional, mas também como um dispositivo de reprodução de

desigualdades de classe que atravessam e condicionam a própria configuração da Cooperação Sul-Sul, tensionando seus princípios declarados de horizontalidade.

Portanto, a análise da composição institucional dos projetos à luz da interseccionalidade evidencia a reprodução de desigualdades de gênero, raça e classe no interior das práticas de cooperação internacional. Embora exista alguma diversidade na representação, esta não se traduz, necessariamente, em redistribuição equitativa de poder ou no rompimento com estruturas históricas de exclusão. A presença simbólica de mulheres ou pessoas radicalizadas não é suficiente para desarticular as hierarquias institucionais, especialmente quando seus papéis permanecem confinados a funções técnicas e de apoio, e não à tomada de decisão política e estratégica. A análise interseccional permite compreender essas diferenças como parte de processos históricos e sociológicos distintos, em que Estados organizam suas burocracias a partir de padrões de racialização, gênero e classe específicos (Quijano, 2000; Collins, 2000; Kergoat, 2022).

A análise comparativa das equipes brasileiras e surinamesas nos projetos de Cooperação Sul-Sul evidencia que a cooperação internacional constitui um espaço privilegiado para observar a reprodução — e, em certos contextos, a reconfiguração — de hierarquias sociais historicamente consolidadas. Os dados demonstram que gênero, raça e classe não operam como dimensões isoladas, mas se articulam de forma interdependente na conformação dos arranjos institucionais, influenciando quem ocupa posições estratégicas, quais saberes são legitimados e quais sujeitos permanecem marginalizados nos processos decisórios.

No caso brasileiro, a Cooperação Sul-Sul tende a reproduzir de maneira acentuada os padrões excludentes da burocracia estatal nacional, projetando internacionalmente uma elite técnica majoritariamente masculina, branca e detentora de elevado capital educacional. Essa configuração reforça a colonialidade do saber ao associar autoridade técnica, competência e capacidade de representação a perfis sociais específicos, ao mesmo tempo em que silencia a diversidade racial e social que caracteriza a sociedade brasileira. A cooperação, nesse sentido, opera menos como um espaço de democratização das relações internacionais e mais como um campo de legitimação seletiva de elites estatais.

Em contraste, o caso surinamês revela que a Cooperação Sul-Sul pode funcionar como um espaço relativamente mais permeável à pluralidade social, especialmente no que se refere à participação de mulheres e pessoas negras em cargos estratégicos. Ainda que essa maior diversidade não elimine as desigualdades estruturais presentes no Estado e na sociedade, ela aponta

para a possibilidade de arranjos institucionais mais representativos, capazes de favorecer a incorporação de saberes situados e de tensionar, ainda que parcialmente, as hierarquias tradicionais de poder.

Por fim, os achados desta seção reforçam a importância de adotar uma perspectiva interseccional e decolonial na análise da Cooperação Sul-Sul. Tal abordagem permite compreender que os princípios da CSS - respeito à soberania nacional, igualdade entre os parceiros, benefícios mútuos, sem condicionalidades, horizontalidade - proclamada no Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), em 1978, não se realiza automaticamente, mas depende de escolhas institucionais concretas, critérios de seleção, modelos de gestão e formas de reconhecimento do conhecimento. Ao evidenciar os limites e as contradições da cooperação entre países do Sul Global, a análise aponta para a necessidade de políticas institucionais mais conscientes das desigualdades de gênero, raça e classe, como condição fundamental para que a Cooperação Sul-Sul possa se aproximar de seu potencial transformador e emancipatório.

## 5.4 Considerações finais do capítulo

As análises desenvolvidas ao longo deste capítulo demonstram que a CSS, longe de constituir um campo neutro ou automaticamente contra-hegemônico, opera como um espaço atravessado por disputas, contradições e hierarquias sociais profundamente enraizadas. A comparação entre os projetos coordenados por instituições brasileiras e surinamesas evidencia que os princípios normativos da CSS — como horizontalidade, igualdade entre os parceiros e benefícios mútuos, consagrados no Plano de Ação de Buenos Aires (1978) — não se materializam de forma homogênea, sendo condicionados por contextos institucionais, arranjos burocráticos e estruturas históricas de poder específicas a cada país.

No caso brasileiro, os dados revelam que a cooperação técnica internacional tende a reproduzir padrões consolidados da administração pública nacional, marcados pela centralização do poder decisório, pela sobre-representação de homens brancos e pela exclusão sistemática de sujeitos racializados e de classes populares. Essa configuração reforça a colonialidade do saber ao associar legitimidade técnica, autoridade institucional e capacidade de representação internacional a perfis sociais específicos, contribuindo para a projeção externa de uma imagem elitizada e homogeneizada do Estado brasileiro. Assim, a CSS, embora discursivamente apresentada como alternativa às assimetrias da cooperação Norte-Sul, acaba por reiterar internamente mecanismos de exclusão que contradizem seus pressupostos emancipatórios.

Em contraste, a experiência surinamesa indica que a Cooperação Sul-Sul pode operar como um espaço relativamente mais permeável à diversidade de gênero e raça, com maior presença de mulheres e pessoas negras em cargos estratégicos. Ainda que essa maior representatividade não elimine as desigualdades estruturais presentes na sociedade e no Estado surinamês, ela aponta para possibilidades concretas de reconfiguração dos arranjos institucionais da cooperação, favorecendo a incorporação de saberes situados, experiências locais e práticas mais horizontais de gestão e implementação dos projetos. Nesse sentido, a cooperação internacional emerge como um campo de disputas no qual hierarquias podem ser tanto reproduzidas quanto tensionadas.

A adoção de uma perspectiva interseccional e decolonial mostrou-se fundamental para compreender que as desigualdades observadas não operam de forma isolada, mas resultam da articulação entre gênero, raça, classe e colonialidade. A análise evidenciou que a exclusão não se manifesta apenas pela ausência de determinados grupos, mas também pela forma como cargos, responsabilidades e autoridade são distribuídos, produzindo padrões de inclusão subordinada e

limitando o acesso efetivo aos espaços de decisão política e estratégica. Dessa maneira, a colonialidade do saber não se expressa apenas nos conteúdos técnicos transferidos, mas na própria organização institucional da cooperação e nos critérios que definem quem pode produzir, representar e legitimar o conhecimento.

Por fim, este estudo reforça que a superação da colonialidade do saber na Cooperação Sul-Sul não se dá apenas pela ampliação da participação ou pela circulação de experiências bem-sucedidas, mas exige uma revisão crítica dos modelos epistêmicos, institucionais e burocráticos que orientam as práticas de cooperação internacional. Repensar os critérios de seleção, os modelos de gestão e as formas de reconhecimento do conhecimento é condição central para que a CSS possa avançar de uma inclusão formal para uma efetiva justiça epistêmica e política. Nesse sentido, a Cooperação Sul-Sul possui potencial transformador, mas sua realização depende de escolhas institucionais conscientes e de um compromisso explícito com a democratização do poder, do saber e da representação no interior das relações internacionais entre países do Sul Global.

## 6 COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL–SURINAME: UMA ANÁLISE DECOLONIAL E INTERSECCIONAL DAS ENTREVISTAS.

A cooperação técnica internacional constitui um campo historicamente atravessado por assimetrias estruturais, relações de poder e hierarquias sociais que refletem, em grande medida, a persistência da matriz colonial nas práticas e discursos da política externa brasileira. Ainda que a Cooperação Sul-Sul se apresente como uma alternativa baseada nos princípios de horizontalidade, solidariedade e parceria entre países do Sul Global, sua implementação concreta revela tensões, contradições e desigualdades que merecem análise crítica. Nesse sentido, este capítulo examina a Cooperação Técnica Bilateral entre o Brasil e o Suriname no período de 2015 a 2019, buscando compreender de que maneira essas assimetrias se manifestam nas práticas institucionais, nas dinâmicas organizacionais e nas experiências dos sujeitos envolvidos.

A análise fundamenta-se em nove entrevistas semiestruturadas realizadas com atores e atrizes sociais que, a partir de diferentes posições institucionais, participaram da formulação, negociação, implementação, acompanhamento e avaliação do programa de cooperação técnica bilateral. As entrevistas compõem parte central do *corpus* empírico da pesquisa e permitem acessar dimensões da cooperação que extrapolam os registros formais e os documentos oficiais, tornando visíveis percepções, trajetórias, conflitos e estratégias cotidianas mobilizadas pelos sujeitos envolvidos. O conjunto de entrevistados(as) inclui dois diplomatas brasileiros, dois analistas de projetos brasileiros, um assistente técnico brasileiro, um analista técnico de ministério brasileiro, duas diplomatas surinamesas e uma chefe de departamento surinamesa, possibilitando a incorporação de múltiplas perspectivas sobre o funcionamento do programa e suas dinâmicas internas.

Ao privilegiar a escuta desses diferentes atores, o capítulo propõe uma análise que articula níveis institucionais e experiências individuais, permitindo examinar como relações de poder, hierarquias de gênero, raça e classe, bem como noções de universalidade, autoridade técnica e trabalho de cuidado, atravessam e estruturam a cooperação técnica entre Brasil e Suriname. Essa abordagem busca evidenciar tanto os mecanismos de reprodução de desigualdades quanto os espaços de negociação, agência e resistência presentes no cotidiano da Cooperação Sul-Sul, contribuindo para uma leitura crítica, interseccional e decolonial das práticas de cooperação internacional.

A abordagem analítica adotada nesta pesquisa articula a perspectiva decolonial (Quijano, 2000; Lugones, 2010) com os aportes dos estudos de gênero nas ciências sociais (Hirata, 2006;

Kergoat, 2008), bem como com a perspectiva interseccional (Collins, 2020; Vivero, 2023). Essa combinação teórica permite problematizar a cooperação técnica internacional para além de sua dimensão formal e normativa, compreendendo-a como um campo atravessado por relações históricas de poder, hierarquias sociais e desigualdades estruturais herdadas da colonialidade.

A perspectiva decolonial oferece instrumentos analíticos fundamentais para questionar a persistência da colonialidade do poder, do saber e do ser nas relações internacionais, evidenciando como práticas contemporâneas de cooperação podem reproduzir, ainda que de forma sutil, lógicas hierárquicas e assimétricas entre países do Sul Global. Ao mesmo tempo, os estudos de gênero contribuem para revelar como essas hierarquias se expressam na organização do trabalho, na distribuição de funções e responsabilidades e na valoração diferenciada das atividades desempenhadas por homens e mulheres no interior dos programas de cooperação.

A incorporação da abordagem interseccional aprofunda essa análise ao permitir compreender como gênero, raça e classe se articulam de maneira indissociável na produção e reprodução das desigualdades observadas, tanto no plano institucional quanto nas experiências concretas dos sujeitos envolvidos. Essa perspectiva evidencia que as assimetrias presentes na cooperação técnica não podem ser explicadas por um único marcador social, mas resultam da sobreposição de múltiplos eixos de opressão que moldam trajetórias profissionais, acesso a espaços decisórios e reconhecimento dos saberes mobilizados.

Este capítulo encontra-se organizado em três seções principais: a primeira apresenta a construção do perfil dos entrevistados; a segunda discute os eixos temáticos e as respectivas categorias de análise; e a terceira expõe as considerações finais, sintetizando os principais aspectos abordados.

## **6.1 Sobre a construção do universo dos entrevistados: decisões, escolhas e perfis**

Optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, baseadas em um roteiro previamente elaborado (APÊNDICE B). Segundo Ander-Egg (2011), o roteiro funciona como um instrumento organizador do processo de entrevista, auxiliando tanto o pesquisador quanto o entrevistado, sem, contudo, restringir a espontaneidade. Sua função principal é garantir que os conceitos essenciais à pesquisa sejam abordados de maneira uniforme, conforme recomendado por Manzini (2003). A entrevista semiestruturada segue um guia que é fisicamente utilizado pelo pesquisador durante a conversa. Este modelo, com seu roteiro claro e sequencial, assegura que a abordagem dos entrevistados seja conduzida de forma mais estruturada, especialmente por pesquisadores menos experientes, permitindo que suas hipóteses ou pressupostos sejam explorados dentro de um contexto conversacional direcionado (Miyano, 2018). No entanto, existe o risco de que essa abordagem, se não for bem equilibrada, limite a inovação, resultando em respostas simples para questões pré-estabelecidas e não abrindo espaço para ouvir livremente as contribuições espontâneas dos interlocutores (Miyano, 2018). O objetivo central dessa etapa da pesquisa foi coletar dados e informações a partir das percepções dos entrevistados – fontes primárias –, buscando compreender como eles percebem seus ambientes laboral, social, cultural e político, além de capturar elementos que possibilitem uma análise do fenômeno estudado sob as perspectivas dos próprios atores envolvidos.

Segundo Miyano (2018), cada entrevista revela, de maneira única, tanto as luzes quanto as sombras da realidade, tanto no processo de sua realização quanto nos dados que dela emergem. Assim, ao provocar o discurso sobre determinado tema, a entrevista, ao ser analisada, deve considerar o contexto em que foi produzida e, sempre que possível, ser complementada por informações obtidas por meio da observação do cenário em estudo. Dessa forma, além da expressão verbal – seu principal material –, o pesquisador terá à sua disposição elementos sobre relações, atitudes, práticas, cumplicidades, omissões e outros aspectos da vida social que moldam o cotidiano (Miyano, 2018). O que confere ao trabalho interacional — isto é, à relação estabelecida entre pesquisador e participantes — um caráter privilegiado na troca de informações é a capacidade que a fala possui de revelar condições de vida, sistemas de crenças e modos de perceber o mundo. Ao mesmo tempo, a fala carrega a potência de expressar, por meio de um porta-voz, o pensamento coletivo de um grupo inserido nas mesmas condições históricas, socioeconômicas e culturais que o interlocutor (Minayo, 2015).

Em relação aos eixos temáticos abordados nas entrevistas, estes foram previamente definidos com o objetivo de orientar a elaboração das perguntas e assegurar coerência na coleta de informações. Dessa forma, as perguntas foram organizadas nos seguintes cinco eixos temáticos: 1) Cooperação Sul-Sul, buscando compreender características, concepções, práticas e agentes envolvidos no programa de cooperação bilateral; 2) interseccionalidade de classe, destinada a compreender como diferenças socioeconômicas impactam os processos dos agentes envolvidos na implementação dos projetos; 3) interseccionalidade de gênero, voltada para identificar como questões de gênero influenciam ou são consideradas nos executores da cooperação bem como nos projetos; 4) interseccionalidade de raça, com foco em percepções e implicações raciais no contexto da cooperação; e 5) perspectivas sobre a Cooperação Sul-Sul, que permitiu explorar expectativas, avaliações críticas e visões de futuro compartilhadas pelos atores.

Quadro 10 – Eixos temáticos das entrevistas

| Eixo Temático                           | Objetivo                                                                                                                 |
|-----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Cooperação Sul-Sul                      | Compreender as características, concepções, práticas e os agentes envolvidos nos programas de cooperação bilateral.      |
| Interseccionalidade de classe           | Analisar como as diferenças socioeconômicas influenciam os agentes envolvidos nos projetos.                              |
| Interseccionalidade de gênero           | Identificar de que forma as questões de gênero são consideradas ou impactam os projetos.                                 |
| Interseccionalidade de raça             | Examinar percepções e implicações raciais no contexto das iniciativas de cooperação.                                     |
| Perspectivas sobre a Cooperação Sul-Sul | Investigar fatores sociais, culturais, institucionais e políticos que afetam a execução e os resultados das iniciativas. |

Fonte: Elaboração própria (2026).

Considerou-se que, em razão das posições que ocupam e das responsabilidades inerentes às suas funções, esses interlocutores poderiam oferecer contribuições particularmente relevantes para a compreensão dos marcos institucionais, das diretrizes políticas e das dinâmicas decisórias envolvidas no processo. Assim, optou-se por um conjunto mais enxuto de questões, que permitisse

aprofundar temas estruturantes, ao mesmo tempo em que respeitava as especificidades do cargo, a disponibilidade de tempo e o caráter sensível de algumas informações tratadas.

Dessa forma, a adoção de entrevistas semiestruturadas mostrou-se adequada aos objetivos da pesquisa, pois possibilitou articular um roteiro orientador com a flexibilidade necessária para captar percepções, experiências e interpretações dos próprios atores envolvidos na Cooperação Sul-Sul. Ao considerar o contexto de produção das falas e a posição institucional dos entrevistados, o método permitiu acessar não apenas informações factuais, mas também sentidos, valores e tensões que atravessam as práticas de cooperação. Assim, as entrevistas constituíram uma fonte central para a análise qualitativa, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas institucionais, sociais e políticas que estruturam o fenômeno investigado.

### 6.1.1 Dimensões temáticas

Para abordar o tema da pesquisa, se ancora em um arcabouço teórico plural e articulado. A teoria da divisão sexual do trabalho (Hirata, 2006; Kergoat, 2008) oferece instrumentos analíticos para examinar como as tarefas são distribuídas entre homens e mulheres no âmbito da cooperação, evidenciando a persistência de uma lógica generificada que associa atividades técnicas, estratégicas e de maior prestígio a determinados perfis, enquanto atribui às mulheres funções de apoio, cuidado, mediação e gestão cotidiana, muitas vezes invisibilizadas ou desvalorizadas. Essa abordagem permite analisar tanto o trabalho remunerado quanto o não remunerado, fundamentais para a sustentação dos projetos, mas raramente reconhecidos como centrais nos discursos institucionais.

A perspectiva da colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2000; Lugones, 2010) contribui para compreender como hierarquias raciais e epistemológicas estruturam os processos de cooperação, produzindo assimetrias na legitimação dos conhecimentos mobilizados. Ainda que a Cooperação Sul-Sul se apresente como alternativa às relações tradicionais Norte-Sul, a pesquisa parte da hipótese de que determinadas racionalidades, saberes técnicos e formas de expertise — frequentemente associadas a trajetórias institucionais específicas, formações acadêmicas e marcadores raciais — continuam sendo privilegiadas, enquanto saberes locais, experiências situadas e conhecimentos produzidos a partir de posições subalternizadas tendem a ser marginalizados. Essa lógica se expressa, de maneira particular, nas percepções raciais presentes nos processos de cooperação e na forma como determinados grupos são reconhecidos como aptos ou legítimos para ocupar posições de liderança e autoridade técnica.

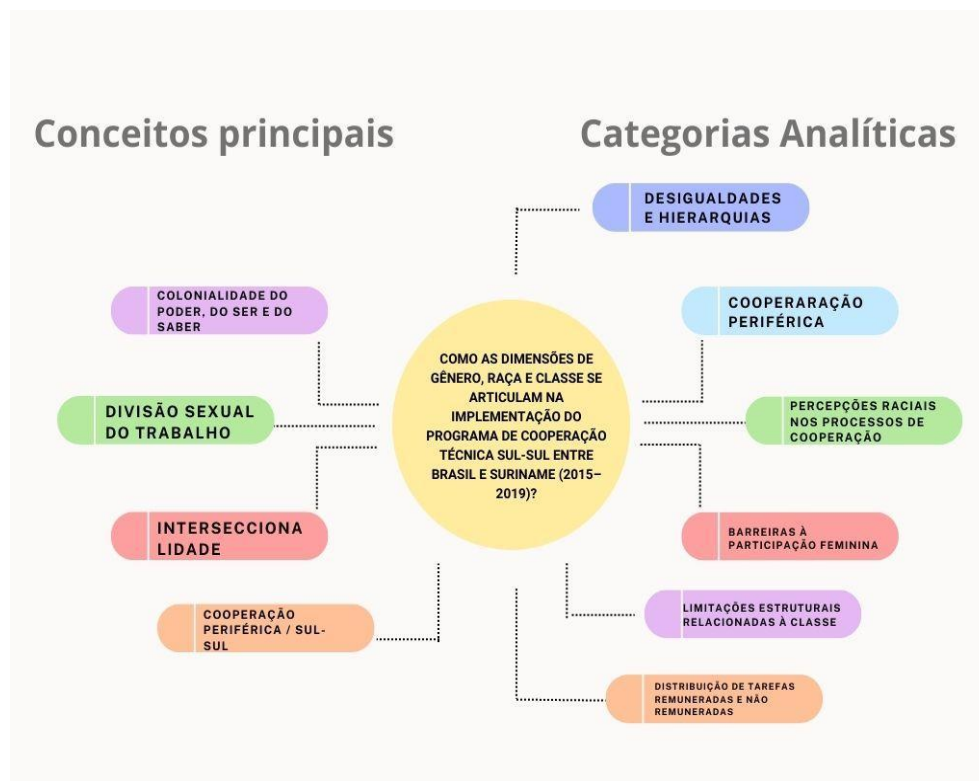
A abordagem interseccional (Collins, 2020; Vivero, 2023) constitui um eixo transversal da análise, permitindo compreender que gênero, raça e classe não operam de forma isolada, mas se articulam na produção de desigualdades e hierarquias no interior da CSS. As categorias analíticas adotadas — desigualdades e hierarquias, barreiras de participação feminina, limitações estruturais relacionadas à classe e distribuição de tarefas remuneradas e não remuneradas — são mobilizadas justamente para captar essas articulações. A pesquisa parte do pressuposto de que as barreiras enfrentadas pelas mulheres na cooperação não podem ser explicadas exclusivamente por fatores de gênero, mas se intensificam quando combinadas a marcadores raciais, posições de classe, níveis de escolaridade e acesso desigual a capitais simbólicos e institucionais.

A noção de cooperação periférica, desenvolvida no capítulo 1, oferece um aporte adicional para a análise, ao situar a relação Brasil–Suriname no interior das dinâmicas mais amplas do

sistema internacional. Essa categoria permite compreender como países do Sul Global, mesmo ao cooperarem entre si, ocupam posições diferenciadas em termos de capacidade institucional, poder simbólico e influência política. No caso estudado, a cooperação periférica evidencia uma relação marcada por complementaridades, mas também por hierarquias tácitas, nas quais o Brasil assume predominantemente funções de formulação, coordenação e provisão técnica, enquanto o Suriname se insere como receptor e adaptador dos projetos. Essa assimetria estrutural incide diretamente sobre as possibilidades de participação, reconhecimento e agência dos sujeitos envolvidos, especialmente daqueles situados em posições subalternizadas.

Assim, as categorias analíticas definidas não operam de forma descritiva, mas como ferramentas interpretativas diretamente vinculadas ao problema de pesquisa e aos referenciais teóricos adotados. Ao analisar desigualdades e hierarquias, percepções raciais, barreiras à participação feminina, limitações de classe e a distribuição do trabalho remunerado e não remunerado, a pesquisa busca revelar como a Cooperação Técnica Sul-Sul é simultaneamente um espaço de reprodução de assimetrias estruturais e um campo de disputas, negociações e possibilidades de transformação. Dessa forma, o estudo contribui para uma compreensão crítica e situada da cooperação internacional no Sul Global, evidenciando os limites do discurso da horizontalidade e apontando a necessidade de práticas mais equitativas, inclusivas e sensíveis às desigualdades de gênero, raça e classe.

Imagem 3 – Conceitos centrais e categorias analíticas da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2026).

A pesquisa reafirma que a Cooperação Técnica Sul-Sul, embora pautada por princípios de solidariedade e horizontalidade, opera em um campo social atravessado por hierarquias históricas, desigualdades estruturais e marcas de poder simbólico. Ao articular as perspectivas da divisão sexual do trabalho, da colonialidade do saber e do poder e da interseccionalidade, o estudo evidencia que gênero, raça e classe se combinam para moldar oportunidades, reconhecimento e participação no programa Brasil–Suriname. Mais do que descrever práticas, as categorias analíticas adotadas permitem interpretar como a cooperação técnica constitui simultaneamente um espaço de reprodução de assimetrias e um campo de disputas, negociações e possibilidades de transformação, apontando caminhos para políticas mais inclusivas e sensíveis às múltiplas dimensões da desigualdade.

## 6.2 Reflexões sobre a situação de entrevista

Foram inicialmente identificadas 13 pessoas para participação na pesquisa, selecionadas com o objetivo de abranger diferentes níveis de responsabilidade e de atuação no âmbito da cooperação bilateral durante o período estudado. A composição inicial contemplava diplomatas, analistas de projetos, assistentes técnicos e profissionais vinculados às instituições executoras dos projetos em ambos os países, desde que tivessem participado da negociação, implementação e monitoramento de ao menos três iniciativas de Cooperação Sul-Sul. Buscou-se, assim, captar uma diversidade de experiências e percepções, garantindo uma visão mais completa do processo de cooperação. Entretanto, nem todos os selecionados puderam ser entrevistados. Uma das pessoas indicadas pela parte brasileira não respondeu ao convite, e, no caso do Suriname, três dos profissionais previamente identificados também não retornaram à solicitação de participação.

Das nove entrevistas realizadas, duas ocorreram presencialmente e as outras sete foram conduzidas por meio da plataforma Microsoft Teams. Os encontros foram realizados em português, no caso dos entrevistados brasileiros, e em inglês, com os entrevistados surinameses. A duração variou entre 30 e 90 minutos: as entrevistas mais curtas, predominantemente com os participantes surinameses, caracterizaram-se por respostas mais concisas; já as entrevistas mais longas, geralmente com os brasileiros, apresentaram maior nível de detalhamento. Apesar das funções públicas desempenhadas por todos os entrevistados, os seus nomes, assim como qualquer outra informação que possa identificá-los, foram preservados para garantir a confidencialidade e a ética na pesquisa.

A seleção dos entrevistados buscou contemplar diferentes perspectivas entre os atores envolvidos no Programa de Cooperação Técnica Bilateral, abrangendo distintos níveis hierárquicos e funções desempenhadas. Do lado brasileiro, foram entrevistadas seis pessoas — três homens e três mulheres. Já da parte surinamesa, participaram três entrevistadas, todas mulheres. Cabe mencionar que, dentre os nove entrevistados, eu havia trabalhado diretamente com oito deles durante o período em que atuei como analista de projetos na Agência Brasileira de Cooperação (ABC). No entanto, no momento de realizar os convites, eu não dispunha dos contatos telefônicos de quatro participantes, um brasileiro e três surinameses. Para viabilizar o acesso, contei com o apoio da assistente técnica com quem havia trabalhado anteriormente.

Da parte brasileira foram entrevistados para esta pesquisa dois diplomatas com atuação na América do Sul, dois analistas de projetos de instituição brasileira de cooperação internacional, um

assistente técnico de projetos internacionais e um representante de instituição brasileira implementadora de projetos no exterior.

Tabela 11 – Entrevistadas(os) brasileiras(os)

| <b>Brasil</b>                                          | <b>Código alfanumérico</b> |
|--------------------------------------------------------|----------------------------|
| Diplomata com atuação na América do Sul                | DIP-BR-01                  |
| Diplomata com atuação na América do Sul                | DIP-BR-02                  |
| Analista de projetos                                   | AP -01                     |
| Analista de projetos                                   | AP-02                      |
| Assistente técnico                                     | AT-01                      |
| Representante de instituição brasileira implementadora | RIB-01                     |

Fonte: Elaboração própria (2026).

Os entrevistados provenientes do Suriname incluem dois diplomatas surinameses com atuação em projetos de Cooperação Sul-Sul, além de um representante de instituição surinamesa implementadora de projetos. Esses profissionais possuem experiência direta na execução e acompanhamento das ações de cooperação desenvolvidas no país.

Tabela 12 – Entrevistadas surinamesas

| <b>Suriname</b>                                        | <b>Código alfanumérico</b> |
|--------------------------------------------------------|----------------------------|
| Diplomata com atuação nos projetos de CSS              | DIP-SURI-01                |
| Diplomata com atuação nos projetos de CSS              | DIP-SURI-02                |
| Representante de instituição surinamesa implementadora | RIS-01                     |

Fonte: Elaboração própria (2026).

Os percursos de pesquisa de campo propostos buscam mapear e compreender o contexto no qual as mulheres se inserem na Cooperação Sul-Sul (CSS). Pretende-se identificar quem são os sujeitos responsáveis pela implementação da CSS em ambos os países e suas características sociais e profissionais, incluindo gênero, idade, formação acadêmica, estado civil, responsabilidades familiares e percepção sobre reconhecimento social no trabalho.

Todos os entrevistados demonstraram grande cordialidade e disponibilidade para participar da pesquisa. Nenhum deles solicitou previamente o conjunto de perguntas, e todos se mostraram abertos a refletir de forma sincera e espontânea sobre as questões apresentadas. De modo geral, os

entrevistados não manifestaram reconhecer a existência de dimensões de desigualdades sobrepostas (interseccionalidade) na vida das pessoas envolvidas em funções no âmbito da CSS, assim como também não identificam a existência de diferenças em função do gênero e de características étnico-raciais na atribuição de responsabilidades no âmbito do trabalho (divisão sexual e racial do trabalho) dos e das funcionários. Para muitos deles, tais elementos não são percebidos como parte constitutiva das dinâmicas institucionais, seja pela naturalização das desigualdades, seja pela ausência de debate estruturado sobre gênero, raça e classe no cotidiano da implementação da Cooperação Sul-Sul.

No discurso dos entrevistados brasileiros, as ações de cooperação são frequentemente apresentadas com orgulho, descritas como “boas práticas” e exemplos positivos da atuação internacional do Brasil. Já entre os entrevistados surinameses, a cooperação com o Brasil aparece associada à imagem de um “bom aliado”, capaz de oferecer oportunidades concretas de desenvolvimento para o país. Em ambos os casos, as percepções refletidas nas entrevistas tendem a reforçar narrativas institucionais consolidadas, nas quais a cooperação é vista sobretudo como instrumento técnico e diplomático, deixando em segundo plano as dinâmicas sociais e estruturais que influenciam sua operacionalização.

Quando provocados diretamente sobre temas relacionados a gênero, raça e classe, alguns entrevistados reconheceram a relevância dessas questões, sobretudo no debate internacional contemporâneo. No entanto, a maioria não se aprofundou no assunto, recorrendo a explicações baseadas em mérito individual e esforço pessoal como principais determinantes das trajetórias profissionais no campo da cooperação. Essa perspectiva revela a limitada problematização das desigualdades estruturais que atravessam as instituições e moldam as condições de acesso, permanência e reconhecimento dentro do campo da Cooperação Sul-Sul.

A impressão geral que emerge é a de que a cooperação entre Brasil e Suriname é concebida e narrada como um processo essencialmente técnico, neutro e universal. Essa visão tende a invisibilizar os atores sociais que executam a cooperação e as desigualdades estruturais que afetam suas experiências profissionais. Ao não integrar perspectivas interseccionais, corre-se o risco de reproduzir a ideia de que a cooperação é realizada pelos países em abstrato, como se não dependesse das pessoas — com suas histórias, identidades e condições sociais — responsáveis por implementá-la no cotidiano.

Embora a Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Suriname seja amplamente percebida pelos entrevistados como técnica, positiva e institucionalmente bem-sucedida, há uma invisibilização consistente das dimensões sociais, culturais e estruturais que atravessam sua implementação. Questões de gênero, raça e classe, ainda que presentes na prática cotidiana, são pouco reconhecidas e raramente problematizadas pelos atores, que tendem a atribuir resultados ao mérito individual e à eficiência técnica. Esse panorama evidencia a necessidade de incorporar uma perspectiva interseccional na análise e na gestão da cooperação, de modo a tornar visíveis os sujeitos que executam os projetos e as desigualdades que influenciam suas oportunidades, participação e reconhecimento profissional.

### 6.2.1 Análise dos perfis dos entrevistados

A compreensão das trajetórias, características e condições de vida dos(as) participantes da pesquisa é fundamental para analisar como gênero, raça e classe se articulam na Cooperação Técnica Sul-Sul (CSS). A seguir, são apresentados os perfis dos(as) entrevistados(as) brasileiros(as) e surinameses(as), com atenção a aspectos como idade, tempo de trabalho, formação acadêmica, responsabilidades familiares e suporte doméstico, elementos que constituem indicadores importantes das desigualdades estruturais que atravessam o campo da cooperação internacional.

#### 6.2.1.1 *Entrevistados brasileiros*

A análise do perfil dos(as) entrevistados(as) brasileiros(as) revela um conjunto de assimetrias geracionais, de gênero, de formação educacional e de condições materiais que dialogam diretamente com as categorias analíticas mobilizadas nesta pesquisa, especialmente aquelas relacionadas à classe, gênero e divisão do trabalho na CSS.

No que se refere à distribuição etária e ao tempo de trabalho, observa-se que os cargos diplomáticos são ocupados por homens mais velhos, com trajetórias profissionais longas e consolidadas no serviço público. Os dois diplomatas entrevistados possuem 57 e 66 anos e acumulam, respectivamente, 37 e 44 anos de atuação profissional. Esse dado evidencia um padrão de estabilidade institucional e concentração de capital político e simbólico em perfis masculinos e mais experientes, o que tende a reforçar hierarquias decisórias no interior da cooperação. Em contraste, os cargos técnicos e de implementação apresentam maior diversidade etária e menor tempo de inserção institucional, indicando posições mais vulneráveis na estrutura organizacional da CSS.

A análise do tempo de trabalho dos sujeitos entrevistados revela trajetórias profissionais longas, marcadas por elevados níveis de permanência institucional, especialmente entre os ocupantes de cargos de maior senioridade. No caso do Suriname, as entrevistadas apresentam tempos de trabalho que variam entre 29 e 35 anos, indicando carreiras consolidadas e contínuas no interior das estruturas institucionais. No Brasil, observa-se maior heterogeneidade no tempo de trabalho, com trajetórias que variam entre 8 e 44 anos. Os homens entrevistados concentram os maiores tempos de atuação profissional (37 e 44 anos), associados a cargos diplomáticos, o que

reforça a centralidade da senioridade masculina nos espaços de poder e decisão. Já entre as mulheres brasileiras, os tempos de trabalho são mais diversos, oscilando entre 8 e 12 anos para aquelas em posições técnicas ou de apoio, e 10 anos no caso de atuação especializada, evidenciando trajetórias mais recentes e menos prolongadas no interior das instituições analisadas.

A dimensão de gênero mostra-se particularmente relevante. Enquanto os cargos diplomáticos de maior hierarquia são ocupados exclusivamente por homens, as mulheres concentram-se majoritariamente em funções técnicas, de análise de projetos, assistência técnica e implementação institucional. Das seis pessoas entrevistadas no Brasil, quatro são mulheres, todas alocadas em posições operacionais ou intermediárias. Esse padrão corrobora a produção científica sobre a divisão sexual do trabalho, segundo a qual homens tendem a ocupar posições de comando e representação, enquanto mulheres são mais frequentemente associadas a funções de execução, suporte e continuidade institucional (Hirata, 2006; Kergoat, 2008).

No que se refere à formação acadêmica, observam-se desigualdades significativas entre os diferentes atores envolvidos. Um dos diplomatas possui formação em Direito, enquanto outro não havia concluído o ensino superior à época de sua nomeação, já que, naquele período, a conclusão de um curso universitário não era requisito obrigatório para aprovação no concurso diplomático. Os analistas de projeto possuem formação em Relações Internacionais, área diretamente vinculada ao campo da cooperação internacional, enquanto a assistente técnica carece de curso superior. Por sua vez, a representante de uma instituição brasileira encontra-se em processo de conclusão de seu segundo doutorado em sua área de atuação. Esses dados indicam que o capital educacional formal atua como um mecanismo de hierarquização dentro das equipes de Cooperação Sul-Sul, mas não de maneira neutra. Sua influência se entrelaça com marcadores como gênero e posição institucional, moldando o acesso a cargos estratégicos, a visibilidade profissional e a distribuição de responsabilidades técnicas e decisórias.

A análise do tempo de trabalho dos atores brasileiros nos projetos de Cooperação Sul-Sul evidencia uma grande heterogeneidade, que se relaciona com idade, posição e experiência acumulada. Os diplomatas apresentam trajetórias longas, com 37 e 44 anos de serviço, refletindo carreiras consolidadas e elevado capital institucional. Entre os analistas de projeto, o tempo de trabalho varia de 8 a 16 anos, indicando experiência de profissional relevante, mas ainda menor do que a dos diplomatas. Já a assistente técnica e a representante de instituição possuem 12 e 10 anos de experiência, respectivamente, mostrando que, embora tenham menos tempo de serviço,

acumulam competências específicas. Esses dados evidenciam que o tempo de trabalho funciona como um importante mecanismo de hierarquização e legitimidade, mas interage com outros fatores, como formação acadêmica, gênero e posição institucional, para moldar o acesso a responsabilidades estratégicas e visibilidade nos projetos.

A análise das condições familiares e do apoio doméstico reforça ainda mais as assimetrias de gênero. Todos os homens entrevistados declararam contar com apoio doméstico e não possuem filhos, enquanto, entre as mulheres, há presença de maternidade e ausência de apoio doméstico em dois casos. Essa combinação indica uma sobreposição entre responsabilidades que se convencionam denominar como produtivas e reprodutivas no caso das mulheres, o que pode impactar sua disponibilidade para mobilidade, dedicação exclusiva e ascensão institucional — fatores frequentemente valorizados no campo da cooperação internacional.

Por fim, o conjunto desses dados evidencia que a CSS, no caso aqui estudado, longe de ser um espaço neutro ou plenamente horizontal, reproduz hierarquias estruturais de gênero, classe e capital simbólico já presentes no Estado e na política externa brasileira. As trajetórias dos(as) entrevistados(as) mostram que o acesso a posições de maior poder decisório está associado a perfis masculinos, mais velhos, com longas carreiras institucionais e melhores condições materiais de suporte, enquanto as mulheres permanecem mais expostas a vínculos técnicos, menor reconhecimento simbólico e maior sobrecarga de trabalho visível e invisível. Esses achados reforçam a necessidade de uma leitura interseccional e decolonial da CSS, capaz de evidenciar como desigualdades estruturais se reproduzem mesmo em contextos orientados por discursos de solidariedade e horizontalidade.

Quadro 11 – Perfil dos(as) entrevistados(as) no Brasil

| <b>Código</b> | <b>Idade</b> | <b>Gênero</b> | <b>Formação acadêmica</b> | <b>Tempo de trabalho (anos)</b> | <b>Filhos</b> | <b>Apoio doméstico</b> |
|---------------|--------------|---------------|---------------------------|---------------------------------|---------------|------------------------|
| DIP-BR-01     | 57           | Masc.         | Direito                   | 37                              | Não           | Sim                    |
| DIP-BR-02     | 66           | Masc.         | Curso superior incompleto | 44                              | Não           | Sim                    |

|        |    |       |                              |    |     |     |
|--------|----|-------|------------------------------|----|-----|-----|
| AP-01  | 48 | Fem.  | Relações Internacionais      | 8  | Sim | Sim |
| AP-02  | 50 | Masc. | Relações Internacionais      | 16 | Não | Sim |
| AT-01  | 50 | Fem.  | Sem curso superior           | 12 | Sim | Não |
| RIB-01 | 40 | Fem.  | Concluindo segundo Doutorado | 10 | Não | Não |

Fonte: Elaboração própria (2026).

#### 6.2.1.2 Entrevistadas surinameses

A análise dos dados referentes às entrevistadas do Suriname evidencia padrões relevantes para a compreensão das dinâmicas de gênero, classe e trabalho no âmbito da Cooperação Técnica Sul-Sul. Observa-se, em primeiro lugar, que todas as participantes são mulheres com trajetórias profissionais longas, ocupando posições institucionais de destaque, como diplomatas e diretora institucional. A idade elevada e o extenso tempo de trabalho — superior a três décadas no caso das diplomatas — indicam carreiras consolidadas, o que contrasta com a persistência de desigualdades relacionadas à divisão do trabalho doméstico e de cuidado.

No que se refere à formação acadêmica, os dados revelam heterogeneidade entre as participantes surinamesas. Uma das diplomatas possui formação em Sociologia, outra não possui curso superior formal, e a representante da instituição surinamesa tem formação em Agronomia. Essa diversidade indica que o capital educacional não é o único critério de participação ou legitimidade nos projetos, sendo complementado por experiência profissional, conhecimento técnico e posição institucional. Ainda as profissionais surinamesas envolvidas nos projetos de Cooperação Sul-Sul possuem tempo de trabalho significativo, variando de 29 a 35 anos. Esse histórico longo de experiência mostra que, mesmo em contextos de diversidade de formação acadêmica — Sociologia, Agronomia ou ausência de curso superior —, o tempo de trabalho atua como um importante capital acumulado, conferindo legitimidade, conhecimento aplicado e autoridade nas equipes.

Ao comparar o tempo de trabalho dos atores brasileiros e surinameses, observa-se que, tanto no Brasil quanto no Suriname, os diplomatas possuem carreiras consolidadas, com 37 a 44 anos de

experiência no Brasil e 32 a 35 anos no Suriname, refletindo a estabilidade e a importância da carreira no serviço público em ambos os contextos. No entanto, os analistas de projeto brasileiros possuem um tempo de serviço mais curto, variando entre 8 e 16 anos, enquanto no Suriname, a experiência tende a ser mais distribuída, com profissionais como a representante da instituição surinamesa acumulando 29 anos de experiência. Essa diferença pode indicar que, no Brasil, a trajetória profissional tende a ser mais formal e hierárquica, com maior ênfase em qualificações acadêmicas e cargos de longo prazo, enquanto no Suriname a mobilidade dentro das instituições é mais flexível, permitindo uma distribuição mais equitativa de responsabilidades ao longo dos anos.

A dimensão do trabalho reprodutivo e do cuidado mostra-se central. Todas as entrevistadas são mães, e apenas uma delas declara contar com apoio doméstico. A ausência ou limitação desse apoio para mulheres em cargos de alta responsabilidade institucional evidencia a sobreposição entre trabalho produtivo e reprodutivo, reforçando a análise da divisão sexual do trabalho. Mesmo ocupando posições hierárquicas elevadas, essas mulheres permanecem diretamente responsáveis por tarefas domésticas e de cuidado, o que revela a persistência de padrões tradicionais de gênero.

Do ponto de vista interseccional, os dados sugerem que gênero se articula de maneira decisiva com classe e posição institucional. A presença feminina em cargos estratégicos no Suriname, frequentemente destacada como um diferencial positivo em relação a outros contextos nacionais, não elimina as desigualdades estruturais, mas as reconfigura. As entrevistadas alcançam espaços de poder, porém continuam enfrentando limitações materiais e simbólicas associadas à sobrecarga de trabalho e à naturalização do cuidado como responsabilidade feminina.

Quadro 12 – Perfil das entrevistadas no Suriname

| <b>Código</b> | <b>Idade</b> | <b>Gênero</b> | <b>Formação acadêmica</b> | <b>Tempo de trabalho (anos)</b> | <b>Filhos</b> | <b>Apoio doméstico</b> |
|---------------|--------------|---------------|---------------------------|---------------------------------|---------------|------------------------|
| Dip-Suri-01   | 61           | Feminino      | Sociologia                | 35                              | Sim           | Não                    |
| Dip-Suri-02   | 62           | Feminino      | Sem formação acadêmica    | 32                              | Sim           | Sim                    |
| RIS-01        | 55           | Feminino      | Agronomia                 | 29                              | Sim           | Sim                    |

Fonte: Elaboração própria (2026).

### *6.2.1.3 Similitudes e diferenças*

Em ambos os contextos, observa-se que o tempo de permanência nas instituições e a senioridade profissional constituem importantes fontes de capital simbólico e institucional. No Brasil, contudo, esse capital encontra-se fortemente associado a perfis masculinos, sobretudo nos cargos diplomáticos, ocupados por homens mais velhos, com trajetórias longas e consolidadas no serviço público. Já no Suriname, as posições diplomáticas e de direção institucional são exercidas predominantemente por mulheres com carreiras igualmente extensas, o que indica uma configuração distinta de acesso feminino a cargos estratégicos. Essa diferença sugere que, embora a CSS esteja atravessada por hierarquias em ambos os países, elas se organizam de maneira contextual e institucionalmente situada.

No que se refere à formação acadêmica, os dois casos revelam que a credencialização formal não opera de maneira homogênea. No Brasil, observa-se maior correspondência entre formação acadêmica e área de atuação nos cargos técnicos, especialmente entre analistas de projetos formados em Relações Internacionais.

A análise da formação acadêmica dos atores envolvidos nos projetos de Cooperação Sul-Sul revela significativas diferenças entre Brasil e Suriname. No Suriname, a heterogeneidade educacional é notável, com uma diplomata formada em Sociologia, outra sem curso superior formal, e a representante institucional com formação em Agronomia. Isso sugere que o capital educacional não é o único critério de participação, sendo complementado por experiência laboral e posição institucional. Já no Brasil, embora haja diversidade, a formação acadêmica formal desempenha um papel mais visível na hierarquização, com diplomatas e analistas de projeto majoritariamente qualificados em áreas como Direito e Relações Internacionais. Nesse caso, o capital educacional está intrinsecamente ligado a desigualdades de gênero e posição institucional, influenciando o acesso a cargos estratégicos e a distribuição de responsabilidades. Ambos os contextos indicam que, enquanto a educação formal é relevante, ela não opera de maneira neutra, sendo moldada por fatores sociais e institucionais que determinam a visibilidade e o poder dentro das equipes de CSS.

A dimensão de gênero apresenta convergências importantes. Nos dois países, o trabalho reprodutivo e de cuidado permanece majoritariamente sob responsabilidade das mulheres,

independentemente do nível hierárquico ocupado. No Brasil, as mulheres entrevistadas acumulam funções profissionais com maternidade e, em alguns casos, ausência de apoio doméstico, enquanto os homens não possuem filhos e contam integralmente com suporte doméstico. No Suriname, apesar da maior presença feminina em cargos de poder, todas as entrevistadas são mães e dois de três delas dispõem de apoio doméstico. Assim, mesmo quando mulheres alcançam posições estratégicas, a divisão sexual do trabalho continua a operar de forma estruturante.

Do ponto de vista interseccional, a comparação indica que gênero se articula de maneira distinta com classe e posição institucional nos dois países, mas sem romper com padrões estruturais de desigualdade. No Brasil, a exclusão feminina dos cargos diplomáticos mais altos reforça hierarquias tradicionais de poder e representação. No Suriname, embora haja maior inclusão formal de mulheres nesses espaços, as desigualdades se manifestam na esfera privada e material, por meio da intensificação do trabalho não remunerado e da menor disponibilidade de suporte institucional e doméstico.

A análise comparativa evidencia que, embora os contextos brasileiro e surinamês apresentem configurações distintas de acesso a cargos estratégicos, persistem padrões estruturais de desigualdade atravessados por gênero, classe e capital institucional. No Brasil, a senioridade e o capital simbólico concentram-se em perfis masculinos, enquanto as mulheres permanecem em posições técnicas e operacionais, acumulando responsabilidades produtivas e reprodutivas. No Suriname, embora as mulheres ocupem posições de destaque institucional, continuam a arcar com a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado, revelando que a inclusão formal não elimina as desigualdades estruturais. Esses achados reforçam a importância de uma análise interseccional da CSS, capaz de identificar como as hierarquias institucionais, as assimetrias de gênero e as condições materiais moldam as experiências dos sujeitos que implementam a cooperação.

### 6.3 Categorias analíticas

As categorias analíticas adotadas nesta pesquisa foram construídas a partir do diálogo entre o problema de investigação e os referenciais teóricos mobilizados. Elas operam como ferramentas interpretativas que permitem articular os dados empíricos às perspectivas decolonial, interseccional e feminista, possibilitando a análise das múltiplas camadas na implementação da CSS entre Brasil e Suriname. Essas categorias não são entendidas como dimensões isoladas, mas como eixos analíticos inter-relacionados, por meio das quais se examinam as formas pelas quais gênero, raça e classe estruturam práticas institucionais, relações de poder, distribuição de tarefas e reconhecimento dos saberes no campo da cooperação internacional.

#### 6.3.1 Desigualdades e hierarquias

Esta categoria analítica busca compreender como diferenças estruturais de poder, recursos, conhecimento e posição institucional se manifestam na implementação da Cooperação Sul-Sul (CSS) entre Brasil e Suriname. Embora o discurso oficial da CSS enfatize a horizontalidade e a parceria entre iguais, a análise empírica evidencia que relações assimétricas persistem, refletindo desigualdades históricas, econômicas, políticas e tecnológicas herdadas da matriz colonial.

A categoria permite identificar como essas hierarquias se expressam na prática, seja na distribuição de responsabilidades e autoridade técnica, na definição de prioridades institucionais ou no reconhecimento dos saberes mobilizados. Sob a perspectiva decolonial (Quijano, 2000; Lugones, 2010), tais desigualdades não se apresentam apenas como resultados de condições materiais ou institucionais, mas como efeitos de uma matriz de poder histórica que atravessa relações internacionais, reproduzindo padrões de dominação e marginalização mesmo em contextos que se propõem horizontais.

Ao relacionar desigualdades com fatores de gênero, raça e classe, esta categoria também permite analisar como as hierarquias estruturais moldam o acesso a espaços de decisão, a valorização do trabalho e a legitimação de saberes dentro do programa de cooperação. Nesse sentido, a categoria “Desigualdades e Hierarquias” oferece um marco interpretativo fundamental para compreender as tensões entre os princípios normativos da CSS e as práticas efetivas observadas nos processos de implementação da cooperação técnica bilateral.

### 6.3.2 Cooperação periférica

Esta categoria analítica, criada e desenvolvida no capítulo 1, busca compreender a dinâmica específica da cooperação técnica entre países periféricos ou semiperiféricos, caracterizada pela racionalidade do realismo periférico. Diferentemente da retórica tradicional de horizontalidade e solidariedade da Cooperação Sul-Sul (CSS), a cooperação periférica enfatiza pragmatismo, seletividade e ganhos técnicos concretos, de baixo custo político, evitando engajamentos que possam ser percebidos como desafios à ordem internacional. No contexto da CSS Brasil–Suriname, essa categoria permite analisar como os Estados periféricos gerenciam assimetrias estruturais de forma estratégica e incremental, buscando consolidar autonomia técnica, por meio da ampliação de capacidades estatais; autonomia relacional, a partir da construção de redes horizontais de cooperação que reduzem dependências verticais; e autonomia reputacional, mediante projeção de *soft power*<sup>15</sup> técnico, fundamentado na legitimidade das soluções locais e no compartilhamento de boas práticas em políticas públicas.

A cooperação periférica evidencia que, mesmo em acordos formalmente horizontais, existem diferenciações de poder entre países parceiros: o Brasil, enquanto potência regional ou país semiperiférico, assume papel protagonista na exportação de políticas públicas e na coordenação institucional da cooperação, consolidando sua hegemonia consensual por meio de atração e credibilidade técnica; o Suriname, como pequeno Estado periférico, busca fortalecer capacidades internas, ampliar sua autonomia relacional e reputacional e reduzir vulnerabilidades estruturais. Dessa forma, esta categoria permite compreender que a CSS, quando observada sob a perspectiva da cooperação periférica, não se limita à transferência de conhecimento ou tecnologia, mas funciona como um mecanismo estratégico de gestão de relações internacionais periféricas, articulando interesses técnicos, políticos e reputacionais, ao mesmo tempo em que se insere nas limitações estruturais históricas e econômicas do Sul Global.

---

<sup>15</sup> Conceito desenvolvido no capítulo 1 - seção 1.3 A estratégia diplomática da cooperação técnica: Brasil-Suriname (2015 - 2019).

### 6.3.3 Percepções raciais nos processos de cooperação

Esta categoria analítica examina como as construções sociais de raça atravessam as relações entre os participantes da CSS entre o Brasil e o Suriname e influenciam diretamente tanto a implementação quanto a distribuição de oportunidades dentro do programa. A perspectiva interseccional (Collins, 2020; Vivero, 2023) permite compreender como marcadores raciais interagem de forma complexa com gênero, classe, posição institucional e trajetórias profissionais, configurando diferentes formas de privilégio ou marginalização nos processos de cooperação. Mesmo em contextos internacionais formalmente pautados por valores de igualdade e parceria entre iguais, as percepções raciais se manifestam de maneira sutil. Elas podem determinar a legitimidade atribuída aos saberes mobilizados, influenciar o acesso a espaços decisórios e afetar a visibilidade do trabalho desenvolvido por determinados grupos. No caso da CSS Brasil–Suriname, essa dimensão racial se articula com desigualdades históricas e estruturais herdadas da colonialidade do poder (Quijano, 2000; Lugones, 2010), refletindo padrões hierárquicos presentes tanto no contexto brasileiro quanto no surinamês.

Esta categoria procura compreender a racialização do trabalho técnico e diplomático sobre capacidade, competência e autoridade, que gera barreiras simbólicas e institucionais à participação plena de profissionais racializados. Simultaneamente, identifica-se que certos marcadores raciais podem ser associados a maior reconhecimento e legitimidade em função de trajetórias institucionais valorizadas ou capitais simbólicos específicos, evidenciando a relação entre raça, posição hierárquica e acesso a recursos e decisões.

### 6.3.4 Barreiras de participação feminina

Esta categoria analítica concentra-se nas dificuldades estruturais, institucionais e culturais enfrentadas pelas mulheres na implementação da Cooperação Sul-Sul (CSS), abrangendo aspectos como acesso a cargos estratégicos, participação em processos decisórios e reconhecimento do trabalho técnico e diplomático desenvolvido por elas. Ao adotar a perspectiva da divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2008; Hirata, 2006), evidencia-se que a organização das funções e responsabilidades no âmbito da CSS ainda segue padrões historicamente hierarquizados e generificados, nos quais mulheres tendem a ocupar posições subordinadas ou menos visíveis, mesmo quando desempenham funções críticas para a execução dos projetos.

Ao incorporar a perspectiva interseccional (Collins, 2020; Vivero, 2023), esta categoria permite compreender que as barreiras enfrentadas pelas mulheres não se explicam apenas pelo gênero isoladamente, mas pela combinação de marcadores sociais como raça, classe, nacionalidade e posição institucional. Dessa forma, as desigualdades de gênero se entrelaçam com desigualdades raciais e de classe, reforçando padrões históricos de exclusão que atravessam as práticas de cooperação técnica.

Apesar de políticas institucionais e discursos formais de igualdade de oportunidades, normas tácitas e práticas cotidianas perpetuam barreiras significativas à participação plena das mulheres. Tais barreiras reforçam o caráter patriarcal e hierarquizado das instituições, limitando a capacidade das mulheres de exercer influência e de consolidar trajetórias profissionais reconhecidas internacionalmente.

#### 6.3.5 Limitações estruturais relacionadas à classe

Esta categoria analítica investiga como diferenças socioeconômicas, trajetórias educacionais e condições salariais influenciam a participação, visibilidade e reconhecimento dos indivíduos na Cooperação Sul-Sul (CSS). A posição social dos atores impacta diretamente o acesso a cargos estratégicos, a mobilidade institucional, a capacidade de assumir responsabilidades técnicas e o capital simbólico atribuído aos saberes mobilizados. A perspectiva decolonial (Quijano, 2000; Lugones, 2010) permite compreender que essas desigualdades não são meramente individuais, mas estruturais, historicamente enraizadas em hierarquias econômicas, raciais e educacionais herdadas do período colonial.

O nível educacional, a formação acadêmica e o domínio de idiomas, especialmente o inglês (língua de trabalho das relações internacionais), emergem como fatores decisivos para o reconhecimento profissional e a participação em processos decisórios. Indivíduos com maior acesso à educação formal e experiência internacional tendem a ocupar posições estratégicas, com maior visibilidade e autoridade técnica, além de melhor remuneração. A interseccionalidade (Collins, 2020; Vivero, 2023) evidencia que essas limitações estruturais relacionadas à classe se combinam com marcadores de gênero e raça, potencializando marginalizações.

Nesse sentido, o discurso de meritocracia e universalidade funciona como um mecanismo de legitimação simbólica, reforçando a ideia de que todos têm iguais oportunidades, enquanto na

prática reproduz hierarquias estruturais e padrões históricos de exclusão. Reconhecer essa contradição é essencial para compreender os limites das políticas de cooperação e propor estratégias mais equitativas, capazes de valorizar efetivamente o trabalho, as competências e os saberes de todos os participantes, considerando as desigualdades históricas e interseccionais que atravessam a Cooperação Sul-Sul.

#### 6.3.6 Distribuição de tarefas remuneradas e não remuneradas

Esta categoria analítica examina a divisão do trabalho no âmbito da Cooperação Sul-Sul (CSS), diferenciando tarefas formalmente reconhecidas e remuneradas daquelas invisibilizadas, frequentemente associadas ao trabalho de cuidado, apoio administrativo ou funções de suporte logístico. A perspectiva da divisão sexual do trabalho permite compreender como essas tarefas desvalorizadas tendem a ser concentradas entre mulheres, especialmente aquelas com menor capital simbólico ou pertencentes a grupos racializados, enquanto funções técnicas, estratégicas e decisórias ficam predominantemente nas mãos de indivíduos com maior escolaridade, experiência internacional ou posição institucional consolidada.

Além do gênero, a análise interseccional evidencia que raça, classe e trajetória profissional também influenciam o tipo de trabalho atribuído e seu reconhecimento. O acesso a cargos com maior visibilidade, autonomia e remuneração tende a favorecer homens, pessoas racialmente privilegiadas e indivíduos oriundos de contextos socioeconômicos mais favorecidos. Por outro lado, tarefas de menor status, muitas vezes essenciais para o funcionamento do programa, permanecem desvalorizadas, sub-remuneradas ou não remuneradas, refletindo padrões históricos de exclusão e subordinação social.

Do ponto de vista decolonial, a distribuição desigual do trabalho técnico, administrativo e de cuidado evidencia a persistência da matriz colonial de poder, na qual certos perfis profissionais e sociais acumulam autoridade, prestígio e influência, enquanto outros permanecem marginalizados, mesmo em contextos de cooperação que se proclamam horizontais e solidários. A análise dessa divisão do trabalho permite, assim, compreender não apenas a estrutura funcional da CSS, mas também os mecanismos simbólicos e institucionais que reproduzem hierarquias sociais, reforçando a importância de políticas de gestão e reconhecimento que valorizem igualmente todas as

contribuições, remuneradas ou não, e promovam uma verdadeira horizontalidade na cooperação técnica internacional.

### 6.3.7 Análise das categorias analíticas

#### 6.3.7.1 *Desigualdades e hierarquias*

No âmbito da Cooperação Sul-Sul (CSS), consolida-se progressivamente o entendimento de que os acordos firmados entre países do Sul Global devem ser concebidos como ações horizontais, baseadas na colaboração mútua, na reciprocidade e na ausência de hierarquias tradicionais que historicamente caracterizaram as relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Essa concepção, que distingue a CSS de outros modelos de cooperação internacional, apresenta coerência sobretudo quando se busca justificar a troca e/ou transferência de conhecimentos, tecnologias e experiências entre países que compartilham trajetórias históricas semelhantes de colonização, dependência e desigualdade estrutural.

Nesse cenário, o Brasil ocupa um lugar de destaque enquanto ator regional relevante e reconhecido como liderança no campo da cooperação técnica. Contudo, embora exista uma construção sistemática de um discurso oficial pautado na horizontalidade e na parceria entre iguais, as evidências empíricas provenientes das entrevistas indicam que a cooperação técnica se desenvolve sobre bases marcadas por profundas desigualdades históricas, econômicas, institucionais e políticas. Conforme observa a Analista de Projetos 01 (AP-01), “as assimetrias aparecem de diversas maneiras, como nos níveis de desenvolvimento e na capacidade de gestão pública. Embora o discurso seja de horizontalidade, as diferenças existem e não vão deixar de existir”. Tal constatação evidencia a tensão permanente entre o ideal normativo da CSS e sua operacionalização.

Sob uma perspectiva decolonial, essas dinâmicas sugerem que a cooperação internacional, mesmo quando estruturada sob o discurso da solidariedade e da horizontalidade, não se encontra imune à reprodução da matriz colonial de poder. Como argumentam Quijano (2000) e Lugones (2010), as hierarquias de saber, poder e desenvolvimento tendem a persistir de forma implícita, manifestando-se em práticas, expectativas e assimetrias não explicitamente declaradas.

Por sua vez, a fala da Diplomata Surinamesa 02 (DIP-SURI-02) reforça que, “a cooperação técnica bilateral teve grande relevância, especialmente porque o Suriname não dispunha do mesmo nível de conhecimento técnico, nem das instituições ou universidades existentes no Brasil. Essa diferença foi fundamental, pois possibilitou aprender, aprofundar conhecimentos e contribuir para

o fortalecimento de capacidades aqui no Suriname. Por isso, considero que seu impacto foi muito significativo". Essa percepção, embora compreensível diante das assimetrias existentes, acaba por reintroduzir lógicas pedagógicas e hierárquicas herdadas do colonialismo, nas quais o conhecimento circula de forma predominantemente unidirecional. Assim, mesmo no interior de um marco discursivo que reivindica a horizontalidade, observa-se a reprodução de padrões de autoridade e legitimidade do saber que tensionam os pressupostos fundantes da CSS.

#### *6.3.7.2 Cooperação periférica*

Conforme desenvolvido no Capítulo 1, propõe-se a categoria analítica de cooperação periférica para descrever uma modalidade de colaboração técnica estabelecida entre países periféricos ou semiperiféricos, orientada por uma lógica pragmática e caracterizada por baixos custos políticos. Essa forma de cooperação parte do reconhecimento de que os países envolvidos não constituem um bloco homogêneo e de que as assimetrias existentes entre eles — econômicas, institucionais, técnicas e políticas — não podem ser ignoradas, devendo ser administradas por meio de processos negociados. O objetivo central da cooperação periférica é evitar a reprodução de relações de dependência vertical, historicamente presentes nas interações entre países centrais e periféricos, buscando alternativas que privilegiem a construção de autonomia relativa e o fortalecimento mútuo.

Nesse sentido, a cooperação periférica não se restringe à provisão pontual de assistência técnica, mas envolve esforços mais amplos voltados ao fortalecimento de capacidades locais, à consolidação institucional e à formulação de soluções adaptadas às realidades específicas de cada país parceiro. Trata-se, portanto, de um modelo que combina transferência de conhecimentos, intercâmbio de experiências e aprendizado conjunto, reconhecendo tanto as desigualdades quanto as potencialidades compartilhadas.

Essa lógica manifesta-se de forma particularmente clara no caso da cooperação entre Brasil e Suriname. De acordo com o depoimento do Diplomata Brasileiro 01 (DIP-BR-01), o Suriname apresentava um nível ainda bastante incipiente de desenvolvimento produtivo, tecnológico e social, ao mesmo tempo em que enfrentava a necessidade de promover avanços significativos em um curto espaço de tempo, contando com recursos extremamente limitados. Nesse contexto, recorrer à cooperação com o Brasil configurava-se como uma escolha racional e estratégica, especialmente

em razão das vantagens comparativas associadas às similaridades ambientais, ecológicas e climáticas entre os dois países. Havia a expectativa de que a cooperação brasileira pudesse contribuir para atenuar entraves históricos ao desenvolvimento surinamês, relacionados à herança colonial, ao isolamento regional e às fragilidades institucionais acumuladas ao longo do tempo. Não por acaso, grande parte dos projetos implementados concentrou-se no fortalecimento institucional, como exemplificado pela cooperação com o Banco Central do Suriname, voltada à modernização de sistemas, ao aprimoramento da gestão pública e à resolução de problemas técnicos, como o armazenamento e o backup de dados.

Além disso, o Diplomata Brasileiro 02 (DIP-BR-02) enfatiza a centralidade da cooperação técnica como instrumento de *soft power* brasileiro, ao afirmar que “a ABC é um grande *soft power* e deveria ter muito mais importância e recursos”. Essa declaração evidencia que, embora a cooperação periférica se apresente discursivamente como horizontal e solidária, ela também se insere em uma estratégia mais ampla de projeção internacional do Brasil, por meio da difusão de conhecimento técnico, expertise institucional e capacidades científicas.

Por sua vez, a Diplomata Surinamesa 01 (DIP-SURI-01) reforça essa dimensão simbólica da cooperação ao observar que outros departamentos do Ministério frequentemente questionam “como é a cooperação com o Brasil, porque vemos que tem muito sucesso e gostaríamos de aprender para poder implementar essas práticas com alguns dos parceiros do Norte”. Tal percepção indica que a cooperação com o Brasil é interpretada como um caso de sucesso e como fonte de prestígio institucional, reforçando a imagem do país como ator solidário e referência técnica e científica no âmbito do Sul Global.

Dessa forma, a cooperação Brasil–Suriname revela uma dinâmica ambígua, na qual coexistem, de um lado, a intenção declarada de respeito à soberania e de fortalecimento das capacidades locais do parceiro e, de outro, a utilização da cooperação como instrumento de projeção de prestígio e influência internacional. Essa tensão entre solidariedade e afirmação simbólica constitui um elemento central para a compreensão dos limites e das potencialidades da cooperação periférica enquanto alternativa às formas tradicionais de cooperação internacional.

#### 6.3.7.3 Percepções raciais nos processos de cooperação.

Esta categoria analítica investiga como as construções sociais de raça atravessam as relações da Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Suriname, influenciando a implementação das ações e o acesso a oportunidades. A partir de uma perspectiva interseccional, analisa-se como a raça interage com gênero, classe, posição institucional e trajetórias profissionais, produzindo desigualdades de reconhecimento, legitimidade e acesso a espaços decisórios, mesmo em contextos discursivamente pautados pela igualdade. No caso Brasil–Suriname, essas dinâmicas estão profundamente conectadas a desigualdades históricas derivadas da colonialidade do poder, resultando na racialização do trabalho técnico e diplomático e na reprodução de barreiras simbólicas e institucionais à participação plena de profissionais racializados.

A análise das entrevistas revela contrastes importantes entre Brasil e Suriname. DIP-BR-01 descreve o Suriname como “caldeirão de culturas<sup>16</sup> equilibrado”, com diversidade étnica presente em todos os setores, enquanto critica o Brasil por estar “muito atrás” na inclusão racial.

Em sua entrevista, o DIP-BRA-02 manifestou: “Se fosse possível apontar dez ministras negras e dez ministros negros, ou mesmo indicar três ministros negros no Supremo Tribunal de Justiça; se houvesse um número expressivo de generais negros e negras ou de grandes empresários e empresárias brasileiros pertencentes a esse grupo, então seria possível começar a sustentar a ideia de que o racismo não existe no Brasil. Não se trata de afirmar que mulheres ou pessoas negras devam ser maioria nesses espaços de poder, mas o fato é que elas sequer alcançam 30%, 20% ou, em muitos casos, nem mesmo 10% ou 5% de representação. Essa sub-representação não pode ser interpretada como algo natural. Ela resulta da existência de barreiras bem conhecidas — psicológicas, simbólicas, institucionais e materiais — muitas vezes sutis e pouco explícitas, mas profundamente eficazes em impedir que mulheres e homens negros alcancem posições de maior prestígio e poder nas mais diversas áreas da sociedade”.

A AP-01 confirma que as equipes brasileiras são geralmente compostas por técnicos com alto nível acadêmico e racialmente homogêneos, refletindo desigualdades históricas no funcionalismo público.

#### 6.3.7.4 Barreiras de participação feminina

---

<sup>16</sup> Na entrevista o DIP-BR-01 se referiu ao Suriname como “*melting pot*”. A tradução foi escolha da autora e de autoria própria.

Esta categoria analítica examina as barreiras estruturais, institucionais e culturais enfrentadas pelas mulheres na Cooperação Sul-Sul, especialmente no acesso a cargos estratégicos, à tomada de decisão e ao reconhecimento do trabalho técnico e diplomático. A partir das perspectivas da divisão sexual do trabalho e da interseccionalidade, evidencia-se que desigualdades de gênero se articulam a marcadores de raça, classe e posição institucional, reproduzindo padrões históricos de exclusão. Apesar dos discursos formais de igualdade, práticas institucionais e normas tácitas continuam limitando a participação plena e a visibilidade profissional das mulheres.

Os depoimentos coletados evidenciam que, embora a presença feminina nos projetos de cooperação seja significativa, ela ainda enfrenta barreiras institucionais, culturais e práticas. O AP-02 destaca que, no Suriname, as equipes brasileira e surinamesa que participaram dos projetos desenvolvidos eram majoritariamente compostas por mulheres, dado que estas são as principais responsáveis pelo trabalho agrícola, atuando diretamente no cultivo da terra, muitas vezes em parceria com os maridos. Esse contexto explica a ampla participação feminina em atividades práticas e treinamentos agrícolas. Por outro lado, a AP-01 ressalta que, pelo lado brasileiro, apesar da forte presença de mulheres nas equipes, os cargos de maior decisão permanecem predominantemente ocupados por homens, evidenciando barreiras estruturais que limitam o avanço das mulheres a posições de liderança.

A representante surinamesa (RIS-01) complementa essa análise, afirmando que, em algumas áreas, a participação feminina não representa dificuldade, especialmente no trabalho com agentes de extensão e nas oficinas de capacitação, onde a presença das mulheres é significativa. No entanto, a realidade não é homogênea em todo o país, pois barreiras culturais e normativas podem restringir a participação feminina em determinados contextos comunitários, limitando o acesso a treinamentos ou reuniões formais, mesmo quando as mulheres desempenham papel central nas atividades agrícolas.

Dessa forma, as barreiras à participação feminina nos projetos de cooperação podem ser agrupadas em três dimensões principais: estruturais, como a sub-representação em cargos de liderança; culturais, ligadas às normas sociais e expectativas de gênero que condicionam a presença das mulheres em determinados espaços; e práticas, relacionadas a limitações logísticas, responsabilidades domésticas ou cuidados familiares que afetam a participação em eventos e capacitações. Mesmo em contextos em que as mulheres são maioria nas atividades práticas, essas barreiras — muitas vezes sutis — restringem seu acesso a espaços de formação, decisão e liderança,

indicando a necessidade de políticas e estratégias de cooperação que abordem explicitamente a questão de gênero.

#### *6.3.7.5 Limitações estruturais relacionadas à classe*

Esta categoria analisa como desigualdades socioeconômicas e educacionais condicionam a participação, o reconhecimento e a visibilidade dos atores na Cooperação Sul-Sul. A partir de perspectivas decoloniais e interseccionais, evidencia-se que o acesso à educação formal, ao domínio de idiomas e à experiência internacional estrutura hierarquias de poder, legitimadas por discursos meritocráticos, que reproduzem desigualdades históricas de classe, raça e gênero, limitando a efetiva igualdade nas práticas de cooperação.

Os depoimentos dos AP-02 e AP-01 indicam que a diversidade de níveis educacionais entre os participantes das ações de Cooperação Sul-Sul no Suriname reflete desigualdades estruturais ligadas à classe social. Por um lado, os funcionários do Ministério possuem formação acadêmica avançada, inclusive com doutorados, o que lhes confere maior facilidade de diálogo técnico e institucional, acesso a informações especializadas e capacidade de influenciar decisões dentro do âmbito governamental. Por outro lado, os agricultores, especialmente aqueles envolvidos em projetos de cultivo de arroz em terras altas, apresentam baixo ou nenhum nível de instrução formal, refletindo barreiras históricas de acesso à educação, típicas de populações de classe social mais baixa.

Essa disparidade educacional cria uma hierarquia tecnocientífica: os técnicos brasileiros, com formação acadêmica elevada, tendem a ocupar o papel de detentores do conhecimento, enquanto os interlocutores surinameses sem qualificação formal são vistos como executores das tarefas planejadas pelos técnicos detentores de qualificação socialmente homologada, i.e., considerada mais elevada do que o conhecimento transmitido entre agricultores. A AP-01 observa que os pontos focais surinameses não exigem qualificação formal, evidenciando que, mesmo dentro da lógica de Cooperação Sul-Sul, as ações reproduzem, de forma implícita, estruturas de poder e autoridade baseadas no capital educacional e cultural.

Do ponto de vista das limitações estruturais relacionadas à classe, essa situação evidencia que o acesso desigual à educação formal se traduz em diferentes oportunidades de participação efetiva nos projetos. Enquanto aqueles com maior escolaridade conseguem interagir diretamente

com os técnicos, influenciar decisões e internalizar metodologias, os agricultores de baixa escolaridade ficam restritos às atividades operacionais, mesmo quando detêm conhecimento prático valioso. Esse padrão reforça barreiras históricas de classe, reproduzindo relações assimétricas de poder e limitando a construção de autonomia técnica dos participantes de menor escolaridade.

Do ponto de vista da classe, os critérios de acesso à cooperação — como formação superior, pós-graduação, experiência internacional e domínio de línguas estrangeiras — funcionam como mecanismos de exclusão indireta. Embora apresentados como requisitos técnicos e meritocráticos, esses critérios favorecem indivíduos oriundos de trajetórias sociais privilegiadas, que tiveram maior acesso a recursos educacionais e culturais ao longo de suas vidas. Como argumentam Nogueira e Catani (2015) e Souza (2018), o mérito não opera em um vazio social, mas é profundamente condicionado por desigualdades estruturais de classe, que se articulam a gênero e raça. Dessa forma, a cooperação internacional consolida-se como um campo de elite, no qual apenas determinados perfis sociais conseguem circular e acumular capital simbólico enquanto outros perfis sociais executam em território o planejado.

#### *6.3.7.6 Distribuição de tarefas remuneradas e não remuneradas*

Esta categoria analítica examina a divisão do trabalho no âmbito da Cooperação Sul-Sul, evidenciando a hierarquização entre tarefas formalmente reconhecidas e aquelas sistematicamente invisibilizadas, frequentemente associadas ao trabalho doméstico e de cuidado, majoritariamente assumidas por mulheres. A partir de uma abordagem interseccional e decolonial, demonstra-se que gênero, raça, classe social, nacionalidade e trajetória profissional estruturam o acesso a funções dotadas de maior prestígio, autonomia e remuneração, enquanto atividades essenciais para o funcionamento dos projetos permanecem desvalorizadas. Essa dinâmica revela a persistência de hierarquias sociais e da matriz colonial de poder, mesmo em contextos discursivamente orientados pela igualdade de gênero.

O trabalho doméstico e de cuidado emerge como uma categoria central para a compreensão dessas desigualdades. Conforme relata a AP-01, “tenho apoio uma vez por semana, mas durante o restante da semana eu cozinho, lavo roupa e mantenho a casa limpa”, evidenciando a sobrecarga cotidiana que recai sobre as mulheres, inclusive aquelas inseridas em projetos internacionais. Em

contraste, o DIP-BR-02 dispõe de assistente doméstica, o que ilustra como gênero, classe e nacionalidade condicionam de maneira desigual as possibilidades de dedicação ao trabalho técnico e diplomático, bem como o acesso a posições de maior projeção internacional.

Além disso, o depoimento da RIP-01 aponta para a dimensão cultural dessas desigualdades no contexto surinamês. Em comunidades afro-surinamesas, as mulheres participam ativamente das capacitações e atividades formativas; já em comunidades de origem indiana, a dinâmica é distinta, sendo os homens os principais participantes das reuniões, enquanto as mulheres permanecem no espaço doméstico. Ainda que estejam diretamente envolvidas nas atividades agrícolas, a presença dessas mulheres nos espaços de formação e treinamento é limitada, muitas vezes em razão de normas culturais que restringem sua participação pública.

A perspectiva teórica de Kergoat (2008) contribui para compreender esse fenômeno ao demonstrar que o trabalho reprodutivo, embora historicamente invisibilizado e desvalorizado, é fundamental para viabilizar a participação em espaços profissionais, como o da cooperação internacional. Assim, a análise evidencia que a desigual distribuição do trabalho doméstico e de cuidado constitui uma barreira estrutural à igualdade de gênero na Cooperação Sul-Sul, reforçando a necessidade de políticas e práticas institucionais que reconheçam e enfrentem essas assimetrias.

A análise das categorias analíticas evidencia que a Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Suriname, embora pautada por discursos de horizontalidade, solidariedade e parceria entre iguais, reproduz de maneira estruturada desigualdades históricas, institucionais e sociais. Gênero, raça, classe, tempo de trabalho, formação acadêmica e posição institucional interagem para determinar o acesso a cargos estratégicos, a visibilidade profissional e a distribuição de tarefas remuneradas e não remuneradas, revelando hierarquias implícitas mesmo em contextos orientados à cooperação mútua. As mulheres, especialmente, enfrentam sobreposição de responsabilidades produtivas e reprodutivas, limitações institucionais e barreiras culturais, enquanto perfis masculinos e racialmente privilegiados concentram capital simbólico, técnico e decisório. Ao mesmo tempo, as assimetrias entre países — como diferenças de desenvolvimento econômico e capacidades institucionais — configuram uma cooperação periférica, na qual o Brasil exerce papel central de difusão de conhecimento, prestígio e influência, ainda que mediado por arranjos de aprendizado e fortalecimento mútuo. Esses achados revelam que a CSS não é um espaço neutro, mas um campo atravessado por hierarquias complexas e interseccionais, que exigem abordagens decoloniais e

interseccionais para reconhecer, problematizar e mitigar as desigualdades que estruturam a prática efetiva da cooperação internacional.

#### 6.4 Considerações finais do capítulo

O capítulo evidenciou que a Cooperação Técnica Sul-Sul (CSS) entre Brasil e Suriname, embora orientada por princípios de solidariedade, horizontalidade e parceria entre iguais, é atravessada por hierarquias históricas, desigualdades estruturais e relações de poder simbólico, revelando tensões entre discursos normativos e práticas institucionais. A adoção de entrevistas semiestruturadas mostrou-se fundamental para acessar não apenas informações factuais, mas também percepções, valores e interpretações dos atores envolvidos, permitindo compreender como diferentes dimensões — gênero, raça, classe, capital educacional, tempo de trabalho e posição institucional — interagem para moldar oportunidades, reconhecimento e participação nos projetos.

A análise geral indica que a cooperação entre Brasil e Suriname é frequentemente concebida e descrita como um processo essencialmente técnico, neutro e universal. Essa abordagem tende a ocultar os atores sociais que efetivamente executam os projetos e as desigualdades estruturais que moldam suas experiências profissionais. Ao desconsiderar perspectivas interseccionais, corre-se o risco de reforçar a ideia de que a cooperação é realizada de forma abstrata pelos países, como se não dependesse das pessoas — com suas trajetórias, identidades e condições sociais — que a implementam diariamente.

A comparação entre os contextos brasileiro e surinamês evidenciou configurações institucionais e sociais distintas. No Brasil, a concentração de senioridade e capital simbólico em perfis masculinos, sobretudo nos cargos diplomáticos de maior hierarquia, reforça padrões tradicionais de exclusão feminina e reproduz desigualdades históricas. As mulheres, embora presentes em número significativo nas equipes técnicas, permanecem em funções operacionais ou intermediárias, acumulando responsabilidades produtivas e reprodutivas, muitas vezes sem apoio doméstico. No Suriname, apesar da presença feminina em cargos estratégicos, a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado permanece, indicando que a inclusão formal não garante equidade prática. Esses contrastes ressaltam que, mesmo entre países do Sul Global, a CSS é atravessada por lógicas de poder contextualizadas, que reorganizam, mas não eliminam, desigualdades estruturais.

O capítulo também mostrou que a formação acadêmica e a experiência institucional operam como mecanismos de hierarquização, conferindo legitimidade e autoridade a determinados perfis profissionais, enquanto atores com menor escolaridade, independentemente do conhecimento do território, permanecem restritos a funções executivas desenhadas em instâncias de maior hierarquia institucional. Essa dinâmica evidencia a persistência de barreiras estruturais relacionadas à classe,

que interagem com marcadores de gênero e raça, reproduzindo desigualdades históricas mesmo em um contexto discursivamente voltado à reciprocidade e ao fortalecimento mútuo.

A análise das categorias analíticas permite perceber como a CSS funciona simultaneamente como espaço de aprendizado e fortalecimento institucional e como instrumento de projeção de prestígio e influência internacional, especialmente no caso do Brasil. A cooperação periférica, entendida como uma modalidade pragmática de colaboração entre países periféricos ou semiperiféricos, evidencia a ambiguidade da prática: por um lado, promove a transferência de conhecimento técnico e científico, fortalece capacidades locais e possibilita o intercâmbio de experiências; por outro, insere o país mais desenvolvido em posição central de poder simbólico e decisório, reproduzindo lógicas herdadas da colonialidade.

A dimensão de gênero e o trabalho reprodutivo mostraram-se centrais para compreender desigualdades invisibilizadas. A sobreposição de responsabilidades produtivas e reprodutivas das mulheres limita sua participação em espaços de decisão, mobilidade institucional e oportunidades de ascensão, enquanto os homens, especialmente em perfis diplomáticos, beneficiam-se de apoio doméstico e maior disponibilidade para dedicação integral às atividades institucionais. A análise interseccional evidencia que gênero, raça e classe se articulam para determinar acesso, visibilidade e distribuição de tarefas remuneradas e não remuneradas, mostrando que a CSS, longe de ser neutra, reproduz padrões estruturais complexos, mesmo em contextos orientados por discursos de igualdade e solidariedade.

Além disso, a análise comparativa evidencia que a racialização do trabalho técnico e diplomático se manifesta de maneira distinta em cada contexto. No Brasil, a sub-representação de profissionais racializados em cargos de maior prestígio revela barreiras institucionais e culturais que limitam o acesso a posições estratégicas, enquanto no Suriname a diversidade étnica é mais presente, embora as desigualdades de gênero e classe permaneçam estruturantes. Esses achados reforçam a importância de perspectivas decoloniais e interseccionais para compreender como as hierarquias históricas atravessam práticas de cooperação internacional, condicionando o reconhecimento e a legitimidade dos sujeitos que nela atuam.

Por fim, o capítulo evidencia que a CSS deve ser compreendida não apenas como um instrumento técnico ou diplomático, mas como um campo social e político complexo, atravessado por múltiplas dimensões de desigualdade. A incorporação de abordagens interseccionais e decoloniais é fundamental para visibilizar atores historicamente marginalizados, problematizar

hierarquias implícitas e orientar políticas de cooperação mais inclusivas, que reconheçam o valor do conhecimento prático e técnico, promovam equidade de gênero, raça e classe e considerem a distribuição de responsabilidades produtivas e reprodutivas.

Esses achados indicam caminhos para futuras pesquisas e práticas institucionais: é necessário desenvolver estratégias de cooperação que combinem fortalecimento institucional e justiça social, ampliem a participação feminina em cargos de liderança, reconheçam a diversidade étnica e cultural dos participantes e enfrentem as barreiras estruturais e culturais que limitam a equidade. Em síntese, a CSS entre Brasil e Suriname se apresenta como um espaço de tensões e possibilidades, no qual a promoção de horizontalidade e solidariedade depende do reconhecimento e da gestão consciente das desigualdades históricas e institucionais que atravessam sua prática.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou a Cooperação Técnica Sul-Sul (CSS) entre Brasil e Suriname, no período de 2015 a 2019, a partir de uma perspectiva interseccional e decolonial, com o objetivo de compreender como gênero, raça e classe se articulam nas práticas institucionais, na constituição das equipes e nas dinâmicas de poder que atravessam a cooperação internacional. Ao longo do trabalho, evidenciou-se que a CSS, embora frequentemente apresentada como uma alternativa horizontal, solidária e contra-hegemônica às formas tradicionais de cooperação, é atravessada por tensões, contradições e desigualdades estruturais que desafiam a realização plena desses princípios, a análise interseccional e decolonial demonstrou que essas normas se deparam com desigualdades estruturais profundamente enraizadas nas dimensões de gênero, raça e classe, que moldam oportunidades, acesso a recursos, autoridade e reconhecimento dos sujeitos envolvidos.

Os resultados demonstram que a cooperação entre Brasil e Suriname não pode ser compreendida apenas como um instrumento técnico ou administrativo, mas como um campo social e político complexo, no qual se produzem e se negociam sentidos, identidades, hierarquias e formas de reconhecimento. Nesse sentido, a CSS configura-se como um espaço ambíguo, no qual coexistem, de um lado, potencialidades transformadoras — como a valorização de saberes situados, o fortalecimento de capacidades institucionais e a ampliação de redes de colaboração no Sul Global — e, de outro, a reprodução de padrões de exclusão associados à colonialidade do poder, do saber e do trabalho.

A análise comparativa entre os contextos brasileiro e surinamês permitiu identificar dinâmicas específicas que, embora distintas, convergem na manutenção de desigualdades estruturais. No caso brasileiro, observou-se a concentração de poder decisório em perfis masculinos, brancos e vinculados à carreira diplomática, o que revela a persistência de barreiras institucionais e simbólicas que limitam a participação de mulheres, pessoas racializadas e sujeitos provenientes de classes populares em posições de liderança. Já no Suriname, embora haja maior diversidade de gênero e étnico-racial em cargos estratégicos, persistem desigualdades relacionadas à divisão sexual do trabalho e à sobrecarga do cuidado, indicando que a inclusão formal não se traduz automaticamente em equidade material.

A partir de uma abordagem interseccional, foi possível evidenciar que gênero, raça e classe não operam de maneira isolada, mas constituem dimensões interdependentes que estruturam oportunidades, trajetórias e formas de reconhecimento no interior da cooperação. Essas dimensões

influenciam não apenas o acesso aos espaços de decisão, mas também a valorização de conhecimentos, a distribuição de responsabilidades e a legitimidade atribuída aos sujeitos. Assim, a análise demonstrou que as desigualdades não se manifestam apenas na ausência de determinados grupos, mas também na forma como sua participação é condicionada, frequentemente resultando em processos de inclusão subordinada.

A incorporação da perspectiva decolonial permitiu aprofundar essa análise ao questionar as bases epistemológicas e institucionais que sustentam as práticas de cooperação. Evidenciou-se que a CSS, mesmo quando orientada por discursos de horizontalidade e reciprocidade, pode reproduzir hierarquias epistêmicas que privilegiam determinados saberes, trajetórias e formas de expertise. Nesse contexto, a valorização de epistemologias do Sul e de conhecimentos situados emerge como condição fundamental para a construção de práticas mais equitativas e plurais, capazes de desafiar as lógicas hegemônicas que historicamente estruturam as relações internacionais.

Do ponto de vista metodológico, a utilização de entrevistas semiestruturadas mostrou-se particularmente relevante para acessar as múltiplas camadas de significado presentes na cooperação. As narrativas das pessoas participantes permitiram compreender como as dinâmicas institucionais são vivenciadas, interpretadas e, por vezes, tensionadas no cotidiano dos projetos. Esse percurso reforça a compreensão de que o conhecimento nas ciências sociais é necessariamente situado e relacional, sendo produzido a partir da interação entre a pessoa pesquisadora e as pessoas participantes.

Os achados desta pesquisa também evidenciam que a CSS constitui um espaço no qual se articulam práticas de reprodução e possibilidades de transformação. Se, por um lado, a cooperação pode reforçar hierarquias históricas, por outro, ela também abre brechas para a emergência de formas de agência, resistência e reconfiguração das relações de poder. A presença e a atuação de mulheres, de pessoas racializadas e de sujeitos historicamente marginalizados revelam que, mesmo em contextos marcados por desigualdades, existem possibilidades concretas de transformação, ainda que limitadas pelas estruturas institucionais existentes.

Nesse sentido, a pesquisa aponta para a necessidade de repensar a CSS não apenas em termos de eficácia técnica ou resultados mensuráveis, mas como um processo social que envolve disputas por reconhecimento, legitimidade e poder. A construção de uma cooperação mais inclusiva e equitativa requer, portanto, a incorporação sistemática de perspectivas interseccionais

na formulação, implementação e avaliação dos projetos, bem como o fortalecimento de mecanismos institucionais que promovam a diversidade, a participação e a redistribuição de poder.

Adicionalmente, este trabalho contribui para o campo dos estudos sobre Cooperação Sul-Sul ao ampliar o debate para além de abordagens centradas no Estado ou em análises técnico-burocráticas, trazendo para o centro da reflexão as experiências, trajetórias e condições sociais das pessoas envolvidas na cooperação. Ao incluir o Suriname como objeto de análise, a pesquisa também contribui para a diversificação geográfica e epistemológica da literatura, evidenciando a importância de considerar contextos historicamente marginalizados na produção de conhecimento acadêmico.

Esta dissertação reafirma que a Cooperação Sul-Sul, longe de constituir um campo homogêneo ou plenamente emancipatório, deve ser compreendida como um espaço em disputa, no qual coexistem continuidades e possibilidades de ruptura. Seu potencial transformador não é automático, mas depende de escolhas políticas, institucionais e epistemológicas que reconheçam e enfrentem as desigualdades estruturais que atravessam sua prática. Dessa forma, abre-se espaço para agendas futuras de pesquisa que aprofundem análises comparativas em diferentes regiões do Sul Global, investiguem os impactos de longo prazo das iniciativas de cooperação e explorem estratégias institucionais capazes de promover maior equidade de gênero, raça e classe. Também se destaca a necessidade de avançar na construção de metodologias que incorporem, de maneira mais sistemática, vozes e saberes historicamente marginalizados, contribuindo para uma produção de conhecimento mais plural, crítica e comprometida com a transformação social.

A CSS entre Brasil e Suriname revela-se como um campo dinâmico e multifacetado, no qual se entrelaçam práticas de cooperação, relações de poder e disputas por reconhecimento. Compreender essas dinâmicas a partir de uma perspectiva interseccional e decolonial não apenas enriquece o debate acadêmico, mas também oferece subsídios para a construção de políticas e práticas de cooperação internacional mais justas, inclusivas e sensíveis às complexidades do Sul Global.

Finalmente, esta pesquisa ressalta a necessidade de continuar aprofundando os estudos sobre o Suriname, já que este contexto não pode ser analisado com o mesmo referencial analítico utilizado para o Brasil. Esse desafio indica a importância de dar continuidade ao trabalho, aprofundando a investigação sobre as particularidades locais e as inter-relações entre gênero, classe e raça nesse país.

## REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana; FONSECA, João Moura de. The North's Growing Role in South–South Cooperation: Keeping the foothold. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 8, p. 1475–1491, 2013.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica. In: ABDAL, Alexandre *et al.* (org.). **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**, São Paulo: SESC-CEBRAP, 2016, p. 60-72.
- ALMINO, João; MOREIRA LIMA, Maria Regina Soares. **Cooperação Sul-Sul: princípios e prática**. Brasília: FUNAG, 2017.
- ALONSO, Angela. 2016. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ABDAL, Alexandre *et al.* (org.). **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**, São Paulo: SESC-CEBRAP, 2016, p. 8-23.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. San Francisco: Aunt Lute, 1987.
- ARAÚJO MATOS, Renata; LIMA, Renata; DUTRA, Délia. Entre Debates e Embates: uma reflexão sobre epistemologias feministas latino-americanas. **Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas**, 11(1), 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/14936>. Acesso em: 18 dez. 2025.
- ARAÚJO, John da Silva. Suriname: mosaico étnico e invenção da nação. **Amazônica, Revista de Antropologia**, Paraíba, v. 8, n. 2, p. 556-577, 2016.
- ÁVILA, Luciana; FERREIRA, Mariana. **Mulheres e neoliberalismo: precarização e desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2017.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. A produção do conhecimento na práxis criativa do feminismo. In: SAGOT, Montserrat. **Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 145-154.
- BACON, Francis. **Novum Organum** ou Verdadeiras Indicações Acerca da Interpretação da Natureza. Tradução de R. Frondizi. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BENERÍA, Lourdes. **Gender, development, and globalization: economics as if all people mattered**. 2. ed. New York: Routledge, 2014.
- BENERÍA, Lourdes. Paid and unpaid labor: meaning and debates. **Feminist Economics**, v. 5, n. 2, p. 1–26, 1999.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 59, n. 3, p. 719–754, 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. 6ª ed. Brasília: ABC, 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Agência Brasileira de Cooperação. Brasil e Suriname comemoram 45 anos de cooperação**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-suriname-comemoram-45-anos-de-cooperacao>. Acesso em: 05 nov. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. Brasília: ABC, 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Boletim Estatístico Étnico-Racial do Serviço Exterior Brasileiro**. 4. ed. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2025.

BUTLER, Judith. **Corpos Em Aliança e a Política das Ruas: Notas para Uma Teoria Performativa de Assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

BYRON, Jessica; GÓMEZ, Maribel. **Small States in the Commonwealth Caribbean**. Kingston: UWI Press, 2016.

CANAVAE, Doris Lamus. Localización geohistórica de los feminismos latino-americanos. **Polis**, Revista de la Universidad Bolivariana, Colômbia, v. 8, n. 24, 2009, p. 95-109.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). **Panorama Social de América Latina** 2017. Santiago de Chile: CEPAL, 7 fev. 2018. LC/PUB.2018/1-P. 193 p. ISBN 978-92-1-121978-4

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: UnB, 2011.

CHOWDHRY, Geeta; NAIR, Sheila. **Power, Postcolonialism and International Relations: Reading Race, Gender and Class**. Londres: Routledge, 2002.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

COMBESSIE, Jean Claude. **O método em Sociologia**. São Paulo: Edições, 2004.

CONDE, Carlos. Brazil in Suriname: See How a Regional Power Acts. **World Paper**, p. 14, 1983.

COSTA E SILVA, Fabrício. **A Amazônia Caribenha e o Suriname: política externa e integração regional**. [s.l.: s.n.], 2019.

DELPHY, Christine. **L'invention du féminisme: le mouvement des femmes en France**. Paris: Syllepse, 2004.

DOERINGER, P. B.; PIORE, M. J. **Internal Labor Markets and Manpower Analysis**. Lexington: D.C. Heath and Company, 1971.

DOMINGUES, Anna Karla. A universalidade da Categoria Mulher e a potencialidade da Interseccionalidade: uma leitura político-feminista de Judith Butler e Patricia Hill Collins. **Revista da Graduação da Faculdade Paulus de Comunicação**, São Paulo, ano 09, v. 17, 2023. Disponível em: <https://revista.fapcom.edu.br/index.php/revista-comfilotec/article/view/674/660>. Acesso em: 13 fev. 2026.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2EzuAio>. Acesso em: 05 de janeiro de 2026.

DUTRA, Delia. Status Social e Profissional. In: CAVALCANTI, L.; BOTEAGA, T.; TONHATI, T., ARAÚJO, D. **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora UnB, p. 662-664.

EL TRABAJO MÁS ALLÁ DEL SALARIO. [Locução de] Leidy Meza Sarmiento e Luciana Avendaño. Bogotá: Les Herejes, 21 set. 2025. Podcast. Disponível em: <https://podcastradio.unal.edu.co/programa/les-herjes>. Acesso em: 30 dez. 2025.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making feminist sense of international politics**. Berkeley: University of California Press, 2000.

ENLOE, Cynthia. **Seriously! Investigating crashes and crises as if women mattered**. Berkeley: University of California Press, 2014.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESCUDE, Carlos. **Realismo periférico: fundamentos para uma nova política externa argentina**. Buenos Aires: GEL, 1992.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. **El feminismo decolonial: una mirada desde América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. **Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina**. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Eloísa (org.). **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 107-134.

FERGUSON, James. **The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

FERGUSON, Susan. **Women and Work: Feminism, Labour, and Social Reproduction**. Londres: Pluto Press, 2019. 175

FERREIRA, Rita de Cássia; TOSTES, Ana Paula. Fronteiras amazônicas e política externa: análise das relações Brasil–Suriname. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 1, p. 1–20, 2020.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da; GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Cooperação internacional, política externa e desenvolvimento**. Brasília: FUNAG, 2018.

FRANÇA, Maria Stela de Campos. **Apanjaht: a expressão da sociedade plural no Suriname**. Tese–Universidade de Brasília, Brasília, 2004

FREY, Benjamin. **The geopolitics of development: cooperation and competition among emerging powers**. Londres: Routledge, 2016.

GABINETE GERAL DE ESTATÍSTICA. Gabinete de Censos. Suriname Censos 2012. Disponível em: <https://statistics-suriname.org/census-statistics-2012/>. Acesso em: 26 de nov. 2025.

GALTUNG, Johan. **Teoría y métodos de la investigación social**. Buenos Aires. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1965.

GARCÍA SAINZ, Cristina. Trabajo, tiempo y desigualdad de género. In: CARRASCO, Cristina (org.). **Mujeres y economía**. Barcelona: Icaria, 2003. p. 203–224.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

GOMES, Nilma Lino (org). **Práticas pedagógicas de trabalho com a questão racial na escola na perspectiva da Lei 10.639/03**. Brasília: SECADI/MEC, 2012.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Crítica e Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2008.

GUIMARÃES-SILVA, Pâmela; OLÍVIA, Pilar. **A potencialidade do conceito de interseccionalidade**. Itália: LA CITTÀ DEL SOLE di Giordano Manes, 2020.

HAAS, Peter. **Epistemic Communities**. International Organization, 1992.

HALLIDAY, F. Gender and IR: Progress, Backlash, and Prospects. **Millennium: Journal of International Studies**, Londres, v. 27, n.4, p. 833–846, 1998.

HANCOCK, Angie-Marie. **Intersectionality: an intellectual history**. Oxford: University Press, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7–41, 1995.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 7 jan. 2026.

HARDING, Sandra. **The science question in feminism**. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

HIRATA, Helena. Divisão sexual do trabalho: permanências e mudanças. In: COSTA, Albertina; SARDENBERG, Cecília (orgs.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM, 2010.

HIRATA, Helena. **Gênero, trabalho e desigualdades**. São Paulo: Boitempo, 2014.

HIRATA, Helena. **Trabalho e gênero**: dilemas da condição feminina no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2006.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho. In: HIRATA, Helena *et al.* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, set./dez. 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: População e Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 13 fev. 2026.

INOUE, Cristina Yumie Aoki; VAZ, Alcides Costa. Brazil as Southern Donor: Beyond Hierarchy and National Interests. Development Cooperation? **Cambridge Review of International Affairs**, Cambridge, v. 25, n. 4, p. 507–534, 2012.

JAGUARIBE, Helio. **Autonomía periférica y hegemonía céntrica**. Buenos Aires: Paidós, 1979.

JORNAL DO BRASIL. **Mistérios demais**. Rio de Janeiro, editorial do dia 22/4/1983.

KELLY, Philip L. Escuelas de pensamiento geopolítico en América Latina. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, local, v. 26, n. 4, p. 451–484, 1984.

KEOHANE, Robert. Lilliputians Dilemmas: Small States in International Politics. **International Organization**, Cambridge, v. 23, n. 2, p. 291–310, 1969.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67–75.

KERGOAT, Danièle. **Em defesa de uma sociologia das relações sociais**. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 108-113

KERGOAT, Danièle. **Trabalho, gênero e hierarquias sociais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Iara Costa. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: história, mecanismos e diretrizes**. Brasília: IPEA, 2011.

LIMA, Marcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**, São Paulo: SESC-CEBRAP, 2008, p. 24-40.

LIMA, Suely Aparecida de. **Integração e relações assimétricas: Brasil - Guyana e Brasil - Suriname**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Roraima, Roraima, 2017.

LINS, Álvaro. **Rio Branco** (O Barão do Rio Branco). 3. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1996.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73–101, 2008.

LUGONES, María. Colonialidade y género. In: ESPINOSA, Yuderkys M.; GÓMEZ, Diana C.; OCHOA, Karina M. (eds.). **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en AbyaYala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 57–73.

LUGONES, María. **Coloniality of gender**. *Worlds & Knowledges Otherwise*, Durham: Duke University, v. 2, p. 1-17, 2008. Disponível em: <[https://globalstudies.trinity.duke.edu/sites/globalstudies.trinity.duke.edu/files/file-attachments/v2d2\\_Lugones.pdf?utm\\_source=chatgpt.com](https://globalstudies.trinity.duke.edu/sites/globalstudies.trinity.duke.edu/files/file-attachments/v2d2_Lugones.pdf?utm_source=chatgpt.com)>. Acesso em: 16 de novembro de 2025.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>. Acesso em: 13 fev. 2025.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARIN, Hugo. **Decolonial Approaches to South-South Cooperation**. Geneva: UNRISD, 2019.

MEDEIROS, M. *et al.* **Tecnologias Sociais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida et al. Estados periféricos e cooperação internacional: limites e possibilidades. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 457–486, 2014.

MENDOZA, Breny; OCHOA MUÑOZ, Karina. Presentación. Debate sobre la colonialidad y los feminismos descoloniales en los sures globales. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 38, p. 11-23, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25058/20112742.n38.01>. Acesso em: 13 fev. 2026.

MILANI, Carlos R. S. Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano. Rio de Janeiro: FGV, 2012

MILLÁN, Mária (org.). **Descolonizando nuestros feminismos, abriendo la mirada**: Presentación de la Red de Feminismos Descoloniales. 1ª ed. Ciudad de México: Red de Feminismos Descoloniales, 2014.

MILNER, Helen. **Interests, Institutions, and Information**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 17(3), p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MIYANO, Maria Lúcia. Pesquisa qualitativa em saúde: pressupostos e fundamentos. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 1–7, 2004.

MONTE, Mônica. **Feminismo e política internacional**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013.

MOREIRA, Marina Magalhães. Para una Teoría Feminista del Estado: avances, límites y desafíos pendientes. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 331-352, mayo/ago. 2022. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/5235>. Acesso em: 6 fev. 2026.

MUNCK, Ronaldo. **Development and the politics of cooperation: South–South partnerships in the twenty-first century**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

NUNES, Luiz. **Ética e ciência**: responsabilidade social do pesquisador. São Paulo: Cortez, 2009.

NYE, Joseph. **Soft Power**. New York: PublicAffairs, 2004.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **Amazônia caribenha**: processos históricos e os desdobramentos socioculturais e geopolíticos na ilha da Guiana. Boa Vista : Editora da UFRR, 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Nairobi Outcome Document of the High-Level United Nations Conference on South-South Cooperation**. New York: UN, 2009.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **The Invention of Women: Making African Sense of Western Discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PAYNE, Anthony. **The Political History of the Caribbean**. Cambridge: Polity Press, 2008.

PEÑA COLLADOS, Wilmar. El estudio de caso como recurso metodológico apropiado a la investigación en ciencias sociales. **Revista Educación y Desarrollo Social**, Bogotá, 3(2), p. 180-195, 2009.

PEÑA COLLAZOS, Wilmar. El estudio de caso como recurso metodológico apropiado a la investigación en ciencias sociales. **Revista Educación Y Desarrollo Social**, 3(2), p. 180–195, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.18359/reds.887>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. A emergência da periferia no sistema mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955–1978). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 119-138, 2015.

PEREIRA, Luiz C.; GOMES, André P. **Brazilian foreign policy and international development: South-South cooperation and new paradigm**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

PONNIAH, Thomas. **The South and the global order: history, development, and cooperation in the post-globalized world**. London: Zed Books, 2014.

PUIG, Juan Carlos. **Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana**. Caracas: UCV, 1980.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 107–130.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e eurocentrismo na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando. **Política externa brasileira e Cooperação Sul-Sul**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

REI, Diego dos Santos. A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, n. 1, e240967, p. 1-22, jun. 2022. DOI: 10.1590/es.240967. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es.240967>. Acesso em: 5 fev. 2026.

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL. Os entendimentos do chanceler brasileiro com o Suriname e com a Guiana. **RPEP**, [s. l.], n. 32, p. 61–77, 1982.

RINALDI, Patrícia Nogueira; TREVISAN, Isabela. A cooperação Sul-Sul como contradádiva: reivindicações simbólicas da política externa do Governo Lula. **Monções: Revista De Relações Internacionais Da UFGD**, 11(21), p. 204–240, nov. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v11i21.15623>. Acesso em 13 fev. 2026.

RUNYAN, Anne Sisson; PETERSON, V. Spike. **Global gender issues in the new millennium**. 3. ed. Boulder: Westview Press, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, raça e classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Diego Junior da Silva *et al.* Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press Journal of Orthodontics**. Maringá, v. 15, n. 3, p. 121-124, jun. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/en\\_15.pdf](http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/en_15.pdf). Acesso em: 20 jan. 2026.

SARAIVA, Lucas. **Dinâmicas simbólicas da Cooperação Sul-Sul**: identidades, percepções e poder. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

SÁTYRO, Natália Guimarães; D'ALBUQUERQUE, Raquel Wanderley. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades? **Revista Sociedade e Cultura**, Universidade Federal de Goiás, v. 23: e55631, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/55631>. Acesso em: 13 fev. 2026.

SAUTU, Ruth *et al.* **Manual de metodología**: Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, 12(2), p. 235–262, 1997. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44155>. Acesso em: 13 fev. 2026.

SILVA, Brenda Farias; SILVA, Gutemberg de Vilhena. Relações internacionais Brasil–Suriname: uma leitura a partir dos acordos diplomáticos em assuntos econômicos (1975–2013). In: **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política**, Geopolítica e Gestão do Território. Porto Alegre: Letral; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014. p. 49–58.

SILVA, João. **Relações Brasil–Suriname**: política e cooperação regional. Rio de Janeiro: Editora Universidade, 2014.

SMITH, Dorothy E. Women's perspective as a radical critique of sociology. **Sociological inquiry**, 44(1), 1974, p. 7-13;

SOF – SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Contribuições feministas para os debates sobre tempos e trabalhos**. Curso de Economia Feminista, 2025.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Can the Subaltern Speak?** In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (Eds.). *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader*. London: Harvester Wheatsheaf, 1993. p. 66–111.

SURASKY, Daniel. **Geopolítica e alternativas de desenvolvimento no Sul Global**. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

SURASKY, Javier. **La Cooperación Sur-Sur como herramienta decolonial**. In: XXVII Congreso Anual de la Asociación Mexicana de Estudios Internacionales (AMEI), Huatulco, México, out. 2013. Disponível em: [https://www.academia.edu/6188058/La\\_Cooperaci%C3%B3n\\_Sur\\_Sur\\_como\\_herramienta\\_decolonial](https://www.academia.edu/6188058/La_Cooperaci%C3%B3n_Sur_Sur_como_herramienta_decolonial). Acesso em: 13 fev. 2026.

SURINAME. **Constitution of the Republic of Suriname**. Paramaribo, 1987.

SUYAMA, Mário M. *et al.* **Cooperation and the future of global partnerships: Brazil's role in international development**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

TABET, Paola. **La construction sociale de l'inégalité des sexes: des outils et des corps**. Paris: L'Harmattan, 1998.

TICKNER, J. Ann. Continuing the Conversation. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 42, p. 205–210, 1998.

TICKNER, J. Ann. What Is Your Research Program? Some Feminist Answers to International Relations Methodological Questions. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 49, p. 1–21, 2005.

TICKNER, J. Ann; TRUE, Jacqui. A Century of International Relations Feminism: From World War I Women's Peace Pragmatism to the Women, Peace and Security Agenda. **International Studies Quarterly**, [s. l.] v. 62, n. 2, p. 221–233, 2018.

URT, João Nackle. A lógica da construção de confiança: relações Brasil–Suriname entre 1975 e 1985. **Revista Brasileira de Política**, [s. l.], v. 53, n. 2, p. 70–87, 2010.

URT, João Paulo. Amazônia, segurança e política externa brasileira nos anos 1970: impactos da crise do petróleo e do Tratado de Cooperação Amazônica. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, Universidade Federal da Paraíba, v. 7, n. 2, p. 123–150, 2010.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VINCENT, Jean-Marie. **Sociologia do trabalho**. Lisboa: Estampa, 1987.

VIVEROS VIGOYA, Mara. **As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América**. Trad. Alysson de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

VIVEROS VIGOYA, Mara. **Interseccionalidad. Giro decolonial y comunitário**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Amsterdam: TNI Transnational Institute, 2023.

VIVEROS VIGOYA, Mara. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**, v. 52, 2016, p. 1-17, ISSN 0188-9478. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.df.2016.09.005>. Acesso em: 24 abr. 2024.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. **Construyendo interculturalidad crítica**. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2009. p. 75–96.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: insurgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12–43.

WEBER, Max; WINNTI, Carlos. **Movimentos pós-coloniais e solidariedade internacional**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2016.

WINDSOR, Jennifer. Women and the international system. In: GRANT, Rebecca; NEWLAND, Kathleen (org.). **Gender and international relations**. Bloomington: Indiana University Press, 1988. p. 21–39.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YUVAL-DAVIS, Nira. **The politics of belonging: intersectional contestations**. Londres: Sage, 2011.

### **APÊNDICE A - Fontes primárias das entrevistas**

1. DIPLOMATA BRASILEIRO COM ATUAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL 1. Entrevista concedida à pesquisadora. 2025.
2. DIPLOMATA BRASILEIRO COM ATUAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL 2. Entrevista concedida à pesquisadora. 2025.
3. ANALISTA DE PROJETO BRASILEIRO 1. Entrevista concedida à pesquisadora. 2025.
4. ANALISTA DE PROJETO BRASILEIRO 2. Entrevista concedida à pesquisadora. 2025.
5. ASSISTENTE TÉCNICO BRASILEIRO. Entrevista concedida à pesquisadora. 2025.
6. ANALISTA TÉCNICO EM MINISTÉRIO BRASILEIRO. Entrevista concedida à pesquisadora. 2025.
7. DIPLOMATA SURINAMESA COM ATUAÇÃO NOS PROJETOS DE CSS 1. Entrevista concedida à pesquisadora. 2025.
8. DIPLOMATA SURINAMESA COM ATUAÇÃO NOS PROJETOS DE CSS 2. Entrevista concedida à pesquisadora. 2025.
9. CHEFE DE DEPARTAMENTO SURINAMÊS. Entrevista concedida à pesquisadora. 2025.

## **APÊNDICE B - Roteiro de perguntas para entrevista semi-estruturada**

### **Perguntas referentes aos dados sobre o entrevistado:**

1. Qual é seu nome completo?
2. Você poderia me dizer a sua idade?
3. Qual é sua formação acadêmica? Onde você estudou?
4. Qual é o nome da sua função laboral?
5. Há quanto tempo você trabalha aqui?
6. Você tem filhos? De que idades?
7. Conta com algum tipo de apoio doméstico para realizar as tarefas?

### **Perguntas referentes à Cooperação Sul-Sul**

8. Qual é a relevância da cooperação técnica para a relação bilateral Brasil – Suriname?
9. Como o Programa de Cooperação Técnica Sul-Sul (CSS) entre o Brasil e o Suriname foi estruturado entre 2015 e 2019?
10. Durante esse período, o programa bilateral foi o maior programa de cooperação técnica nas Américas, quais são as causas que levaram para esse fato?
11. Quais foram seus principais objetivos e ações implementadas nesse período?
12. Como são escolhidas áreas temáticas de cooperação técnica que serão incluídos no Programa?
13. Como a cooperação técnica entre Brasil e Suriname abordou os desafios linguísticos e culturais no contexto da transferência de conhecimentos?
14. Como são designados os pontos focais para realizar a negociação, elaboração, implementação, execução, monitoramento e avaliação dos projetos de cooperação técnica?

### **Perguntas referentes ao tema da Interseccionalidade**

#### **I. Classe**

15. Você poderia identificar as os níveis educacionais dos pontos focais do programa de cooperação entre Brasil e Suriname? E dos beneficiários dos projetos?
16. Há alta rotatividade dos pontos focais envolvidos no Programa? Em caso positivo ou em caso negativo, poderia comentar porque você acha que isso acontece?
17. Entende que as diferenças culturais, raciais, escolaridade, entre as equipes do Brasil e Suriname apresentam dificuldade na hora da execução dos programas?
18. Existem outras diferenças / assimetrias entre as equipes que aparecem como “obstáculos” para implementação dos projetos ou no intercâmbio de fato de conhecimento?

## **II. Gênero**

19. Qual é o lugar / a importância que tem a presença de mulheres nesses projetos de cooperação?
20. É relevante para o senhor/ a senhora contar na equipe de trabalho com mulheres?
21. Como as mulheres surinamesas e brasileiras participaram da implementação do programa?
22. O Suriname tem um histórico alta representatividade de mulheres em cargos de hierárquicos, por exemplo, o Suriname já teve várias mulheres chanceleres ou o Suriname possui maior taxa de representatividade parlamentar que o Brasil. Quais são os motivos que você acha que explicam essa diferença entre o Brasil e o Suriname?

## **III. Raça**

23. Brasil e Suriname tem diferentes configurações sociais a partir dos diferentes grupos étnicos/ raciais que migraram aos países. Quais são as maiores diferenças e semelhanças sociais dada essas construção social?
24. Existem grupos raciais específicos no Suriname que se beneficiaram mais diretamente da implementação do programa?
25. Se sim, como isso se manifestou? Se não, por quê?

26. Você observou desafios relacionados à diversidade racial na execução das atividades do programa?
27. Em caso positivo, como isso foi gerido ou enfrentado pelas autoridades? Justifique também em caso negativo

**Perguntas referentes às perspectivas sobre a Cooperação Sul-Sul**

28. Você se lembra de algum caso concreto de como as atividades de cooperação entre a BR e a SURI tiveram um impacto importante nas comunidades?
29. Quais são os desafios que o programa de cooperação técnica bilateral Brasil – Suriname enfrentam?
30. E quais são as oportunidades?
31. Qual é o seu maior anelo ou sonho no âmbito do seu trabalho?